

**Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais**

**Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História Social**

**Sob o paradigma da diferença:
Estratégias de negociação, submissão e rebeldia
entre elite e subalternos no Rio de Janeiro e em São
Tomé e Príncipe (c.1750-c.1850)**

Rodrigo de Aguiar Amaral

Abril de 2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

***Sob o paradigma da diferença:
Estratégias de negociação, submissão e rebeldia entre
elite e subalternos no Rio de Janeiro e em São Tomé e
Príncipe (c.1750-c.1850)***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História.

Rodrigo de Aguiar Amaral

**Orientador: Prof. Doutor Antônio Carlos Jucá
de Sampaio**

Abril de 2010

Banca Examinadora

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Jucá de Sampaio
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof.^a Dr.^a Hebe Maria Mattos
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Ricardo Salles
UNIRIO

Prof. Dr. Manolo Florentino
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Roberto Guedes Ferreira
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Roberto Pinto de Góes
Universidade Estadual do Rio de Janeiro - Suplente

Prof. Dr. João Fragoso
Universidade Federal do Rio de Janeiro – Suplente

Amaral, Rodrigo de Aguiar.

Sob o paradigma da diferença:

Estratégias de negociação, submissão e rebeldia entre elite e subalternos no Rio de Janeiro e em São Tomé e Príncipe (c.1750-c.1850)

/ Rodrigo de Aguiar Amaral. – 2010.

xiv, 265f.; 31cm

Orientador: Antônio Carlos Jucá de Sampaio

Tese (Doutorado), UFRJ, IFCS, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2010.

Referências Bibliográficas: f. 251-265.

1 – História do Brasil. 2 – História de São Tomé e Príncipe. 3 – Império português. 4 – Antigo Regime. 5. Relação senhor-escravo. I – Sampaio, Antônio Carlos Jucá. II – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social. III – Título.

In memoriam: Dedico esta tese à professora Maria de Fátima Gouvêa, à vó Cica e a tio Samuel.

Agradecimentos

Ao longo de quatro anos de trabalho foram diversas as correções e escolhas de caminhos em detrimento de outros.

Agradeço primeiramente ao professor Antônio Carlos Jucá de Sampaio, que me orientou nestas escolhas, incentivou, corrigiu e ajudou a amadurecer idéias e conceitos. É quase uma praxe, mas é verdade, os acertos deste trabalho compartilho com meu orientador, os erros assumo-os totalmente.

Diversas pessoas leram copiões desta tese e colaboraram para a mesma, outras tiveram a paciência, a amizade e o carinho de me ouvir falar demasiado sobre escravos, forros, senhores, angolares, alforria, mobilidade social dentro do cativo etc., à todos sou grato.

Agradeço aos componentes do grupo de estudos ART (Antigo Regime nos trópicos) especialmente aos professores João Fragoso, Fátima Gouvêa, Jucá de Sampaio, Maria Fernanda Bicalho, Roberto Guedes, Cacilda Machado, Francisco Consentino e Carla Almeida, que em leituras de capítulos desta tese ou em debate sobre conceitos que utilizamos, colaboraram para refinar certas idéias.

Agradeço as professoras Ana Rios e Hebe Mattos pelas dicas preciosas quando da aprovação desta tese no exame de qualificação naquela tarde de dezembro de 2007.

Agradeço aos professores e colegas Fernando Gralha, Danielle Crespo, Rodrigo Elias, Luciana Arêas, Sérgio Chahon e Willian Martins pela atenção dispensada quando me excedia nos comentários sobre a pergunta: “como vai a tese?” Vez ou outra iniciava-se um debate. Agradeço especialmente ao professor Ricardo Santa Rita com quem estes debates foram mais extensos, neles pude aprender e aperfeiçoar minhas idéias.

Agradeço aos colegas do IFCS, especialmente Ana Paula Pereira Costa e da UFF, especialmente Pollyanna Mendonça, com quem, no Rio de Janeiro, em Fortaleza, em Lisboa e no Minho discuti mil e uma vezes conceitos, métodos, visões e resolução de problemas.

Agradeço a Professora da Universidade Técnica de Lisboa Maria Leonor Freire Costa pela orientação em Portugal, suas idéias estão presentes nesta tese.

Agradeço ao tratamento que recebi nos diversos arquivos que passei no Brasil e em Portugal, destaco o Sr. Fernando do Arquivo Histórico Ultramarino.

Na Universidade do Minho, norte de Portugal, a participação no XXVIII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, que ocorreu entre os dias 21 e 22 de novembro de 2008 foi bastante proveitosa para esta tese. Agradeço a professora Maria de Fátima Gouvêa que me alertou sobre esta participação e carinhosamente entrou em contato

com a professora Isabel dos Guimarães, organizadora do evento, para aceitar minha participação fora do prazo. Lá participei da mesa formada pelos professores Renato Pinto Venâncio, Nuno Gonçalo Monteiro e Fátima Gouvêa. À todos, mas especialmente à professora Fátima, obrigado pelos fecundos debates ocorridos naquela tarde de novembro de 2008 e pelas críticas e sugestões.

Agradeço ao bolsista Carlos Eduardo Gama pela pesquisa das cartas de alforria que utilizo na tese. Valeu Carlos!

Agradeço a minha esposa e historiadora Mariana Mamede, muitas vezes a primeira leitora de vários dos parágrafos que compõem esta tese, ela é sua também amor.

Agradeço aos amigos Otávio, Vitor, Igor, Leo, Castor Troy e Sérgio Jeans.

Mãe, Pai, padrinho, tios, tias, primos, primas e irmã, mais uma vez obrigado.

Agradeço a FAPERJ por ter financiado a pesquisa.

Agradeço a CAPES pela bolsa que me permitiu estudar em Portugal.

Resumo

Esta tese analisa as estratégias de negociação, submissão e rebeldia entre elite e subalternos no Rio de Janeiro e em São Tomé e Príncipe entre cerca de 1750 e 1850. Argumento que o paradigma da desigualdade exercia uma forte influência não só no posicionamento dos atores sociais, mas também nas suas estratégias e escolhas. Deste modo, submissão e rebeldia por parte dos escravos, concessões e violência por parte dos senhores eram comportamentos que não podem ser entendidos se não forem inseridos na estrutura social mais ampla, onde ocorria. Neste jogo político cumpriam-se papéis sociais diferentes, mas que acabavam por definir não somente o domínio senhorial, mas também a possibilidade de ascensão para os subalternos, onde das obrigações cumpridas os atores sociais esperavam efeitos generativos onde receberiam recursos materiais e imateriais. A reprodução social assim era uma tarefa organizada por ambos: senhor e escravo, elite e subalterno.

Notamos assim, uma longa tradição de desigualdade como fator estrutural nas relações sociais no Brasil e em São Tomé e Príncipe no longo período tratado.

Abstract

This thesis analyzes the strategies of negotiation, submission and rebellion among the elite and subaltern in Rio de Janeiro and Sao Tome and Principe between 1750 and 1850. Argument that the paradigm of inequality exerted a strong influence not only the positioning of social actors, but also in their strategies and choices. Thus, submission and rebellion by the slave trade concessions and violence among the masters were behaviors that can not be understood unless they are inserted into the larger social structure, where it occurred. In this political game to meet different social roles, but that ended up defining not only the Master's domain, but also the possibility of ascending to the subordinates, which fulfilled the obligations of social actors generative effects expected there to receive the material and immaterial. Social reproduction was well organized by both a task: master and slave, elite and subaltern.

We note as well, a long tradition of inequality as a structural factor in social relations in Brazil and Sao Tome and Principe in the long treaty.

SUMÁRIO

Introdução.....	1
PARTE I – Da estrutura social.....	22
Capítulo I - Uma teoria sobre a ação social e o uso da noção de Antigo Regime.....	30
Capítulo II - “Em remuneração de serviços que fizessem”: O acesso a recursos numa sociedade hierarquizada.....	54
Capítulo III - Sob o paradigma da diferença.....	81
PARTE II – Das relações sociais sob o paradigma da diferença.....	108
Capítulo IV - Traços do Antigo Regime em sociedades hierarquizadas no século XIX.....	112
Capítulo V - O peso da escravidão na hierarquia em sociedades escravistas.....	139
Capítulo VI - Negociação, rebeldia e submissão numa sociedade escravista.....	190
Conclusão.....	237
Fontes.....	245
Bibliografia.....	251

LISTA DE TABELAS

Tabela IV.1 - Lista dos moradores Brancos, Pardos e Pretos Forros, e Cativos que há na única Freguesia, e Matriz da Virgem Nossa Senhora da Conceição desta Cidade de Santo Antônio da Ilha do Príncipe de 1771.....	115
Tabela V.1 - Escravos desembarcados no Porto do Rio de Janeiro por década (1790-1830).....	149
Tabela V.2 - Licenças concedidas pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro para diversas atividades comerciais (1790-1822).....	150
Tabela V.3 - Anuncio de Loja de Sapateiros no Almanak Laemertz. Rio de Janeiro (1844-1852).....	151
Tabela V.4 - Lojas de barbeiros existentes na cidade do Rio de Janeiro (1799, 1843)	151
Tabela V.5 - População de São Tomé em 1757 e do Rio de Janeiro em 1799.....	154
Tabela V.6 - Fortuna média de acordo com a propriedade escrava no Rio de Janeiro em 1820.....	160
Tabela V.7 - Inventariados com e sem casa na cidade do Rio de Janeiro de acordo com a posse de escravos em 1820.....	161
Tabela V.8 - Preço médio dos escravos na cidade do Rio de Janeiro em 1820.....	162
Tabela VI.1 - Área de procedência dos escravos fugitivos da cidade do Rio de Janeiro (1809-1821)	195
Tabela VI.2 - Fugas, desembarque e população escrava por grandes regiões africanas (1809-1831)	197

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico VI.1 - Comparação entre a fuga e a alforria de africanos e crioulos na cidade do Rio de Janeiro (1809-1831).....	196
Gráfico VI.2 -Procedência de escravos na cidade do Rio de Janeiro por grandes regiões africanas (1809-1831).....	198
Gráfico VI.3 - Africanos escravos por etnia na cidade do Rio de Janeiro (1809-1831).....	200
Gráfico VI.4 - Sexo dos escravos na cidade do Rio de Janeiro: (1809-1831).....	201

LISTA DE ABREVIATURAS

AGCRJ – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

ANRJ – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

BNRJ – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

INTRODUÇÃO

Brasil e São Tomé tiveram mais ligações que nossa historiografia conhece. Em “Os reinos e senhorios” Joaquim Romero Magalhães ao falar sobre o Brasil, compara: “Tal como nas ilhas da Madeira e São Tomé, revelam-se solos brasileiros de notável aptidão para a cultura açucareira.” Contudo, “Tal como nas ilhas da Madeira e São Tomé, falta a mão-de-obra para permitir o cultivo e o tratamento da cana.”¹ O recurso utilizado pelos portugueses, explica Romero, foi a “importação de africanos” *pari passu* “Foram-se erguendo defesas e concedendo governos militares aos mais ricos e mais poderosos, ou aos mais ousados, tanto numa costa como na outra do Atlântico.”²

A história da ligação imperial é conhecida, portugueses migraram para as Índias, para o Congo, para São Tomé, para Salvador, Rio de Janeiro etc. Nas conquistas e reinos com que comerciavam não instalaram apenas defesas, *plantations* e comércio. Carregaram costumes que foram adaptados ao sabor da história local.

Poderia citar uma boa quantidade de livros que discutem a noção de Império, superando a noção de absolutismo e demonstrando a circulação de pessoas e idéias no Império português³, mas prefiro começar com dois casos exemplares ocorridos por volta das datas limites desta tese.

No ano de 1753 Dona Antonia Roiz Pedroza ditava suas vontades em testamento. Começava contando ter recebido uma estranha mercê de Deus:

“Molestada na cama de enfermidade, que Deus me fez mercê, e temendo as contas que lhe hei de dar, estando em meu perfeito juízo do que Deus me fez mercê, e temendo as pessoas do inferno, que por minhas culpas mereço das quais Deus pela sua divina misericórdia me livre.”⁴

Encomendava sua alma a Deus e a alguns santos, rogava a potentados locais que fossem seus testamenteiros e distribuía – como de costume para pessoas de sua posição – boa quantidade de presentes e dinheiro para assegurar missas em favor de sua alma que lhe afastasse das pessoas do inferno. Os receptores iam desde “todos os padres que houver na terra” até a Igreja de Santo Antonio, na Ilha do Príncipe. Declarava ser natural da Ilha de São Tomé e não possuía herdeiros, apesar de ter sido casada três vezes e ao ditar suas vontades estar unida a Miguel de Souza Friz. Mas o que chama atenção neste testamento é a mobilidade social que as vontades de Pedroza promoveria. Passariam da condição de escravos a libertos dez mancípios: Maria Valério, Maria Benin, Maria Salvador, Martinho,

¹ MAGALHÃES, Joaquim Romero. O Enquadramento do Espaço Nacional. pp.19-58. MATTOSO, José. (Dir.) *História de Portugal*. MAGALHÃES, Joaquim Romero. (Coord.) *No Alvorecer da Modernidade*. Vol.3. 1993. pp.50-51.

² Idem, p.51.

³ Remeto, entretanto, à noção de Império presente em: “Nas Rotas do Império” FRAGOSO, João, GOUVÊA, Maria de Fátima, SAMPAIO, António Carlos Jucá. *Nas Rotas do Império*. Vitória: Edufes/Lisboa: IICT, 2006.

⁴ São Tomé, Cx. 20 doc. 48.

Marcos, Antonia, Jorge e sua mãe, Agostinha e sua filha. Transferia a posse de dezoito escravos a afilhadas, pardas, pardinhos e a Domingos Friz.

O testamento demonstra também o poder da autora e sua capacidade de organização da vida de seus outrora dependentes. Altiva, declarava que se Catherina Goular

“quiser haver alguma coisa do meu casal, os meus Testamenteiros obrigarão a trazer tudo pertencente ao seu, para deles haver partilha, na forma das Ordens de Sua Majestade e não sendo assim os meus ditos Testamenteiros que as terão toda a minha fazenda em defesa, porque de outra sorte não quero que coisa minha vá para sua casa”.⁵

Catherina Goular aparece numa lista populacional de 1771⁶ da Ilha do Príncipe casada com o português e Sargento Mor Francisco Joaquim, dono de 180 escravos, mas estranhamente Dona Antonia Roiz Pedroza declarava como dito acima, não possuir herdeiros.

Dos agraciados com escravos, Quitéria Roiz Pedroza recebia sete. Esta, 18 anos depois estava casada com o “Pardo legítimo” Manoel Coelho Monteiro, dono de 26 cativos. O pardo ilegítimo Joaquim Roiz recebia dois moleques, e em 1771 ainda contava com dois escravos sendo anotado na lista populacional como “Ajudante”. À parda Catherina Roiz Pedroza deixava três escravos. Na lista de 1771 esta aparece casada com Antonio Alberto Ferreira, natural da Bahia. Os três escravos haviam sido prometidos quando de seu casamento. No ano de 1771 o casal somava seis mancípios.

As doações e as imposições sobre as mesmas pretendiam colaborar para organizar a vida dos receptores, e ao cruzar as vontades de 1753 com os dados de 1771 observa-se que a partilha dos bens da testadora colaborou para pardos, pardinhos e afilhados entrarem no mercado matrimonial com alguma distinção. Ao herdar escravos e sobrenome algumas das suas pardinhas se casaram, inclusive com portugueses ou luso-brasileiros.

O pardo legítimo Manoel Coelho Monteiro declarava em 1755:

“Recebi da mão do Sargento Mor Antonio Friz de Castro como Testamenteiro da Defunta Dona Antonia Roiz Pedroza sete Escravos e a metade da Roupa do seu uso, que a dita defunta deixou a minha mulher Quitéria Roiz Pedroza, e por ter recebido e estar entregue, passei este por mim feito e assinado para clareza do dito. Ilha do Principe, 11 de Janeiro de 1755.”⁷

O testamento de Dona Antonia pressupunha uma situação interessante para a escrava Maria Benin, que ficara forra, “por que tinha já comprado sua pessoa”, mas se Maria quisesse “comprar alguma de suas Negras o podia fazer”. Tal situação aponta para uma hierarquia

⁵ São Tomé, Cx. 20 doc. 48.

⁶ "Lista dos moradores Brancos, Pardos e Pretos Forros, e Captivos que há na única Freguesia, e Matriz da Virgem Nossa Senhora da Conceição desta Cidade de Santo Antonio da Ilha do Principe." AHU - S.Tomé - cx 13 - doc. 4.

dentro daquela senzala. Escravos continuavam escravos, escravos se tornavam forros, forros se tornavam senhores de escravos. Tudo isso costurado por alianças entre senhora e cativos. Marcos, por exemplo, ficaria forro, mas entre as condições para tanto estava a de se casar com a também alforriada Antonia. No ano de 1754 os escravos foram avaliados e devidamente alforriados.⁸

Há neste testamento, mais que uma circulação de bens, mas uma circulação de valores e de símbolos de prestígio. O nome Roiz Pedroza que alguns forros passariam a ostentar marcaria sua nova posição na sociedade, uma mudança de condição de escravos a libertos, e para alguns de libertos a libertos donos de escravos.

A ligação imperial estava também presente, Dona Antonia tinha dívidas na Fazenda da Bahia, o que demonstra a ligação de São Tomé com a América Portuguesa, como veremos com mais detalhes no final do capítulo I.

No Rio de Janeiro, por volta de 1829 morria Domingos Alves de Azevedo, sua esposa e testamenteira Tereza Maria do Bonsucesso, cuidava para que suas vontades fossem respeitadas. Em uma de suas declarações afirmava que:

“deverá sair do monte [superior a 23 contos de réis] a quantia de 200\$000 que foram dados pelo dito meu marido para a parda Adelaide filha de minha escrava Eva já falecida quando a mesma se casasse e igualmente a quantia de 100\$000 que da mesma forma foram dados para a parda Eugênia, irmã da dita Adelaide, conforme declara a verba do Testamento com que faleceu o dito meu marido.”⁹

Vemos aqui mais uma vez um senhor concedendo – e escravos conquistando – alforrias e herdando bens. No testamento, Domingos Alves declarava que “dos escravos que possuo se acham alguns forros” que apesar de não ter passado papel a elas “Minha Testamenteira sabe muito bem quem são”.¹⁰ Ou seja, a questão das alforrias e bens herdados daquele senhor pelos ex-escravos fazia parte de relações sociais reconhecidas na comunidade. Reconhecidas a tal ponto de promover algumas “das escravas que possuo” a entrar com

⁷ São Tomé, Cx. 20 doc. 48.

⁸ “Luis Carneiro de Siqueira desta Ilha do Príncipe, nela Escrivão do juízo eclesiástico em toda esta mesma, certifico e dou minha inteira e verdadeira Fé que revendo o inventário dos bens da defunta Dona Antonia Rodrigues Pedroza e nele achei os escravos que a dita defunta deixou no seu testamento por forros com as avaliações seguintes = um negro crioulo por nome Marcos avaliado em quarenta mil reis = um negro velho crioulo por nome Martinho avaliado em trinta mil reis = um negro sapateiro por nome Jorge crioulo avaliado em cinquenta mil reis = uma negra maior por nome Maria Salvador, avaliada em vinte e cinco mil reis = uma negra de Maior por nome Maria Benin avaliada em quinze mil reis = uma negra arda por nome Agostinha avaliada em trinta e cinco mil reis = uma molequinha filha da dita por nome Leonor crioula avaliada em dezoito mil reis = uma negra de maior por nome Domingas avaliada em quinze mil reis = uma negra por nome Antonia Feliciana avaliada em trinta e cinco mil reis = uma negra crioula por nome Maria Valerio avaliada em trinta mil reis; que tudo faz a soma e quantia de duzentos e noventa e três mil reis e o que me consta do dito inventario com o qual me reporto a esta por me ser pedida e requerida e passei em cumprimento do despacho do reverendo vigário sendo aos onze dias do mês de junho; de mil e setecentos e cinquenta e quatro anos”. São Tomé, Cx. 20 doc. 48.

⁹ ANRJ, 1829, Cx.804, N° 2.955

algum dote no casamento, ou seja, promover a mesma a alguma distinção para ter boas chances no mercado matrimonial.

Outra declaração de Domingos Alves, esta feita em 20 de fevereiro de 1828, aponta para o peso que a prestação de serviços dos subalternos tinha na escolha dos futuros beneficiários de concessões:

“... e dado o caso que eu faleça na chácara, será assim meu corpo conduzido sendo possível pelos meus escravos [ao todo Domingos possuía 29, nem todos viviam na chácara, alguns serviam na cidade, na Rua da Misericórdia] e os que me conduzirem ficam logo forros e libertos como que de ventre livre nascessem...”¹¹

Os dois casos acima se referem a assuntos que investigaremos nesta tese: hierarquias, estratégias, domínio e submissão. Acordos e negociações entre senhores e escravos a ponto de membros da elite se preocupar em garantir o futuro dos “seus” subalternos. Isto não era para todos os escravos, e tais escolhas era o resultado de uma relação que diferenciava os membros da sociedade, hierarquia que se estabelecia dentro da senzala, ou seja, entre os escravos de um mesmo senhor.

A tese que se apresenta discute o comportamento de homens diante de relações sociais hierárquicas em sociedades escravistas sob o domínio do Império português no período que compreende cerca de 1750-1850. Rio de Janeiro e São Tomé & Príncipe tiveram, no período analisado, alguns traços comuns, dentre os quais destacam-se dois: eram sociedades escravistas onde os cativos respondiam por um enorme quinhão das funções produtivas e os membros destas duas sociedades interagiam sob o signo da diferença, tendo, sejam os homens são-tomenses, sejam os fluminenses, diferenças de “qualidade” que os posicionava de forma hierárquica na coletividade onde viviam.

Os conceitos que utilizamos na tese serão definidos no decorrer da mesma, dada a opção por basear nossas hipóteses e métodos em forte base empírica, porém partimos de dois pressupostos que devemos considerar agora: o de que o conceito de elite é bem mais amplo do que se pensava até pouco tempo atrás, e de que os escravos negociavam limitados à sua condição e posição social.

A história das elites tratada no campo do direito, como ensina Hespanha, sofreu de uma “monotonia formalista”, onde o poder era tratado no âmbito das instituições através dos homens que as dominavam. Posteriormente avançar-se-ia ao ponto de “dar rosto” a estes homens, mas a história das elites sofreria um segundo problema, o de ser interpretado através

¹⁰ Idem, *ibidem*.

¹¹ Idem, *ibidem*.

do marxismo vulgar, onde o poder poderia ser exemplificado na “luta de grupos”. Antônio Manuel Hespanha explica que “a nova história do poder” tem superado estas noções e encontrado o exercício do poder não somente entre os ricos, poderosos, burgueses, suseranos, homens-bons, reis etc. Com esta nova noção tem se problematizado também o que se entende por elite.¹²

Elite – como trataremos neste trabalho – significa ator social ou grupo posicionado acima de alguém ou algum na hierarquia. Assim, ora estaremos utilizando o termo para definir o que classicamente se entende por elite, como a nobreza da terra, governadores, ouvidores, senhores de escravos etc., ora se referindo aos forros como uma elite em relação aos escravos ou mesmo a escravos melhor situados na senzala como uma elite dos escravos.

O escravo que encontraremos nesta tese foi um sujeito limitado, mas que ao longo da vida pode superar obstáculos contando com suas habilidades, com a colaboração de outros escravos, de livres, libertos e certamente de seus senhores. Participava de relações sociais que superavam os perímetros da casa-grande, e que se encerravam nos limites impostos por diversos fatores. Se tivesse que definir escravo com uma palavra, começaria com diversidade, e isso não vem de hoje.

A diversidade escrava na historiografia

É no capítulo VIII de “Os africanos no Brasil” que Nina Rodrigues apresenta uma das primeiras discussões sobre a diversidade dos escravos no Brasil e seu impacto para características distintas de comportamento. Intitulado “Valor social das raças e povos negros que colonizaram o Brasil, e dos seus descendentes”¹³ São atribuídas pelo autor, quatro “raças e povos africanos de cuja introdução no Brasil há provas certas e indiscutíveis?”. São eles: Camitas africanos, Negros bantos, Negros sudaneses e Negros Insulani. Entretanto o paradigma da diversidade é utilizado pelo autor para compreender um grupo de pessoas que “puderam exercer uma influência apreciável na constituição do povo brasileiro”¹⁴ Não há como dissociar o estudo etnológico de Rodrigues das discussões sobre a existência de raças humanas distintas sobre a qual pesavam capacidades intelectuais, morais e cognitivas superiores e inferiores.¹⁵ Era por conta desta influência na ciência, especialmente na medicina

¹² HESPANHA, Antônio Manuel. *Governo, elites e competência social: sugestões para um entendimento renovado da história das elites*. BICALHO, Maria Fernanda Baptista & FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de Governar: Idéias e práticas políticas no Império português. Séculos XVI a XIX*. São Paulo, Alameda, 2005. pp.39-45.

¹³ RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. 4ª Ed., São Paulo, Editora Nacional, 1976. pp.261-271.

¹⁴ Idem. pp.261-2.

¹⁵ Ver a este respeito: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espatáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

que por ser um dos protagonistas destas discussões no Brasil no final do século XIX, o médico e intelectual maranhense Nina Rodrigues se dispunha a estudar os “povos negros” aceitando que

“entre eles existem graus, há uma escala hierárquica de cultura e aperfeiçoamento. Melhoram e progridem; são, pois, aptos a uma civilização futura. Mas se é impossível dizer se essa civilização há de ser forçosamente a da raça branca, demonstra ainda o exame insuspeito dos fatos que é extremamente morosa; por parte dos negros, a aquisição da civilização européia. (...)”¹⁶

Neste caso, onde se encontra o ponto de vista da diversidade? Ele está presente em valores racistas (racismo científico) quando nota graduações intelectuais entre povos negros diversos; i.e. sudaneses superiores aos bantus.¹⁷

Gilberto Freyre, que comemora o argumento da diversidade negra contra os arianistas, aponta que o Brasil foi “menos atingido que os Estados Unidos pelo suposto mal da raça inferior, uma vez que o tráfico trouxera para cá “maior número de fula-fulos e semi-hamitas – falsos negros e, portanto, para todo bom arianista, de estoque superior ao dos pretos autênticos.”¹⁸, embora duvide que estas diferenças sejam realmente “aptidões inatas” e não causadas pelo ambiente ou “às circunstâncias econômicas de cultura”.¹⁹

Em Freyre, “o negro” é a antítese do atrasado em relação ao branco apresentado de forma preocupante por Nina Rodrigues, ele aparece como contribuinte superior “em vários aspectos da cultura material e moral” ao indígena “e até ao português.”²⁰

Na diversidade freyreana há um leque de ocupações exercida pelos *negros*²¹ no Brasil:

“O Brasil não se limitou a recolher da África a lama de gente preta que lhe fecundou os canaviais e os cafezais; que lhe amaciou a terra seca; que lhe completou a riqueza das manchas de massapê. Vieram-lhe da África ‘donas de casa’ para seus colonos sem mulher branca; técnicos para as minas; artífices em ferro; negros entendido na criação de gado e na indústria pastoril; comerciantes de panos e sabão; mestres, sacerdotes e tiradores de rezas maometanas (...)”²²

A diversidade em Freyre não pára por aí, é na questão de gênero que ganha contornos mais nítidos, seja na vida mais suave das mucamas em relação aos homens escravos do eito, seja na maior maldade feminina no trato dos escravos: o chamado “sadismos das sinhás”.²³

¹⁶ Idem. pp.263-264.

¹⁷ Idem.p.271.

¹⁸ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 43ª edição, Rio de Janeiro, Record, 2001. p.362.

¹⁹ Idem, p. 356.

²⁰ Idem, p.344.

²¹ Utilizo a palavra negro em itálico pois o que Freyre viu como negro, eu vejo como africano e mais precisamente, mina, cabinda, angola etc. ou seus descendentes, para que não se confunda o que era ser negro no Brasil colonial com o significado de ser negro atualmente.

²² Idem.p.365.

²³ Idem. pP.392-394.

Uma vida comparada não com a de escravos “mas de pessoas da casa. Espécie de parentes pobres nas famílias Européias”, levariam essas mucamas, além das amas de criar, dos irmãos de criação dos meninos brancos. Mas este trecho em Freyre, lido nas entrelinhas e não na sanha crítica (importante, mas muitas vezes mal lidas e exageradas) da democracia racial, apresenta uma diversidade impressionante através de seu olhar.

“Quanto às mães pretas, referem as tradições o lugar verdadeiramente de honra, que ficavam ocupando no seio das famílias patriarcais. Alforriadas, arredondavam-se quase sempre em pretalhonas enormes. Negras a que se faziam todas as vontades: os meninos tomavam-lhe benção; os escravos tratavam-nas de senhoras; os boleiros andavam com elas de carro. E dia de festa, quem as visse, anchas e enganjentas entre os brancos de casa, havia de supô-las senhoras bem nascidas; nunca ex-escravas vindas da senzala.”²⁴

Está aí uma nítida hierarquia entre os subalternos, diferenças que vão desde os escravos até as “pretalhonas enormes” que uma vez alforriadas ostentariam honra entre os seus marcando assim a diferença entre eles. Diferença já existente quando eram escravas. O motivo destas diferenças, Freyre mesmo explica: a “promoção de indivíduos da senzala à casa-grande” seria resultado de “qualidades físicas e morais; e não á toa e desleixadamente”. Para subir nesta hierarquia a escrava seria escolhida pelo senhor entre “as melhores escravas da senzala”; Além de qualidades pessoais como asseio, beleza e força, Freyre coloca que a questão do tempo seria um fator preponderante quando da escolha de ladinas e não de boçais.²⁵

De Freyre até os dias atuais a historiografia sobre a escravidão avançou bastante e há pelo menos três décadas a historiografia brasileira já vem trabalhando com uma versão de escravo que expurga a interpretação deste agente social como vítimas inocentes ou heróis homéricos. Entre os modelos de escravos: *Zumbi*, o rebelde, e *Pai João*, o submisso, existiria o escravo que negocia.²⁶

“(…) para cada Zumbi com certeza existiu um sem-número de escravos que, longe de estarem passivos ou conformados com sua situação, procuraram mudar sua condição através de estratégias mais ou menos previstas na sociedade na qual viviam. Mais do que isto, pressionaram pela mudança, em seu benefício, de *aspectos institucionais daquela sociedade*. (...)”²⁷

Os *aspectos institucionais daquela sociedade* de que fala Chalhoub seriam as lutas negociadas de escravos para mudar sua situação sob as normas existentes. Esta negociação, feita através das normas institucionalizadas pela sociedade, ou seja, pelas regras definidas ou

²⁴ Idem, p.406.

²⁵ Idem, PP.406-7.

²⁶ Ver: REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Brasiliense, 1988. ver o quarto texto do livro: *Fugas revoltas e quilombos: Os limites da negociação*. pp.62-78.

²⁷ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. pp.252-253.

aceitas pela elite dirigente, colocaria em ação um escravo que reavaliava a cada dia sua situação pessoal, de grupo e familiar.

Antes de Chalhoub, um livro pioneiro publicado no Brasil em 1982 afirmava que havia “múltiplas formas da condição escrava no Brasil”.²⁸ Existia, assim diversas “condições materiais e afetivas” entre os cativos, fruto de política de domínio senhorial. O escravo ganhava uma de suas primeiras interpretações na historiografia brasileira “como escravo imerso no conjunto da sociedade”²⁹, onde através de trabalho podiam “talvez readquirir uma personalidade, pois captura, cativo e venda fizeram dele, em primeiro lugar uma mercadoria, objeto despossuído de qualquer vontade própria.”³⁰ Para Kátia Mattoso, o primeiro passo na reconquista de sociabilidade seria dado pelos “malembos”, escravos que teriam passado lado-a-lado pelo sofrimento dos depósitos construídos em África e/ou da viagem no tumbeiro.³¹ Os que podiam gozar deste vínculo na nova unidade produtiva chegavam a ser mais felizes que os demais “vendidos separadamente e assim entregues ao comprador”.

“(…)No ponto de vista o negro africano é um “capturado” extraído do seu meio social, e como tal permanecerá até ser metido na sociedade escravista, e essa inserção será tanto mais difícil porquanto a captura foi violenta, brutal, rompeu todo o seu relacionamento anterior, todas essas ligações que formam o indivíduo social, como os laços familiares de clã e comunidade. Dessocialização que implica fatalmente em despersonalização. (…)”³²

Mattoso explica que em relação ao escravo a ser adquirido:

“(…) o comprador o deseja modelável, maleável em todos os domínios, econômicos e sociais, afim de poder utilizá-lo na labuta que irá vinculá-lo unilateralmente a seu senhor. Este laço unívoco interdita ao escravo qualquer personalidade jurídica e pública. Finalmente, a sua função, a sua tarefa é que fazem sua condição escrava e ditam a variedade dessa situação.(…)”³³

Esta interpretação aponta para a variedade da condição escrava de acordo com o tipo de trabalho exercido. Adiante, a autora apresenta outra questão fundamental: o exercício de funções ligadas a produção, faziam dos escravos os responsáveis pela “própria existência da classe dominante”.³⁴ Era diante desta situação que senhores e escravos se integrariam na sociedade. Os cativos, em busca da própria sobrevivência física buscariam adaptar-se ao sistema escravista. Os senhores, por sua vez, preferiam a persuasão à imposição pela

²⁸ MATTOSO, Kátia Maria de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p.99.

²⁹ Idem, ibidem. Destaque-se que o estudo fora iniciado no final da década de 1970 e publicado no início da de 1980.

³⁰ Idem, pp.99-100.

³¹ Idem, p. 100.

³² Idem, p.101.

³³ Idem, ibidem.

³⁴ Idem, ibidem.

violência. Mas ao explicar como ocorria a socialização e a retomada de sua pessoa pelos escravos, a autora reduz drasticamente as perspectivas de análise:

“(…) No nordeste os senhores de engenho substituem a violência e as ameaças por uma verdadeira manipulação de caráter patriarcal e paternalista. Buscam fazer do escravo um servidor, membro da grande família, num *modus vivendi* que economiza aos proprietários os custos da vigilância, os riscos de ver atacados seus bens ou suas pessoas. O escravo adquire uma certa identidade social e vê que lhe são dados certos papéis sociais e até mesmo certa importância social, um peso específico face ao homem livre, resultado da garantia protetora da família do senhor. (...) Os senhores, tão paternais, vivem na realidade o temor constante das reações imprevisíveis dos negros. Eis porque souberam forjar instrumentos próprios para garantir-lhes a sobrevivência econômica e social (...).³⁵

Mattoso elaborou um modelo de negociação no sistema escravista. Existia nele, uma troca dominada pelo *pater familias* que afirmava ao escravo: ‘Dá-me tua lealdade e eu te darei a proteção e a identidade de minha família’.³⁶ A autora ainda observa que este “equilíbrio era, freqüentemente, precário e um pequeno nada poderia rompê-lo. (...)”.³⁷ Na verdade “o homem preto”, como por vezes chama o escravo, aceitaria tal domínio porque via nele uma chance de resistir a sua aniquilação moral e cultural.³⁸

Tal visão deve ser contextualizada. Não nos moldes desviantes de Jacob Gorender, que ao discutir a bela obra de Mattoso, jogou fora a água do banho com a criança junto. Acredito que não tenha prestado muita atenção no capítulo IV, pois afirma que Mattoso desprezou “o trabalho como aspecto do ser escravo”³⁹, questão central segundo a interpretação da autora:

“(…) A inserção social do escravo, sua aceitação pelos homens livres numa sociedade fundamentada no trabalho servil, dependerá estreitamente da resposta que o *trabalhador-escravo* dá a seus senhores no plano da fidelidade, da obediência, da humildade. (...)”.⁴⁰

Reconhecendo a importância da análise de Kátia Mattoso sobre o modelo criado, cabe discutir se esta visão paternalista dava as cartas sozinha naquela relação. Desta análise, emergirá um modelo novo, com a pretensão de explicar não apenas os motivos da inserção escrava no “mundo branco” – bem deliberados por Mattoso: necessidade de produção para os senhores, necessidade de retomar a própria vida para os escravos –, mas que demonstre na prática como ela ocorria.

³⁵ Idem, pp.103-104.

³⁶ Idem, p.103.

³⁷ Idem, ibidem.

³⁸ Idem, ibidem.

³⁹ Apesar disso, Gorender reconhece “contribuição inovadora de Kátia Mattoso na questão da alforria. Para esta e para crítica em relação a questão do trabalho. Cf. GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. Editora Ática. 1990. p.15.

⁴⁰ MATTOSO, 1982, op.cit. p.102. Grifo nosso.

Ao partir para este campo de análise observaremos a sociedade a partir de dentro, atentos as ações sociais, as interações, estratégias, negociações e conflitos. Recuperar a negociação, é preciso que se diga, não significa desmerecer a possibilidade de conflito.

Segundo Kátia Mattoso, a “manipulação de caráter patriarcal e paternalista” foi escolhida pelos senhores para aumentar a produção e diminuir os prejuízos que uma dominação calcada apenas na violência poderia criar. Isto ocorria porque eles revestiam-se em tal coletividade de poderes paternalistas e patriarcais, os outros, aniquilados moral e socialmente, seriam “manipulados”⁴¹ a aceitar o domínio. Concordamos que os escravos podiam retomar sua personalidade no mundo do trabalho, concordamos que por depender da produção dos escravos, os senhores preferiam persuadir a impor, concordamos que muitos escravos preferiam negociar para não serem aniquilados moral e culturalmente, mas tratar estas opções como resultado do sistema social foi um avanço historiográfico importante três décadas atrás. Hoje, dispomos de tal estudo e de novas ferramentas metodológicas para avançar a partir desta visão, para tanto, nos aproximaremos ao máximo dos agentes sociais no estudo de seu comportamento.

Para iniciar esta análise advertimos que o “domínio patriarcal” não nos serve como único campo reflexivo, pois daria conta de explicar uma *minoría módica*⁴² de senhores, deixando de se aplicar tal conceito para todos os outros que não eram poderosos patriarcas, certamente a maioria. Destarte, o valioso modelo *paternalista* não será utilizado sem ponderações.

Três vias diferentes, um caminho: a negociação

Interpretar o sistema escravista e as relações sociais entre senhores e escravos não é tarefa solitária. Seja na historiografia americana, seja na brasileira, os estudos estão bastante avançados. Neste caso destaco três interpretações historiográficas que influenciaram decisivamente minha visão sobre o sistema escravista. Desenvolver esta discussão me permitirá apontar questões a partir delas, quais sejam: paternalismo (via Genovese), hobsiana (via Manolo Florentino e José Roberto Góes) e thompsoniana-paternalista (via Robert Slenes). Essas três correntes se fazem presentes com força na historiografia brasileira após a revisão de 1988⁴³ e seu impacto colocou a historiografia brasileira em lugar de

⁴¹ Kátia Mattoso utiliza o termo manipulação. MATTOSO, 1982, op.cit. p.103.

⁴² Cabe a redundância.

⁴³ Para o que chamo de revisão de 1988 Cf: AMARAL, Rodrigo. *Nos limites da escravidão urbana: a vida dos pequenos senhores de escravos na urbes do Rio de Janeiro, c-1800- c-1860*. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 2006. Ver a Introdução da dissertação.

destaque na análise sobre o tema, sendo a negociação, o lugar comum entre elas, porém com diferentes enfoques.

Na visão hobesiana de Florentino e Góes, a guerra de todos contra todos é a mola propulsora da negociação, pois sem um certo racionalismo, produção e sobrevivência seriam impossíveis, ou seja, a paz não nasce de uma opção simples mas complexa e negociada para apaziguar as diversas tensões do dia-a-dia posto que o conflito era inerente.⁴⁴

Robert Slenes, que tem como grande questão do estudo de sua tese de 1976 o “controle social” exercido pelos senhores baseava suas idéias iniciais no paternalismo que segundo o autor visa “dividir a comunidade escrava entre si”⁴⁵. *Na senzala uma flor*, o autor faz uma análise política da escravidão, insistindo

“na centralidade dos processos de ‘luta de classe’ na constituição do sistema escravista (ou do ‘escravismo’), vendo os escravos como agentes históricos que frustraram a tentativa dos senhores – indiscutivelmente a parte mais poderosa na contenda - de impor um cativeiro ‘perfeito’.”⁴⁶

Aqui é preciso dizer que Slenes faz um *approach* entre o paternalismo e a visão thompsoniana. Na verdade, para o autor a virada historiográfica que representa o estudo de Genovese e outros “fazia parte de uma mudança de paradigmas na História Social norte-americana e européia.”⁴⁷. A base para tanto seriam os trabalhos de E.P. Thompson, meio pelo qual foi possível inovar na visão teórica sobre os subalternos:

“especialmente operários e escravos – vistos agora como ativamente engajados com sua experiência, refletindo sob a luz de sua cultura (e no processo reelaborando a sua cultura), e tecendo estratégias de aliança e oposição no encontro com outros agentes históricos (...)”⁴⁸.

O modelo que nomeamos thompsoniano-paternalista de Slenes, neste sentido difere do que chamamos apenas paternalista, pois o autor enxerga a possibilidade de mobilização entre os escravos (daí a centralidade do processo de luta de classes) e aponta para a família escrava como algo que pode desarticular a hegemonia senhorial. Diferente do modelo paternalista de Hebe Mattos onde a família desarticulava a própria mobilização de uma

⁴⁴ FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, 1790 – 1830*. Civilização Brasileira, 1997.

⁴⁵ SLENES, Robert. *Na Senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999. p.14.

⁴⁶ Idem, p.17.

⁴⁷ Idem, p.39.

⁴⁸ Idem, ibidem.

comunidade escrava coesa por ser um passo no acesso a recursos e possibilidade de miragem da liberdade.⁴⁹

Nessa esteira de contribuições importantes o uso do paternalismo é freqüente. Tendo como tema fundamental a mobilidade social Roberto Guedes Ferreira utiliza o paternalismo de Genovese de uma forma bem interessante. Diz Ferreira:

“Numa sociedade onde a escravidão é a norma, e a desigualdade é o princípio básico, a alforria é o início da diferenciação social para os escravos. Do contrário, não a desejariam, ainda que isto não fosse de todo impossível. Por isto, considero a aceitação da concessão de forma submissa uma atitude intencional, uma maneira de ascender na hierarquia social. Evidente que os escravos eram astutos para tentar persuadir seus senhores e barganhar com a sua dependência, mas a submissão não era apenas uma tentativa de engodo dos escravos em relação a seus senhores, pois isto seria menosprezar a capacidade senhorial em perceber que estavam sendo enganados, ou seja, o que chamo aqui de submissão, na perspectiva dos escravos, implica no reconhecimento do poder senhorial e não na ausência de tensões e conflitos (...)”⁵⁰

Ferreira frisa mais adiante que “a dependência e a submissão não devem ser entendidas apenas de forma unilateral, sendo preciso atentar para o interesse do dependente pela dependência, do submisso pela submissão”.⁵¹ Teoricamente, a via trilhada pelo autor aceita que o código de dominação paternalista era um jogo utilizado pelos senhores para reforçar o seu poder perante os escravos, mas este ocorreria em meio a uma negociação e seria lida pelos cativos de forma diversa⁵², tal como aponta Genovese. Certamente este é o fio condutor mais poderoso do conceito, uma vez que empresta aos escravos uma leitura própria da sociedade ao seu redor. Não de graça o autor de *Roll, Jordan, roll*, título original de *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram* terminava o prefácio original de 1973 dizendo que *Senhores e escravos moldaram-se reciprocamente e não podem ser analisados em separado*.⁵³

O paternalismo é assim um *modus vivendi* criado pela “necessidade de disciplinar e justificar moralmente, um sistema de exploração”.⁵⁴ Desta forma seria aceito tanto por senhores quanto por escravos. É preciso atentar para o lugar onde Genovese colocava o paternalismo neste *modus vivendi*. O paternalismo:

⁴⁹ MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro:Arquivo Nacional, 1995. p.141; SLENES, 1999. op.cit. p.48.

⁵⁰ FERREIRA, Roberto Guedes. *Pardos: trabalho, família, aliança e mobilidade social. Porto Feliz, São Paulo, c. 1798 – c. 1850*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005. p.173.

⁵¹ Idem. pp. 249-250.

⁵² Idem, p.174.

⁵³ GENOVESE, Eugene. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Paz e Terra, Brasília-DF, CNPq, 1988. P.14

⁵⁴ Idem, p.22.

“(…) Fazia uma mediação, embora injusta e até cruel, entre senhores e escravos, e disfarçava, mesmo que imperfeitamente, a apropriação do trabalho de um homem por outro. Em qualquer meio histórico, o paternalismo define as relações de supremacia e subordinação. (...)”⁵⁵

Em suma, os traços marcantes do paternalismo de Genovese apontam para a mediação das relações entre senhores e escravos. É neste sentido que em *Das Cores do Silêncio*, Hebe Mattos destaca que o “segredo do código paternalista de domínio escravista estava no poder senhorial de transformar em concessão qualquer ampliação do espaço de autonomia do cativo”.⁵⁶

Esta idéia de um código paternalista é valiosa no sentido em que aponta para a autonomia escrava como uma concessão senhorial, uma ação política, mas acaba por ser limitadora no sentido em que, de uma forma ou de outra, observa a movimentação escrava limitada a este “segredo”. Ao lado desta refinada noção de concessão de autonomia escrava e reconhecimento do poder senhorial como ação política, pontuaremos na tese como a hierarquia em uma sociedade escravista posicionava os atores sociais e constrangia-os e incentivava-os a alguns comportamentos que, sendo assim, a “ampliação do espaço de autonomia do cativo” seria palco de negociações e conflitos, e nem sempre os escravos estariam limitados pelo poder paternalista, pois mesmo ele, prestava contas com algo maior, qual seja: a própria noção de sociedade vigente e a manutenção de suas hierarquias internas.

Acredito que quando “os senhores tiveram de organizar um regime estável com o qual seus escravos pudessem viver”, no qual os cativos permanecessem escravos “rigidamente subordinados”⁵⁷ foi fundamental nessa organização de poder e domínio hierárquico questões que bebiam em outras fontes não necessariamente apenas paternalistas, como o tipo de sociedade em que senhores e escravos viviam. Neste caso, as relações hierárquicas de *supremacia* e *subordinação* eram ditadas pela posição e pelo papel social dos agentes históricos e não simplesmente pelo paternalismo. Dito de outro modo, para Genovese, a opção dos escravos pela aceitação do paternalismo ocorria através de uma *adaptação realista a uma dada situação*, sendo entretanto uma *Submissão condicional*, pois através dela

“(…) conseguiram, mesmo sem romper os limites de um relacionamento tão injusto, perceber que tinham direitos, e que a transgressão destes direitos pelos brancos seria sempre um ato de injustiça. Para os escravos, a questão prática não consistia em avaliar se a escravidão era ou não uma relação conveniente, e sim em sobreviver, dentro desse regime com a maior autodeterminação possível.”⁵⁸

⁵⁵ Idem, p.25

⁵⁶ MATTOS, 1995. Op.cit. p.172.

⁵⁷ GENOVESE, 1988, op.cit. p.24.

⁵⁸ Idem, p.206.

A questão que colocamos é a do papel social em que o escravo se encaixava na sociedade escravista na América portuguesa⁵⁹. Não se tratava de uma questão prática, apenas racional, mas imposta pela condição escrava, onde os atores sociais se encontravam hierarquicamente postos. Ademais, a própria noção de gratidão e reciprocidade utilizada por senhores e escravos em diversas paragens do Império português era diferente das pautadas por Genovese na escravidão inglesa, ou melhor, estadunidense.

*“Gratidão implica igualdade. Os senhores de escravos [dos Estados Unidos] cometeram o erro crasso de achar que poderiam contar com a gratidão de um povo obrigado a aceitar a desigualdade literalmente a chibatadas. Não há qualquer incompatibilidade entre a ingratidão dos escravos e o fato de eles se mostrarem solícitos para com alguns senhores; mas tal atitude é perfeitamente compatível com sua aceitação, na verdade sua exigência, de proteção e apoio. Os escravos conseguiram tirar uma pequena vantagem da relação de dependência. Sua versão da dependência paternalística enfatizava muito a reciprocidade. Sendo assim porque deveriam ser gratos. De seu ponto de vista, os atos de verdadeira bondade e de apoio material, aos quais não eram em absoluto insensíveis, lhes eram devidos, ou seja, representavam um pagamento por serviços lealmente prestados. E, por suprema ironia, esses serviços eram exatamente os exigidos pela própria relação de dependência.”*⁶⁰

Para a América portuguesa e São Tomé, não vejo nenhuma ironia na versão de reciprocidade dos escravos, o acesso a “bondade” e o “apoio material” constar como sua parte devida na relação de dependência. Mas uma reciprocidade entre desiguais, com o peso de ocorrer numa sociedade hierarquizada.

Sugerimos que a visão sobre a relação senhor-escravo utilize-se pontualmente das três correntes acima discutidas: da visão hobesiana de Florentino e Góes nos apoiaremos na noção de que os acordos entre cativos e proprietários ocorriam por conta de pactos políticos para que não cometessem suicídio social.

Da visão thompsoniana-paternalista de Slenes que em situações limites onde acordos não fossem mais possíveis, os escravos poderiam optar pela rebeldia associando-se a outros cativos, mas também a libertos e livres. Entendo que a relação entre os cativos foi um misto entre reeditar ou esquecer antigas diferenças, havendo amizades ou inimizades de acordo com conjunturas particulares neste ambiente que favorecia a existência de comunidades escravas, mas também de conflito. Alguns escravos optaram pelo companheirismo, outros, pela divisão. Assim, a existência da comunidade escrava não dependia apenas de fatores quantitativos, como a existência de maior ou menor número de cativos da mesma procedência ou tronco lingüístico, mas seria uma situação específica de cada escravo – sua inserção no mercado, seu sucesso pessoal, sua situação familiar etc. Estas diferenças eram determinantes para que os escravos acionassem diferentes estratégias de vida e, portanto,

⁵⁹ Ver Parte I.

⁶⁰ GENOVESE, 1988, Op.cit. pp.230-231. Grifos meus.

podiam mobilizar forças unidas contra um senhor ou outro inimigo comum, mas também podiam mobilizar amizades com seus donos ou formarem inimigos entre si. É assim, dado fundamental de sociedades escravistas a hierarquia e nela torna-se capital saber o que era ser escravo discutindo o impacto do local imposto a mancipios na hierarquia para o estabelecimento de relações sociais seja com o senhor, seja com demais membros da coletividade.

Do Paternalismo em Hebe Mattos e de Genovese, trazemos a noção de que os escravos tiveram condições de interferir cotidianamente nos rumos de sua vida, mas advertimos: o faziam de acordo com a sua posição social. A ponderação de Ricardo Salles sobre o uso do paternalismo ensina que há uma ínfima ênfase no papel de um poder superior a senhores e escravos nesta noção.⁶¹ Salles coloca três pontos dos quais enfatiza a existência de um Estado Imperial como:

“1) lugar de organização da dominação de classes para além do plano imediato das relações de produção; 2) lugar de relação entre as diferentes classes e setores sociais através dos tipos de organizações, instituições e demais aparelhos da sociedade civil e formas de acesso ou não, que estas classes e setores sociais detêm com estes elementos da sociedade civil e; 3) lugar de organização das relações entre este conjunto social e seu mundo exterior, geralmente, mas não sempre outros Estados.”⁶²

Redimensionando os três pontos de Salles para nosso estudo: o que o autor chama de Estado – e seu estudo é sobre o Estado Imperial –, para nós é uma organização com poder para influenciar as relações sociais, um poder que impõe um compartilhamento da cultura. Senhores e escravos, elite e subalternos, a partir desta visão eram membros de qualidades superiores ou inferiores de acordo com a sua condição com hierarquias que surgiam não apenas das relações cotidianas entre os atores sociais, mas também como fruto de uma cultura política de desigualdade que está consolidada na estrutura social e assim é negociada, mas ao mesmo tempo imposta aos homens. A relação senhor-escravo deve ser tratada como fruto de uma relação cotidiana entre dois atores sociais, mas ao mesmo tempo, inserida no âmbito da sociedade onde ocorria. Dito de outra forma: as sociedades que abordamos neste estudo eram formadas por pessoas que assumiam identidades diversas com diferenças importantes entre elas, participavam de um sistema social plural, pois composto por grupos sociais e étnicos diferentes, porém havia uma conexão que os obrigava a compartilhar

⁶¹ SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do segundo reinado*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1996. pp.45-47.

⁶² Idem. pp. 46-47.

aquelas diferenças⁶³, um poder que determinava o não-suicídio social. Dentro de certas regras tinham liberdade para agir, mas pagariam o preço por suas ações.

A tese está dividida em duas partes, a primeira parte é mais teórica que prática. Na segunda parte aplicamos, ou melhor, testamos empiricamente nossa discussão anterior. Antes de cada capítulo teremos uma breve apresentação do mesmo, o que nos permite apontar mais uma chave de leitura do que uma apresentação dos capítulos aqui na introdução.

Neste caso gostaria de chamar atenção para os seguintes fatores:

- a) Há na tese um jogo de escalas entre micro e macro. Tratamos o primeiro como um plano mais próximo dos atores sociais o que permite chegar a resultados que outro plano não permitiria, entretanto a escala macro nos serve em diversos momentos para buscar respostas que a análise micro não consegue apreender. Trata-se então de usar ambas e não uma em detrimento da outra;
- b) A importância do arraigo para os atores sociais abordados. Seja membro de família senhorial, ou mesmo um africano recém-chegado ser um membro reconhecido na comunidade era de suma importância;⁶⁴
- c) A importância da escravidão para a hierarquização social;⁶⁵
- d) A importância da noção de desigualdade para tratar dos acordos, negociações, rebeldia e tensões entre elite e subalternos;⁶⁶
- e) A permanência da desigualdade como fator importante nas relações sociais entre elite subalternos nos períodos abordados (i.e. século XVIII e século XIX), embora os recursos utilizados pelos atores sociais em tempos ou grupos sociais diferentes não fossem os mesmos;⁶⁷
- f) As estratégias como fruto dos conhecimentos limitados que os atores sociais possuíam;⁶⁸
- g) A aplicação das noções de sociedade estamental e de Antigo Regime de forma redimensionada, ou seja, em sintonia com as sociedades que tratamos⁶⁹;

⁶³ Aqui faço menção a noção de Fredrick Barth de que as pessoas numa determinada sociedade podem formular explicações diversas sobre o mundo que as cerca, mas na interação trocam esquemas culturais que convergem para um entendimento social. Ver especialmente o capítulo I, onde aprofundamos esta noção.

⁶⁴ Início da Parte I.

⁶⁵ Capítulo V.

⁶⁶ Capítulo II em diante.

⁶⁷ Capítulos III e IV.

⁶⁸ Capítulo I.

⁶⁹ Capítulo II e III.

- h) A utilização da noção de Antigo Regime através dos valores de desigualdade entre os homens, de hierarquia e privilégios, mas ao mesmo tempo a problematização do uso desta noção para o século XIX⁷⁰;
- i) A noção de hierarquia e grupos sociais distintos bebe na fonte da noção de estamento, mas reconhece que tratamos de uma sociedade escravista e hierarquizada, porém móvel.⁷¹
- j) O uso da noção de sociedade estamental pressupõem que os atores sociais eram vistos e se viam em grupos de *qualidades* diferentes sobre a qual pesavam papéis sociais diferentes e isto afetava seu comportamento;⁷²
- l) Os atores sociais não se encontravam cimentados na posição social ocupada, ao contrário, poderiam até mesmo utilizar-se do cumprimento de seu papel social para mover-se na hierarquia;⁷³
- m) A hierarquia presente não apenas em grupos sociais dessemelhantes (i.e. senhores de engenho e lavradores) mas o fato de esta se fazer presente dentro de um mesmo grupo social (i.e. a diferença entre senhores; a diferença entre os escravos do mesmo senhor);⁷⁴

Finalmente, diversidade e desigualdade são, a nosso ver, grandes chaves de leitura para abordar sociedades pré-industriais, onde a busca por sobrevivência e mobilidade, ainda que diferentes de acordo com os recursos utilizados passam pelo campo das relações sociais, ao contrário da sociedade capitalista onde o chamado *self made man* pode ascender socialmente independente de relações de solidariedade e submissão.

⁷⁰ Parte II.

⁷¹ Capítulo VI.

⁷² Capítulo II em diante.

⁷³ Capítulos II, IV e VI.

⁷⁴ Capítulo VI.

PARTE I

DA ESTRUTURA SOCIAL

“(...) Por *estrutura*, os observadores do social entendem uma organização, uma coerência, relações bastante fixas entre realidades e massas sociais (...). Certas estruturas por viverem muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: atravancam a história, incomodam-na, portanto, comandam-lhe o escoamento (...)”(BRAUDEL, Fernand. Escritos sobre História. São Paulo, Perspectiva, 1978. p.49)

Assim, eis o historiador:

“(...) levado a aproximar andares, durações, tempos diversos, estruturas, conjunturas, eventos. Esse conjunto reconstitui a seus olhos um equilíbrio global bastante precário e que não se pode manter sem constantes ajustamentos, choques ou deslizamentos (...). O que o historiador gostaria de salvar no debate é a incerteza do movimento de massa, suas possibilidades diversas de deslizamento, liberdades, certas explicações particulares, ‘funcionais’, filhas do instante ou do momento. (...) Toda sociedade também é única, mesmo que muitos de seus materiais sejam antigos; ela se explica fora de seu tempo, sem dúvida, mas também no interior de seu tempo próprio (...)” (Idem, p.107)

No dia 18 de maio de 1816, Antonio Nunes de Aguiar, residente na Rua do Lavradio nº 7, cidade do Rio de Janeiro, anunciava na Gazeta a fuga de Francisco Crioulo, seu escravo.⁷⁵ Apesar do sobrenome do

⁷⁵ Biblioteca Nacional. Seção de Obras raras. Jornal Gazeta do Rio de Janeiro. Nº 40, Sabbado, 18 de Maio de 1816.

cativo, Aguiar adverte que Francisco teria nascido em Angola, contava com 26 anos de idade, era cabeludo por todo corpo, tinha olhos grandes e vermelhos, orelhas pequenas, tinha apenas dois dentes na frente da boca e seus dedos grandes dos pés eram menores que os outros. Mas para além da comumente descrição minuciosa das características físicas dos escravos encontradas em anúncios de fugas, uma não tão prosaica torna este aviso emblemático. Na busca por seu cativo havia quatro anos, Aguiar incluía informações recentes, uma leitura nas entrelinhas destas informações oferece uma idéia inicial sobre as relações sociais que os mancipios poderiam acionar na vida em cativeiro.

Entre o dia da fuga – por volta de maio de 1812 – e o dia do anúncio – maio de 1816 – o escravo “aprendeu o officio de Alfaiate, e depois o de carpinteiro, pelo qual andou trabalhando por S. Gonçalo e S. Sebastião, *onde tem parentes.*”⁷⁶

Este anúncio demonstra a importância da obtenção de redes de amparo para os agentes sociais naquela sociedade, colocando em evidência a importância de se estudar a experiência dos indivíduos e grupos, e suas estratégias para, ao longo da vida, acumular na comunidade condições para buscar melhorias, ou pelo menos não piorarem, sua qualidade de vida. Mais: aponta para um conjunto de recursos que os escravos alcançavam e que os tornava diferentes. i.e. habilidades e parentesco.

Outro caso que aponta na mesma direção. No início do século XIX⁷⁷, Maria Alves de Brito, natural da Ilha de São Tomé enviava petição ao Rei de Portugal lamentando sua condição de extrema pobreza e desamparo.⁷⁸ Contava que seu marido se meteu em grandes dívidas com a Real Fazenda e por isso foi vendido “tudo de seu casal em Praça Pública pelo alcance de quinze mil cruzados que teve seu marido em ano e meio que foi almoxarife recebedor da Real Fazenda de VAR”, a “cuja venda não escapou a própria cama da suplicante, nem os sanctos tutelares de sua particular devoção;” Foram vendidos também “todos os bens do Fiador, e abonador do dito Almoxarife”, mas nem assim “ficou o cofre de VAR ressarcido na quantia total do alcance, por ainda se achar prejudicado em sete mil cruzados pouco mais ou menos, por não haver mais bens existentes”.⁷⁹

Até aqui a petição apenas remonta uma execução contra os bens de um almoxarife que lesou a Fazenda Real, mas deste parágrafo em diante o documento se torna mais interessante, é quando começa a falar da liberdade de uma escrava, ou melhor, a ex-escrava Bárbara Pedro.

“(…) entretanto o provedor executor Francisco de Souza Carvalho, por insinuação do Governador Gabriel Antonio Franco de Castro, em prejuízo da Fazenda de VAR, e da suplicante, e de seu filho na infância, e do fiador, e abonador em total pobreza, e lastima, isentou do seqüestro, e conservando em mais odiosa liberdade, uma escrava própria da suplicante que levou para o casal por nome Barbara Pedro, com o pretexto, que o dito Almoxarife seu marido a libertara antes de ser Almoxarife: o que assim se praticou não tanto para prejudicar VAR na quantia de seu valor; como para mais tyrannizar a suplicante; por ser a dita escrava

⁷⁶ Idem, *ibidem*.

⁷⁷ O documento tratado é de 1805, porém é recopiado e sabemos que o original foi produzido alguns anos antes. AHU cx. 38 doc. 21. Anterior a 28 de Janeiro de 1805.

⁷⁸ Idem. Todas as citações abaixo são citadas deste.

⁷⁹ Idem.

manceba, e publica barregã do dito seu marido; porque cuja causa em agravo das leis , injúria ao Estado, e ofensa atrocíssima a suplicante, a libertou com venda fingida de si, e a mesma escrava, como se entre o senhor, e o escravo pudesse haver contrato civil; dando-lhe casas, e outra escrava, e gastando com Ela como é igualmente público uma boa parte da quantia em que ficou alcançado: de cujo escandaloso adultério, e prodigalidade a suplicante proximamente requereu no júizo Eclesiástico, sumário em que se acha provado e pronunciado, e a suplicante em depósito afim de aprovação de perpétuo Divórcio; não podendo produzir ao presente documentos verídicos de tudo a VAR, por se achar com muito dano, e prejuízo dos fieis Vassallos de VAR duramente acautelado pelo Juiz Ordinário com vezes de Ouvidor por mandado do mesmo Governador, não se poder extrair certidões, reconhecimentos, e Índias, e Minas de papel algum, sem que ele Juiz presencie, e por conseqüência o predito Governador sabedor; e os Escrivães com temor de algum excesso nada obram em razão de seus officios: em cujos termos.

Para VAR que atendendo os motivos, e por ser Direito, que aonde há dividas, então Divida Real de má fé contraída, não pode haver doações tais como a Liberdade presente, seja em que tempo concedida; pois foi dada em ódio do sacramento, vindo a adultera, e aleivosa escrava conseguir lucro, e premio de uma tão grande maldade, dando deste modo ânsia, e favor a um crime punível por todas as Leis; se digne mandar tomar conhecimento do facto, e se declarar nula exjure a Liberdade da dita escrava Barbara Pedro; cuja ação a suplicante não intenta perante os juizes presentes, por ter certeza, que não só pagará as custas; mas até será condenada; fazendo entrar o seu valor em praça no embolso da Fazenda de VAR; ou segundo a Ord. Do Livro 4 §66, ficar pertencendo a suplicante por comiserção; que sendo de nobre educação, não tem ao presente quem lhe carregue um pote de água, senão fosse a boa irmandade de seu irmão o Bacharel Formado, e pregador de VAR Frutuoso de Brito Porto, por ser caso idêntico compreendido no espírito da mesma ordem: pois se VAR está por indenizar, a suplicante sem meação tão privilegiada em Direito, seu filho pupilo sem herança, os Fiadores Derrotados, como é possível, e com que tirania ter o marido da suplicante terça de onde deva sair este criminoso e odioso beneficio, e doação com o pretexto de ser Liberta antes; sendo o doador devedor de má fé como está sentenciado, e a Doação reprovada, e nula pela Lei.

Maria Alves de Brito⁸⁰

O documento acima permite fazer diversas leituras da sociedade tratada. Sua hierarquia está lá gravada na *nobre educação* de Maria Alves de Brito que por isso denunciava não ter *quem lhe carregue um pote de água*. O xingamento da mulher traída à escrava é sintomático de como entendia as estratégias da mancípia para tamanha mobilidade ascendente. Bárbara Pedro teria agido com aleivosia, ou seja, teria agido com falsas demonstrações de sentimentos conseguindo enganar a todos e assim adquirido a proteção do marido de Maria Alves. Mais que isso, a escrava teria sua liberdade protegida por relações sociais que ultrapassavam o senhor-amásio, chegavam aos juizes e até ao governador. Certamente o ponto de vista de Maria Alves de Brito não era o da mancípia. A ex-senhora esperava por uma interferência externa, uma vez que localmente perderia para a escrava sob proteção do senhor-amásio. A escrava que se torna senhora e a mulher-traída que cai em extrema

⁸⁰ AHU cx. 38 doc. 21. Anterior a 28 de Janeiro de 1805.

pobreza são belos exemplos de uma sociedade hierarquizada, porém móvel, de uma sociedade onde as relações sociais contavam muito para os projetos de vida, como foi o caso da família escrava formada pelos africanos casados Francisco & Generosa e seus quatro filhos adolescentes.

Em 1867 eles viviam numa fazenda de café em Paraíba do Sul e o drama que passaram demonstra numa só mão, a busca frenética por acesso à família e a utilização política da mesma pelos escravos. Eis a história: Antônio, outro escravo do mesmo plantel era carpinteiro. Com o seu trabalho conseguia ganhar dinheiro suficiente para pagar para que Generosa lavasse suas roupas, além de presentear uma filha do casal de 15 ou 16 anos com lenços e “outros presentes”. Moravam todos juntos numa senzala em separado, onde Francisco possuía “sua casa”. Certo dia o carpinteiro chamou Francisco para uma conversa e o revelou o motivo de tantos presentes, queria desposar uma de suas filhas. Por algum motivo Francisco era contra o casamento. Disse a Antônio que não, não daria a mão de sua filha. Tomado por ira, Antônio engoliu seco, mas descontou sua raiva em Generosa, que caiu morta a golpes de foice na beira do rio onde lavava roupas.⁸¹

Os três casos citados acima apontam em direções similares. Demonstram a importância e a utilização política das relações sociais para os escravos.

Voltando ao primeiro caso: Francisco Crioulo não fugiu da casa do seu senhor para uma aventura desmedida de liberdade quilombola. Ao longo de quatro anos, Crioulo⁸² teria aprendido o ofício de alfaiate, depois o de carpinteiro, e estava trabalhando em São Gonçalo e São Sebastião *onde tinha parentes*.⁸³ Ou seja, quatro anos depois de fugir, seu senhor sabia que ele estava protegido por uma rede de amparo gestada em relações sociais consanguíneas ou rituais. Foi daí que após a fuga pôde reunir condições para aprender duas ocupações rentáveis, pelas quais se habilitava para trabalhar para sua subsistência.

O segundo caso é um pouco mais complexo, mas entre diversas chaves de leitura aponta para a possibilidade de mobilidade ascendente entre os escravos caso estes conquistassem a confiança e a colaboração do senhor.

O terceiro caso aponta para certa hierarquia dentro da senzala, dentro do universo dos escravos num mesmo plantel. Pode-se afirmar que o que estava em jogo era o acesso ao casamento, e neste caso Antônio jogava com todas as suas fichas para conseguir o seu. Trabalhando no ofício de carpinteiro amealhava a sobra do jornal que pagava ao senhor, diferenciava-se economicamente dos escravos que não ostentavam tal capacidade profissional cujo um dos símbolos era exposto na comunidade ao pagar para lavar suas roupas. A lavadeira que o fazia era uma africana do mesmo plantel, casada, com quatro filhos e que junto com seu marido – o escravo Francisco – tinha acesso à família, roça própria e moradia em separado.

Antônio utilizava-se de sua capacidade econômica para partir para relações sociais, chegou a emprestar dinheiro para Francisco e a sair da senzala coletiva para morar junto da família escrava. O segundo e decisivo

⁸¹ ANRJ, Processo Criminal, Paraíba do Sul, 1867, Cx. 11959, nº 754. O processo criminal foi originalmente estudado por Hebe Mattos: MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. pp.151-153.

⁸² O sobrenome é realmente curioso, pois trata-se de um africano. Talvez não seja exatamente um sobrenome oficial, mas a forma pela qual – e quiçá por ser ladino – o cativo era conhecido na comunidade.

⁸³ Biblioteca Nacional. Seção de Obras raras. Jornal Gazeta do Rio de Janeiro. Nº 40, Sabbado, 18 de Maio de 1816.

passo seria o casamento, mas viu seu mundo ir por água abaixo quando recebeu a negação de Francisco. Em depoimento no processo, o senhor dos escravos diria que não se opunha a união, ou seja, isso era assunto dos pais da moça.⁸⁴ A revolta de Antônio revela que fatores econômicos possuíam uma importância relativa naquele espaço social, ao que tudo indica, foram eles que o tiraram da senzala coletiva, mas sua importância esbarrava em limites; a busca convulsa do carpinteiro por laços familiares e seu insucesso apontam para duas questões: 1) Fatores econômicos sozinhos não davam aos escravos todos os recursos que procuravam amealhar naquela sociedade; 2) Parte vital da busca por tais recursos estava no enraizamento familiar. Tal enraizamento abria outras portas para Antônio, diferentes, quiçá até mais seguras que o pecúlio de uma ocupação especializada, que em momentos de doença, baixa clientela etc. certamente sofreria queda. O que estava em jogo era acesso ao parentesco, certas vezes, na sociedade tratada, laços afetivos para as coisas do coração, mas seguramente, alianças e laços de proteção, segundo significado antropológico.⁸⁵

Diversos estudos têm enfatizado o papel do parentesco, das alianças que se transformavam em redes de amparo e reciprocidade nas sociedades pré-industriais. Ao estudar o dote em São Paulo colonial, Muriel Nazzari destacou a formação de alianças entre os agentes sociais coevos. Ao casar suas filhas, os pais não perdiam sua descendência feminina, ao contrário, acabavam de ganhar um genro.⁸⁶

Marshall Sahlins, ao discutir o papel do parentesco em sociedades tribais enfatiza, assim como Meillassoux, o seu contexto político.

“(…) el incesto es una nocion moral producida por una ideologia ligada a la constitución del poder em las sociedades domésticas como uno de los médios de dominio de los mecanismos de la reproducción, y no uma proscrición innata que seria, em la ocurrencia, la única de su especie: lo que es presentado como pecado contra la naturaleza es en realidad um pecado contra la autoridad.”⁸⁷

O que está em jogo para Sahlins não é um conceito moral do incesto, mas a idéia de que a sua prática impede o intercâmbio de ventres. Assim, a análise do incesto sai do campo moral, teológico, para o campo social, político e, até, econômico. Quando os homens – o pai e o irmão – se comprometem a abrir mão de se relacionar com sua parenta mais próxima, ele busca justamente o que dizia Nazzari, ganhar aliados. Não se perde uma filha, se ganha um genro. A endogamia ou a exogamia seriam estratégias familiares com vistas a fechar o grupo contra a entrada de pretendentes não aceitos pelo bando, ou para abri-lo em conjunturas particulares.⁸⁸

No caso de Francisco, o que fica claro é que aquele não era o genro pretendido por este. Talvez já contasse com ele em suas relações sociais, e como Francisco entendia o casamento de sua filha como o local

⁸⁴ ANRJ, Processo Criminal, Paraíba do Sul, 1867, Cx. 11959, n° 754.

⁸⁵ Ver a discussão da família e do parentesco na Antropologia em: LEVI-STRAUSS, Claude. *Prefácio*. In: BURGUIERE, André et al (dir.) *História da família*. Mundos Longínquos, Vol.1. Lisboa, Terramar, 1998.

⁸⁶ NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote. Mulheres, família e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁸⁷ SAHLINS, Marshall D. *Las Sociedades tribales*. Labor, Barcelona, 1984. p.26

⁸⁸ ANDERSON, Michael. *Aproximações a la historia de la familia occidental (1500-1914)*. Madrid: Siglo Veintiuno de Espanha Editores, 1988. Ver também, sobre a sociedade inglesa no período final do século XVI e iniciais do XVII, STONE, Lawrence. *La crisis de la aristocracia (1558-1641)*. Madri: Alianza Editorial, 1985.

onde engendraria estratégias de alianças políticas⁸⁹, a escolha do genro ganhava suma importância, ele queria saber lá o que: escravos de outra etnia⁹⁰, de outros grupos formados na comunidade, escravos com acesso a roça própria, libertos, livres?

Estudos demonstram que o casamento institucional, sancionado pela igreja católica abria uma série de oportunidades aos cônjuges e seus pais. Testemunhas e/ou padrinhos da união e posteriormente apadrinhamento de filhos faziam parte de uma estratégia geracional de proteção pessoal/familiar abrindo espaço para a sobrevivência e até para mobilidade social ascendente. As relações engendradas na comunidade e a escolha de cônjuges e padrinhos eram para isto, fundamentais.⁹¹

Assim, as relações sociais eram não só capitais para o sucesso das pessoas, grupos e famílias, mas, faziam parte de um jogo ou pacto infundável de busca por proteção e cooperação para os mais diversos projetos. Esses projetos deviam ser diferentes se falamos de um português que desembarcasse no Rio de Janeiro colonial com sangue reconhecido e cabedais, ou de um africano recém-reduzido à escravidão. É necessário, portanto, analisarmos como a hierarquia que incluiu na mesma coletividade senhores e escravos foi gestada, produzida e reproduzida. De onde ela partia? Como os agentes sociais, dominadores e dominados a entendiam e jogavam com ela? Sobre os africanos: como se adaptaram a tal forma de sociedade na diáspora? Trata-se, em suma, de sopesar quais eram os valores estruturais que ditavam regras e estabeleciam limites aos comportamentos modais das pessoas na sociedade em análise.

Diversas fontes sobre escravidão apresentam senhores e escravos apreendendo estratégias na busca por seus objetivos. Em alguns documentos, estas estratégias são mais claras e visíveis, noutras é o não dito e/ou informações fragmentadas que apontam para situações passíveis de interpretação. Inventários *post-mortem* – sobretudo em sua parte testamental –, processos criminais, ações cíveis de liberdade, cartas de alforria, documentos sobre coartação, registro de casamento e de batismo, anúncio de vendas, aluguel e fuga de escravos, são, entre outros, documentos onde se podem observar as relações e a ação social de mancipios e proprietários. Através do estudo dos agentes sociais em ação podemos perceber onde os diversos grupos e pessoas apostavam suas fichas, apreendiam suas escolhas. Nossa idéia aqui é preparar o terreno para a análise das relações sociais entre subalternos e seus interlocutores – nos capítulos posteriores –, demonstrando o que equipava nosso objeto de estudo – senhores, livres pobres, forros e escravos – e em que tipo de sociedade eles viviam.

⁸⁹ Ver a discussão de Françoise Zonabend sobre o parentesco como uma instituição promotora de alianças políticas. ZONABEND, Françoise. *Da família: olhar etnológico sobre o parentesco e a família*. in: BURGUIÈRE, André (et. al.). *História da Família: mundos longínquos, mundos antigos*. Rio de Janeiro: Ed. Terramar: 1998.

⁹⁰ O documento, originalmente analisado por Hebe Mattos, emudece sobre a questão étnica.

⁹¹ FERREIRA, Roberto Guedes. *Pardos: trabalho, família, aliança e mobilidade social*. Porto Feliz, São Paulo, c. 1798 – c. 1850. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005. MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades. Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social*. (São José dos Pinhais – PR, passagem do XVIII para o XIX). Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

Esta parte, embora conte com alguns personagens que viveram na época e locais analisados é mais teórica que prática; busca definir as características de uma sociedade escravista formada sob a influência maior de portugueses e africanos e das hierarquias advindas do reino que nas conquistas tomaram forma diferente apesar de terem como referencial aquele conteúdo.

No capítulo I, abordaremos a estrutura da ação social numa sociedade com traços de Antigo Regime discutindo o conceito de Antigo Regime nos trópicos e a conexão entre América portuguesa e São Tomé através da circulação de homens, idéias e recursos no Império português.

No capítulo II, daremos um passo para dentro da noção de Antigo Regime buscando demonstrar que a definição de uma sociedade nestes termos é um indicador de atitudes comportamentais hierarquizantes de forma mais geral, necessitando, portanto, de fundamentação teórica a partir de outras noções para que se trabalhe tal conceito de forma mais clara. Por isso discutiremos como usar a noção de sociedade estamental e como abordar a reciprocidade entre desiguais. Veremos ainda que em algumas sociedades africanas certas instituições e comportamentos sociais legavam aos seus, aprendizados importantes que os dotaria de conhecimentos úteis para participar de uma sociedade escravista e hierarquizada.

Finalmente o capítulo III discutirá a noção de desigualdade, além de discutir sua aplicação num período de mudanças como o século XIX.

CAPÍTULO I

UMA TEORIA SOBRE A AÇÃO SOCIAL

E O USO DA NOÇÃO DE ANTIGO REGIME

1.1

A estrutura da ação social

Para abordar a estrutura da ação social optamos por construir um capítulo teórico onde focaremos a discussão na interação entre os agentes sociais buscando entender como tal interação ocorria. Para tanto observamos o sistema social como algo em constantes movimentos. Temos em vista atores sociais que se moviam, pensavam, agiam, erravam, acertavam, amavam, odiavam, gostavam, enfim, sentiam e viviam. Partimos do pressuposto que as sociedades em análise eram hierarquizadas, mas não cimentadas, dinâmicas,

mas com atores sociais ciente de deveres e obrigações, móveis, ainda que tal mobilidade possa ocorrer para cima ou para baixo. Em suma, temos em panorama uma visão dinâmica daquilo que chamamos sociedade.

Segundo o antropólogo norueguês Fredrik Barth, diversos processos ocorreriam no interior das sociedades, onde os atores sociais apreenderiam escolhas. Essas escolhas não estão à mão do pesquisador, mas podem ser observadas através da interpretação dos atos e processos que eles geram, uma vez que resultados deixam vestígios. O ato de escolher não deve ser visto como um comportamento mecânico, pois de acordo com Barth, as pessoas não são apenas fruto de um sistema ordenado que reunido, forma a sociedade. Aquilo que chamamos de sociedade são, na verdade “sistemas *desordenados*, caracterizados pela ausência de fechamento.”⁹² Mas apesar de desordenado, este sistema não cometia suicídio, ao contrário: funcionava!

Para entender como este sistema desordenado funciona, Barth nos ensina a prestar atenção na estrutura da ação social. Cada agente social constrói a sua realidade de acordo com a sua concepção particular, que é moldada pelas experiências que acumulou ao longo da vida. Em cada interação com outras pessoas e grupos, os atores estão interpretando e reinterpretando – ao mesmo tempo – cada situação de acordo com a sua concepção particular. Nesta ocasião, as pessoas trocam informações, conhecimentos, esquemas culturais, avaliam as ações e reações do outro e as possíveis conseqüências de seus atos. Neste processo de trocas de informação, os atores sociais promovem “uma convergência de compreensão, conhecimentos e valores”, o que leva “a um aprimoramento da orientação do ator ante a realidade”.⁹³

Encarar a ação social dos atores desta forma nos faz observar o sistema como “um resultado, não como uma estrutura preexistente à qual a ação deve se conformar”, os “atos permanecem sempre contestáveis e seu significado pode ser reescrito.”⁹⁴

A incorporação desta idéia na pesquisa sobre uma determinada sociedade norteia uma análise da interação entre as pessoas e grupos sociais de uma forma dinâmica, o que permite apreender as relações sociais num processo histórico e não como algo dado ou determinado.

O que buscamos em Barth não é uma referência teórico-antropológica que abranja todos os seus conceitos e métodos para análise etnográfica da cultura no interior de uma sociedade. Nossa relação com Barth é a de um pesquisador que acaba de abrir uma enciclopédia na busca de informações precisas para apaziguar suas inquietações. As nossas, referem-se a um tratamento do agente social subalterno como um ator que participava do ambiente em que vivia não como um objeto senhorial mudo, vítima de sua opressão e poder, mas como participante ativo do sistema.

Como o pesquisador que colhe apenas uma pequena parte das informações da enciclopédia, em Barth, procuramos referência teórica para a ação social de senhores e de escravos. E para tanto utilizaremos três de seus conceitos: (1) cultura distributiva, (2) processo e (3) estratégias.

Barth afirma que se observarmos atentamente a distribuição da cultura conheceremos a forma como ela anima a vida social e “gera construções culturais complexas”.⁹⁵ A cultura é distributiva porque os membros que

⁹² BARTH, Fredrick. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000. p.172. Grifado no original.

⁹³ Idem. pp. 172-175.

⁹⁴ Idem. p.176.

⁹⁵ Idem. p.136.

compõem a sociedade partilham graus diferentes de sua distribuição.⁹⁶ Ou seja, ela é distribuída de forma desigual entre os membros da sociedade.

Ao aplicarmos esta visão na escravidão moderna, as relações entre senzala e casa-grande ganham um colorido diferente. Neste universo multicolor nem sempre os recursos senhoriais podem ser vistos com maior peso que os códigos dominados por escravos.

Em um estudo sobre a África Bantu, Robert Slenes, para enfatizar que escravos dominavam códigos lingüísticos em sua comunicação – o estudo foca os mancípios provenientes de regiões da África Bantu –, faz um silogismo entre os estudos de Stanley Stein, Arthur Ramos, Maria de Lourdes Borges Ribeiro, Robert F. Thompson e o romance *Til*, de José de Alencar. Do que descreve Slenes podemos criar a seguinte imagem: numa *plantation* onde viviam em torno de uma centena de escravos, o trabalho sob o sol do meio dia devia ser árduo, sobretudo em tempos de colheita onde os ritmos da labuta eram sempre mais acelerados; a força de trabalho clamava por descanso, que segundo especialistas era mais escasso naquele período. O que temos são feitores e senhores ávidos por um ritmo de trabalho maçante de um lado, e escravos no limite de suas energias do outro. Neste momento, feitores e senhores circulavam pelas turmas de escravos, buscando repreender aqueles que praticassem ritmos de trabalho abaixo do permitido. Assim como é certo que os escravos mais antigos do plantel deviam saber com mais detalhes que ritmo era este, certamente procuravam descansar na ausência de vigilância senhorial quando seu corpo pedia. E é justamente aí que a noção de cultura distributiva de Barth pode ser aplicada. Vez ou outra se ouvia entre os mancípios: “ngoma vem!”, “kumbi viro!”. De acordo com o estudo de Slenes, esses vocábulos eram códigos lingüísticos de origem Bantu, dominados apenas pelos cativos. Seu significado era: “o senhor/feitor está chegando!”, “acorda!”. Estava dado o sinal de alarme, um aviso para o ritmo de trabalho voltar ao normal.⁹⁷ Os senhores não partilhavam desta cultura, africana e Bantu por natureza, e os escravos, que já cantavam *seus vocábulos* para seguir no trabalho, apenas os modificavam de acordo com as mensagens que queriam passar aos parceiros do eito.

Cultura distributiva tem neste caso um de seus mais singelos exemplos, pois esta imagem demonstra que:

“pessoas situadas em posições diferentes podem acumular experiências particulares e lançar mão de diferentes esquemas de interpretação, podem viver juntas [na mesma sociedade], mas em mundos diferentemente construídos.”⁹⁸.

O segundo conceito que utilizaremos é o de processo. Este conceito está ligado a uma visão dinâmica do processo social. Segundo Barth,

“(…) The study of process must be a study of necessary or probable interdependencies which govern the course of events. (…). The general lesson we

⁹⁶ Idem. p.128.

⁹⁷ Ver SLENES, Robert. “*Malungo, Ngoma vem! África coberta e descoberta no Brasil*”, in *Cadernos do Museu da escravatura*, Ministério da Cultura, Luanda, 1995. pp.17-20.

⁹⁸ BARTH, 2000, op. cit. p.178.

may learn is that by a simple analysis of a process we can understand the variety of complex forms which it produces.”⁹⁹

Em seu estudo, Barth emprega o conceito de processo como uma ferramenta chave para a utilização do que chama de “modelos de formas sociais” e afirma:

“(…) patterns are generated through processes of interaction and in their form reflect the constraints and incentives under which people act. I hold that this transformation from constraints and incentives to frequentative patterns of behavior in a population is complex but has a structure of its own, and that by an understanding of it we shall be able to explain numerous features of social form. (…)”¹⁰⁰

Se modelos de comportamento são gerados através da interação entre as pessoas e sua forma reflete os constrangimentos sob os quais as pessoas agem, os processos que canalizam as escolhas e modificam o possível curso dos eventos formam um dos principais campos de estudo da ação social. É aí que Barth chama atenção para a idéia de processo generativo.¹⁰¹ Toda ação social será interpretada pelo interlocutor, que de acordo com constrangimentos e incentivos reagirá segundo a sua própria visão do que está acontecendo. Mas não só isso, Barth acredita que a ação social também é modificada pela “impressão direcionada”.¹⁰²

A impressão direcionada foi um conceito criado por Goffman quatro anos antes da apresentação inicial destas idéias de Barth em texto de três leituras apresentadas sob o título “The explanation of social forms” na Escola de Economia de Londres no inverno de 1963. Impressão direcionada é aquilo que molda a resposta do ator social quando parte para a ação. Ele consome uma *performance* bem sucedida selecionando de seu repertório aqueles gestos e idiomas que servirão as suas necessidades.¹⁰³ Barth avança nesta matéria ao propor a “institucionalização”, que ocorre quando um comportamento é associado ao sucesso na ação cumulativa, já que uma “(…) multiplicity of individual decisions under the influence of canalizing factors can have the cumulative effect of producing clear patterns and conventions.”¹⁰⁴

Em suma, é desta forma que utilizaremos a noção de processo. Nosso objetivo é perceber a ação social na conjuntura específica em que ela ocorre. Quando os atores sociais partem para a ação eles utilizam certos gestos e idiomas que acreditam responder as suas necessidades naquele momento. Assim, tanto a ação do outro, quanto os recursos do repertório que possui para barganhar modificam o possível curso dos eventos. Alguns gestos, pelo sucesso de sua utilização repetida passam com o tempo a serem mais comuns que outros, e acabam por moldar – mas não mecanizar – os comportamentos. Daí a noção de processo generativo, ou seja, práticas sociais e escolhas que ocorriam na interação.

⁹⁹ BARTH, Fredrik. *Process and form in social life: selected essays of Fredrik Barth*. Vol. 1. London: Routledge & Kegan Paul, 1981. p.35.

¹⁰⁰ Idem, p.36.

¹⁰¹ Idem, ibidem.

¹⁰² Idem, ibidem.

¹⁰³ Idem, pp.36-37.

¹⁰⁴ Idem, p.37.

Um caso ocorrido em São Fidélis, 1872, esclarece ainda mais o que acabamos de afirmar. Bernardino, escravo da fazenda havia seis anos, contava com 30 anos de idade quando resolveu fugir. Mesmo tendo acesso à roça própria e estando amasiado de Ana – escrava do mesmo plantel – o mancípio julgava seu cativeiro injusto¹⁰⁵ e queria deixá-lo, reclamava da interferência do senhor no tempo de trabalho em “sua roça”. Seu proprietário, João Pereira de Souza, não havia lido Antonil, que quase dois séculos antes já dizia: “Os domingos e dias santos de Deus, eles [os escravos] os recebem, e quando seu senhor lhes tira e os obriga a trabalhar como nos dias de serviço, se amofinam e lhe rogam mil pragas.”¹⁰⁶ Perto do natal de 1872, o escravo deixou a fazenda e bateu a porta de um sitiante forro, vizinho de João Pereira. Após uma conversa onde provavelmente reclamara de maus tratos, Bernardino retornava a casa e pedia ao dono para ser vendido. O caso termina com a negação do senhor e sua morte com golpes furiosos “a olho de machado”.¹⁰⁷

O que chama atenção no caso não é o assassinato do senhor, ao aplicarmos a noção de processo veremos que o crime foi um ato desesperado do escravo, foi seu último recurso para romper aquela relação que julgava injusta.

A ação de Bernardino mudou seguidas vezes a partir da ação senhorial. Podemos identificar pelo menos quatro mudanças na ação do escravo. Primeiramente, fez suas reclamações iniciais chegarem ao senhor. Tendo acesso a roça própria, além de maus tratos reclamava no processo que seu senhor lhe “roubava” os domingos e dias santos. Sua ação inicial, a de reclamar com o senhor, ou de compartilhar seu descontentamento com outros escravos, livres e libertos que circulavam pelas redondezas foi reavaliada. Não tendo sucesso, seu segundo passo foi a fuga, um ato para impor a negociação.¹⁰⁸ Procurava agora ser vendido e seu plano era colocar em prática as relações sociais que mantinha com as pessoas da comunidade. Visitou a casa do sitiante forro e pediu para ser comprado, o sitiante aceitou. Assim, sua ação mudou mais uma vez, seu terceiro passo, acreditando que o senhor poderia aceitar sua venda, foi o de voltar para a fazenda. Voltou e fez a proposta ao senhor. Após essa negação, Bernardino resolveu não mais servir a um senhor que o maltratava de comida, vestuário e lhe roubava os domingos e dias santos. O assassinato foi seu quarto passo.

Antes de cometer o crime, Bernardino tentou seguidas vezes alterar a sua situação de acordo com as normas institucionalizadas pela sociedade. Somente após o insucesso delas é que sua ação desencadeou no homicídio.

A noção de estratégia é condizente com a visão de processo, pois eleva os atores à condição de agentes sociais capazes de apreender escolhas, como as de Bernardino acima. Este ator social não parte despido para a ação. Ao longo dos anos ele vai aprendendo e conhecendo os códigos de conduta da sociedade em que vive, os limites para agir e se comportar perante os outros e aprende e está sempre aprendendo como observador e membro da comunidade, qual é a maneira mais propícia para maximizar ganhos e minimizar perdas em cada

¹⁰⁵ O caso também pode ser analisado como uma questão do tempo, ou seja, o julgamento do escravo certamente deve ser analisado a luz do período tratado, escravidão no Brasil na segunda metade do século XIX.

¹⁰⁶ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3ª ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia: São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1982. Publicado originalmente em Lisboa, 1711. p.91.

¹⁰⁷ O processo criminal é citado com detalhes em: MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. pp.178-180.

¹⁰⁸ Idem, *ibidem*.

ação.¹⁰⁹ Assim, ao longo da vida os atores sociais vão construindo uma racionalidade limitada a este aprendizado cotidiano. De acordo com Barth existem até atos falhos causados por azar, contradição, burrice e desatenção que podem afetar o curso dos eventos.¹¹⁰ Isso só é possível porque a noção de estratégia em Barth carrega consigo um alto grau de incerteza, pois uma estratégia é fruto do conhecimento que cada indivíduo ou grupo possui da realidade, conhecimento esse que é sempre imperfeito, posto que um indivíduo jamais dominará totalmente a (re)ação do outro e, conseqüentemente, não terá condições de prever perfeitamente o curso dos eventos. Assim, a noção de processo e de estratégia é altamente compatível com a de cultura distributiva.

Esta noção permite observar uma sociedade com constantes mudanças, mas também com permanências. Uma conversa com a sociologia nos ajuda a (re)definir o conceito de *status* social. Bruce Cohen define *status* e papel social como uma “posição social que um indivíduo possui em um grupo ou a ordenação social de um grupo quando comparado a outros grupos.”¹¹¹ Neste esquema social o papel social se refere “ao comportamento que se espera de alguém” o que é aprendido pelos atores sociais na interação “como parte do processo de socialização”.¹¹² Neste caso, o *status* seria atribuído ou conquistado, mas de uma forma ou de outra marcaria o posicionamento da pessoa ou grupo na sociedade. Neste caso um ator social assumiria diversos papéis sociais ao longo da vida, além de possuir mais de um ao mesmo tempo. Um exemplo de Cohen nos ajuda a compreender esta noção:

“Um médico negro que morasse em alguma cidade da região sulina [dos Estados Unidos da América] trinta anos atrás, teria sido, muito provavelmente, um exemplo ideal de uma pessoa que sofreu inconsistência de *status*. Como médico ele possuiria um *status* bastante elevado. Como negro residente na região rural do sul, sua posição de *status* teria sido sem dúvida bastante baixa. (...)”¹¹³

O tal médico no exemplo de Cohen assumiria dois *status* diferentes perante a sociedade, um elevado e outro inferior. No caso de aplicar estas noções numa sociedade escravista podemos notar que os atores sociais possuíam, ao longo da vida e até ao mesmo tempo, diversos *status*. Um caso de uma escrava que ao mesmo tempo era feiticeira e perseguida pela inquisição esclarece nossa visão:

“Senhores Inquisidores

Por não faltar [com] a obrigação do meu ofício; ou cargo de comissário desse Sto. Tribunal, que é [o de] dar parte do que suceder pertencente a Santa Inquisição naquelas partes onde com o tal cargo o residirmos: faço saber a vossas Senhorias que nesta cidade da Bahia em que assisto vão as feitiçarias, malefícios, e superstições de monte a monte, porque primeiramente saberão V. Senhorias, que nesta cidade na freguesia de São Pedro, de que é Pároco o Doutor Ignácio de Mattos, há hum freguês chamado Capitão Luis Fernandes, casado com mulher, e filhos. Tem este uma escrava, que dizem ser feiticeira, chamasse esta negra Mãe Catherina, está fora da casa dos senhores, porque é muita a gente que concorre a Ela. Dizem [que ela] fala com os demônios em uns certos dias em que fazem as

¹⁰⁹ Idem. pp.91-97.

¹¹⁰ Idem. p.34.

¹¹¹ COHEN, Bruce. *Sociologia Geral*. COHEN, Bruce J. *Sociologia geral*. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 1980.

¹¹² Idem, p.29.

¹¹³ Idem, p.30.

suas invocações com umas danças a que chamam na língua de Angola Calundus, esta tal negra dizem ter enfeitado seu senhor para que sua mulher e filhas usem mal de si, e de fato assentando-se o dito Luis Fernandes em uma certa cadeira que se lhe tem destinada adormece com tão profundo sono, que para o acordarem, é necessário moucrimno(sic) e levantá-lo. Este caso me referiu minha Mãe Marianna de Souza, que lhe havia referido uma mulher vizinha chamada Joanna da cunha, casada, a qual assistiu algumas vezes em casa do dito Luiz Fernandes em depósito por ocasião de um pleito de divorcio, e diz mais, chamar-se a tal: Cadeira do encanto. (...)”

Bahia, 12 de maio de 1704
Do Comissário Frei Rodrigo do Bispado¹¹⁴

A escrava Mãe Catherina possuía pelo menos três *status* diferentes de acordo com a denúncia inquisitorial: perante o seu senhor, o Capitão Luis Fernandes era uma escrava, perante o tribunal da inquisição e aos seus denunciadores era uma feiticeira, perante “a gente que concorre a Ela” seus poderes eram reconhecidos, o que devia gerar um *status* positivo de uma calundeira africana que tinha competência em mexer com questões espirituais, uma vez que eram tantas pessoas que ela passava tempos “fora da casa dos senhores”.

De acordo com estas idéias, ao analisar a sociedade, a forma de um agente social agir deverá estar ligada à sua experiência e a sua cultura, que por sua vez deve ser contextualizada para se ter idéia das possíveis estratégias utilizadas pelos grupos e pessoas. Baseado nestes conceitos emerge um modelo teórico, e assim a sociedade é observada a partir dos seguintes determinantes:

“(...) um baixo grau de ordem, um fluxo permanente tanto no presente, quanto nas visões que as pessoas têm do passado, a presença de redes sociais sobrepostas, com fronteiras que se cruzam, e uma capacidade maior daqueles que fazem parte de relações sociais estáveis de concordarem no que diz respeito à interpretação dos atos, sem haver no entanto qualquer convergência inexorável no sentido da unidade e do compartilhamento da cultura. (...)”¹¹⁵

O subalterno era assim, um ator social que jogava e apreendia escolhas para o qual lançava mão de algumas estratégias. Se o fazia, deve ser possível desvendá-las. A sociedade não era a foto de um aquário onde um determinado peixe estaria fixo num determinado lugar, mas um aquário real e em movimento, com os habitantes do lugar circulando, em suma, vivendo. Esta circulação, entretanto, não era livre para boa parte dos homens que estudamos, uma vez que tratamos aqui de sociedades escravistas. Veremos a implicação destes limites nos capítulos próximos, por hora registre-se que numa sociedade com tamanha diversidade deve-se aplicar a noção de *status* social de uma forma bem particular.

1.2

O uso da noção de Antigo Regime na América portuguesa

A discussão elaborada no tópico anterior fundamenta teoricamente, a abordagem de uma sociedade colonial e imperial que emergiu no Brasil num longo processo histórico como algo em construção. Isso significa dizer que em nossa formação social desde os quinhentos, as pessoas interagiam dando vida à sociedade, e assim,

¹¹⁴ ANTT, Inquisição de Lisboa, Cadernos do Promotor, Caderno 76, 1699-1710. Fl.41.

¹¹⁵ BARTH, 2000, op.cit. p.177.

nada existia por dom divino, pelo bel prazer e determinação da elite ou mesmo arquitetado por uma estrutura impessoal que pairasse sobre os indivíduos. Nada era dado, mas criado, produzido e reproduzido por pessoas que erravam, acertavam, duvidavam, sentiam, arriscavam etc.

Este tipo de visão nos leva a encarar tais agentes sociais como construtores e reprodutores da ordem social colonial e imperial. Estas pessoas, entretanto, não estavam soltas no mundo e naquela realidade o *self made man* ainda não havia aparecido, elas representavam grupos, famílias, instituições, poderes, e de acordo com a sua situação social garantiam e recebiam *status* diversos e mutáveis. Isto vale para o mais importante governador de rica província, para o “homem bom”, conquistador e fiel a El Rey, e também para o mais humilde homem livre, pobre, lavrador, até o mais boçal escravo recém-chegado da África. Convivendo em sociedade tais homens se relacionavam e davam vida a sociedade.

Em nossa historiografia clássica encontramos diversas passagens determinadas a discutir os fundamentos desta formação social, seus erros e vícios, seus acertos e dogmas.

Caio Prado Júnior, sendo um dos célebres exemplos destes intelectuais preocupados em discutir a formação social e econômica do Brasil, já foi devidamente elogiado, contextualizado e criticado. Mas cabe aqui lembrar um dos pontos mais contestados de seu estudo, a parte onde destaca certa passividade colonial diante do projeto metropolitano. Apesar de estar correto ao afirmar que a história da América portuguesa inseria-se historicamente como um “capítulo da história do comércio europeu” – uma vez que os “descobrimientos” foram parte de um projeto amplo de estratégias ibéricas para acessar riquezas no ultramar –, o resultado de tal pressuposto realmente não emprestava aos homens coloniais quaisquer capacidades de modificar sua história. Ou seja, o sujeito histórico, o luso-brasileiro no paradigma pradiano, é dominado por uma força superior que o aprisionava rumo ao atraso, responsável por isso: o tal do “objetivo exterior” de nossa constituição enquanto país.

Num contexto sociológico, estas idéias possuíam um impacto muito maior, pois ultrapassava os limites de uma investigação histórica *stricto sensu*. Elas explicavam não só o Brasil colonial, como também o Brasil de hoje [pouco mais de meio século atrás). Na própria *orelha* da edição que manipulo, este dado é enfatizado, pois a mesma vinha:

“atualizada para *os dias que estamos vivendo*, [e portanto] oferece um *nítido* quadro onde a ligação e relação de dependência do mais remoto passado brasileiro, e toda a evolução do País, com as circunstâncias da maior atualidade, se retratam de forma patente, pondo assim a nu as raízes mais profundas das dificuldades e obstáculos que hoje em dia encontramos, no esforço de superação de nosso subdesenvolvimento. O que fornece os elementos necessários para os vencer. (Grifos meus)

A HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL, de Caio Prado Júnior, não é assim unicamente um texto obrigatório de estudo, mas leitura indispensável para todos quantos desejam conhecer a realidade do nosso País e *compreender o momento que estamos vivendo*.¹¹⁶

¹¹⁶ PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. Editora Brasiliense, 18ª edição, São Paulo, 1976.

A formulação de Caio Prado que ganharia fôlego em Celso Furtado¹¹⁷ e Fernando Novais¹¹⁸ foi consagrada sob o termo “sentido da colonização” (criado por Caio Prado¹¹⁹). Discutindo-o, João Fragoso buscou dados empíricos para contestá-lo. Para tanto formulou a seguinte questão (sublinhada):

“(…) de acordo com os trabalhos mais clássicos da historiografia brasileira, a economia colonial se resumiria, no essencial, às unidades [produtivas] voltadas para a exportação. (…). A agricultura de alimentos e a pecuária ou bem existiriam no interior das *plantations*, ou girariam ao redor desta (...), a reiteração da economia colonial seria incompatível com a existência de um mercado interno de peso e, portanto, contínuo no tempo. Cabe, então, indagar sobre a pertinência dessas idéias. Afinal, como se abastecia a *plantation*?”¹²⁰

Fragoso então demonstra que havia no Rio de Janeiro – e também na Bahia citando Stuart Schwartz – áreas voltadas para o mercado externo com uma produção de alimentos local que não atendia as necessidades da população regional, como Campos em 1778. Existiam também outras regiões onde a produção para o mercado externo era ínfima – como Inhomirim no mesmo ano –, mas com uma produção de víveres que ultrapassava as necessidades locais. Em suma, contrariando o que afirmara Caio Prado, havia espaço para o crescimento do mercado interno, a “teoria da dependência”, assim, pôde ser contextualizada.¹²¹

Os homens coloniais apesar de viverem num local sob domínio exterior poderiam – segundo condições históricas específicas ligadas à produção, prestação de serviços ao rei e associação em redes clientelares – diminuir aquela dependência, não em prol de um projeto de país, jamais fundado antes do século XIX, mas preocupados em garantir que o que fosse criado, conquistado, produzido e reproduzido, “à custa de nosso sangue, vidas e fazendas”¹²² fosse devidamente reconhecido pelo cabeça do Império, o rei. Esta situação histórica proporcionava aos homens coloniais alguma movimentação própria, o que fazia com que a Colônia fosse criação de Portugal, mas criatura dos luso-brasileiros no devir. Assim, como entender a sociedade colonial/imperial no período tratado (c.1750-c.1850)?

Trabalhar com o Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX é bastante ambíguo. Há boas ferramentas para o historiador que trabalha com escravidão: uma vasta bibliografia, arquivos organizados, uma boa quantidade de fontes versando sobre a vida social, econômica e política dos sujeitos históricos. Mas quando se trata de definir essa sociedade, muitas questões se colocam: vale apostar em modelos europeus? Seria proveitoso definir essa sociedade como de Antigo Regime? Seria melhor criar novas categorias de definição,

¹¹⁷ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1976.

¹¹⁸ NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo, Hucitec, 1983.

¹¹⁹ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1977.

¹²⁰ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro(1790-1830)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992. p. 83.

¹²¹ Idem. Ver tabela 5.1, p.84.

¹²² Ver: MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: O imaginário da restauração pernambucana*. 2ª Ed. rev. e aumentada. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. Especialmente os capítulos 3 e 4, respectivamente: “À custa de nosso sangue, vidas e fazendas” (pp.105-151) e “A metamorfose da açucarocracia” (pp.153-194).

dada a tipicidade local? Ou seria melhor usar um meio termo entre tudo isso? As dúvidas se acumulam, procuramos abaixo discutir algumas noções e definir neste e no capítulo seguinte – e testar essa hipótese com base empírica nos três capítulos finais – quais os traços mais evidentes dessa sociedade.

Uma das maiores dificuldades teóricas para se trabalhar com a noção de Antigo Regime está na sua diversidade regional. Não existiu, por exemplo, um Antigo Regime europeu que enquadre as ações sociais de camponeses piemonteses e minhotos, parisienses e londrinos. Antigo Regime é, de acordo com a forma que utilizamos aqui, uma referência a comportamentos, atitudes políticas, sociais e econômicas praticadas em diversas sociedades ocidentais pré-industriais na era moderna. O que existiu, portanto, foram traços marcantes – as tais atitudes comportamentais – que pode designar a forma como um conjunto de pessoas se comportava na sociedade.

A historiografia sobre o Brasil colonial tem produzido nas últimas décadas trabalhos que discutem as características dessa sociedade, para tanto, diversos pesquisadores beberam na fonte de teorias e metodologias criadas para abordar modelos originariamente europeus. Esta incursão – cujos pressupostos de uma investigação mais detida na teorização, rigor metodológico e empiria estão na geração anterior: Ciro Cardoso, Maria Yedda Linhares etc. – trouxe para o debate acadêmico brasileiro discussões que proporcionaram nas últimas duas décadas uma jamais vista (no Brasil) proliferação de pesquisas históricas fundamentadas nesta ou naquela linha de pesquisa. Desta produção alguns conceitos tem tido impacto importante, dentre os quais, o de *Antigo Regime nos trópicos* tem gerado fecundos debates em nosso meio acadêmico.

Recentemente esta noção recebeu uma crítica feroz, para utilizá-la [a noção de Antigo Regime nos trópicos] é preciso considerá-la e discuti-la [a crítica].

Segundo Laura de Mello e Souza, a “idéia de um Antigo Regime nos trópicos ameniza as contradições e privilegia olhares europeus”.¹²³

“(…) as diferenças entre metrópole e colônia são irrelevantes a ponto de justificarem a abordagem da América portuguesa como quase uma versão tropical do Antigo Regime europeu. Se não, como explicar o título?”¹²⁴

Segundo Mello e Souza o “Antigo Regime nos trópicos” carregaria o problema de se basear num modelo exterior para entender a sociedade colonial. Seria na verdade – e o título apontaria para isso – apenas uma “versão”, quase uma *tradução literal*¹²⁵ da sociedade portuguesa.

É certo que pelas diferenças entre reino e conquista, o resultado da outra sociedade seria distinto, ou seja, ela não seria uma mera extensão da vigente na metrópole, o que é enfatizado na coletânea antes mesmo do livro começar, pois na apresentação/prefácio, Russel-Wood destaca que “(…) Tais modelos não foram, no

¹²³ MELLO E SOUZA, Laura de. *O Sol e a Sombra: Política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo, Cia das Letras, 2006. p.69.

¹²⁴ Idem, p.60.

¹²⁵ Este é o significado de “versão” segundo o Aurélio da forma como utilizado pela autora. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa*. 6ed. rev. atualiz. – Curitiba, Posigraf, 2004. p.814.

entanto, aceitos de forma acrítica (...)”¹²⁶, o título estendido – *nos trópicos* – não é um exemplo disso? Entendemos que a noção de Antigo Regime nos trópicos está baseada num esforço empírico que procura compreender traços de uma sociedade vigente na América portuguesa, que, sob forte influência do Antigo Regime português – nossos colonizadores não eram austríacos – fundamentava-se na desigualdade dos homens, na hierarquia, nos privilégios.¹²⁷

No afã de tentar enquadrar os autores de “O Antigo Regime nos trópicos”, Laura de Mello e Souza lança sua censura para o texto de Hebe Mattos:

“(…) a coletânea que se vem aqui discutindo propõe um Antigo Regime totalmente atípico ao mesmo tempo que afirma a sua tipicidade: ele é também atlântico e escravista, já que ‘[a] escravidão foi uma instituição *plenamente* [grifo original de Mello Souza no texto de Hebe Mattos] incluída na lógica societária do Antigo Regime’. De fato, numa sociedade hierarquizada e assentada em ordens que se distinguiam conforme o privilégio, a honra e a estima social – na Península Ibérica distinguiam-se ainda pelo *estatuto de pureza de sangue* –, a escravidão vinha a calhar. Por que, contudo, teria sido ‘plenamente’ recriada – na forma da escravização de africanos – apenas no contexto de sociedades européias de Antigo Regime que, ademais, tinham colônias – Portugal, Espanha, França, Holanda, Inglaterra –, e não em outras – Áustria, Prússia, Rússia, Polônia? Em outros termos: seria historicamente enriquecedor considerar equivalentes ou até iguais as lógicas societárias de Portugal, Espanha e suas colônias, por um lado, e, por outro, as da Prússia e da Áustria – este país, indiscutivelmente, um dos mais tipicamente *Ancien Regime* da Europa?”¹²⁸

Não somos os advogados de defesa do “Antigo Regime nos trópicos”, mas se esta formulação tem algum valor para o nosso trabalho é justamente na visão sobre a hierarquia que impunha, e, nela, a forma como se estabeleceu com a escravidão, adaptando-se, modificando-se.

Inicialmente, no trecho acima citado, Mello e Souza parece que vai discordar de Hebe Mattos, depois concorda: “De fato, numa sociedade hierarquizada e assentada em ordens (...) a escravidão vinha a calhar.” Ou seja, Mattos estaria correta ao sugerir que a escravidão não se contrapunha ao Antigo Regime, ao contrário, incluía-se em sua lógica. Desta questão surge uma pergunta sobre a “plena” recriação da escravidão na lógica

¹²⁶ FRAGOSO, João Luís Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda Baptista & GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Prefácio de Russel-wood. p.12.

¹²⁷ Ponto que é destacado em praticamente todos os 12 capítulos da coletânea. Citamos exemplo: “(...) tanto o ideário da conquista quanto a norma de prestação de serviços apareciam, no quadro do império, como mecanismos de afirmação do vínculo político entre vassallos ultramarinos e soberano português. *A economia política de privilégios* deve ser, portanto, pensada (...) enquanto cadeias de negociação e redes pessoais e institucionais de poder que, interligadas, viabilizavam o acesso dos ‘descendentes dos primeiros conquistadores’, dos ‘homens principais’, e da ‘nobreza da terra’ a cargos administrativos e a um estatuto político (...), hierarquizando tanto os homens quanto os serviços dos colonos em espirais de poder que garantiam (...) a coesão política e o governo do império.” BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *As câmaras ultramarinas e o governo do império*. in: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda Baptista & GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos*, 2001. Op.cit. pp. 189-221; pp.220-221; FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Afogando em nomes: temas e experiência em história econômica*. In: TOPOI. Revista de história. Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em História Social da UFRJ / 7 Letras, Set. de 2002, n.5, 404p. pp.41-69.

¹²⁸ MELLO e SOUZA, 2006, op.cit. pp.66-67.

societária do Antigo Regime: Por que isto ocorreria com Portugal, Espanha, França, Holanda, Inglaterra e não com Áustria, Prússia, Rússia, Polônia? Houve nesta pergunta uma mudança de foco da discussão inicial, na verdade o que Mattos sugere – daí o seu “plenamente” – é que haveria entre o Antigo Regime e a escravidão um traço básico, comum e que os tornava passíveis de conviver. Não eram como água e óleo, poderiam coexistir *plenamente*, uma vez que o Antigo Regime “legitimava e naturalizava as desigualdades e hierarquias sociais”, adaptáveis a sociedades escravistas.¹²⁹ Podemos inclusive, voltar a mais de uma década atrás, na tese de doutorado de Mattos, algo modificada e publicada pelo Arquivo Nacional em 1995, onde percebe-se que esta questão já estava presente em suas indagações. Dizia Mattos:

“A representação da ordem escravista, na Colônia ou no Império, sempre qualificou diferentemente os homens livres, diferenciando uma elite de ‘homens bons’ e, posteriormente à emancipação política, de ‘cidadãos ativos’. A historiografia brasileira sobre o período tem, em diversas oportunidades, tentado dar conta desta camada intermediária, formada por homens livres pobres e dos lugares que ocupavam na ordem social.”¹³⁰

O texto de Hebe Mattos na coletânea “O Antigo Regime nos trópicos” é um exemplo de como a reprodução da ordem escravista nos trópicos bebeu na fonte do Antigo Regime.¹³¹

Ao afirmar que os autores de “O Antigo Regime nos trópicos” não consideravam estas questões, em especial a escravidão, e as diferenças entre Portugal e Brasil, Laura de Mello e Souza acaba por esvaziar sua própria crítica. Assinada pelos três organizadores – João Fragoso, Maria de Fátima Silva Gouvêa e Maria Fernanda Baptista Bicalho –, está presente já na introdução do livro a proposta da coletânea, e nela fica claro que se levava em conta sim a escravidão, pois pretendia “compreender a sociedade colonial e *escravista* na América enquanto uma sociedade marcada por regras econômicas, políticas e simbólicas de Antigo Regime.”¹³² No texto que abre a coletânea, Fragoso fala sobre os cabedais e as estratégias empresariais das “primeiras

¹²⁹ MATTOS, Hebe. *A escravidão moderna nos quadros do império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica*. In: FRAGOSO, João; GOUVEIA, Fátima; BICALHO, Fernanda. (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos*, 2001. op.cit. pp.141-162. p.143.

¹³⁰ MATTOS, 1995. op.cit. p.32.

¹³¹ Mattos considera que a “(...) a legitimidade e a existência prévia da instituição da escravidão no Império português como condição básica para o processo de constituição de uma sociedade católica e escravista no Brasil colonial. (...)”. MATTOS, Hebe. *A escravidão moderna nos quadros do império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica*. In: FRAGOSO, João; GOUVEIA, Fátima; BICALHO, Fernanda. (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos*, 2001. op.cit. p.143.

¹³² FRAGOSO, João; GOUVEIA, Fátima; BICALHO, Fernanda. (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos*, 2001. op.cit. p. 21. Grifo nosso.

famílias” do Rio de Janeiro colonial. Uma das atividades marcantes desta “nobreza da terra” era o “apresamento/venda de índios e, mais tarde”, o comércio de escravos Africanos.¹³³

Como abandonaram a escravidão, se propunham compreender traços do Antigo Regime levando em conta a sociedade colonial e escravista? Como não levava em conta a escravidão, se o texto que abre o livro considera o escravismo como meio de acesso a recursos e poder? Poder e recursos que seriam utilizados justamente para referendar a hierarquia típica de Antigo Regime.

Ademais, após a publicação da coletânea em 2001, João Fragoso continuou versando sobre o assunto. Confirmava no ano de 2002 – ao explicar a relação qualidade e cabedal no Antigo Regime – a importância da escravidão na sociedade colonial, além das diferenças entre reino e conquista:

“Relação central no Antigo Regime europeu e ainda mais importante nos trópicos, pois, nestes, prevalecia uma economia mercantil escravista. Diante desta última noção, o perfil da elite e os contornos da hierarquia colonial tornam-se mais interessantes. Parte da direção da sociedade colonial estava nas mãos de uma nobreza bem diferente da européia. (...)”¹³⁴

Nesta sociedade diferente da reinol, a escravidão tinha, como se viu, papel central.¹³⁵ Fragoso destaca a importância deste e de outros grupos subalternos na Colônia quando afirma que:

“(...) O poder de *mando* da nobreza não decorria de um dom divino, dado para sempre. Portanto, a sociedade colonial continha seus mecanismos de reprodução e de elasticidade, entre os quais as práticas de negociação. (...)”¹³⁶

Esta negociação era fundamental para os grupos que alcançavam o topo da hierarquia, uma vez que seu poder e mando devia ser consentido, diria que até mais que consentido, apoiado, por isso a importância de lançar mão de estratégias via casamentos e relações sociais e políticas com os grupos os mais diversos.¹³⁷ Desnecessário dizer que os grupos menos abastados também lançavam estratégias e recursos, ou seja, investiam nestas relações, recebendo por elas, não só obrigações, mas também benefícios.

Sugerimos a noção de Antigo Regime pelo seu alinhamento a noção de sociedade hierarquizada onde os homens teriam privilégios e isenções de acordo com a sua condição. Desta forma, apesar das latentes

¹³³ FRAGOSO, João. *A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVIII)*. In: FRAGOSO, João; GOUVEIA, Fátima; BICALHO, Fernanda. (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos*, 2001. op.cit. pp. 29-72. p.40.

¹³⁴ FRAGOSO, Topoi 5, 2002. op.cit. p.45.

¹³⁵ Apesar de a autora de “O Sol e a Sombra” ter feito uma leitura diferente. MELLO e SOUZA, 2006, op.cit. p.67.

¹³⁶ FRAGOSO, Topoi 5, 2002. op. cit. p.46.

¹³⁷ Idem, pp.45-50.

diferenças entre regiões diferentes como vimos acima, partes integrantes do mesmo império, por onde circularam homens, idéias e recursos acabavam por compartilhar alguns valores.¹³⁸

1.3

Conexões através do Império

Por volta de 1680, o Bispo de São Tomé D. Bernardo Zuzarte, se encontrava na Bahia “por causa dos ventos” e enviava petição ao rei de Portugal para que pudesse regressar a seu bispado.¹³⁹ No ano seguinte o rei liberava 400\$000 (quatrocentos mil réis) da Fazenda Real para o Bispo de São Tomé fazer a torna viagem para sua Diocese. O bispo já se encontrava na Bahia havia dois anos.¹⁴⁰

Por questões da navegação depender de ventos e correntes marítimas foram diversos os governadores de São Tomé que nomeados, antes de exercer o governo ficaram vários meses na Bahia, alguns até mesmo anos. Isso ocorreu com José Caetano Soto Maior que teve que postergar sua estada em Salvador por motivo de doença. Vasco Fernandes César de Meneses, o Conde de Sabugosa, informava a D. João V em 9 de setembro de 1735 que a saúde de Soto Maior já estava “inteiramente perdida” quando este chegara a Pernambuco e depois a Bahia. O então nomeado governador de São Tomé lamentava sua sorte e lembrava “que em outras ocasiões expôs a vida pelo Real Serviço de Vossa Majestade” tendo ainda esperança que restabelecesse sua saúde e pudesse se curar para “poder brevemente fazer viagem”.¹⁴¹ Ficou curado.

Vinte anos depois, Dom José Caetano Soto Maior – já mencionado na documentação com o título de Dom –, mais uma vez na Bahia, encontrava lá vários moradores de São Tomé. Escrevia ao rei dizendo que o governo da Câmara estaria praticando várias “violências” contra os moradores da dita Ilha e não seriam poucos os que estavam embarcando para Bahia a fim de “refugiar-se das violências, que experimentam no Governo da Câmara de São Tomé”.¹⁴² Soto Maior citava ainda desordens no uso dos rendimentos da alfândega pelos camaristas e observava que “eu não posso desta Bahia evitar estes decaminhos, nem as violências, que fazem os daquele governo aos moradores daquellas Ilhas, que por se livrarem delas, se vem retirando para esta Bahia”.¹⁴³

Também o Desembargador Constantino José da Silva e Azevedo, que deu entrada em São Tomé por volta de setembro de 1777, passou um tempo antes na cidade de Salvador.¹⁴⁴ Licenciado para ir ao Brasil, mais precisamente com viagem em direção a Bahia, o Sargento Mor Francisco José da França foi atacado e morreu ao passar pelo Porto de Benim por volta de 1809.¹⁴⁵ João de Sousa, morador em São Tomé, tinha uma filha na

¹³⁸ Remeto a noção de império e circulação de valores no Império português em: FRAGOSO, João, GOUVÊA, Maria de Fátima, SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá. *Nas Rotas do Império*. Vitória: Edufes/Lisboa: IICT, 2006.

¹³⁹ AHU - S.Tomé - cx 3 - doc. 51, 28/3/1680.

¹⁴⁰ AHU - S.Tomé - cx 3 - doc. 54, 1/8/1681.

¹⁴¹ AHU - S.Tomé - cx 6 - doc. 27. 9/9/1735.

¹⁴² AHU - S.Tomé - cx 9 - doc. 41. 28/2/1755.

¹⁴³ AHU - S.Tomé - cx 9 - doc. 42. 28/2/1755.

¹⁴⁴ AHU - S.Tomé - cx 16 - doc. 9. 26/11/1777.

¹⁴⁵ AHU - S.Tomé - cx 44 - doc. 57. 15/10/1810.

Bahia.¹⁴⁶ Os exemplos são incontáveis, e alguns reunidos compõem uma imagem bastante nítida sobre a circulação de homens no Império português, principalmente entre São Tomé e Salvador/Rio de Janeiro.

O movimento entre Bahia e São Tomé se dava também pelo extenso comércio entre as duas praças. No ano de 1682, João Azevedo dos Reis fazia petição ao rei D. Afonso VI para que o Governador de São Tomé Jacinto de Figueiredo e Abreu liberasse do seqüestro que havia feito os bens do capitão João de Lobão, “e se lhe entregasse livremente toda a sua fazenda.” Constava que João de Lobão possuía dívidas ativas e passivas em Angola, Bahia e Rio de Janeiro.¹⁴⁷ O fato evidencia uma conexão imperial que ligava comerciantes na América portuguesa e em São Tomé. O circuito seria o seguinte: compra de escravos em Angola por João de Lobão, envio de escravos para a Bahia e Rio de Janeiro, daí as dívidas do documento se referirem principalmente a dívidas ativas.

Em 19 de agosto de 1735, o governador de São Tomé Lopo de Sousa Coutinho dava conta ao rei de ter recebido da Provedoria Mor da Fazenda da Bahia diversos presentes que seriam entregues ao Rei de Oere:

“quatro imagens, uma de Santo Cristo, outra da Conceção que chegou com um braço quebrado e outro desgrudado, Santo Antonio e São Lourenço, três frascueiras de Aguardente com falta nelas de três frascos, (...) três chapéus forrados de setim encarnado, três cortes de primavera, que diz tem vinte covado cada forte, e três rolos de tabaco grandes, uma Carta de Vossa Magestade para D. Augustinho Rei de Oere e a cópia da Ordem que com estas coisas Recebeu para eu mandar executar, visto se não achar o Padre Frei Arcanjo da Parma nem na cidade da Bahia e nem nesta Ilha por dela ter sahido doente para o Rio de Janeiro com o Padre Frey João Pedro seu Companheiro que tambem vinha destinado para a missão de Oere”.¹⁴⁸

Doentes, os missionários que se encontravam em São Tomé iam se cuidar no Rio de Janeiro ou na Bahia. Mas além de doentes, diversos recursos circulavam entre as duas praças. Presentes que visavam abrir ou expandir a negociação com governantes em Oere saíam da Bahia direto para São Tomé, para depois ganhar seu destino final.

No dia 28 de setembro de 1754 deu entrada no porto de Salvador uma embarcação com cargas de escravos “vindo da Costa da Mina pela Ilha do Príncipe a galera Senhor do Bonfim, São Pedro e Santo Antônio”, onde desembarcou seiscentos e noventa e oito escravos.¹⁴⁹

Em 2 de Janeiro de 1755 “veio da Costa da Mina pela Ilha do Príncipe a galera Nossa Senhora do Rosário, Santo Antônio e Santo Antônio, onde despachou quinhentos e setenta e três escravos”.¹⁵⁰

Em 26 de abril de 1755 “veio da Costa da Mina pela Ilha de São Tomé, a galera Nossa Senhora do Monte Carmo, e o Senhor do Bonfim”, onde desembarcou quatrocentos e noventa e sete escravos.¹⁵¹

¹⁴⁶ AHU - S.Tomé - cx 8 - doc. 26. 21/10/1744.

¹⁴⁷ AHU - S.Tomé - cx 3 - doc. 61. 3/3/1682.

¹⁴⁸ AHU - S.Tomé - cx 6 - doc. 25. 19/8/1735.

¹⁴⁹ AHU - S.Tomé - cx 9 - doc. 49. 22/6/1755.

¹⁵⁰ Idem.

¹⁵¹ Idem.

Em 13 de maio de 1755 “veio da Costa da Mina, pela Ilha de São Tomé a galera” a embarcação de nome “São José, Santo Antonio, onde despachou, quinhentos e dezoito escravos” e pagou de direitos seiscentos e sessenta e três mil, duzentos e cinquenta réis.¹⁵²

Juntando as sete embarcações que entraram na Bahia, vindo da Costa da Mina e Ilhas de São Tomé e Príncipe no período de 28 de setembro de 1754 até 13 de maio de 1755, segundo este documento¹⁵³, desembarcaram um total de 2.351 escravos totalizando em direitos pagos na alfândega da Bahia 3:374\$154.

Havia também entre as duas paragens a circulação de presos e degredados, esta prática aparece na Instrução para o Ouvidor Caetano Bernardo Pimentel Castro de Mesquita, e para o Capitão Mor Vicente Gomes Ferreira no ano de 1770.

Da cópia nº 2 da Instrução, que leva o Capitão Mor Vicente Gomes Ferreira, sobre a Ilha de São Tomé verá Vossa Mercê; desde o parágrafo 15º até o parágrafo 21º inclusive, o que lhe vai ordenado, sobre as candelárias, como também a barbaridade, e criminosa insolência, de se mandarem matar os cavalos e éguas debaixo do pretexto de que arruinavam as roças: e para coibir uma desordem, que nem se poderia esperar de negros brutos, e gentios, que habitam nos matos, e serras de São Tomé: Ordena Sua majestade, que Vossa Mercê, tendo sempre uma devassa aberta, faça processar breve, e sumariamente; *mandando prender em ferros, e remetendo para a Bahia*, ou para este Reino, toda a pessoa, sem exceção de alguma, que por si, ou por outrem matam ou mandam matar cavalo, água, ou cria; assim pertencente a Fazenda Real, como a qualquer particular da mesma Ilha. (...)¹⁵⁴

Uma carta enviada pela Câmara da ilha do Príncipe quarenta anos antes informa que não só assassinos de cavalos seriam degredados para a Bahia. Em 1731 os camaristas informavam que “Nesta ocasião nos achamos servindo a República desta ilha”, ou seja, governado-a, e por isso “somos obrigados a buscar a pax e a quietação dos povos para que estes vivam com todo o sossego que for possível; em cujos termos se nos oferece dizer a Vossa Majestade” que fugiu desta Ilha um “moço por nome Firmino José Franco, português”. A fuga ocorreu após a execução de alguns crimes e condenação de degredo feita pelo Juíz ordinário. Um dos degredados, o Capitão Mor da Ilha do Príncipe Antônio Franco, era tio do fugitivo. Este esteve preso por “desordens que fez no seu governo”, enviado para cumprir pena na Bahia, morreu na cadeia. Os camaristas tinham medo que Firmino se vingasse da prisão e morte do seu tio e clamavam “a Vossa Majestade, para que seja servido não dar o dito posto [de Capitão Mor que se encontrava vago] ao tal moço, pela sua incapacidade, para que não venha a suceder algumas desordens.”¹⁵⁵

Também circulavam recursos da Fazenda Real entre as duas praças. Em 1689 o conselho ultramarino emitia parecer sobre pedido do Bispo de São Tomé, Dom Frey Sebastião de São Paulo. O Bispo havia escrito em petição que não havia na Ilha “efeitos, donde se lhe pague a sua Congrua” e solicitava que esta fosse paga da Bahia, pois acreditava que lá “não faltam efeitos”. O parecer do Conselho ultramarino é que a Congrua fosse paga “pela Fazenda Real do Reino de Angola” pois era a “mais vizinha aquela Ilha” tal como ocorreu com seu

¹⁵² Idem.

¹⁵³ AHU - S.Tomé - cx 9 - doc. 49. 22/6/1755.

¹⁵⁴ AHU - S.Tomé - cx 12 - doc. 36, 20/7/1770. Grifo meu.

¹⁵⁵ AHU - S.Tomé - cx 5 - doc. 78. 28/3/1731.

antecessor.¹⁵⁶ Mas o pedido do Bispo é um exemplo da conexão entre os dois locais. Antes de chegar em São Tomé esteve na Bahia, não em Angola.

Em 22 de setembro de 1725 Vasco Cesar de Menezes, Vice-Rei do Estado do Brasil, recebia ordens régia para prover a Ilha de São Tomé com cavalaria para “defesa”, pois “se tem entendido, que a Ilha de São Tomé está exposta a quaesquer embarcações das nações estrangeiras” ou de qualquer pirata, mas se poderia evitar tal catástrofe caso houvesse na Ilha uma “companhia de cavalos que se componha até o número de trinta”. Assim o rei ordenava:

“sou servido a ordenar-vos que nos Navios que vão deste porto da Bahia a Costa da Mina a fazer Resgates de escravos faça remeter neles para a dita Ilha de São Tomé até meia dúzia de Éguas e sejam boas, e dois Cavalos para Pais por conta da minha Real Fazenda o que vos hei por muito recomendado, como negócio tão importante a meu Real Serviço, e ao beneficio e conservação da dita Conquista”.¹⁵⁷

No dia 7 de novembro de 1755, o rei de Portugal escrevia ao Provedor Mor da Fazenda do Estado do Brasil dizendo que soube por carta de 28 de julho de 1754 do governador de São Tomé e Príncipe que na Ilha havia pedra para fazer cal e boa quantidade de madeira, porém faltavam oficiais pedreiros e carpinteiros. Estes, segundo D. José, poderiam vir da Bahia “para a construção do Templo da Sé, e fortificações, dando-se principio aquelas fábricas”.¹⁵⁸

Temos assim, homens livres circulando entre os dois locais com um tempo determinado de serviço e que depois provavelmente voltariam para a “sua” terra. No mesmo documento o rei solicitava a presença de escravos artesãos que também sairiam da Bahia.¹⁵⁹

No dia 12 de maio de 1756, o Vice Rei do Brasil Marcos José de Noronha e Brito (o Conde dos Arcos) explicava em carta ao rei de Portugal, os detalhes sobre a negociação entre os portos do Brasil e a Ilha de São Tomé. A carta foi motivada por uma representação do governador da Ilha de São Tomé e Príncipe que tocava em dois assuntos: o pedido de “dois navios de licença, em que se transportem os generos daquele país e voltem com o tabaco que for necessário e a exploração de algodão”. O Vice Rei do Brasil critica o governador de São Tomé:

“menos bem informado [o Governador de São Tomé], ou talvez preocupado de alguma paixão particular fez esta representação a Vossa Magestade por que não consta que os moradores daquellas Ilhas tivessem nunca proibição alguma para poderem navegar as suas embarcações livremente para todos os portos desta América, conduzindo nelas todos os seus efeitos, e levando não só o tabaco mas todos os mais gêneros, que se fazem precisos para sua subsistência, sendo como é e foi sempre livre àqueles moradores o poderem fazer todos, ou qualquer deles este comércio sem embaraço algum, não persuade a razão, que sem mais cauza do que a liberdade, com que quis falar aquele governador se haja de restringir tão somente a dois navios de licença, não se seguindo desta graça outro algum beneficio, senão introduzir naquellas Ilhas hum verdadeiro monopólio”.¹⁶⁰

¹⁵⁶ AHU - S.Tomé - cx 3 - doc. 96, 22/3/1689.

¹⁵⁷ AHU - S.Tomé - cx 5 - doc. 6, 22/9/1725.

¹⁵⁸ AHU - S.Tomé - cx 9 - doc. 62. 7/11/1755. Fl.6

¹⁵⁹ Idem, ibidem.

O documento serve a dois de nossos propósitos: primeiro aponta para a existência regular do comércio entre os dois lugares, segundo, quando Conde dos Arcos versa sobre a cultura do algodão aponta para a circulação de idéias no Império português dentro da cultura de privilégios presente no Antigo Regime, tal como vimos no ítem 1.2.

“Pelo que pertence à fabrica de algodão, que aponta o mesmo governador, me parece admiravelmente tudo o que ele diz, e nesta parte me conformo também com a Mesa do negócio desta cidade, com diferença porém que nunca a tal fábrica se estabeleça pela fazenda de Vossa Magestade; por que serão infalíveis os prejuízos, e não irá em tão grande aumento, *como se for estabelecida por homens de negócio, a quem Vossa Magestade conceda alguns privilegios e isenções*, com que se animem a entrar na execução deste projeto (...)”.¹⁶¹

Apesar da discordância de Lisboa de que deveriam ser criadas industrias nas colônias, a mesma noção de privilégios e isenções se faz presente nas três paragens do Império. Nos escritos do Governador de São Tomé, na resposta do Vice Rei do Estado do Brasil e na própria negação vinda de Lisboa que não vê problemas em tomar nova resolução quando aparecerem aqueles que o Vice-Rei apontava como recebedores de privilégios e isenções: *particulares que se ofereçam a erigí-las*.

Pode-se argumentar que tais idéias circulariam apenas entre a elite, mas um outro documento permite aprofundar essa questão:

“Com o mais devido respeito Antonio Ribeiro Marrocos, Oficial de Serralheiro no Real Arsenal do Exército, quando estava requerendo o aumento de seu jornal, por ser diminuto, o de 400 réis, e lhe não corresponder para isso o seu bem conhecido merecimento, é então nomeado pelo Deputado Intendente daquele Real Arsenal, para passar no serviço de VAR a Ilha de São Tomé talvez para ali estabelecer Fábrica de Serralheria. O Suplicante não pode negar-se ao Real serviço, apesar dos gravíssimos incômodos que vai sofrer, e de livre e espontânea vontade a eles se quer sujeitar só pela glória que o suplicante vai adquirir em servir a VAR, e que suposto o suplicante é pobre, e acha-se até ao presente na Companhia de sua pobre Mãe viúva, e uma irmã solteira, as quais animava com o seu jornal, e para que estas não sintam falta na ausência do suplicante, parece, que assim como com outros se têm praticado em caso idêntico, se deve na ausência do suplicante continuar as suplicadas com o dito jornal de 400 réis ficando-lhe para isso a Praça de Aparelhador na mesma oficina de donde o suplicante sai: Agora parece que para o suplicante ir fazer a determinada jornada, é preciso

¹⁶⁰ AHU - S.Tomé - cx 9 - doc. 68. 12/5/1756.

¹⁶¹ Idem, ibidem. Na mesma folha, ao lado do parecer há a resposta assinada em Lisboa, 12 de outubro de 1758

que diz que "sei que as riquezas verdadeiras de um Estado são os frutos da terra, e os da industria que serve para socorrer a necessidade natural, e a da opinião é que os da industria são manufacturas. (...) Os Estados dominantes procuram ter Colônias, que tenham por objeto ou o comércio, ou a cultura de terras. (...). Das Colônias de cultura, e comércio convém tirar as matérias primas para as Fábricas, mas estas devem se estabelecer no País Dominante. Neste Reino é utilíssimo que haja Fábricas de toda a conta. Será problemático, não duvido, se ao menos estas de algodão convenha se levantarem na América; mas como *nunca convém que se estabeleçam pela Fazenda Real quando houverem particulares que se ofereçam a erigí-las, então se tomará a última resolução*"

estabelecimento naquela terra, e ali seja conservado, enquanto se julgar preciso, e depois na volta até chegar a esta Capital não deve vencer menos jornal que o de 1.200 réis em cada um dia, além dos referidos 400 réis, passando-se lhe nesta, pela estação competente o Provimento de Mestre; Estes são puros, e sinceros sentimentos do suplicante; que espera no caso de se verificar a lembrada jornada, receber também a competente e costumada ajuda de custo, bem como com outros se têm praticado.”¹⁶²

A petição do serralheiro de Lisboa escrita no início do século XIX aponta para o estabelecimento de uma relação de subalternidade onde o homem se posicionava na hierarquia para, após se *sujeitar*, receber privilégios e recursos. Ainda é cedo para apontarmos o impacto deste comportamento para as relações sociais entre elite e subalternos, mas já é possível assinalar que as idéias do serralheiro, do Bispo, do Governador, do Capitão Mor degredado, dos comerciantes de escravos e fazendas, dos doentes, de pais e filhos que viviam em partes diferentes do Império, de outros artesãos, de escravos e senhores, circulavam entre os grupos sociais na América portuguesa, no reino e em São Tomé e Príncipe. Para tratar do impacto disto teremos que problematizar a noção de Antigo Regime.

Uma sugestiva pergunta surge para ser respondida ao longo da tese: se entendemos os homens como atores sociais que apreendiam estratégias e faziam escolhas no bojo de uma sociedade com traços de Antigo Regime e esta noção pressupõe toda uma gama de hierarquias, distinções e privilégios diferenciados para atores sociais localizados em posições distintas, o que enfim significava participar de uma sociedade com estas características?

Para responder a esta pergunta, ao invés de aceitar a noção de Antigo Regime como algo pronto, teremos que definir quais eram os fundamentos que o davam vida, ou melhor, os conceitos que o sustentavam. Esta incursão teórica – mas prática num segundo momento – perderia toda sua originalidade se nosso estudo buscasse os padrões europeus medievais que fundamentaram hierarquias posicionando os homens em estratos¹⁶³ ou mesmo formulações anteriores, promulgadas na Antiguidade por conhecidos filósofos e letrados cristãos que deixaram marcas na idade média e moderna.¹⁶⁴

Ao contrário, nosso estudo tem destino certo, definir conceitos-chave, ou seja, conceitos onde sua aplicabilidade pode ser testada empiricamente e demonstrado que tal noção esteve presente na relação

¹⁶² AHU – São Tomé - CX 39 doc 10. Anterior a 12/6/1810.

¹⁶³ O texto de Hebe Mattos na coletânea responde exatamente por isso, pois faz uma análise de onde partia o “quadro mental” da hierarquia de Antigo Regime. Ver: MATTOS, Hebe. *A escravidão moderna nos quadros do império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica*. In: FRAGOSO, João; GOUVEIA, Fátima; BICALHO, Fernanda. (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos*, 2001. op.cit. pp.141-162.

¹⁶⁴ Ver a este respeito: XAVIER, Angela Barreto & HESPANHA, António Manuel. *A Representação da sociedade e do Poder*. in: MATTOSO, José (Dir.) *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*. Quarto Volume. Coordenador: Prof. Doutor António Manuel Hespanha. Editorial Estampa, 1993. pp. 113-140. Especialmente os subtítulos dentro do texto: *O corporativismo da segunda escolástica* (pp.118-122) e *A Política Católica* (pp.122-123)

estabelecida entre senhores e escravos nos trópicos e subalternos e elite em São Tomé e Príncipe. Cabe-nos interpretar de que forma os homens e grupos entendiam e jogavam com a desigualdade, focando as relações sociais entre escravos, senhores, elite e subalternos. Mais que isso, como nosso estudo conta com fontes de cerca de 1750 a 1850 poderemos discutir com mais ênfase dois períodos distintos: no século XVIII, limite no qual a noção de Antigo Regime é aplicada pela maioria dos autores e no XIX, onde se trata com mais cuidado ou mesmo certa desconfiança a aplicabilidade desta noção.

CAPÍTULO II

“EM REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS QUE FIZESSEM”: O ACESSO A RECURSOS NUMA SOCIEDADE HIERARQUIZADA

Abordaremos a seguir algumas noções presentes na idéia de Antigo Regime e sua aplicabilidade. Importa-nos nesta análise, reconhecer/definir na sociedade colonial traços das sociedades chamadas de “Antigo Regime” com suas especificidades e distinções. E, como nosso trabalho ultrapassa o primeiro quartel do século XIX, onde é datado o fim do período colonial, nos interessa observar, pelo menos até 1850, a preservação, a permanência de tais traços influenciando os diversos aspectos da vida dos atores sociais, questão que será discutida com mais vagar no capítulo III. Veremos, assim: (2.1) Os pressupostos de nossa formação social numa situação histórica específica e a ação do sujeito histórico numa sociedade pré-industrial e hierarquizada levando-se em conta a reciprocidade entre desiguais; (2.2) Como tratar a noção de estamento na América

portuguesa/Brasil e em São Tomé e Príncipe entre 1750 e 1850 e (2.3) analisando como hierarquias e distinções se apresentavam em África discutir como a desigualdade não era produto apenas da noção de Antigo Regime, o que nos ajudará a problematizar esta noção.

2.1

A ação social no “Antigo Regime nos trópicos”

A partir de 1500 e mais precisamente 1532 emergiu na América Portuguesa uma sociedade muito diferente da reinol, algo novo. No entanto, é preciso ter cautela ao falar desse algo novo, uma vez que ele não foi criado pela natureza.¹⁶⁵ Os homens quinhentistas que para cá vieram, como também os seiscentistas, setecentistas e oitocentistas – que aqui estavam e os que chegavam – não tentariam reproduzir aqui a economia, política e sociedade de Marte, certamente por eles desconhecida, eles tentariam organizar a sociedade sob as leis e costumes que conheciam. Mas esta hierarquia produzida nos quinhentos pelos primeiros portugueses seria diferente da praticada no reino, uma vez que os grupos colonizadores não tiveram condições de reproduzir aqui outro Portugal. A composição social, o processo de conquista do território, o contato dos colonizadores com a escravidão – que alcançou no Brasil índices demográficos inéditos ou pouco conhecidos para os lusitanos¹⁶⁶ – foram fatores que fizeram da sociedade colonial vigente na América portuguesa, algo diferente.

Oliveira Vianna, escrevendo sobre as supostas características dos “povos de origem colonial”, já destacava no início do século XX, a existência de duas constituições políticas: “uma escrita” que segundo ele não se praticava, porém presente em “nossas leis e códigos”, e outra que era praticada no dia-a-dia pelo povo, “adaptada a seu espírito, à sua mentalidade e estrutura”.¹⁶⁷

Cinco anos depois da publicação original de Vianna, um jovem estudante brasileiro defendia na Faculdade de Ciência Políticas e Sociais da Universidade de Columbia a tese intitulada “*Social Life in Brazil in the Middle of 19th century*”. Este jovem estudante transformou a tese num dos livros de maior influência no pensamento social brasileiro do século XX: *Casa Grande & Senzala*. Coerente com seus pressupostos, Gilberto Freyre afirmava que seu estudo era um “Ensaio de sociologia genética e de História Social, pretendendo fixar e

¹⁶⁵ “O mundo colonial brasileiro fora montado por um Portugal quinhentista, isto é, por uma sociedade que se utilizava da acumulação mercantil para reproduzir os seus traços pré-capitalistas ou, mais precisamente, uma hierarquia econômica e social aristocratizada, onde o não-trabalho e a fortuna rentista eram sinônimos de *status* social.” FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro(1790-1830)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992. p.285.

¹⁶⁶ Alguns autores trabalham com a idéia de que a colonização portuguesa das ilhas atlânticas nos séculos XV e XVI, serviu – posteriormente – como conhecimento prévio para a instalação de uma economia agrária voltada para a exportação de produtos para a Europa. No entanto, como reconhece Joseph Miller, o processo histórico se desenvolveu ao longo dos séculos, não foi dado, tendo o “complexo do engenho” e o “complexo do Atlântico sul” alcançado sua maturação, nas Américas. Ver: MILLER, Joseph. *O Atlântico Escravista Açúcar, Escravos e Engenhos*. Afro-Ásia, nº 19/20, 1997. pp.9-36.

¹⁶⁷ VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio. 1952. p.422. A primeira edição da obra é de 1918. Grifo nosso

às vezes interpretar alguns dos aspectos mais significativos da formação da família brasileira.”¹⁶⁸ Para tanto Freyre tomou como objeto de estudo o negro africano, o índio brasileiro e o luso caucasiano, buscando demonstrar quais eram as suas bases culturais e sua contribuição para a formação social e cultural do Brasil.

Ao chamar Freyre e Vianna para o cabeçalho desta discussão, buscamos enfatizar que já vem de longe a idéia de que a formação social na América portuguesa seria necessariamente diferente da de Portugal. Em Oliveira Vianna, encontramos uma colonização que bebia na fonte metropolitana, mas que não se encerrava nela, muito pelo contrário, ganhava novas cores e matizes. Freyre, por sua vez, procurava apreender como essas novas cores e matizes foram reproduzidas. Ele aposta na plasticidade do português, na sua adaptabilidade e mobilidade, aclimabilidade e mudanças de hábitos sob diversas condições físicas.¹⁶⁹

Trata-se, na verdade, para nós, de considerar que existiram condições históricas que fizeram do Brasil algo diferente de Portugal. Todavia, mesmo na metrópole, objeto de estudo dos historiadores portugueses preocupados com a influência do Antigo Regime lá, observa-se que havia espaço para o agente social contestar a construção social rígida que pressupunha o *Ancien Regime*:

“A existência de uma taxinomia institucionalizada, legitimada pela tradição e consagrada pelo privilégio, constituía o quadro de estruturação dos grupos sociais nos antigos regimes: ao mesmo tempo, condicionava os seus conflitos de classificação, balizados por esquemas de percepção do mundo social recebidos e incorporados, dentro dos quais tinham de se legitimar. Mas nem por isso aquele vocabulário social deixou de ser objeto de sucessivas e contraditórias traduções, resultantes, em parte, da construção conflitual desses mesmos atores sociais. (...)”¹⁷⁰

Ladurie aponta para a descentralização no Antigo Regime, permitindo certas costuras locais justamente como estratégia do poder central para domínio.¹⁷¹ Como visto acima, para Nuno Gonçalo Monteiro, havia espaço neste sistema para a interferência do agente social. Se existia tal faceta na Metrópole, cabe perguntar como se apresenta esta realidade na Colônia.

A classificação das pessoas numa sociedade hierarquizada visava estabelecer marcas, lugares sociais e privilégios distintos para cada grupo ou pessoa. No entanto tais marcas poderiam ser movediças, o que não era fácil. Poderia também significar o abandono estratégico de antigas práticas e o estabelecimento de novas na tentativa de um maior reconhecimento social.

¹⁶⁸ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 43ª edição, Rio de Janeiro, Record, 2001. pp.59-61.

¹⁶⁹ Idem. pp.81-95.

¹⁷⁰ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Poder Senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia*: In: MATTOSO, José (Dir.) *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*. Quarto Volume. Coordenador: Prof. Doutor António Manuel Hespanha. Editorial Estampa, 1993. p. 297.

¹⁷¹ Apesar de o estudo focar o Antigo Regime francês, Ladurie acredita que nas monarquias Ibéricas a descentralização monárquica se apresenta de forma semelhante. LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Introdução a monarquia clássica*: in: LADURIE, Emmanuel Le Roy. *O Estado Monárquico: França, 1460-1610*. SP: Companhia das Letras, 1994. p.14.

Pelo avanço das pesquisas referente a estas questões nos últimos anos, contamos com uma bibliografia sobre o Brasil colonial que aponta para uma questão: a classificação das pessoas no Brasil colonial era episódica, mutável e referia-se ao lugar social ocupado, o que se consagrava, por exemplo, na cor que não era classificada somente pela tonalidade da tez das pessoas.¹⁷² Como congelar um escravo numa posição “X”? Impossível! A alforria alteraria seu *status*, e, dependendo do prestígio, poder, ocupação e relações sociais, era possível a um preto tornar-se pardo, ou este se tornar branco.¹⁷³

Esta bibliografia, relativa à Europa moderna e em nosso caso, Portugal moderno ensina que no próprio reino, o lugar social dos nobres era hierarquicamente superior ao dos camponeses, sendo as suas “qualidades” diferentes.¹⁷⁴ Para que estas idéias pudessem ser aplicadas ao Brasil, ou seja, para que na conquista, o lugar social de senhores fosse elevado em relação ao dos escravos, certa noção da sociedade lusitana deveria ser transportada para a Colônia. O que se percebe, ao ler e comparar estudos originários de regiões do Antigo Regime europeu – assim definidas pelos historiadores – é que alguns conceitos, lá utilizados, podem nos ajudar aqui – guardadas as devidas diferenças e proporções – a identificar a vida social colonial e até mesmo em parte do século XIX.

A noção de sociedade pré-industrial é um destes conceitos. Uma das definições príncipes foi discutida na década de 1940 por Karl Polanyi (fonte teórica fundamental de Giovanni Levi para a discussão sobre o mercado no Antigo Regime piemontês) quando este abordou o papel do mercado na história. Segundo Polanyi, em sociedades pré-industriais a economia humana não seria caudatária apenas da noção de lucro. Na verdade a economia não existia como instância independente, mas estava inserida no conjunto das relações sociais. O princípio norteador da economia humana seria a ação de salvaguardar a situação social, para o qual alianças, proteção e sobrevivência era mais importante que aspectos estritamente econômicos.¹⁷⁵

¹⁷² FERREIRA, Roberto Guedes. *Pardos: trabalho, família, aliança e mobilidade social. Porto Feliz, São Paulo, c. 1798 – c. 1850*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005; MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades. Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social. (São José dos Pinhais – PR, passagem do XVIII para o XIX)*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006; FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás Pretas: Damas Mercadoras: As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. Tese apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Concurso para Professor Titular em História do Brasil. Niterói, 2004; MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.; PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na Colônia. Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2001.

¹⁷³ FERREIRA, Roberto Guedes. *De ex-escravo a elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, século XIX)*. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de & SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. (Orgs.) *Conquistadores e Negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa. Séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007. pp.336-376.

¹⁷⁴ MATTOSO, José (Dir.) *História de Portugal*. 1993-1994. op.cit. MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. *O Crepúsculo dos grandes. A casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda. 2000.

¹⁷⁵ POLANYI, Karl. *A Grande Transformação. As origens da nossa época*. 4ª ed., Rio de Janeiro, Campus, 2000. p.62, p.65.

Giovanni Levi foi um dos autores que melhor definiu como a ação política poderia tomar espaço da noção de lucro em sociedades pré-industriais. Segundo o historiador – que fala textualmente de um Antigo Regime no Piemonte –, por trás do aparente mecanismo do mercado fatores como poder, sobrevivência, solidariedade e recursos, condicionariam os preços e as transações ofertadas no mercado.¹⁷⁶ Na análise deste mercado afetado pela situação pessoal, familiar, clientelar dos agentes envolvidos nas trocas, nas compras e nas vendas, um conceito bastante utilizado é o de reciprocidade. Para Levi, o conceito de reciprocidade deve absorver trocas desiguais, pois:

“(…) En una sociedad que no tiene una definición clara de la determinación de los valores económicos, que no conoce un mercado impersonal y autorregulado, los problemas de definición del precio justo y del salario justo son complejos y remiten continuamente al concepto de equidad. No se trata de deducir el valor de los bienes intercambiados de una determinación definida en el intercambio, ni de una característica intrínseca de los bienes, sino de construir un sistema de intercambio en el que los valores estén determinados por las características específicas de quiénes sean las personas que entran en la transacción. (...)”¹⁷⁷

Equidade é um conceito chave na formulação de Levi, pois ele atenta para a diferença social. Tomar a reciprocidade como trocas simétricas seria uma armadilha em sociedades onde a hierarquia influenciava nas relações sociais. A *Equidad* revela que essas sociedades são governadas pela *justicia distributiva*, ou seja, uma justiça cujo papel visa garantir a cada um, o que lhe corresponde segundo o seu *status*.¹⁷⁸ Reciprocidade, na formulação de Levi, engloba o contato entre grupos, no próprio interior de cada grupo, ou no limite, as relações de cada pessoa com todas as outras. Ao chamar a equidade para a discussão, Levi desvincula a reciprocidade da equivalência. Neste sentido poderia haver trocas, mesmo que desiguais, entre pessoas situadas em posições diferentes na sociedade. Os sujeitos trocam para que cada um saia ganhando, e é justamente neste sentido que a reciprocidade entre desiguais se justifica em sociedades segmentadas em corpos, hierarquizadas. Nelas, não só as pessoas eram desiguais, mas agiam de forma diferente: “(...) um mendigo aspirava antes a tornar-se o rei dos mendigos do que um comerciante pobre.”¹⁷⁹

Silvia Lara chama atenção para esta hierarquia no Brasil escravista:

“Ao contrário do mundo em que vivemos, em que há uma preocupação constante em afirmar a igualdade entre os homens (apesar das desigualdades sociais), nas sociedades do antigo regime imperavam as diferenças: concebida a partir deste princípio, a arquitetura social previa para cada um o seu lugar, numa rede ordenada e hierarquizada de posições. (...) Todos possuíam seus direitos,

¹⁷⁶ LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista do Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000. p.147-149.

¹⁷⁷ LEVI, Giovanni. *Reciprocidad Mediterránea*. Paper, p.22. Publicado originalmente em: *Hispania*, Madrid, n°204, pp. 103-126.

¹⁷⁸ Idem, p.3.

¹⁷⁹ LEVI, Giovanni. *Comportamento, recursos, processos: antes da revolução do consumo*. In REVEL, Jacques (Org) *Jogos de escala. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p.212.

privilégios, deveres e atribuições, distribuídos de modo diverso conforme o lugar ocupado na rede hierárquica.”¹⁸⁰

Esta formulação pode ser aplicada aos conceitos que utilizamos de Fredrik Barth. Partícipes diferentes da sociedade, o mendigo e o comerciante, apesar de conviverem na mesma coletividade não faziam parte do mesmo grêmio e poderiam ter noções distintas sobre uma mesma situação. Por isso a estratégia inicial de mobilidade social do mendigo seria diferente da de um comerciante, de um nobre ou do rei. Inicialmente lutava-se para assumir a posição de liderança no interior do seu grupo.

Grupos diferentes, o que nos permite utilizar de forma redimensionada a noção de hierarquia estamental. No nosso caso, tal noção nos ajudará a entender com mais precisão o funcionamento da hierarquia numa sociedade escravista.

Segundo José Antonio Maravall:

“(...) toda sociedad que ha alcanzado um cierto grado de evolución y ha entrado en el campo de la historia, tiene que proceder a diferenciar las funciones que sus miembros han de llevar a cabo en el seno de la misma. En consecuencia, (...) ha de establecer un sistema de atribuciones y deberes, y correlativamente de compensaciones o ‘retribuciones’ por el ejercicio de las diversas actividades en servicio de todo el grupo, que derivan de aquellas funciones y que les son conferidas a los individuos conforme a los diferentes sectores en que se distribuyen. (...)”¹⁸¹

Os setores da sociedade onde se distribuem os indivíduos¹⁸² são os estamentos. As pessoas se organizariam dentro dessas sociedades a partir de um sistema de atribuições e deveres que teriam suas retribuições ligadas ao exercício das diferentes atividades praticadas em prol de todo o grupo. Esse sistema engendraria valores de integração, funções conservadoras e retribuições compensatórias onde os homens tinham acesso a recursos.

Nesse esquema são distribuídos *status*, *papel social*, *prestígio* e *compensação*. O *status* refere-se à função que o indivíduo ocupa na sociedade. Daí deriva seu *papel social* que determina o que ele tem a fazer. Do que ele faz e de sua posição reconhecida pelos demais agentes sociais deriva seu *prestígio*. E finalmente, de acordo com o prestígio a pessoa recebe sua *compensação*.

Essa compensação é observada por Maravall através da honra. Cada pessoa, segundo o que faz recebe a sua, sendo a distribuição da honra desigual, assim como desiguais são as pessoas de acordo com o seu estamento. Para a sociedade poder andar, se perpetuar no tempo, cada estamento precisa praticar uma função

¹⁸⁰ LARA, Silvia. *Fragmentos setecentista: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. Tese de Livre Docência. Unicamp, Campinas, 2004. p.90.

¹⁸¹ MARAVALL, José Antonio. *Poder, honor e elites en siglo XVII*. Madri: Siglo XXI, 1989. p.16.

¹⁸² Ressalvo que utilizo a palavra indivíduo como sinônimo de pessoa, ator social. Não o vejo como alguém despido de relações sociais. Indivíduos assim são muito mais que a significado atual desta palavra faz crer. Na sociedade tratada ele não constituía “uma unidade distinta”, mas sim parte de um grupo e agia segundo seu interesse.

específica. A honra é atribuída quando a pessoa pratica com correção a sua função. Cada grupo de pessoas segundo seu estamento nessas sociedades tem por aceitação geral sua dignidade, honras, privilégios, direitos, deveres, sujeições, símbolos sociais, trajes, alimentos, emblemas, maneiras de viver, maneiras de serem educadas, maneiras de gastar seu dinheiro e recursos, modos de distraírem-se, funções e profissões que os membros podem ou não exercer, além do comportamento que seus membros devem observar com respeito aos de outros grupos.¹⁸³

Contudo, a hierarquia estamental carrega alguns problemas se quisermos aplicá-la na sociedade em estudo, pois ela propõe uma sociedade estática, quase paralisada. Para o Brasil colonial e imperial até 1850, já existem estudos que observaram a possibilidade de alguma fluidez, de mobilidade tanto ascendente como descendente, mesmo no interior dos grupos que compunham a sociedade.¹⁸⁴ Destarte, pode-se dizer que aquela sociedade possuía traços da sociedade estamental definida por Maravall, quais sejam: a hierarquização das pessoas e o *status* ligado à prática de algumas funções. Descontando-se esta questão, esta visão enriquece a análise, pois permite observar distinções entre grupos sociais, ou até mesmo hierarquias dentre as pessoas num determinado grupo. Vejamos como exemplo, os cativos de um mesmo plantel.

Ciro Cardoso foi perspicaz ao introduzir no Brasil a discussão de “brecha camponesa”.¹⁸⁵ Mesmo que o ponto de partida da discussão tenha recebido forte críticas¹⁸⁶, hoje podemos apontar, apoiado nesta instituição, para a diferença entre os escravos e analisar – como faremos no ponto de chegada desta tese – a hierarquia dentro da senzala. O escravo que obtinha o recurso da moradia em separado, da família e da roça própria, não era uma marionete senhorial que não mais fugiria com medo de deixar para trás parentes e amigos, ou que jamais desobedeceria a seu senhor cegamente com medo de perder as benesses por ele concedidas. Este escravo obtinha, para usar a imagem de Levi, recursos para se tornar o rei dos escravos, pois ele se diferenciava de todos os outros que ainda morassem nas apertadas senzalas coletivas, que não tivessem acesso à família, que não pudesse chamar de sua a produção da roça cedida pelo senhor.

Assim, aplicar noções da hierarquia estamental nos permite propor que na sociedade hierarquizada e escravista as pessoas não se diferenciavam apenas entre grupos distintos: senhores e escravos; livres e escravos. As pessoas se diferenciavam, inclusive, dentro do próprio grupo: senhores de grandes cabedais de senhores com poucos recursos; escravos com acesso à família, melhores ocupações, roça própria, pecúlio etc. de escravos sem os mesmos recursos. Permite-nos propor também que para serem reconhecidos na sociedade e terem chance de ascender, ou seja, terem acesso a retribuições compensatórias, os subalternos deveriam procurar se integrar, conservando a sociedade (*status quo*). Esta visão é compatível com o conceito de estratégia de Barth, ou seja, os subalternos faziam escolhas por vontade própria, limitados¹⁸⁷ é verdade, mas baseados na sua experiência

¹⁸³ MARAVALL, 1989. op.cit. p.23.

¹⁸⁴ Ver a este respeito: FERREIRA, 2005. op.cit. sobretudo o capítulo II; MACHADO, 2006 op.cit; FARIA, op.cit. 2004. Sobre o item 2.3 do capítulo II. “cor e condição social no período escravista”. pp.65-78.

¹⁸⁵ CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, capitalismo e escravidão*. Petrópolis, Vozes, 1979. Ver especialmente – “A brecha Camponesa no sistema escravista”. pp. 133-154.

¹⁸⁶ Ver a crítica de Slenes ao conceito de brecha camponesa. SLENES, Robert. *Na Senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999. op.cit. pp.197-199.

¹⁸⁷ Ver no capítulo I a noção de cultura distributiva e a discussão sobre incerteza no conceito de estratégias.

cotidiana buscando melhorar suas vidas. Pessoas localizadas em posições superiores permitiam negociações, integrações e faziam concessões compensatórias justamente para evitar que os subalternos se tornassem inimigos, ao contrário, os queriam como colaboradores, amigos e parentes como ensinou recentemente João Fragoso.¹⁸⁸

Em suma, pode-se usar o termo sociológico *estamento*, mas aplicá-lo em sintonia com a sociedade estudada. No nosso caso, uma sociedade estamental peculiar, posto que hierarquizada, mas móvel, com exemplos reais de mobilidade, mas que mantinha como uma característica ímpar a diferença de qualidade, de privilégio, de tipos de trabalho, deferência, formas de ser e tratar o outro de acordo com a sua posição na coletividade. Ponderemos, o Brasil que estudamos entre cerca de 1750 e 1850 tinha traços estamentais, e toda vez que o termo for utilizado esta qualificação anterior deverá ser empregada.

2.2

Posicionamento social e hierarquia na noção de traços estamentais

Segundo James Coleman uma das principais mudanças por que passaram as sociedades humanas foi a emergência por volta do século XIII de corpos sociais que separaram a pessoa física da pessoa jurídica. O rei, por exemplo, passa a ter o *status* não de uma pessoa comum, um ser humano, mas alguém quase que fictício, tendo um papel a cumprir de acordo com a sua posição, o mesmo ocorreria com os demais membros da sociedade.¹⁸⁹ Esta nova forma de apresentação das pessoas na sociedade engendrou, para Coleman, novos tipos de relações sociais, que foram organizadas a partir dos condicionantes legais que cada pessoa carregava, diferenciando assim, reis de mendigos.

Baseado num estudo de F. A. Von Hayek intitulado “*Law, Legislation and Liberty*”, Coleman observa que podemos caracterizar diferenças em dois tipos de organização social: “spontaneous order” e “made order”. O ponto fundamental para James Coleman é que ambas as formas de organização seriam produzidas nas relações sociais, ou seja, mesmo a primeira não seria completamente espontânea, mas tal distinção marcaria a diferença fundamental entre as duas na forma como os atores sociais interagem:

“that in spontaneous social order, the rules or law merely specify an open framework, within which parties establish relations, carry out transactions, and develop social organization. In what he calls "made order" (and what i have called

¹⁸⁸ Uma análise refinada da utilização do parentesco, tendo o mesmo, benefícios e obrigações recíprocas para subalternos e dominadores na sociedade colonial está em: FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600-1750)*. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de & SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. (Orgs.) *Conquistadores e Negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa. Séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007. pp. 33-120.

¹⁸⁹ COLEMAN, James. *Contracted Organization: First Principles*. In: *Journal of Law, Economics and Organization*. Oxford University Press, Special Issue, Vol. 7, 1991. Pp.7-23. p.7

above constructed social organization) the structure of relations is established by design, the relations are between positions in the organization, with persons merely occupants of the positions, and the incentives for the occupants of each position in the structure are specified in the design”¹⁹⁰

Numa organização social que Coleman chama de construída, as pessoas teriam papéis sociais específicos gerados pela posição ocupada na organização. Nestes termos, a noção de Coleman se aproxima da de papéis sociais de Maravall.¹⁹¹ Uma vez se relacionando, os dois atores sociais teriam papéis sociais a cumprir e isso criava uma série de expectativas não apenas no outro, mas na sociedade como um todo.¹⁹² Uma das grandes sacadas de Coleman é a interferência de um poder superior nas relações entre os ocupantes das posições na sociedade. O rei, por exemplo, não seria mera ficção na cabeça dos membros da sociedade, mesmo para os escravos na América portuguesa ou os rebeldes em São Tomé, sua majestade teria mais que uma presença ficcional nas relações. A visão teórica de Coleman nos dará a sustentação necessária para compreender como, dentro da lógica de uma sociedade escravista e hierarquizada, elite e subalternos negociavam.¹⁹³

A primeira questão é abandonar a idéia de exclusão social que a hierarquia das fortunas, sobrevalorizadas demais, faz perceber. Há estudos que já demonstram como o parentesco e a criação de bandos, muito mais incluía pobres e subalternos na teia relacional da elite do que os números duros fazem ver.¹⁹⁴

Para Coleman, numa organização social construída, os papéis sociais são mais importantes que as pessoas, isso se dá pelo esvaziamento da noção de indivíduo (que Coleman chama de pessoa física) nesta organização. Neste tipo de organização engendram-se conservadoramente atividades de manutenção da vida social buscando a reprodução social.¹⁹⁵

Neste caso havia uma ordem social superior aos indivíduos direcionando atitudes e comportamentos para um determinado caminho. Esta direção não anula a noção escolástica de auto-governo¹⁹⁶ e não impedia que

¹⁹⁰ COLEMAN, 1991. op.cit. p.8

¹⁹¹ MARAVALL, 1989. op.cit., pp.16-23.

¹⁹² COLEMAN, James. *Foundations of society theory*. Cambridge, Massachusets and London. The Belkap Press of Harvard University. 1994.

¹⁹³ COLEMAN, 1991, op.cit. Itens 1 a 4.

¹⁹⁴ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600-1750)*. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de & SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. (Orgs.) *Conquistadores e Negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa. Séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007. pp. 33-120.

¹⁹⁵ COLEMAN, 1991, op.cit. Itens 3 e 4.

¹⁹⁶ Ver a noção de sociedade corporativa. Cf: XAVIER, Angela Barreto & HESPANHA, António Manuel. *A Representação da sociedade e do Poder*. in: MATTOSO, José (Dir.) *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*. Quarto Volume. Coordenador: Prof. Doutor António Manuel Hespanha. Editorial Estampa, 1993. pp. 113-140. Ver espeicalmente dentro do texto: *A Concepção Coporativa de Sociedade* (pp.114-116).

senhores exercessem o comando poderoso de suas casas, mas aponta que os membros da sociedade partilhavam algo em comum para que o grupo como um todo não cometesse suicídio social. Esse direcionamento que ocorria na relação, jamais foi automático ou robotizado, pois dentro de um pool de escolhas possíveis os homens podiam acertar ou errar. Certo é que nesta organização havia comportamentos aceitáveis e inaceitáveis e havia recompensas e punições para que os caminhos escolhidos fossem o do bem comum, o interesse comum equitativo numa organização que mantinha pessoas de qualidades diferentes.

Para que os subalternos partilhassem desse bem comum e se tornassem aliados na tarefa da reprodução do sistema era imprescindível que pudessem acessar um jogo de ofertas de benefícios que poderiam ser conquistados de forma racional. Assim, alcançar melhoras nas condições de vida a partir de prêmios por agir da forma esperada pelo outro na organização teria de ser completamente viável. Como operava este modelo? Uma carta do Rei de Portugal D. José em 1755 é esclarecedora deste tipo de organização:

"Dom José por graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves da quem e de além Mar em África Senhor de Guiné. Faço saber ao Governador Mor da Fazenda Real do Estado do Brasil, que se viu o que me escreveu o Governador, e Capitão General da Ilha de São Tomé e do Príncipe, em carta de vinte e oito de Julho de mil setecentos e cinquenta e quatro, em que insinuava que em observância da minha ordem pela qual lhe mandei declarasse as providencias que seriam necessárias para o novo estabelecimento da Ilha do Príncipe me expunha da cidade da Bahia, aonde ficava, que na dita Ilha há pedra para se fazer a cal de que ali se usa, e quantidade de boas madeiras; mas que faltavam Pedreiros e Carpinteiros, que poderiam ir dessa Cidade da Bahia onde já se lhe ofereceram alguns que eram precisamente necessários Mestres para a direção das obras com dois dos quais se poderão servir os que há na mesma Ilha para a construção do Templo da Sé, e fortificações, dando-se principio aquelas fábricas e que para as das fortificações se carecia de Engenheiro, que tão bem há nessa Cidade, *sendo da mesma sorte conveniente, que eu mandasse comprar aí dois pretos oficiais de Oleiro por conta de minha Fazenda que ambos poderão custar quatrocentos mil reis, com os quais se poderia poupar muito em telha e tijolo fazendo-o na mesma Ilha; pois mandando-se conduzir do Brasil se faria uma considerável despesa, tirando-se além dessa utilidade a de ensinarem os ditos pretos,[a] outros das ilhas, a quem sendo eu servido, poderia mandar dar as suas alforrias, em remuneração de serviços que fizessem; (...)*"¹⁹⁷

A carta acima aponta para uma política de negociação que visava garantir no ultramar a prestação de serviços a Coroa portuguesa. Havia assim, uma hierarquia de serviços visando garantir a funcionalidade e viabilidade da Real Fazenda. O fato de poder “poupar muito”, ou, “ganhar muito” elevando as fazendas reais e fortalecendo o reino aparece em diversas comunicações do século XVII, XVIII e XIX, seriam serviços que mereciam sua devida compensação, como pede Francisco Xavier Alvares de Mello em 1810, por ter prestado serviços ao rei. Queria “um posto honorífico da Real Armada, e a Mercê de Habito da Ordem de Cristo”. Os serviços que fez foram explicados detalhadamente em petição que subiu aos cuidados de Sua Majestade:

“(...) que navegando no ano de 1809 em qualidade de Capitão, Caixa e Interessado do Bergantim Vigilante para a África, com o destino de negociar escravos, depois de ter entrado por escala em Angola, Cabinda e São Tomé, constou-lhe haver naquelas Costas, na altura de graus da Linha hum Porto conhecido pelo Velho Calabar em que os habitantes eram civilizados, e polidos pela influencia dos Ingleses que com eles comerciavam, mas que eram inimigos dos Portugueses havia mais de hum século, pela má fé que com eles praticaram os Negociantes da Ilha do Príncipe e São Tomé,

¹⁹⁷ AHU, São Tomé - Cx 9 - doc. 62 – fl.6. 3/9/1755.

que alem d'outros atentados venderam o Príncipe herdeiro, que o Rei e os Cinco Potentados do Calabar lhe haviam confiado, para o fazerem instruir na Língua Portuguesa e ciências civis; e querendo o suplicante reivindicar a reputação da Nação Portuguesa com vistas de um vantajoso comércio de que resultaria um grande aumento e os Reis Direitos aventurou-se contra todos os perigos, que eram de se esperar de uma Nação ofendida, e da entrada de um Porto desconhecido, e conseguiu entrar, e ainda mais por efeito de hum manejo político, e dispendioso pôde concluir hum Tratado de Comércio, que o suplicante em nome da Nação assinou, e afiançou sobre sua responsabilidade, ficando assim franco o comércio a todos os Negociantes sem privanças, sendo concluído e assinado o Tratado em 28 de Outubro de 1809, e se acha hoje na Secretaria d' Estado dos Negócios da Marinha, e Dominios Ultramarinos; *resultando delle importar o suplicante nesta Corte uma florente armação de escravos, de que veio a Real Fazenda considerável soma de Direitos (...).*¹⁹⁸

O fato é que entre o hábito da Ordem de Cristo pretendida por Francisco e a alforria prometida pelo rei aos escravos oleiros havia uma grande distância. Distância esta que marca a diferença de *qualidade* existente entre eles. Baseados em Maravall, sabemos que as pessoas possuíam papéis sociais diferenciados em sociedades estamentais, onde a diversidade hierárquica resguardava a própria sobrevivência da sociedade ao distribuir diferencialmente prestígio, honra, compensação, fazendo com que as pessoas praticassem funções sociais conservadoras da sociedade como meio de conservarem a si próprias, ou mesmo buscarem ascensão social. É por isso que os escravos fizeram as telhas e tijolos para construir a Sé da Ilha do Príncipe e Francisco adentrou nação ofendida correndo riscos de vida para prestar serviço considerável para a Real Fazenda.

Ao usar a visão teórica dos dois autores que estamos utilizando (Maravall e Coleman) o aceno do rei aos escravos com a *remuneração de serviços que fizessem* ganha outra dimensão: cimentava relações, promovia os atores sociais dentro do seu grupo.

A conservação desta ordem é posta em prática como valor a partir de duas situações complementares que estavam nas mãos do rei e dos senhores: o monopólio da coerção e da premiação. Porém, a existência de um poder superior ao dos senhores era para os subalternos ao mesmo tempo meio de coerção e de proteção¹⁹⁹. Neste caso, a sociedade ao redor como olhos externos atentos na relação estabelecida entre um senhor e aquele escravo incluiria duas importantes questões naquela relação: a supervisão do desempenho dos atores sociais para o bem da organização e a medida dos incentivos e punições²⁰⁰. Haveria neste caso uma distribuição de *status*.²⁰¹ Os subalternos com trajetórias que agradavam a elite ganhariam *status* dentro do grupo, se aproximando da possibilidade de acessar posteriormente grupos superiores, mas principalmente ganhariam nesta negociação possibilidade de primazia perante os seus, dentro do seu próprio grupo, como vimos no caso dos casos expostos no capítulo anterior. Para a recompensa de *status* funcionar os benefícios deveriam ser realmente importantes e jamais se tornassem engodos. Aqui é preciso lembrar que os serviços dos subalternos, neste tipo

¹⁹⁸ AHU - S.Tomé, 1810 - cx 44 - doc. 8.

¹⁹⁹ COLEMAN, 1991, op.cit. Itens 1 até 5.

²⁰⁰ Idem, itens 6 e 7.

²⁰¹ Idem, item 8.

de organização, caso feitos de forma errada ou propositalmente ruim não atingiam negativamente somente seu chefe ou senhor, mas também a outros membros da elite naquela hierarquia, inclusive o maior deles, o rei.²⁰²

O monarca, enquanto topo desta hierarquia deve ser pensado nos moldes de Coleman, enquanto um homem poderoso, regulador final do bem público, em suma, da própria sociedade. Nesta posição, por mais distante que estivesse o rei das conquistas e de parte de seus súditos seu poder estaria presente, uma vez que quando a organização tivesse um fim – e esse era a reprodução no tempo e no espaço –, os comportamentos estariam sempre sendo constrangidos e incentivados para aquele fim. O modelo que criamos baseado em Coleman segue na esteira de um paradigma bastante utilizado na historiografia brasileira atual, onde se percebe o poder do rei de um lado, mas relativiza-o para negar a visão clássica absolutista do outro. A elite local na Colônia, os *Homens bons*, portanto, deixaram de ser vistos como os primos pobres do pacto colonial, para configurar em trabalhos recentes como as “mãos e os pés do rei na colônia”²⁰³. Neste paradigma, como tratar os subalternos?

A resposta segue alguns subalternos de diferentes qualidades de São Tomé e da América Portuguesa buscando apreender o longo período (c.1750-c.1850) por esta tese abordado.

Começamos com a longa petição do Sargento Mor, navegante e negociante da praça da Bahia, mas no momento morador na Ilha do Príncipe escrita por volta de 1778.²⁰⁴ José Gonçalves da Silva, em seu pedido, elabora diversas justificativas e explicações onde é possível compreender como um vassalo se posicionava na hierarquia e esperava, de acordo com a sua posição, o socorro de um membro que estava acima naquela hierarquia.

“Senhora

Aquele reconhecimento, que sempre pela experiência tiveram os homens, de que dos Estados, que sucederam a Anarquia, foi o Monárquico o mais vantajoso pela pronta expedição, com que hum só, / em cuja soberana mão depositou Deus aquela parte da sua Autoridade que era necessária para o governo das coisas temporais e para que os Povos vivessem em paz, e tranqüilidade, fim para que foram instituídas as cidades / fez com que fossem com justíssima razão reputados mais venturosos os que tinham nascido debaixo de um Império de semelhante natureza, do que aqueles, que tinham pelo contrario conhecido ou a Aristocracia, ou a Democracia. Felizes os Portugueses! que desde os florentíssimos tempos em que este felicíssimo Império começou a erigir-se, constituindo a mais gloriosa época do Governo Lusitano na Potentíssima Casa dos Afonsos, Augustíssimos Predecessores de Vossa Majestade, que sempre viram igualmente que a Monarquia, a Benigna *Proteção*, com que eles, como amantíssimos Pais de seus

²⁰² Daí a própria coroa se preocupar em cercear abusos e impor limites a prática dos colonos, ações que iam no sentido de não perder o controle do poder na colônia. LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.72.

²⁰³ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Famílias e Negócios: a formação da comunidade mercantil carioca na primeira metade do século setecentos*. pp.225-264. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de & SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. (Orgs.) *Conquistadores e Negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa. Séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007. p.231

²⁰⁴ AHU – São Tomé, S/d - Cx 16 - doc. 19.

Vassalos, ocorreram sempre com prontidão; e eficaz remédio aos vexames, com que estes eram muitas vezes oprimidos, e consternados; sendo preciso uma semelhante ocasião para poder ter exercício a Piedade, que encerravam em seus Augustos Corações.”²⁰⁵

Após os “Ausgustíssimos” elogios à monarquia, o Sargento Mor e Negociante José Gonçalves nos indica qual era um dos mais “venturosos” atributos daqueles que haviam nascidos “debaixo de um Império” como o português: a proteção que recebiam do rei.

Esta proteção se funda nos inalteráveis Princípios do Direito Público Universal, que são os mesmos da Razão, e da Justiça, em que também se fundam os Direitos Natural e das Gentes: Pelos quais o Vassalo, que se vê oprimido, tem Direito, para pedir ao seu Rei, e Senhor Temporal que o livre da opressão calamitosa, em que se acha; ou seja esta causada dentro do Império pelos mesmos concidadãos, ou fora do Reino pelos Estrangeiros: sendo por isso mesmo este um dos Direitos de que goza o Nacional, e Cidadão Português bem como muitos eram os de que gozavam nos antigos tempos os Cidadãos Romanos.

Estas são as justíssimas, e sólidas razões, em que como em base bem segura, se funda o presente requerimento: No qual humildemente representa a Vossa Majestade o sargento Mor José Gonçalves da Silva morador da Ilha do Príncipe, e negociante da Praça da Cidade de Salvador Bahia de Todos os Santos, e como tal Nacional deste Reino: Que carregando, e surtindo na dita Cidade da Bahia a Sumaca por invocação Nossa Senhora da Conceição e São José / de que é senhorio/ de tabaco, telha, tijolo, e mais gêneros, com que se costumam surtir e carregar as embarcações que se conduzem ao fim da Negociação: E saindo do Porto dela com viagem direita ao da Cidade de Santo Antonio da Ilha do Príncipe, aí deixou vários degradados que levava, e ordens de Vossa Majestade que entregou, e a Equipagem da Embarcação, que tinha transportado daquela Ilha para a Cidade da Bahia o Ouvidor Caetano Bernardo Pimentel Castro de Mesquita, como também os ordinandos da Ilha de São Tomé, que se achavam por falta de embarcação detidos na dita Cidade da Bahia.

A petição pode ser um exemplo não apenas de como um vassalo no terceiro quartel do século XVIII se posicionava diante do rei, mas também o que era importante para merecer algo além da proteção:

E pretendendo passar adiante para os Portos de Resgate da dita Costa da Mina, por terem aí pouca saída os seus efeitos, despachou pela Alfândega dessa Cidade a dita Sumaca com a carga que nela ía, como se manifesta do documento nº 2º, e alcançou ao mesmo tempo Alvará de navegar livremente pelos Portos de Resgate da Costa da Mina, com escala pelo Castelo de S. Jorge, como se vê do documento nº 1º, para cuja concessão não só concorriam os *Privilégios*, que para semelhante fim Vossa Majestade tem concedido aos moradores da Ilha do Príncipe, mas também *o serviço que tinha feito em levar as ordens de Vossa Majestade, e degradados para a dita Ilha* e principalmente a utilidade, que nisso mesmo recebia o comércio, a que Vossa Majestade com justíssima razão tanto costuma atender. De sorte que *o suplicante não faltou a uma só circunstancia daquelas, a que era obrigado em razão do fim, a que se propunha: mostrando ao*

²⁰⁵ Idem, ibidem.

*mesmo tempo suma obediência aos ordenamentos de Vossa Majestade e um grande conhecimento, e instrução no modo, e forma do comércio naquele continente; pelo freqüente exercício, que disso tem tido.*²⁰⁶

Os serviços do Sargento Mor e Negociante são detalhados e apresentados como obrigações bem cumpridas, o que demonstrava não somente sua obediência, mas a sua capacidade em prestar aqueles importantes serviços, que ultrapassavam até mesmo a esfera da estrita mercancia, daí o merecimento de receber privilégios.

Em seguida a petição toma corpo quando versa sobre os “Holandeses” e as violências sofridas no Castelo de São Jorge da Mina onde o suplicante perdeu diversos bens, inclusive a sua Sumaca.²⁰⁷

“Para Submissamente a Vossa Majestade que atendidos os motivos que justificam a queixa do Suplicante / que como vassalo obediente procura a sua Rainha Senhora como única defensora, que reconhece na Terra dada por Deus para acudir aos vexames dos seus Fiéis vassalos / queira por sua inata Piedade dar no presente Caso as providências, que forem mais do seu Real Agrado, com as quais reparada a injúria, que recebeu o comércio Português naquele continente, fique também ao mesmo tempo ressarcido o prejuízo ao Suplicante.”²⁰⁸

A petição pode ser lida de diversas formas²⁰⁹, a utilizamos aqui como referência ao comportamento de um subalterno pedindo socorro e de certa forma mostrando merecê-lo, pois enquanto vassalo teria antes cumprido seu papel social. Um caso envolvendo subalternos e elite na América portuguesa no século XIX é um bom exemplo de como membros diversos da sociedade entendiam proteção e privilégios de acordo com o papel social.

Discutindo a noção de trabalho no Brasil – estudo focado entre 1798 e 1850 –, Roberto Guedes Ferreira demonstrou que variava, de acordo com o agente social, a valorização ou não do trabalho, inclusive o manual. Documentos citados por Roberto Guedes ilustram a visão que os subalternos e as elites poderiam assumir sobre o trabalho.²¹⁰ Um caso emblemático citado por Ferreira demonstra como pessoas posicionadas em grupos sociais distintos poderiam negociar e estabelecer acordos sem negar – ao contrário, a partir de – a hierarquia

²⁰⁶ AHU – São Tomé, S/d - Cx 16 - doc. 19.

²⁰⁷ “um Batelão, e várias canoas, ainda os próprios Baús do uso do Suplicante com todos os gêneros, alfaias, peças de ouro, prata, e bronze, escravos, recibos despachos, conhecimentos, carregações, e outros papéis de igual importância: Que tudo juntamente com o casco da dita Sumaca que também foi tomado”. AHU – São Tomé, S/d - Cx 16 - doc. 19.

²⁰⁸ Idem.

²⁰⁹ Pode ser tomada como o exemplo de um grupo social específico que ganhava cada vez mais importância no Império português no século XVIII. Ver a este respeito: SAMPAIO, 2003. Op.cit.

²¹⁰ FERREIRA, 2005, op.cit. pp.98-99.

social vigente. O retomamos para exemplificar nossa aplicação teórica de Maravall e Coleman numa abordagem de uma sociedade com traços de Antigo Regime.

Ano de 1820, João Carlos Augusto de Oeynhausien, governador da capitania de São Paulo escreve ao Capitão-Mor de Porto Feliz, Antônio da Silva Leite. O conteúdo da carta versa sobre uma ordem de Oeynhausien para que os vadios de Porto Feliz sejam obrigados a reforçar as tropas de linha. A resposta de Silva Leite ao pedido do governador é esclarecedora. Transcrevo da tese de Ferreira, o documento original:

Ill^{mo} Ex^{mo} Snr

Represento a V. Ex^a que com os vadios deste País é que se formam as tripulações das repetidas expedições que desta Vila partem para o Cuiabá, e por isto *esta gente de alguma maneira deve ser respeitada por sua habilidade no trabalho do Rio*. Contudo, se for do agrado de V. Ex^a que assim mesmo eu os vá enviando eu o farei logo que receber a definitiva resolução de V. Ex^a, e no [ilegível] eu *vou continuando a expurgar o distrito do meu comando os homens verdadeiramente ociosos e turbulentos*. Deus guarde a V. Ex^a Quartel de Porto Feliz 15 de Fevereiro de 1820.

Ill^{mo} Ex^{mo} Senhor [Governador] João Carlos Augusto de Oeynhausien
Antônio da Silva Leite Capitão Mor.²¹¹

Do caso, Ferreira ressalta a diferença de tratamento entre os vadios e ociosos, pois o trabalho proporcionava aos primeiros alguma consideração.²¹²

Gostaríamos de chamar atenção para o impacto desta noção, pois há uma diferença crucial entre “esta gente [que] de alguma maneira deve ser respeitada por sua habilidade no trabalho do Rio” e dos que “vou continuando a expurgar o distrito do meu comando os homens verdadeiramente ociosos e turbulentos”.

Para entendermos melhor como esta questão hierárquica agia na sociedade, levaremos Maravall para a discussão, trazendo dele a tríade: papel social/prestígio/compensação. Aplicando esta visão na situação retirada da tese de Ferreira, a hierarquização das pessoas e suas estratégias (de acordo com o conceito de estratégias de Barth) ficam mais claras.

Da carta do governador ao capitão mor, quase dá pra enxergar o rabisco da hierarquia e o local de cada membro citado da sociedade nela. O topo é ocupado pelo rei, que deve manter a ordem. Abaixo vem o governador Oeynhausien, representante do rei, é ele quem tem a tarefa de gerir o bem estar público na capitania, ministrando a justiça e promovendo as “coisas que cumprirem ao serviço do rei e da sua fazenda”²¹³. Mais abaixo vem Silva Leite, o capitão mor responsável por “ter o comando militar”²¹⁴, organizando as tropas de sua localidade. Mas não pára por aí, ainda existem os vadios, habilidosos no trabalho do Rio, sem o qual Porto Feliz sucumbiria economicamente, posto que ficaria intransitável a via de acesso à comercialização das expedições. Por último nesta hierarquia estavam os homens verdadeiramente ociosos e turbulentos.

O papel social esperado do capitão mor é o de manter a vila em ordem. Tendo sucesso nesta matéria ele ganha prestígio. Para o sucesso dessa empreitada ele precisa negociar com os subalternos, no caso os vadios. Estes têm a função de ajudar com seu trabalho no rio, cooperando para o sucesso comercial das expedições. É justamente este o papel social dos vadios, pelo qual deriva um prestígio importante: o reconhecimento e a

²¹¹ AESP, OPF, Cx. 54, Pacote 2, doc. 15. Apud: FERREIRA, 2005. op.cit. p.98. Grifos nossos.

²¹² Idem. pp.98-99.

²¹³ SALGADO, Graça (Org.). *Fiscais e Meirinhos*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1985. pp.144-145.

²¹⁴ Idem. p.128.

estima do capitão mor. Deste prestígio é gerada uma compensação: a liberação do penoso serviço nas tropas de linha. Enfim chegamos aos homens verdadeiramente ociosos e turbulentos. Seu papel social era, sob o ponto de vista de Silva Leite, o pior possível, ou seja, eram membros da sociedade que não ajudavam com nenhuma função, ao contrário, atrapalhavam o sossego público e, por conseguinte o governo da capitania, por isso seu desprestígio. Neste caso sua compensação era serem “expurgados do distrito”, quiçá reforçando as tropas de linha, como queria o governador.

Este jogo entre papel social, prestígio e compensação existente na situação relacional Rei X Governador, Governador X Capitão-mor, Capitão-mor X vadios era permitida pela visão hierárquica de sociedade. Assim, este será o referencial teórico que dará o tom da análise da relação senhor-escravo, elite-subalterno em nosso trabalho, focando uma questão muito específica: as estratégias dos atores sociais para seus diversos projetos de vida.

2.3

No ambiente africano

Quinhentos anos antes da chegada dos portugueses, muitas sociedades africanas, já trabalhavam o ferro, dominavam os segredos da guerra através do uso do cavalo, da sela e de armas construídas pelos ferreiros. Havia reis poderosos e humildes vassalos vivendo sob forte hierarquia e diferentes privilégios. Comercializavam-se animais de grande porte, alimentos e ferramentas a partir de rotas comerciais por onde também passavam o sal, o ouro e escravos. Esta última mercadoria, como conta Roland Oliver foi talvez a de maior importância na expansão das rotas que ligavam diversos reinos africanos.²¹⁵ Ainda segundo este autor, este cenário avançaria a tal ponto que fortaleceria reinos que teriam na escravidão e comércio sua razão de ser. Apesar do “aumento dramático” do tráfico quando da chegada dos portugueses, tal comércio já existia e havia deixado marcas na África.

Na região ocidental, conta a história do império Mali que já Islamita, Mansa Musa, o rei do Império Mali, teria entrado no Cairo em 1324 com mais de uma tonelada de ouro, a comitiva real contava com 500 escravos, cada um deles segurando um bastão de ouro. Sua riqueza e oferta de ouro teria sido tão impressionante nesta viagem que desvalorizou o metal amarelo, com este chegando a valer menos que a prata por algum período na região.²¹⁶

Na África central atlântica e na África oriental, quando da expansão banta o domínio do ferro, da agricultura e o comércio instaria poder e hierarquias sociais em diversas regiões ao sul do rio Zaire.²¹⁷ No reino do Congo, por exemplo, é identificável uma hierarquia entre o rei, chamado *Manicongo* e o que seria sua nobreza, chefes de 12 linhagens descendentes daquele que primeiro fez o contato ancestral com os espíritos da terra e por eles foi legitimado ao governo. Esta hierarquia fundamentava, por exemplo, o uso estratégico do catolicismo por *Mbemba Nzinga* ou D. Afonso (reinou de 1506 à 1543), segundo Manicongo convertido ao

²¹⁵ OLIVER, Roland. *A experiência Africana: da pré-história aos dias atuais*. Rio de Janeiro, Jorge Zahard Ed., 1994. p.135.

²¹⁶ SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança: A África antes dos portugueses*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2006. “Mali”, capítulo 11, pp.317-341. p. 329.

²¹⁷ Idem. “A expansão banta”, Capítulo 7, pp.209-227.

catolicismo. O próprio acesso às mercadorias levadas pelos europeus para a compra de escravos seria privilégio de uma elite a partir do Manicongo.²¹⁸

Com todos os limites que carrega um livro de viajante Rugendas já conhecia no século XIX que entre os africanos havia uma hierarquia bem definida: “encontram-se entre eles, chefes cuja autoridade é reconhecida, leis, diferenças de casta, homens livres e escravos, grandes e pequenos”.²¹⁹

Em suma, em regiões tão distantes como o Congo ou Mali, poder, hierarquia, escravidão, privilégios, diferenças sociais e econômicas não seriam desconhecidas por grande parte dos africanos, mesmo os derrotados em guerras, vencidos de sociedades vizinhas conheciam a hierarquia e o poder, senão internamente, através do seu vencedor. Em Mali vê-se o uso do escravo como símbolo de poder. Além disso, certamente deveria haver uma negociação interessante para o *Mansa* não temer ser atacado com bastões de ouro que deviam pesar um bocado, ou que estes quinhentos subalternos resolvessem fugir com a pequena fortuna que ostentava em suas mãos.

Uma vez que os escravos foram partícipes fundamentais da sociedade colonial, até que ponto podemos trabalhar esta história africana como meio pelo qual aprenderam costumes e práticas que os dotaram de capacidades para compreender a sociedade hierarquizada onde viveram no Brasil? Ocorre que em regiões da África, a tríade que extraímos de Maravall: Papel social, prestígio e compensação, não era desconhecida, ao contrário, era praticada e difundida. Para testar esta hipótese nos deteremos a uma região específica da África, vamos delimitá-la.

Não foi sem motivos que Mary Karasch chamou a cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX de cidade escrava. Desembarcaram no Porto do Rio entre 1790 e 1830, cerca de 700 mil escravos. Entre 1800 e a proibição definitiva do tráfico foram mais de um milhão.²²⁰

Para que se tenha uma idéia, em 1799, quase 35% da população urbana do Rio de Janeiro era escrava, em 1821 o eram 46%, em 1849 eram escravos 39% dos habitantes do Rio de Janeiro. Entre as duas primeiras datas a população mancipia aumentou mais de 141%, e em relação à segunda e terceira, mais 118%. No mesmo período a população livre cresceu respectivamente 120% e 170%.²²¹

Entre 1790 e 1807, dos escravos da cidade com a procedência anotada em inventários *post-mortem*, 64,6% eram africanos, percentual que sobe para 77,8% entre 1810 e 1835. Para proprietários de até quatro

²¹⁸ SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, Fundação Biblioteca Nacional, 2002. “No reino do Congo”, Capítulo 10, pp.359-405.

²¹⁹ RUGENDAS, João Maurício. *Viagem Pitoresca ao Brasil*. 7ª edição, Livraria Martins, São Paulo, 1976. p.58.

²²⁰ KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

²²¹ Para este aspecto demográfico e sua influência na escravidão urbana, cidade do Rio de Janeiro, ver: AMARAL, Rodrigo de Aguiar. *Nos Limites da Escravidão urbana: A vida dos pequenos senhores de escravos na Urbes do Rio de Janeiro, c.1800-c.1860*. Dissertação de mestrado, UFRJ / PPGHIS, 2006. Ver sobretudo o capítulo III, “Contornos de uma cidade escrava”. pp. 54-77.

escravos, os cativos africanos eram representados em 81%.²²² Mas como bem sabiam Nina Rodrigues e Arthur Ramos, para se compreender o negro no Brasil, torna-se necessário conhecer o negro no continente africano. Além do mais, Arthur Ramos assegurava que não havia naquele continente uma unidade cultural.²²³ Sendo assim, chamar minas, angolas, moçambiques etc. de “africanos” é cometer erro por imperícia, como já o era para estudos étnico-sociológicos ou médico-científicos de outrora. A este respeito, José Roberto Góes é enfático ao afirmar que “Os africanos, como se sabe, são, em certo sentido, uma invenção americana.”²²⁴

Neste sentido, é importante conhecer que africano era esse. Os dados apresentados por Manolo Florentino²²⁵ sobre a flutuação do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, demonstram que 82% dos escravos desembarcados no Rio de Janeiro entre 1795 e 1830 vieram da África Central.²²⁶ Pesquisa em inventários *post-mortem* acompanham estes dados²²⁷, ou seja, entre 1790 e 1835, segundo José Roberto Góes, em média 85% dos escravos africanos que viviam na cidade do Rio de Janeiro eram da África central atlântica. Em suma, estes dados nos permitem afirmar que falar de escravo no Rio de Janeiro urbano na primeira metade do século XIX é falar de um escravo específico: o que veio basicamente das áreas que compunham a África centro-ocidental, doravante: o **Congo Norte**: Cabindas, congos e monjolos; **Angola setentrional**: Ambacas, angolas, cabundas, camundongos, cassanges, luandas, marinbas, moanges muxicongos, quiçamãs, rebolos e songos; e **Angola Meridional**: Benguelas, ganguelas, mogumbes, mocambes e mocumbes.

Desses reinos, portos e entrepostos, vieram a maior parte dos africanos que desembarcaram no Rio de Janeiro na primeira metade dos oitocentos. Diante da importância numérica e proporcional dos africanos como escravos, e entre os africanos, dos provenientes da África central, região composta por vários grupos étnicos, que apesar de diferentes guardavam características próximas em relação ao tronco lingüístico – nomeada posteriormente *Bantu* – e a visão cosmogônica, Slenes chegou a dizer que: “se a escravidão no centro-sul era africana, isto vale dizer que era bantu.”²²⁸

Estes dados demonstram a importância de se estudar tais regiões, pois para conhecer os escravos que aqui viveram, é importante conhecermos mais de perto quem eles eram, estudando sua vida social, suas instituições, práticas e costumes em suas regiões de origem. Parte-se do princípio, como ensina Jonh

²²² GÓES, José Roberto. *Escravos da paciência. Estudo sobre a obediência escrava no Rio de Janeiro (1790-1850)*. Tese de Doutorado, UFF, 1998. p.165.

²²³ RAMOS, Arthur. *As culturas Negras*. Livraria-Editora da casa do estudante do Brasil, Vol.III. Rio de Janeiro. 1956. p.19. “(...) A África é um grande mosaico cultural, onde padrões de cultura os mais variados e complexos, se misturavam em combinações imprevistas. (...)”. p.34.

²²⁴ GÓES, 1998. Op.cit. p.174.

²²⁵ FLORENTINO, Manolo. *Em costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997. Apêndice 13, p.234. FLORENTINO, Manolo. Sobre minas, crioulos e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871. in: FLORENTINO, Manolo. (org.) *Tráfico, cativo e Liberdade*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2005. p. 335.

²²⁶ Tais cativos seriam distribuídos pelo sul-sudeste escravista.

²²⁷ GÓES, 1998. op.cit. p.241.

²²⁸ Ver: SLENES, Robert. *Malungu, Ngoma vem! África encoberta e descoberta no Brasil*. Cadernos Museu da escravatura, Luanda, Ministério da Cultura, 1995. p.12

Thornton²²⁹, que os africanos agiam nas Américas com base *também* em sua cultura autóctone, por isso, o esforço em apreendê-la na busca por aspectos que informavam o pensamento e a forma de agir dos africanos.

Pelo menos dois trabalhos partiram desta perspectiva ao tratar dos africanos. Robert Slenes se esforçou para encontrar na cultura africana a flor através do fogo mantido aceso dentro de certas senzalas. A própria moradia dos escravos no Brasil tem referência com as construções de África, como demonstra o brasilianista.²³⁰ Sheila Faria, encontra na cultura Mina, da África Ocidental, o trato habilidoso no comércio já praticado pelas mulheres dessa região. Até mesmo a indisposição a gerar filhos e a forma como legava seus bens passava pelo crivo de suas culturas originais.²³¹

O que buscamos aqui são estas ambivalências, permanências africanas na vida de congos, angolas, benguelas, cabindas e demais vizinhos de África Centro-ocidental. Conhecendo estes dados poderemos traçar comparações com a vida que levaram como escravos aqui no Brasil. Buscamos demonstrar que a idéia de uma hierarquia já se fazia presente neste segmento da África, com isso, havia espaço para que estes escravos africanos entendessem a hierarquia estamental vivida e praticada na diáspora.

Na África centro-ocidental as pessoas se reconheciam numa hierarquia que fazia dos membros da sociedade, pessoas desiguais.²³² Sociedades baseadas na etnia e no parentesco eram governadas pelo princípio da gerontocracia, ou seja, os mais velhos controlavam o acesso aos meios de produção e às mulheres. Neste contexto linhagístico, media-se o poder e a riqueza de um grupo familiar pelo número de dependentes que conseguiam manter, incluindo aí, mulheres, filhos, parentes pobres, agregados e escravos.

Deve-se considerar, neste sentido, uma diferença crucial da escravidão na África e no Brasil. Uma das características centrais da escravidão no Brasil, foi a sua ligação com a produção. Não se produzia ou reproduzia escravos para punir uma sociedade inimiga, para matar prisioneiros e comer corpos guerreiros assumindo espiritualmente suas forças e habilidades, muito menos, aqui, se faziam escravos por meio de lei: como punição a infratores e endividados. A escravidão na América esteve, desde sempre, atrelada à produção, ao domínio, ao status e ao poder.²³³ O escravo existia aqui para trabalhar, e era no mundo do trabalho que participava da sociedade, lá estava ele, de norte a sul, de leste a oeste, cortando cana, retirando dos rios ouro de aluvião, plantando café, vendendo comida, limpando a casa. Nos próprios livros dos viajantes foram, quase sempre, retratados trabalhando.²³⁴

²²⁹ THORNTON, Jonh. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico. 1200-1800*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 2004. Ver especialmente o conceito de cultura afro-atlântica. p.48.

²³⁰ SLENES, 1999, op.cit.

²³¹ FARIA, 2004. op.cit.

²³² LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira. 2002. pp.42-47.

²³³ Para uma discussão mais conceitual de escravidão, ver: FINLEY, Moses. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991. Ver também: MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1995.

²³⁴ Debret, por exemplo, pintou várias vezes os escravos trabalhando. DEBRET, Jean baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1989.

Isso fez do escravo no Brasil a principal força de trabalho, na qual a economia colonial apoiava-se. Isto não nega a existência de outras formas de produção baseadas no trabalho familiar e camponês, e a diferente importância dos escravos para atividades tão distintas como a pecuária e a lavoura, mas relativiza como meio menor de acesso a recursos e cabedais o trabalho sem a utilização de cativos.²³⁵ Já no “ambiente africano”²³⁶ “as pessoas tinham escravos juntamente com outros tipos de dependentes”, tão ou mais importantes que os próprios escravos para a produção, como os subalternos que se incorporavam às linhagens através de penhor, casamento e concubinato.²³⁷

Segundo Lovejoy, a escravidão na África Centro-ocidental esteve mais ligada a exportação e a sua rede de abastecimento que a escravidão doméstica, isto não quer dizer que ela não tenha deixado marcas e que não pudesse – nos grandes centros da África –, chegar a níveis demográficos dignos da escravidão nos grandes centros da América. Quando isto ocorria, aumentava o papel do escravo na produção. No Congo, no século XVI, estimativa imprecisa citada por Lovejoy dá conta que a população local girava em torno de pouco mais de duzentos mil habitantes, com quase ½ destes sendo escravos.²³⁸

Na guerra civil entre duas cidades congolezas ocorrida na década de 1660, Banza Sônio saqueou São Salvador e praticamente duplicou, a partir do butim, sua população de escravos. A partir destas situações que não podem ser generalizadas, relatos da época dão conta de uma maior atenção à produção dos escravos, e conseqüentemente o aumento de seu papel na economia. No trabalho da terra, existia inclusive, a instituição que conhecemos como “brecha camponesa”, posto que os chefes de Banza Sônio, obrigando seus escravos a produzir mais, concediam aos cativos – em contrapartida – pequenos lotes de terra. Neste caso, os viajantes que passavam por estas regiões puderam notar como era o trabalho escravo. É bastante sugestiva sobre o sofrimento dos cativos, a interpretação de um italiano cristão que viajou pelo Congo em 1657. Segundo Cavazzi, os mancípios:

“(…) ficam exaustos por todas as espécies de tarefas; as suas vidas são sempre muito penosas; o único pagamento que eles podem esperar é uma ligeira melhora no tratamento que recebem”.²³⁹

²³⁵ Todos os dados referente a produção corroboram a associação entre escravidão e acesso a riqueza, cito como exemplo o trabalho de Luna & Klein sobre a economia de São Paulo entre 1750 e 1850. A produção diminuía – e, por conseguinte os lucros – tanto quanto mais baseado no trabalho familiar com ausência de escravos estivesse uma família. O inverso ocorria com o domínio cada vez maior de escravos. LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2005. pp.68-69

²³⁶ Como diz Lovejoy.

²³⁷ LOVEJOY, 2002. Op. Cit. p.44.

²³⁸ Idem. p.196.

²³⁹ OROLOVA, A. S. “Intituition de l’esclavage dans l’état du Congo au moyen âge (XVI-XVI (sic) siècles)”. In: *VII Congrès Internatinal des sciences Anthropologiques and at Ethnologiques*, vol . IX. Moscou. 1964, pp.197-198. Apud: LOVEJOY, 2002. Op. Cit. p.197.

Logicamente, não podemos pensar que este tratamento viesse por dom divino, como possivelmente gostariam alguns missionários. Algo naquela relação de poder existia para que os escravos esperassem a “ligeira melhora no tratamento que recebem”. Como aponta o dado mais acima da brecha camponesa no Congo, pode ser que ela tivesse a ver com trabalho, mas não qualquer trabalho, um trabalho produtivo, por isso tão exaustivo com tarefas “muito penosas”.

Entre os séculos XVII e XVIII, o aumento da escravização e do contato com os portugueses nesta região foi imenso – mais de 3.100.000 cativos foram exportados para as Américas entre 1600 e 1800, segundo Lovejoy²⁴⁰ –, o que gerou dividendos para ambos, africanos e luso-brasileiros, como ensinou mais de década atrás, Manolo Florentino.²⁴¹

Na África, sociedades se fortaleceram bélica e simbolicamente, ao utilizarem-se estrategicamente das mercadorias e costumes levados pelos europeus: de armas ao catolicismo como bens de prestígio. Instituições africanas, como a guerra, as leis, as alianças matrimoniais seguindo no dote o “preço da noiva”²⁴² se equiparam com essas mudanças, alterando as forças locais na busca de uma mercadoria valorizada pelos parceiros comerciais brancos: os escravos. É ilógico e infundado pensar em “negros” nesta época. Os chefes locais se livravam dos estrangeiros, dos inimigos, a quem antes queriam matar e/ou comer em rituais culturais antropofágicos, ou mesmo dos conterrâneos – exceto os muçulmanos – que cometiam crimes na comunidade, ou nela se endividavam, merecendo por isso punições.

Neste contexto, o escravo ainda na África servindo a um senhor em seu continente conhecia a hierarquia e a distância entre os dois. Símbolos que a marcavam foram relatados, como quando um homem importante se apresentava oficialmente e seus escravos o seguiam em fila, atrás dele, não ao lado.²⁴³

Luiz Figueira, que esteve entre os nativos da África central em fins do século XIX e início do XX, afirmava que seu livro foi “produto da experiência de 25 anos de Angola, muitos dos quais em convivência indígena nas terras distantes, passados entre tribos das mais ignoradas”. Figueira, então, fala sobre a organização social, sobre a família, união sexual, habitação, indumentária feminina e masculina, móveis e utensílios, alimentação, agricultura, apicultura, indústria, comércio, arte, música, sobre a relação senhor-escravo e o papel de ambos no comércio etc.²⁴⁴ O que viu fundamenta esta hierarquia notada desde o século XVI, além de

²⁴⁰ LOVEJOY, 2002, op.cit. p.202.

²⁴¹ FLORENTINO, 1997. op.cit.

²⁴² DOZON, Jean-Pierre. *África: a família na encruzilhada*. In: *História da família: O choque das modernidades: Ásia, África, América, Europa*. 3^o Vol., Lisboa: Terramar, 1986.

²⁴³ LOVEJOY, 2002. Op. Cit. p.201.

²⁴⁴ FIGUEIRA, Luiz. *África Bantú. Raças e tribos de Angola*. Lisboa: Oficinas Fernandes, 1938. Introdução. O autor escreve adiante que havia abundância de artífices ferreiros, carpinteiros, sapateiros, alfaiates e pedreiros. Havia divisão sexual do trabalho, mas suas referências, apesar de imprecisas nesta matéria deixam entrever que homens e mulheres participavam do comércio miúdo naquela região. “Vendem pelas aldeias amendoim torrado, broa de milho, bebidas fermentadas de seu fabrico <<chissangua>> e <<chimbombo>>; várias bujigangas, mezinhas, amuletos, plantas medicinais, etc., etc.” p.161.

algumas informações, onde podemos arriscar algumas experiências vividas pelos africanos que os equiparam culturalmente para entender e se adaptar às condições de vida na diáspora. Num trecho, o autor faz referência ao amadurecimento de meninos e meninas, estes já seriam considerados homens e mulheres aptos ao trabalho aos 10 ou 12 anos.²⁴⁵ Isto é exatamente correspondente a uma análise de inventários *post-mortem* de escravos aqui no Brasil. Ao analisar mais de 10 mil escravos em mais de 800 inventários *post-mortem* em sua tese de doutorado, José Roberto Góes afirmou que “era após os 10 anos de idade que os escravos ingressavam efetivamente no mundo do trabalho”.²⁴⁶ Pode-se argumentar que nesta matéria, a obrigatoriedade da criança escrava ao trabalho, seja ela africana ou filha de africanos nascida no Brasil encontra correspondência na cultura de origem.

Figueira fala ainda sobre as quitandas como um gênero de comércio, feiras que seriam bastante desenvolvidas no Congo, onde se permutavam diversos gêneros e utensílios.²⁴⁷ Este tipo de comércio é bem melhor relatado pelo suíço Karl Laman, que lá esteve entre 1891 e 1919. Este autor nota a divisão sexual nas vendas do comércio.²⁴⁸ Observa-se que diferente do que ocorria na África ocidental, as vendas no comércio miúdo na região do Congo não eram de exclusividade feminina.²⁴⁹

Laman fala ainda sobre o papel dos escravos no comércio, afirmando que os cativos trabalhavam ao lado dos senhores, outras vezes sozinhos, vendendo e comprando através da permuta para seus proprietários. Acrescenta que o preço de um produto nunca era fixo, instituindo-se a barganha para seu estabelecimento final. Ao chegar a casa, caso houvessem vendido ou comprado bem, os cativos recebiam pequenos agrados, como lucros pessoais através de bens ou de melhor tratamento.²⁵⁰ Esta pode mesmo ter sido uma instituição africana que ajudou a moldar o papel do escravo de ganho no Brasil.

O escravo que Laman relata trabalhando no comércio para o seu senhor tinha um papel social: trabalhar, obedecer, produzir. Foi deixado num movimentado comércio, freqüentado por pessoas inteligentes e conhecedoras da instituição que animava as trocas, compras e vendas locais: a barganha. Ao vender bem, o cativo regressou a casa senhorial. Do seu papel social exercido com sucesso, ganhou prestígio do senhor, pois

²⁴⁵ Idem. pp.129-130.

²⁴⁶ GÓES, 1998. Op.cit. p.172.

²⁴⁷ FIGUEIRA, 1938. Op.cit. p.112.

²⁴⁸ Os homens vendiam ovos, bananas, cana-de-açúcar, vinho de palmeira, porcos, cabra, carneiro, cães, gatos, aves domésticas, peixes, animais mortos, cachimbos feitos de barro, folhas de tabaco, fumo pronto, jogos para as crianças, ovos de crocodilo, pele de animais selvagens, produtos medicinais, cordas, vara de pesca, facas, enxadas, tambores, além de ornamentos feitos de ferro, metal e argolas. Vendiam anéis, botões de porcelana e contas de vidro. Às mulheres ficavam a cargo dos alimentos prontos, de pequenos peixes, camarões, tomates, sapos, grilos, cestas de vários tamanhos e tipos, vasos, potes, jarras de barro. LAMAN, Karl. *The Kongo*. Studia Ethnographica up Saliensia, IV, Stockolm. 1953. p.150

²⁴⁹ Ver: FARIA, 2004. Op.cit. Capítulo VI: *Heranças da África, experiência da escravidão*. pp.232-240.

²⁵⁰ Idem. pp.149-150.

era trabalhador, confiável e produzia bem. Isto gerava uma compensação e ela viria na forma de melhoria nas condições de vida e melhor tratamento.

Este caso aponta para a idéia de que em reinos de África os membros da sociedade já haviam experimentado relações sociais que os equiparam culturalmente para compreender hierarquias e distinções e possivelmente entender sua sujeição e contato com o senhor na diáspora. Compreendiam inclusive, sua posição naquela hierarquia e a melhor forma de ascender socialmente a partir dela²⁵¹. Com isso, pode-se afirmar que o traço da desigualdade não era uma peculiaridade do Antigo Regime, mas esteve presente em outras sociedades como em diversos reinos africanos. Se a desigualdade não era ingrediente exclusivo do Antigo Regime e reproduz-se na América portuguesa uma sociedade diferente da reinol, a discussão sobre a diferença entre os homens precisa ser ampliada, é o que faremos nos capítulos próximos.

Na verdade, se pensarmos a diáspora como a produção de uma cultura nova, nem completamente africana, nem completamente branca, a construção da cultura afro-atlântica²⁵² começava ainda no continente africano, pois vale lembrar que mesmo a escravização lá já era geralmente uma experiência de estrangeiridade, uma vez que sendo geralmente um produto da guerra entre duas sociedades diferentes, o cativo era absorvido pela sociedade vencedora que poderia incluí-lo em uma de suas linhagens, matá-lo ou vendê-lo. Antes mesmo de servir a um senhor no Brasil, o escravo teria um bom tempo para pensar na situação que o aguardava, pois:

“Tragado pelo circuito atlântico, o africano é introduzido numa espiral mercantil que acentua, de uma permuta a outra, sua despersonalização e sua dessocialização. (...) o cativo podia ser objeto de cinco transações, no mínimo, desde sua partida da aldeia africana até a chegada às fazendas da América portuguesa.”²⁵³

Isso significa dizer que ao ser comprado pelo seu senhor no Brasil, os escravos iniciavam aquela relação praticamente desarraigado de grupos com quem contar. Na verdade, começava sua nova relação sem dispor de si mesmo, podendo o senhor fazer com a sua pessoa quase tudo que quisesse, alocando-o no serviço que desejasse, por isso despersonalizado. Eram, sobretudo, desiguais, mas isso é assunto do capítulo III.

²⁵¹ Numa sociedade tão hierarquizada quanto era a da colônia e a que adentrou o período imperial, tomamos mobilidade ascendente como um termo que significa movimento inclusive dentro do mesmo grupo social: i.e. Escravos com maiores recursos – tais como: moradia em separado, acesso ao casamento e maiores espaços de lazer. –, estariam, nesta hierarquia, acima dos outros.

²⁵² THORNTON, Jonh. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico. 1200-1800*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 2004. Ver o conceito de cultura afro-atlântica na p.48 e sua aplicação especialmente na segunda parte do livro.

²⁵³ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000. p.146.

CAPÍTULO III

SOB O PARADIGMA DA DIFERENÇA

Numa sociedade escravista e hierarquizada as diferenças sociais impunham barreiras que apesar de nem sempre serem tão rígidas quanto expressas nas leis informam sobre a movimentação e limites impostos aos subalternos na negociação por sobrevivência e mobilidade. Na prática social limites eram estendidos, apertados e reelaborados criando pequenos – ou não tão pequenos assim dependendo do ponto de vista – privilégios para uns e buscando impedir regalias a outros. Essas diferenças acabavam por modificar as escolhas, uma vez que o caminho a ser percorrido por uns poderia divergir do traçado para outros.

O principal interesse deste capítulo é retomar a discussão sobre a desigualdade vista anteriormente e decodificá-la. Explico-me melhor: como vimos, um traço fundamental da noção de Antigo Regime era a desigualdade entre os homens aceita como algo natural. Veremos agora (3.1) o que nomeamos de paradigma da

diferença e (3.2) como a noção de desigualdade – ou como nomeamos, adentrou o século XIX e conviveu com um período de importantes mudanças.

3.1

Uma longa tradição de desigualdade

Como explicam Ângela Barreto Xavier e António Manuel Hespanha, em sociedades baseadas numa concepção corporativa “a unidade dos objectivos da criação não exigia que as funções de cada uma das partes do todo na consecução” dos “objectivos fosse idêntica às outras. Pelo contrário, o pensamento medieval sempre se manteve firmemente agarrado a idêia de que cada parte do todo cooperava de forma diferente na realização do destino cósmico.”²⁵⁴ Os autores afirmam que esta concepção, ou melhor, a “durabilidade, em Portugal, deste paradigma é notável.”, citando referências deste pensamento nos séculos XVII e XVIII.²⁵⁵ No Brasil, ainda no XIX, esta noção corporativa, apesar de já não ser unanimidade entre os letrados permanece em vozes escravistas até a segunda metade do século XIX, como veremos.

Como aponta Hebe Mattos, a noção de cidadania no Império do Brasil com sua constituição de 1824 e a formulação de uma monarquia liberal conviveu com a escravidão. A autora cita o exemplo de uma longa tradição de desigualdade ao longo do tempo que começaria no Estatuto da pureza de sangue que limitava “o acesso a cargos públicos, eclesiásticos e a títulos honoríficos” aos cristãos novos remontando “às Ordenações Afonsinas (1446-47)” que impedia tais prestígios a mouros e judeus. O impedimento foi estendido aos “descendentes de ciganos e indígenas” nas “Ordenações Manuelinas (1514-21)”. No século XVII foi a vez das Ordenações Filipinas (1603) incluir “as restrições a negros e mulatos”.²⁵⁶ No terceiro quartel do século XVIII Pombal “revigoraria as restrições aos descendentes de judeus, mouros e indígenas.”²⁵⁷ A constituição de 1824 romperia tais exclusões, mas a diferença fundamental entre senhor e escravo permaneceria com o vigor do direito de propriedade.

Dado o peso das Ordenações Filipinas no reino e nas conquistas vejamos como seria exercida a justiça de acordo com a diferença entre os homens.

“(…) As *Ordenações* permitiam que o homem casado que achasse sua mulher nos braços de outro matasse os dois amantes, a menos que o marido fosse peão e o adúltero fidalgo ou "pessoa de maior qualidade".²⁵⁸

²⁵⁴ XAVIER, Angela Barreto & HESPANHA, António Manuel. *A Representação da sociedade e do Poder*. in: MATTOSO, José (Dir.) *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*. Quarto Volume. Coordenador: Prof. Doutor António Manuel Hespanha. Editorial Estampa, 1993. pp. 113-140. p.114.

²⁵⁵ Idem, pp.113-140.

²⁵⁶ MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000. p.14.

²⁵⁷ Idem, ibidem.

²⁵⁸ *Ordenações filipinas*, livro V, título XXV. Cândido Mendes de Almeida (ed.), *Código philippino ou Ordenações e leis do Reino de Portugal recopiladas por mandado d'elrey d. Philippe I*. 14^a ed. Rio de Janeiro,

Uma justiça cega com os olhos vendados para mostrar que não olha a quem, não cabe no passado colonial brasileiro. No Império português regido pelas Ordenações Filipinas²⁵⁹ a justiça olhava com muita atenção aos membros da sociedade que chegavam ao foro da justiça, como podemos observar na “sedução a mulher virgem”:

“(…) se o sedutor fosse fidalgo ou "pessoa posta em dignidade ou honra grande" e o pai da moça "pessoa plebéia e de baixa maneira ou oficial, assim como alfaiate, sapateiro ou outro semelhante" a pena era de degredo para a África. Mas, se fosse de menor condição que isso, pagava seu crime com a morte.”²⁶⁰

Em outras leis, como na Pragmática de 24 de maio de 1749 procurava-se impor o luxo como exclusividade de livres (“pessoas brancas”), impedindo tal ostentação para forros e gerações futuras (“negros” e “mulatos”) tendo o vestuário a função simbólica de demarcar diferenças sociais:

"Por ser informado dos grandes inconvenientes, que resultam nas Conquistas da liberdade de trajarem os negros, e os mulatos, filhos de negro, ou mulato, ou de mãe negra, da mesma sorte que as pessoas brancas, proíbo aos sobreditos, ou sejam de um ou de outro sexo, ainda que se achem forros ou nascessem livres, o uso não só de toda a sorte de seda, mas também de tecidos de lã finos, de holandas, esguiões, e semelhantes, ou mais finos tecidos de linho, ou de algodão; e muito menos lhes será lícito trazerem sobre si ornato de jóias, nem de ouro ou prata, por mínimo que seja. Se depois de um mês da publicação desta lei na cabeça da comarca, onde residirem, trouxerem mais coisa alguma das sobreditas, lhes será confiscada; e pela primeira transgressão, pagarão de mais o valor do mesmo comisso em dinheiro; ou não tendo com que o satisfaçam, serão açoitados no lugar mais público da vila em cujo distrito residirem; e pela segunda transgressão, além das ditas penas, ficarão presos na cadeia pública, até serem transportados em degredo para a ilha de São Tomé por toda a sua vida".²⁶¹

Esta estrutura social hierarquizante era desequilibrada na prática cotidiana, ou melhor, era reequilibrada como demonstrou Silvia Lara numa contenda entre um alferes e um comerciante de gado na Colônia:

“Em 1768 no Rio de Janeiro, por exemplo, um comerciante de gado que costumava vender carne para o açougue da cidade entrou em conflito com um alferes, seu vizinho, aparentemente por uma longa rixa entre os dois. O alferes foi

Typographia do Instituto Philomathico, 1870, pp. 1174-1177. Apud: LARA, Silvia. *Fragmentos setecentista: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. Tese de Livre Docência. Unicamp, Campinas, 2004. p.90.

²⁵⁹ Diversos autores já chamaram atenção para o impacto das Ordenações Filipinas a partir de sua promulgação em 1603, sendo este o código de leis com a maior longevidade do período Colonial. Em verbete no Dicionário do Brasil Colonial, Maria de Fátima Gouvêa aponta para a vigência das Ordenações no Brasil, “ainda que residualmente”, até pelo menos 1917. pp.436-437.

²⁶⁰ *Ordenações filipinas*, livro V, título XVIII, pp. 1168-1170. Apud: LARA, Silvia. *Fragmentos setecentista: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. Tese de Livre Docência. Unicamp, Campinas, 2004. p.91.

²⁶¹ Pragmática de 24 de maio de 1749, p. 22. Apud: LARA, Silvia. *Fragmentos setecentista: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. Tese de Livre Docência. Unicamp, Campinas, 2004. p.108.

processado, acusado de ter xingado publicamente o comerciante de "cabrão, desavergonhado, velhaco, ladrão e salteador de casa" e a sua mulher de "cadela e desavergonhada", e de ter ameaçado os dois de morte. O conflito arrastou-se por pouco mais de dois anos na justiça, envolvendo também alguns escravos e agregados dos dois contendores. Na troca de acusações e nas réplicas, ambos reivindicam foros de nobreza, discutindo o modo como as injúrias verbais entre "pessoas mecânicas, plebéias e sem qualidade de nobreza" deviam ser julgadas de modo distinto daquelas "entre pessoas nobres". O comerciante esforçou-se então para demonstrar que o fato de ser um homem pardo não tinha qualquer significado, pois "o acidente da cor não tira[va] nobreza a quem a tem por seus pais". No seu caso, ele reivindicava a condição nobre por herança do pai, o capitão Inácio Rangel de Azeredo Coutinho, e do avô, ilustres representantes de uma "das principais famílias do Rio de Janeiro", que haviam sido almotacés e juizes em diferentes ocasiões, e enobrecidos por terem servido em "cargos da República".

A sentença dada pelo juiz de fora da cidade em junho de 1769 deu razão ao comerciante, multando o alferes em mais de 70\$000 réis. Seis meses depois, a Relação do Rio de Janeiro anulou esta decisão, acatando o argumento que não se podia atribuir "nobreza alguma" à "qualidade do injuriado". Mesmo assim, o fato é que em nenhum momento deste longo processo (...) a bastardia ou a cor parda do comerciante foi utilizada como epíteto. Ao contrário, a sentença dada no nível local, talvez mesmo sob influência do poderio de seus familiares, chegou a reconhecer que, apesar do "acidente da cor", o ofendido podia ser considerado nobre e, como tal, gozar de privilégios processuais."²⁶²

A autora aponta para diferenças entre o nível local e outro, menos inserido na realidade cotidiana, mais afeito à rígida arquitetura estrutural das relações sociais preconizadas pelo governo na metrópole. Entretanto, ambas utilizam-se da noção de privilégios de acordo com a condição social dos atores sociais.

As diferenças existentes entre reino e conquista deste modo não estaria na negação de uma sociedade de hierarquias e privilégios, mas no grau de impedimentos e isenções impostos a certos grupos sociais no reino e na América portuguesa ou em São Tomé. Neste caso documentos diversos produzidos em São Tomé, Lisboa e Rio de Janeiro teriam algo em comum: a hierarquia imposta aos subalternos – mas da qual participavam ativamente e ajudavam a reconfigurar. Dada a diversidade e distâncias temporais entre essas fontes será possível observar mais de perto uma longa permanência do que podemos chamar de paradigma da diferença.

Começemos por um exemplo de Lisboa, início do século XVII: No compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1516, "Em como serão ordenadas cem pessoas da irmandade desta confraria para o serviço dela"²⁶³, atribuem-se algumas qualidades aos cem membros que deveriam ser eleitos anualmente para dar cabo as atividades espirituais e corporais da irmandade, eram elas: Ser de "boa fama", "Sã consciência" e "honesta vida, tementes a Deus e guardadores dos seus mandamentos, mansos e humildes a todo serviço de Deus e da dita confraria".

Uma análise superficial poderia afirmar que nenhuma hierarquia estaria presente na seleção dos irmãos de Santa *Elyzabel*, e que fundamentalmente questões morais e religiosas tomariam a frente de outras no preenchimento das cem vagas anuais. Mas uma olhada mais detida no compromisso de 1516 deslinda uma hierarquia típica de Antigo Regime na irmandade.

²⁶² "Autos crime de injúrias: Antonio Rangel, autor contra o alferes Vicente Gomes da Silva, réu, 1768-1770", AGCRJ, cod. 45-1-1. Apud: LARA, Silvia. *Fragmentos setecentista: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. Tese de Livre Docência. Unicamp, Campinas, 2004. pp.151-152.

²⁶³ Compromisso da Confraria da Misericórdia, Lisboa, Valentim Fernandes e Hermão de Campos, 1516. P.245.

É na folha quatro que a concepção hierárquica aparece com mais ênfase no compromisso, mais detidamente, na separação entre oficiais mecânicos e pessoas de “melhor condição”. A hierarquia aqui está bastante nítida, mas é preciso dizer que os oficiais mecânicos que comporiam a irmandade já mostrariam ao entrar nela uma hierarquia entre os seus, uma vez que além do prestígio e de se diferenciar de seus pares na hierarquia vigente deveriam saber que não poderiam esperar “prêmio algum temporal”, ou seja, jornais/pagamentos da irmandade, apenas receberiam “prêmio e gualardam de Deus todo poderoso a quem servem”.²⁶⁴ Certamente não seriam todos os mecânicos que teriam dias a dispor somente a Deus, trabalhando para a irmandade, havia aqueles que as agruras da sobrevivência impunha trabalho mais árduo e poucos recursos para si, que dirá para outros, mesmo que obrando para outros fossem compensados por Deus.

A hierarquia pode ser notada também de outra forma. Como aponta Carlos Engermann, a prática da caridade já pressupõe pelo menos uma hierarquia, a existente entre quem doa – e, portanto tem condições para tanto – e quem recebe. Hierarquia absolutamente adequada a uma sociedade tida como de Antigo Regime, como explica o autor.²⁶⁵

Isabel dos Guimarães encontra uma hierarquia interessante na prática caritativa da Misericórdia de Goa. Cinco tipos de pobres podem ser hierarquizados enquanto receptores da caridade no Império português: enjeitados e pobres doentes, prisioneiros, cativos (no caso a caridade seria o resgate de cativos), pobres envergonhados e moças que receberiam doações para o seu dote.

No nível mais baixo teríamos os pobres mais necessitados, enjeitados e doentes, num nível médio, os prisioneiros e o resgate de cativos, e, num nível mais elevado, os pobres envergonhados e o dote, posto que mais caros.²⁶⁶ Como visto hierarquizava-se os pobres pelo custo de sua pobreza, mas numa típica noção de Antigo Regime, não recebia mais caridade os mais necessitados especificamente, mas sim os mais necessitados de acordo com a sua condição. Cabe citar aqui a noção de equidade, tal como é discutida por Levi²⁶⁷. Como visto, para compreender a caridade numa sociedade corporativa de Antigo Regime não se pode dissociar a prática caritativa da hierarquia. Hierarquia que pode ser notada tanto no

²⁶⁴ Idem, Capítulo 4, folha 6.

²⁶⁵ ENGEMANN, Carlos. *Da comunidade escrava e suas possibilidades, séculos XVII-XIX*. In FLORENTINO, Manolo. *Tráfico, Cativo e Liberdade. Rio de Janeiro, séculos XII-XIX*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 2005. pp. 169-206. p.173.

²⁶⁶ GUIMARÃES SÁ, Isabel dos. *Charity and Discrimination. The Misericórdia of Goa*. In: *International Journal on the History of European Expansion and Global Interaction*. Itinerario 2, Volume XXXI, 2007. pp.51-52.

²⁶⁷ LEVI, Giovanni. *Reciprocidad Mediterránea*. Paper, p.22. Publicado originalmente em: *Hispania*, Madrid, n°204, pp. 103-126.

Compromisso de 1516 quanto no de 1577, onde aparece a pureza de sangue como impedimento (na verdade, a falta de) para participar da irmandade.²⁶⁸ A hierarquia estava presente também na escolha dos pobres receptores da caridade.

Numa representação do Senado da Câmara e *homens bons* da cidade e Ilha de São Tomé de 4 de março de 1699, denunciava-se o “mau governo” de Manoel Antonio Pinheiro. Na denúncia a diferença entre os homens, ou o desrespeito de privilégios de acordo com ela, seria uma das grandes queixas:

“O Senado da Câmara, e Homens Bons desta Cidade, e Ilha de São Tomé, Representam a Vossa Real Majestade, em como é tão grande o aperto em que hoje se considera esta terra em geral que nos obriga a buscar o recurso na inteireza de Vossa Majestade para que na sua piedade ache satisfação as muitas tiranias que o governador que hoje nos governa Manoel Antonio Pinheiro em todo este tempo se tem havido; (...) [Possui] emoções tão descompostas que a menor é dar pancadas como chegou a fazer em um vereador estando servindo, metendo-o juntamente em uma golilha, e o mesmo obra com todos sem mais causa que buscar meios para os destruir, (...) não havendo coisa que não execute tudo fundado em mera ambição, sem atender ao temor de Deus e de Vossa Majestade (...).”²⁶⁹

Uma das maiores tiranias do governador seria a de não reconhecer a condição social do vereador espancado, pois além das bofetadas teria usado uma golilha, uma argola de ferro usada para prender escravos pelo pescoço. Neste caso, o sentido de “destruir” a todos estaria ligado ao desmoraamento da honra daqueles *homens bons* que tratados como se tratavam escravos não estariam sendo reconhecidos os privilégios e tipos de tratamento que o grupo acreditava merecer. Adiante na queixa, os *homens bons* enumeraram as tiranias do governador e dentre elas a de número quatro dizia que “até os postos milicianos e officios da República tem provido em pessoas tão ínfimas” que alguns “envergonhados largaram logo as insígnias”. O governador teria chegado a prover um escravo ao posto de Capitão:

“Cativo de um morador chamado João Alzi da Cunha a que o chamam também de João Alzi de Carvalho, isto pelo dito cativo ter carta(?) de ficar com os bens do dito seu senhor depois de sua morte, a respeito dos quais todo seu empenho não é mais que buscar meios para se engrandecer botando boatos que o dito preto quer concertar a Fortaleza para que a este respeito lhe dê Vossa Majestade um prêmio, (...) e só o que se tem feito é querer o governador pagar-lhe com mercês reais as continuadas ofertas que tem recebido; e está recebendo tanto assim que sendo a fortaleza a muitos anos conveniente morada de todos os governadores, a deixou e

²⁶⁸ GUIMARÃES SÁ, 2007. Op.cit.

²⁶⁹ AHU - S.Tomé - cx 3 - doc. 157. 4/3/1699.

se passou para a casa do dito preto e nela reside a mais de um ano só por mais o lisonjear; (...).²⁷⁰

Temos, na visão dos *homens bons*, uma sociedade hierarquizada onde conviviam pessoas ínfimas, sem condições de receber mercês reais, e outras que poderiam recebê-las. Desta crítica de 1699, a mesma câmara em 1702 mudava completamente o discurso para o novo governador:

“Foi Vossa Majestade servido mandar governar esta Ilha a José Correa de Castro, tão amado do povo dessa pelo seu bom modo (...) pois não faltando o serviço de Deus, nem o de Vossa Majestade se acham hoje os pobres com amparo; e os delinquentes com castigos; e os beneméritos com prêmios, fortuna que poucas vezes se costuma lograr destas bandas: (...); assim postos aos pés de Vossa Majestade lhe pedimos queira dilatar-lhe o domínio deste governo por mais algum tempo para consolação deste povo que fica pedindo a Deus aumento, e vida de Vossa Real Majestade que Deus guarde dilatados anos. Câmara de São Tomé, 20 de junho de 1702.”²⁷¹

José Correa de Castro agradava aos camaristas porque estava seguindo a mesma noção de desigualdade e privilégios dos *homens bons*: prêmios aos beneméritos, castigo aos delinquentes. Certamente que a noção de mérito utilizada aqui tem a ver com a condição social e não com meritocracia.

O supracitado trecho de Antonil que versa sobre “O ser senhor de engenho” é um belo exemplo de uma hierarquia impondo diferenças na sociedade no início do século XVIII. Senhor de Engenho seria um “título a que muitos aspiram” e a razão disto era por este “ser servido, obedecido e respeitado por muitos.” O padre chega a comparar estes homens – caso sejam também homens de governo e cabedal – aos fidalgos do reino.²⁷² Tamanho poder local engendraria respeito, obediência e necessariamente uma boa quantidade de subalternos para o senhor de engenho “ser servido”. Entre estes servidores André João Antonil aponta lavradores, “escravos de enxada e fouce” tanto nas fazendas como nas moendas, “mulatos e mulatas, negros e negras de casa”, além de “barqueiros, canoeiros, calafates, carapinas, carreiros, oleiros, vaqueiros, pastores e pescadores”, “um mestre de açúcar, um banqueiro, e um contrabanqueiro, um purgador, um caixeiro no engenho e outro na cidade, feitores nos partidos e roças, um feitor-mor no engenho” e “um sacerdote seu capelão”.²⁷³

Mas o livro de Antonil não apenas enumerava as funções ou pregava moralmente um catolicismo jesuítico. Abordava situações práticas reconhecendo por vezes os subalternos enquanto um grupo importante no qual o senhor deveria ter um mínimo de cuidado se não quisesse, por exemplo, comprar “salões por massapés” ou “apicus por salões”. Por isso, aconselhava Antonil: “valha-se das informações dos lavradores mais

²⁷⁰ Idem.

²⁷¹ AHU - S.Tomé - cx 4 - doc. 4. 20/6/1702.

²⁷² ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3ª ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia: São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1982. Publicado originalmente em Lisboa, 1711. p.75.

²⁷³ Idem, *ibidem*.

entendidos”²⁷⁴. Como um documento fala também pelo que cala ou deixa nas entrelinhas, pode-se entender dos escritos do padre uma hierarquia entre os subalternos, bem como uma hierarquia no interior dos grupos. Se havia “lavradores mais entendidos” é porque havia os que entendiam menos. O *entendimento*, neste caso, teria a capacidade, caso os senhores ouvissem o conselho do padre, de aproximar alguns lavradores dos senhores, enquanto outros deveriam ser preteridos.

Os feitores, outro exemplo de Antonil, não formariam um grupo uníssono, havia entre eles maiores e menores, pois “esta autoridade há de ser bem ordenada e dependente, não absoluta, de sorte que os menores se hajam com subordinação ao maior, e todos ao senhor a quem servem.”²⁷⁵ As diferenças apontadas não param por aí e chagam aos escravos: a primeira é a que “são de nações diversas”, mas também haveria aqueles “mais boçais que outros”, além de fisicamente possuírem “forças muito diferentes”. Uns chegariam ao Brasil “muito rudes e muito fechados” e assim continuariam por toda a vida, já outros “em poucos anos saem ladinos e espertos”. O padre trata esta diferença como capaz de alçar certos escravos a funções que dependeriam de maior *entendimento*, seja através da confiança ou das habilidades que tinha ou aprendia e melhorava: “Dos ladinos se faz escolha para caldeireiros, carapinas, calafates, tacheiros, barqueiros e marinheiros, porque estas ocupações querem maior advertência.”²⁷⁶

Assim é que na conta de Antonil, um crioulo “criado desde pequeno em casa dos brancos” valeria por quatro boçais. Não me parece que o “valor” exposto na hermenêutica do padre fosse simplesmente o preço do escravo, mas sim o valor para o senhor, ligado a confiança e as funções mais delicadas para bom andamento da *plantation*.

Um texto escrito em pleno século XIX (publicado em 1839) pelo senhor de escravos Carlos Augusto Taunay é um belo exemplo de como uma cabeça do mundo senhorial diferenciava os escravos neste tempo. O texto, escrito com o propósito de “poupar despesas” aos senhores e ensiná-los a garantir o sucesso na administração de suas unidades produtivas exigia dos mesmos “paciência, regularidade e uma vigilância pessoal durante os primeiros anos”²⁷⁷ sobre os escravos. Apesar de colocar em primeiro lugar “coaço e rigor”,²⁷⁸ Taunay também nota a importância de se dar “prêmios” aos escravos, especialmente “aos mais destros”²⁷⁹. Nesta matéria Taunay separa duas esferas: “A privação de assistir aos exercícios e divertimentos do domingo” que “poderá servir de castigo mais temido do que o mesmo chicote”, e os “elogios e prêmios aos escravos de boa conduta”.²⁸⁰

A receita era a seguinte: Nos domingos e dias feriados o senhor teria que liberar “a música africana, as danças patricias, e alguns jogos de luta”.²⁸¹ Neles seria interessante o senhor dar – uma vez por mês – objetos de valor que os escravos cobiçavam, como “miçangas, chapéus mais finos, lenços de cor aparatosa” ou mesmo

²⁷⁴ Idem, p.77.

²⁷⁵ Idem, p.83.

²⁷⁶ Idem, p.89.

²⁷⁷ TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do Agricultor Brasileiro*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001. p.76.

²⁷⁸ Idem, p.82.

²⁷⁹ Idem, p.75.

²⁸⁰ Idem, ibidem.

²⁸¹ Idem, p.74.

cachaça.²⁸² Estes “divertimentos” seriam, segundo Taunay, tão esperados pelos escravos que os senhores poderiam utilizá-los politicamente. Neste jogo os senhores deveriam distinguir os mancípios em grupos distintos dos quais podemos interpretar pelo menos três. Alguns escravos seriam privados “de assistir aos exercícios e divertimentos do domingo”.²⁸³ Depois teríamos os cativos que poderiam assistir aos exercícios e finalmente os mancípios que receberiam “elogios e prêmios” por sua “boa conduta”. Estes também poderiam ser alçados a ocupações melhores entre os seus, como a de “feitores inferiores” além de receberem “alguma insígnia de pouca monta, como uma vestia ou boné de cor mais brilhante”.²⁸⁴ Como se vê, as distinções sob o ponto de vista senhorial serviriam para manter o domínio, mas acabavam por garantir elogios, prêmios, mobilidade dentro do próprio grupo e bens materiais para os escravos.

Rugendas mencionou escravos empregados no trabalho nas minas; eles seriam “necessários aos mais simples trabalhos, tanto quanto aos mais importantes”²⁸⁵, ou seja, o viajante observou uma diferença entre os escravos de acordo com a importância do trabalho que executavam.

Fato é que uma vez reunidos no mesmo espaço os escravos não eram iguais como pode parecer e não só artimanhas senhoriais os diferenciavam. A habilidade, a inteligência, o sentimento e até mesmo sorte distinguiram os escravos na senzala, formando uma hierarquia entre os mesmos. É comum em cartas de alforria, anúncios de venda e fuga haver comentários senhoriais que diferenciavam seus mancípios. Num documento de 1870, período na qual a escravidão passava por conjunturas diversas em relação ao início do século, como veremos adiante, senhores teimavam em diferenciar seus cativos e pode servir como *aproach* para notarmos como a noção de diferença atravessa o século XIX.

Manuel Pinto Neto e D. Theresa Maria declaravam seu amor aos escravos como justificativa da alforria que dariam as suas crias “Herculiano, Firmino, Andréa, Antonio, Ciríaco, Benvinda, Moysés, Custódio e Faustino, filhos de Frederico e Francisca; Hemogildo, Falesminda, Nicácia, Delfina, Florido e Calisto, filhos de Maria, e de Joaquim Benguella; Franceline, Januário e Leocádia, filhos de Maria Rebolla, Zeferino, filho de Maria Crioula, Constantino filho de Joanna, Rosinda, Mariana, Casimiro, Sebastião pardo, Leopoldina e Lauriana, sendo estas duas últimas filhas de Delphina Crioula e Mathias de nação”.²⁸⁶ Mas para Pinto Neto e Dona Theresa Maria o amor dividia espaço com outras questões menos sentimentais e mais ligadas ao merecimento.

“(…) era nossa vontade beneficiá-los, dando-lhes liberdade condicional para que servissem e prestassem seus serviços como escravos a aquele de nós que sobrevivesse ao outro, mas podendo acontecer que algum dos referidos escravos se torne perverso e indigno desse benefício, confiamos na capacidade e prudente juízo um do outro que aquele que sobreviver libertará dos referidos escravos aqueles que se fizerem merecedores do mesmo benefício (...)”²⁸⁷

²⁸² Idem, p.75.

²⁸³ Idem, Ibidem.

²⁸⁴ Idem, Ibidem.

²⁸⁵ RUGENDAS, João Maurício. *Viagem Pitoresca ao Brasil*. 7ª edição, Livraria Martins, São Paulo, 1976. p.37.

²⁸⁶ ANRJ, Ação de Liberdade, Caixa 3688 – n 13.334, campos, 1871.

²⁸⁷ Idem, ibidem.

De acordo com as palavras do casal senhorial, o amor preparava o terreno para Nicácias e Zeferinos, mas a concretização da concessão estava condicionada a outros fatores mais racionais.

Antonio José de Paiva Guedes de Andrade, no “Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e dezenove aos vinte e cinco de Maio nesta cidade do Rio de Janeiro” assinava documento de liberdade para a escrava Rita de nação Mina que a partir daquele dia poderia conduzir-se livremente, como se de ventre livre tivesse nascido. A alforria era justificada de forma gratuita em razão de “reconhecimento dos bons serviços que lhe tem prestado”, no caso prestado a sua mulher, Dona Maria Clara de Lima.²⁸⁸

A habilidade e a inteligência de escravos em compreender as expectativas que lhes eram depositadas são coisas difíceis de serem apreendidas na documentação, mas é possível afirmar que Pinto Neto e Dona Theresa Maria alforriariam apenas os escravos competentes nesta matéria, assim como para a escrava Rita poder conduzir-se livremente teve que compreender o que era prestar bons serviços para Dona Maria Clara.

Anúncio de fugas são ricos em informações qualitativas sobre os escravos, e num deles anunciava-se o desaparecimento de “Balthasar de nação” que com uns 20 anos de idade sumiu da Hospedaria do Sr. Jose Duarte no dia 14 de junho de 1828. Mas Balthasar contava com a confiança do seu senhor que julgava que o mancipio havia sido “seduzido ou furtado por ser um bom escravo, e não ter tido motivos para fugir”.²⁸⁹

Difícil dizer o que era ser *bom escravo*, mas certamente Balthasar sabia o que seu senhor esperava dele para lhe dar esse rótulo, ou seja, o escravo foi competente em alcançar as expectativas de seu senhor para tanto. Isso certamente o diferenciava dos outros que não ostentavam o mesmo rótulo dado pelo senhor. Realmente isso não era para todos os escravos, como diria o senhor de Agostinha.

“Anda fugida, desde o dia 15 de Agosto do presente ano de 1822 uma escrava por nome Agostinha, crioula, rapariga de idade de 22 anos, altura ordinária, olhos pequenos, e vesgos, com sinais de seis dedos em cada mão e nos pés, por terem sido cortados em pequena: *consta com certeza*, que anda comprando e vendendo laranjas, e mais quitandas nas praias desta cidade, e as vezes na Praia Grande: Por tanto Roga-se a quem tiver a bondade de a pegar queira metê-la no Calabouço avisando imediatamente a seu senhor que mora na rua das Marrecas n.11, a fim de pagar, e agradecer a segurança da dita escrava. Previne-se a quem a pegar, que não se fie no que ela disser, porque tudo é para enganar, e fugir das mãos de quem a pegar como já tem feito repetidas vezes.”²⁹⁰

Alguns escravos eram vistos como enganadores, como Luiz, de cabelo “quase branco” e com seus “olhos próprios de Cigano”, um mulato de estatura ordinária, o motivo da fuga era uma recompensa que deveria receber, outro escravo realmente enganava para se manter em fuga, mudava o sotaque se dizia português:

Dá-se 100\$000 rs de alviçaras a quem agarrar um mulato, que anda fugido de casa da rua da Misericórdia n. 22. desde o dia 3 de maio a noite do ano passado, evadindo-se ao castigo que seu Sr. lhe queria dar em recompensa de seus crimes,

²⁸⁸ ANRJ - 2º Ofício de Notas do Rio de Janeiro, Livro 161, folha. 66 verso.

²⁸⁹ Jornal do Commercio, nº 209, Terça-feira, 17.06.1828, p. 3.

²⁹⁰ Biblioteca Nacional, Seção de obras raras. O Volantin, N. 9, Rio de Janeiro, Quarta-feira, 11 de Setembro de 1822. p.36. Grifo meu.

os sinais são os seguintes: por nome Luiz, tem o cabelo quase de branco, estatura muito pequena, os beiços, principalmente marcado de bexiga, os olhos próprios de Cigano, tem ambas as mãos quase paralíticas, não podendo sustentar nelas nenhum peso, em consequência de ataques de estupor que sofreu, talvez por se embriagar quase todos os dias, consta que costuma dormir muitas noites pelos corredores do Paço por cima da Uxaria, e também se tem encontrado pela Praia Grande, (...) [outro escravo] parece também fugido, de estatura igual entre baixa, e só com a diferença de ser cambaio das pernas; ele como é muito capadócio, tem habilidade de fingir ser forro, dizendo até que é filho da Província Detraz dos Montes, em Portugal, para cuja impostura, e ajuda muito a circunstancia de falar a língua portuguesa com aqueles exemplos, querendo dizer, veio – diz – bêo – não quero – num quero – vinho – binho – por acaso – por acauso etc.²⁹¹

Luiz, com seus olhos ciganos bebia e fugia de castigos que receberia de crimes cometidos, já o capadócio, ou seja, o impostor ou charlatão cambaio das pernas, como rotulava o senhor, fazia algo mais incrível, imitava um sotaque para garantir sua história de que era forro. A inteligência podia ser usada para se ter benefícios na fraude, o que podia aumentar o conflito, mas enfim, certamente diferenciava bons escravos de ciganos e capadócios. Há diferenças, por exemplo, em anúncio de escravos competentes e bons nos serviços que executam e do fujão contumaz.

Da rua de trás do Carmo n.41 fugiu um preto por nome Felisberto, levando uma caixa com sua roupa, ele é de estatura ordinária, reforçado oficial carpinteiro, e ganha 960 rs. diários; e como é bom oficial há de estar trabalhando, como levou caixa com sua roupa, e mais alguns vinténs de seus ganhos não há de morar na rua; portanto roga-se a qualquer mestre ou dono de obra onde ele trabalhar, ou casa onde esteja acoitado, queria fazer o favor de mandar participar com [o senhor que mora na rua] acima, para se mandar buscar, pois seu Sr. Protesta haver os jornais diários dele onde for achado, pois por esse jornal ficam ciente, ele fugiu no dia 3 do corrente, de cuja data em diante se firma o presente protesto.²⁹²

Não apenas diferenças de comportamento podem ser encontradas entre os escravos, mas também materiais. Enquanto uns carregavam dinheiro, roupa ou até ouro²⁹³, outros carregavam objetos mais pesados denotando castigos recebidos havia poucos dias.

No dia 20 do corrente fugiu a Mme. Guieu, Moradora na rua d'Ouvidor n. 100, uma preta nação Benguela, por nome Joaquina, a qual há tempo andava vendendo fazenda, e por já ter fugido uma vez achar-se com um gancho de ferro ao pescoço,

²⁹¹ Jornal do Commercio, n° 384, Terça-feira, 20.01.1829.

²⁹² Jornal do Commercio, n° 353, Terça-feira, 09.12.1828, p. 3.

²⁹³ “No dia 16 do corrente mês de setembro foi uma preta buscar água na Carioca de manha cedo, a qual desde o mesmo dia anda fugida, por nome Joana, nação Cabinda, cujos sinais são os seguintes, estatura regular, os reforçados de corpo, cabelo curto, boca grande, os dentes de cima claros uns dos outros, vestido de chita cor de café com ramos brancos e azuis, hum lenço branco no pescoço com pintas roxas e muito miúdas, e um encarnado na cintura amarrado, que a causa por que o trás é por ter cadaço arrebetado do vestido, e no pescoço levou hum rosário d'ouro francês com uma cruz de metal e uma conta em cada extremo; e consta que presa à dias depois dela fugir por dois soldados da Polícia na rua detrás do Hospício, a dias depois supõe-se por ela ser muito conhecida dos ditos Soldados, costuma a andar muito pelas praias D. Manuel do Peixe, Prainha, Campo d' Aclamação e Cidade Nova; qualquer Capitão do Mato ou Soldado que a achar, queiram a conduzir a rua da Ajuda n.90 que receberá recompensa pelo seu trabalho.” Jornal do Commercio, n° 296, Quarta-feira, 1.10.1828, p. 3.

quem dela der noticia ou levar a sua Sra. Moradora na dita acima, defronte do beco da rua Nova d’Ouvidor, que será bem compensado.²⁹⁴

A diferença entre Joaquina e Felisberto está bastante evidente. No final de 1828, ambos trabalhavam nas ruas do Rio de Janeiro, ele um “reforçado oficial de carpinteiro”, ela vendedora de “fazenda”, ele descrito como um “bom oficial” e que, portanto devia estar trabalhando, costumava andar com seu dinheiro e por isso “não há de morar na rua”, a descrição dela já é bem mais direta e a senhora escolhe como símbolo para ser identificada e recuperada o ferro que carregava no pescoço.

Havia para senhores e membros da elite uma hierarquia entre os subalternos que com mais atenção pode ser notada no interior de um mesmo grupo, tais como: escravos, lavradores e feitores como indica Antonil. Cabe perguntar como os subalternos se enxergavam nessa hierarquia.

São Tomé pode ser um bom exemplo de como a hierarquia era pensada não só por vassalos “grandes”, mas também pelos “pequenos” numa paragem do império português.

No dia 2 de maio de 1814 Antonio Fernandes Pereira, Archangilo da Graça e Souza, Manoel Afonso Esautherio recorriam “aos pés de Vossa Alteza Real”, o príncipe regente D. João pedindo que fossem perdoados de um crime cometido na Ilha do Príncipe. O socorro, esperavam, era certo que viria, pois o rei “como bom senhor, e pai” haveria de tratar os criminosos “com piedade e Misericórdia” dados os “continuados vexames e sevícias que eles recorrentes até aqui estão experimentando”. Destacavam que eram casados e contavam que sua última esperança,

“(…) era a chegada da Real Escuna com a Decisão de VAR, segundo diz o mesmo Ilustríssimo atual governador no dito despacho junto, porém com a chegada dela que foi em mês de janeiro próximo passado de mil oitocentos e quatorze nada se decidiu aos Recorrentes, mas sim vivendo na mesma consternação no prevento degredo nesta Ilha de São Tomé; ainda mais cresce a má vontade dos preditos moradores Europeus de acumular os recorrentes de crimes, e nome de Levantado que não deixam de atijar ao dito Ilustríssimo atual governador o conservarem a eles recorrentes nesta Ilha de São Tomé em desamparo de suas mulheres, sendo que eles tudo são casados, e com filhos, procurando sempre todo meio de fazer mal os recorrentes na presença de VAR, cuja inimizade não procede de outra causa mas que tão somente por terem a eles recorrentes manifestado a VAR na dita Representação a maldade dos ditos Europeus por dizer os recorrentes igualmente na mesma Representação que estas duas Ilhas pelas suas distancias é o mesmo que um Convento de Recolhimento que só serve de recolher todos os desertores que nesse Reino, Tropas, e Navios de Guerra fogem do Real Serviço por não haver a positiva Ordem de Vossa Alteza a proibimento de não casar sem a Real Ordem de Vossa Alteza. Os Recorrentes esperam que Vossa Alteza Real há de vir no conhecimento por obra do Divino Espírito Santo de atender que qualquer proposição, ou commulação (sic) que os ditos Europeus quiserem malquistar aos Recorrentes perante VAR que é uma pura falsidade por quererem [se] vingar dos recorrentes a respeito da Denúncia que contra eles puseram os recorrentes perante Vossa Alteza por não haver a referida commulação antes da referida denuncia.

Nestes termos [o] soberano senhor Deus Nosso Senhor enviou VAR ao mundo para amparo dos vassalos grandes, e pequenos, para castigar como Senhor, e perdoar como Pai, haja VAR de compadecer deles recorrentes pelas cinco chagas de Nosso Senhor Jesus Cristo,

²⁹⁴ Jornal do Commercio, n° 291, Quinta-feira, 25.09.1828, p. 3.

permitindo que os Recorrentes se recolham a dita sua Pátria, e de qualquer falta ou erro que nesta encontrar ser leve com piedade como bom senhor, e Pai, Santo Tomé, dois de Maio de mil Oitocentos e quatorze.”²⁹⁵

Pelo menos três pólos da sociedade estão representados na missiva ao rei: o próprio, o governador de São Tomé e os “vassalos pequenos” que aguardavam decisão régia. Temos aqui um bom exemplo de uma contenda envolvendo membros subalternos posicionados na base da escala social, que passa por estratos superiores – os vassalos “grandes”, no caso o governador –, e chega até o topo, o rei. O caso sugere que grupos subalternos conheciam e podiam aceitar sua posição na hierarquia vigente para poder contar com alguns benefícios, tal como receber o amparo de um membro posicionado no topo da hierarquia. Na prática, se comunicaram com esse membro, o rei, tentando informar sobre maldades cometidas pelos “Europeus” contra eles. Logicamente não faria nenhum sentido negar a hierarquia numa carta ao rei. Ao buscar tal proteção, esses vassalos iriam selecionar com muito cuidado as palavras para ter a chance de serem atendidos, mas isso é um indício de que a escolha do subalterno pela submissão era uma estratégia possível.

No “Regimento do Governo Econômico da Bandeira e Ofício de Sapateiro desta Cidade do Rio de Janeiro de 1817”²⁹⁶ é bastante sugestiva as orientações à mestres, oficiais e aprendizes. Transparece do texto uma hierarquia que se buscava bem definida entre eles. Buscava-se ainda garantir que esta hierarquia fosse ditada por laços morais:

“E qualquer oficial que deszenquietar (sic) aprendiz de outro a fim que não aprenda com ele, ou o recolher em sua casa, contra a vontade de seu Mestre, a fim de se servir dele, ou se lhe ensinar o mesmo ofício; pagará ao oficial em cuja loja estava todo o prejuízo, em lhe ter dezenquietado o dito aprendiz; o qual se liquidará na forma de Direito, e além desta Pena pagará da Cadeia dez cruzados, a metade para as obras da cidade, e a outra metade para quem o acusar; e o aprendiz será obrigado a voltar para a casa de seu Mestre até acabar o tempo, que contratou para aprender o dito ofício.”²⁹⁷

Destaca-se como apontado nas fontes acima citadas que nos compromissos da Misericórdia de Lisboa de 1516 e 1577, na queixa dos *homens bons* de São Tomé em 1699 e no elogio dos camaristas ao governador em 1702, nos escritos de Antonil de 1711, na pragmática de 1749, numa contenda jurídica envolvendo um comerciante de gado e um alferes no Rio de Janeiro em 1768, na representação de encarcerados em São Tomé de 1814, no Regimento de sapateiros no Rio de Janeiro em 1817, nos anúncios de fuga e nas alforrias do século XIX havia – apesar das diferenças – pelo menos uma semelhança, qual seja, elite e subalternos foram representados enquanto membros de qualidades diferentes na hierarquia.

A palavra *qualidade*, por exemplo, ainda aparece em 1817 ligada a posição social, diferenciando os membros da sociedade. Para os irmãos de São Crispim e São Crispiniano nenhuma pessoa de “qualquer qualidade, ou condição que seja” poderia vender ou fabricar sapatos exceto se este passasse por um exame.²⁹⁸

²⁹⁵ AHU – Cx. 49 – doc. 10.

²⁹⁶ AGCRJ, Códice 773, Volume 1. Seção de Guarda: SDE, Fundo/Col: Mesa de Consciência e Ordens.

²⁹⁷ Idem. Capítulo 36.

²⁹⁸ Idem, Capítulo 41.

Ou seja, os sapateiros que escreveram o regimento acreditavam viver em uma sociedade com pessoas de diferentes condições.

3.2

A noção de diferença na primeira metade do século XIX

Para um letrado que escrevera ao Jornal O Volantim em 1822 naquele momento havia diferentes “classes” no Brasil e a vindoura constituição deveria contar com isso²⁹⁹. O primeiro artigo saiu dia 8 de outubro de 1822, nele o letrado começava saudando o “Soberano e Liberal Regente e Defensor Perpétuo do Brasil” com algumas lembranças sobre o que as cortes brasileiras deveriam legislar na 1ª constituição do País. De suas palavras emerge uma sociedade que guardava traços da hierarquia estamental, abordada por Maravall, como vimos no capítulo anterior, me refiro especificamente ao posicionamento dos membros da sociedade em locais distintos de acordo com as suas “qualidades”.

O colunista utilizou mais de dez edições do periódico para reunir todos os assuntos que julgava importante e atacava os pontos seguintes: Donatarias³⁰⁰, morgadios e sesmarias³⁰¹, capelas e clausurados³⁰², testamentos, testamenteiros e juízo dos ausentes³⁰³, casamentos e divórcios³⁰⁴, bastardia, seminário e educações³⁰⁵, polícia³⁰⁶, juro e dizimos³⁰⁷, tributos e judicial³⁰⁸, milícia e tropa de linha³⁰⁹, defesa e fidalguia³¹⁰.

No dia 22 de outubro de 1822 o assunto era o povo, mais precisamente: “O povo em classes”.³¹¹ Apesar dos temas em questão lembrarem instituições de uma sociedade de Antigo Regime, o texto das “lembranças” explora uma visão moderna – de acordo com o período – da sociedade, o que fica claro quando declara que “Temos ainda no Brazil a infelicidade de dividir o povo em classes”.³¹² Contudo, o que se percebe é que persistia naquela sociedade uma divisão hierárquica das pessoas segundo a prática de algumas funções. São

²⁹⁹ Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. O Volantim. Nº 32, Terça-feira, 8 de outubro de 1822. p.126. nº 47

³⁰⁰ Idem, ibidem.

³⁰¹ Idem. nº33

³⁰² Idem. nº35.

³⁰³ Idem. nº36.

³⁰⁴ Idem. nº37.

³⁰⁵ Idem. nº38.

³⁰⁶ Idem. nº39.

³⁰⁷ Idem. nº40.

³⁰⁸ Idem. nº41.

³⁰⁹ Idem. nº42.

³¹⁰ Idem. nº43.

³¹¹ Idem. nº44.

³¹² Idem, ibidem.

atribuídas pelo autor quatro classes: “a classe primeira: Os Brancos”, “a classe segunda: Os mulatos”³¹³, “a classe terceira: Os crioulos Pretos” e “a classe quarta: Os africanos escravos”.³¹⁴

Sobre os Brancos o autor versa pouco, apenas sintetiza de onde vieram, a exigüidade feminina que acompanhava os “conquistadores”, e que o remédio para a povoação do Brasil foram os ventres africanos, intercuro sexual do qual surgiu a segunda classe, os mulatos. É sobre a terceira classe – Os crioulos Pretos –, que o anônimo autor carrega nas tintas, para ela emprega uma função e um lugar social: “alfayate, çapateiro, carpina, pedreiro, e outros officios desta ordem são apenas, os que lhes cabem”.³¹⁵

Em suma, um traço fundamental para se entender as relações escravistas na primeira metade do século XIX no Brasil é a permanência do paradigma da desigualdade. Assim como em tempos anteriores, seja na Europa medieval ou no que se chamou de Antigo Regime, os homens ainda eram vistos como diferentes. Se entendermos o paradigma do modernismo onde as idéias do iluminismo³¹⁶ e da revolução francesa imporiam a ruptura de uma concepção antiga de sociedade no sentido em que preconizavam valores novos³¹⁷ como a igualdade e a liberdade, o processo que alterou esses valores no Brasil não estava realizado na data limite de nosso estudo. Ou seja, no Brasil da primeira do século XIX, a desigualdade entre os homens era uma permanência incontestável para a maioria dos homens e grupos sociais que representavam.

Carlos Engemann, ao trabalhar com grandes *plantations* no Brasil com dados até da segunda metade do século XIX, encontrou problemas em olhar as negociações entre senhores e escravos sob paradigmas iluministas. Explica que:

“(…) Poucas, muito poucas vezes mesmo, ao longo da história, a igualdade entre os homens ascendeu como valor e, muito menos ainda, se manteve como tal. Arriscamos dizer, com risco de errar, que nunca se estabeleceu como uma prática social de larga escala, ou seja, para além de grupos numericamente limitados” [e em nota de rodapé o autor completa: “Quiçá, nem nestes”.]

Nos séculos XVII e XVIII, a idéia de igualdade emerge das páginas de autores como Jonh Locke, para as discussões intelectuais e daí para os discursos públicos e até as revoluções, mas como uma prática cotidiana ela pouco se deu. (...)”³¹⁸

O que Engemann postula é que a tradição da desigualdade é ainda aceita e vista como natural pelos homens, e mais do que homens em sua concepção individual, por grupos relacionados mesmo no século XIX no Brasil. Concepções de Antigo Regime assim teriam permanecido até mesmo na sociedade imperial sendo

³¹³ Idem. n°46.

³¹⁴ Idem, n°47.

³¹⁵ Idem, ibidem.

³¹⁶ FONTANA, Josep. *A História dos Homens*. São Paulo, EDUSC, 2004. Ver o capítulo sobre “Iluminismo”.

³¹⁷ FALCON, Francisco José Calazans. *Iluminismo*. São Paulo: Ática, 1989; HOBSBAWM, E. “O mundo na década de 1780”. In: *A Era das Revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001 (13ª ed.), p. 23-42.

³¹⁸ ENGEMANN, Carlos. Da comunidade escrava e suas possibilidades, séculos XVII-XIX. In FLORENTINO, Manolo. *Tráfico, Cativo e Liberdade*. Rio de Janeiro, séculos XII-XIX. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 2005. pp. 169-206. pp.172-173.

fundamental atentar que: “No caso das sociedades chamadas de Antigo Regime, os laços de solidariedade e de submissão desempenham um papel decisivo no posicionamento dos indivíduos na sociedade.”³¹⁹

A postura de Engemann é interessante no sentido em que problematiza a escravidão como uma relação, dada esta concepção o autor utiliza a empiria através de fontes qualitativas e quantitativas onde demonstra a interferência dos laços de solidariedade e submissão – valores definidos como de Antigo Regime pelo autor – para seguir na hipótese da permanência desses traços no século XIX. Esta permanência não anula, entretanto, o aparecimento de novidades oitocentista, vamos a elas e a seu impacto.

Duas hipóteses a serem seguidas se colocam: 1) A forma como os atores sociais lidavam com a noção de diferença e as mudanças e permanências operadas através do tempo só podem ser recuperados com fontes qualitativas que nos permitam recuperar os discursos dos agentes sociais autóctones; 2) O impacto desta dimensão sociológica só poderá ser confirmado se verificarmos em fontes qualitativas a apropriação dos discursos de terceiros pelos atores sociais, aplicando idéias gerais, sociais – ou tentando fazê-lo.

Metodologicamente, este trabalho seria o cruzamento das informações qualitativas entre as fontes que Adeline Daumard classificou em seu estudo sobre a Burguesia Parisiense de 3º, 4º e 5º tipos. Nesta classificação entrariam – 3º tipo – monografias e biografias que podem ser recuperadas, por exemplo, em testamentos, – 4º tipo – monografias excepcionais que não se integram em uma série, como correspondências, lembranças, em suma, documentos que deslindam aspectos da vida mental e não são passíveis de quantificação e, – 5º tipo – testemunhos contemporâneos diversos como os deixados pela imprensa e em obras literárias pelos agentes sociais coevos.³²⁰ Começemos por este último.

Em dezembro de 1782 Tomás Antônio Gonzaga descarregava suas malas em Vila Rica. Aos 38 anos de idade assumiria o cargo de ouvidor-geral, corregedor e provedor das fazendas dos defuntos, ausentes, capelas e resíduos.³²¹ Naquele tempo, o governador da capitania era Dom Rodrigo José de Menezes, com quem teria bom convívio. Os problemas surgiriam com o novo governador, Luís da Cunha Menezes, que substituiria Dom Rodrigo em outubro de 1783.³²² Supostamente, Gonzaga se referia a ele no governo da capitania mineira quando o poeta Critilo conta a Doroteu ao longo das 10 cartas e 310 versos das *Cartas Chilenas*, as injustiças, violências e desordens promovidas por Fanfarrão Minésio no governo do Chile.³²³ Chile, Minésio e Critilo seriam, pseudônimos de Minas Gerais, Menezes e Gonzaga.

Na 3ª carta, Critilo conta a Doroteu as injustiças e violências ocorridas na construção de uma cadeia:

Pretende, Doroteu, o nosso chefe
erguer uma cadeia majestosa,

³¹⁹ Idem, p.173.

³²⁰ DAUMARD, Adeline. *Hierarquia e Riqueza na sociedade burguesa*. Ed. Perspectiva. São Paulo, 1985. pp.79-82.

³²¹ GONÇALVES, Adelto. *Gonzaga: Um poeta do iluminismo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999. p.91.

³²² Idem. Tudo o que foi dito acima foi retirado da segunda parte do livro. pp. 88-316.

³²³ Consultei uma edição completa das *Cartas Chilenas*, nesta edição, está incluído uma outra obra de Gonzaga. GONZAGA, Tomás Antônio. *Marília de Dirceu*. pp.13-175. *Cartas Chilenas*. pp. 177-210. Editora Martin Claret, Coleção Obra-Prima de cada autor, São Paulo 2002.

que possa escurecer a velha fama
da torre de Babel e mais dos grandes,
custosos edifícios que fizeram,
para sepulcros seus, os reis do Egito. (...).³²⁴

Critilo recrimina os gastos do Senado da Câmara repassados ao “triste povo” para a edificação de majestosa cadeia.³²⁵ Além disso, o poeta não vê necessidade na pompa da construção, pois a mesma serviria para a reclusão de “uns negros, que vivem, quando muito, em vis cabanas, fugidos dos senhores, lá nos matos.”³²⁶

É interessante que ao se referir aos escravos que povoariam a cadeia, Gonzaga faz clara distinção entre dois tipos de escravos fugitivos:

(...) Voa o cabo,
agarra a um e outro, e num instante
enche a cadeia de alentados negros.
não se contenta o cabo com trazer-lhe
os negros que têm culpas, prende e manda
também, nas grandes levas, os escravos,
que não têm mais delitos que fugirem
às fomes e aos castigos, que padecem
no poder de senhores desumanos (...).³²⁷

Sevícias, praticadas por senhores desumanos faziam com que escravos fugissem, sem que, na visão do autor das *Cartas*, os mancípios tivessem culpa. Ela estava na crueldade senhorial em mal alimentar e castigar excessivamente seus escravos. Neste sentido, transparece no texto a visão de um membro da sociedade que entendia diferenças entre escravos que *têm culpas*, e os que não as tinha, somente os primeiros deveriam encher as cadeias. Por outro lado, existiriam *senhores desumanos* e escravos que fugiam de *fomes* e *castigos*. Ao reconhecer esta fuga justa o que o intelectual setecentista está afirmando é que castigar injustamente e não alimentar os escravos devidamente era algo não aceito na comunidade. Quiçá por saber que a comunidade tinha esta noção, um senhor de escravos da cidade do Rio de Janeiro em 1830 anunciava não a fuga, mas o desaparecimento ou o furto de seu cativo, deixando bem claro que não havia dado motivo, pois o mesmo *não teve causa para fugir*.³²⁸

³²⁴ Idem, C3:185.

³²⁵ Idem, C3:186.

³²⁶ Idem, Ibidem.

³²⁷ Idem, C3:187.

³²⁸ “No dia 25 do corrente mês [de janeiro de 1830], desapareceu da casa n.16, do beco do Guindaste, um moleque novo de nação, por nome Francisco, idade de 8 para 9 anos, há alguma coisa fula, feições miúdas, levou vestidas calças de riscadinho azul, e camisa de pano de linho, *desconfia-se que fosse furtado, porque ele não teve causa para fugir, e nem sabe as ruas da cidade*, quem dele souber queira anunciar, que será bem recompensado.”Biblioteca Nacional, Seção de obras raras. Jornal do Commercio, N.2, Rio de Janeiro, Segunda-feira, 4 de Janeiro de 1830. Grifo meu.

O tempo também influenciava nas ações sociais numa perspectiva política. No século XVIII, com o aumento incrível da população mancipia e dos quilombos diversas autoridades coloniais discutiram como agir diante da rebeldia escrava, como fazer para que ela não ocorresse e até o que fazer para promover mais colaborações por parte dos escravos.³²⁹ Neste ponto o estudo de Silvia Lara sobre o impacto do medo de Palmares na reformulação da política senhorial em relação ao tratamento dos escravos e a busca das autoridades coloniais por organização nas ações contra fugitivos e quilombolas é exemplar.³³⁰ O sistema escravista e com ele a relação senhor-escravo no Brasil teria sofrido uma espécie de “medômetro” palmarino, no que teria resultado por parte dos senhores numa reelaboração de políticas com seus mancipios, estas teriam o poder de aumentar o rigor das punições para escravos rebeldes e também de proporcionar um canal de barganha para os escravos. Pode-se, neste sentido, observar que o tempo e a experiência de Gonzaga na Europa³³¹, quando dos seus estudos jurídicos, colaborou para que sua visão sobre humanidade/desumanidade dos senhores ganhasse contornos novos, com os quais, seguindo a técnica de Adeline Daumard podemos perceber que era filha do tempo.

Na primeira metade do XIX, *Termos de Bem Viver*, documentação policial que servia à Intendência de Polícia da Corte para controle dos excessos praticados por senhores e escravos, apontam na mesma direção, como conclui Roberto Guedes Ferreira:

“(…) havia normas senhoriais de governo da escravaria sancionadas pela comunidade. (…) o domínio senhorial com base em sevícias seria socialmente reprovado. Para o poder senhorial se perpetuar era necessário um certo limite à sua arbitrariedade.”³³²

Para chegar à semelhante arremate, Ferreira utiliza uma refinada hermenêutica na leitura dos textos de termos de bem viver. Como demonstra, mesmo na primeira metade do século XIX senhores sofriam a interferência de olhos e ouvidos externos naquela relação pessoal. Alguns casos só chegaram ao foro da Intendência de Polícia de Corte, porque as sevícias foram, necessariamente nesta ordem, ouvidas ou observadas e denunciados por vizinhos e pessoas próximas.³³³

Em suma, ao tratar da relação senhor-escravo deve-se atentar para duas esferas relacionadas. Os limites daquela relação eram impostos externamente – valores humanitários, católicos, medo de sublevação e rebeldia

³²⁹ LARA, Silvia Hunold. *Do Singular ao Plural*. In REIS, João José (Org.) *Liberdade por um fio*, São Paulo, Companhia da Letras, 1996.

³³⁰ Idem.

³³¹ Ver a este respeito: GONÇALVES, Adolto. *Um Poeta do Iluminismo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

³³² FERREIRA, Roberto Guedes. *Autonomia escrava e (des)governo senhorial na cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX*. in: FLORENTINO, Manolo. (org.) *Tráfico, cativo e Liberdade*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2005. pp.228-283. pp.258-259.

³³³ Idem. 255-264.

escrava³³⁴ – e condicionados internamente, no dia-a-dia. A relação entre estes dois agentes sociais era construída então, num longo processo, onde cada um amalhava ou perdia recursos, conquistava ou deixava de contar com prerrogativas, edificavam acordos, direitos e obrigações certamente ligados a recursos gestados no plano relacional via alianças, no plano econômico via produção e no plano social ligado ao que a própria sociedade esperava de suas ações.

No século XIX, outras questões tiveram impacto na vida de proprietário e propriedade. Após observar o comportamento de 257 escravos reunidos como réus e testemunhas informantes em processos crimes na conjuntura política do cativo pós 1850, Hebe Mattos afirma que havia uma estratégia para senhores dominarem escravos.³³⁵ O senhor jogava com os escravos oferecendo a um seleto grupo uma mobilidade social limitada através da possibilidade de acesso à família, roça própria e liberdade. Desta forma, do desenraizamento às relações parentais, de propriedade de outrem à senhor de posses, do cativo à liberdade, o mancipio seria, como diz a autora, “tributário de relações hierárquicas”. Por isso:

“(…) a gestação de relações comunitárias entre escravos, no Brasil, significou mais uma aproximação com uma determinada visão de liberdade que lhes era próxima e que podia, pelo menos em teoria, ser atingida através da alforria, do que a formação de uma identidade étnica a partir da experiência do cativo. A família e a comunidade escrava não se afirmaram como matrizes de uma identidade negra alternativa ao cativo, mas em paralelo com a liberdade.”³³⁶

As palavras de Hebe Maria Mattos apontam para a política senhorial tentadora e capaz de causar a dissensão na senzala. Enquanto – através de concessões e delegação de autonomia – controlasse as ferramentas necessárias aos escravos para que estes recebessem benesses traduzidas em melhoria nas condições gerais de vida e trabalho, senhores teriam seu poder moral assegurado. Neste sentido, estava no poder senhorial a maior prerrogativa do sistema. A melhoria nas condições de vida dos escravos seria uma concessão, mas efetuada apenas se o proprietário concordasse. Situação que caracteriza a escravidão no Brasil no longo período tratado por esta tese (1750-1850). Segundo Mattos, quando este modelo de escravidão sucumbisse, a própria instituição entraria em colapso, pois teria dificuldade de subsistir ou comportar escravos que lutassem por direitos universais e não mais lessem as concessões pelas mãos da boa vontade senhorial. Realidade esta que marcaria a escravidão nas últimas décadas de sua existência.

O que teria ocorrido é que após o fim do tráfico atlântico de africanos, alguns fatores se correlacionaram modificando as bases da escravidão. O aumento no preço dos escravos fez com que boa parte dos senhores mais pobres não conseguissem manter-se como proprietários, por sua vez, seus escravos seriam vendidos para senhores mais abastados, os únicos em condições de comprá-los. Províncias nordestinas

³³⁴ Cf. para o medo da sublevação e da rebeldia escrava: FERREIRA, Roberto Guedes. *Autonomia escrava e (des)governo senhorial na cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX*. in: FLORENTINO, Manolo. (org.) *Tráfico, cativo e Liberdade*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2005. pp.228-283; para os valores humanitários e católicos: DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001. Partes II e III. Itens 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12. pp.145-432.

³³⁵ MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro:Arquivo Nacional, 1995. p.172.

³³⁶ Idem, p.141.

passariam a alimentar o sudeste com escravos, já que Rio de Janeiro e São Paulo expandiam no Vale do Paraíba e no Oeste paulista a fronteira agrícola com o café e o sempre cultivado açúcar. Estes senhores com atividades agro-exportadoras no sudeste tinham em suas propriedades códigos de conduta diversos dos negociados pelos escravos em suas regiões de origem, seja porque provinham de pequenos plantéis e/ou por terem alcançado autonomias e benefícios ao servirem por anos a fio seus proprietários anteriores em suas respectivas unidades produtivas. Por conta disso:

“O sentido geral das transações, no mercado interno de escravos de pequenos para grandes senhores, de áreas antigas para novas, provocou tensões específicas nas últimas décadas da escravidão. Estes escravos traziam para seu novo cativo determinadas expectativas sobre as relações senhor-escravo, que nem sempre correspondiam a nova realidade (...).”³³⁷

Esta situação teria engendrado uma politização inédita no cativo, se antes do fim do tráfico os escravos com maiores recursos comunitários teriam lutado por privilégios, agora lutavam por direitos.

“A generalização do tráfico interno, a troca de experiências de cativo, especialmente no contexto de fazendas novas, onde tudo ainda estava para ser estabelecido, tendia a levar os escravos a proporem de forma até então inusitada um código geral de direitos dos cativos. Se admitido nestes termos, pelos senhores, esfacelava-se a própria essência da dominação escravista, que se encontrava exatamente na capacidade de transformar em privilégio toda e qualquer concessão à ausência absoluta de prerrogativas que, em termos legais ou ideais, definia o escravo. (...)”³³⁸

Assim, segundo Mattos não havia muito ar para a escravidão respirar numa conjuntura em que escravos acreditassem em direitos universais. Os “direitos” dos escravos não eram absolutamente negados na primeira metade do século XIX, o que Mattos contextualiza é que um tipo específico de direito havia antes e, outro aparece na “fala dos escravos” depois do impacto da Lei Eusébio de Queiroz (fim definitivo do tráfico de escravos para o Brasil, 1850) e da conseqüente modificação de componentes da sociedade em relação à escravidão.

“Com direitos não há escravos, e tento mostrar neste trabalho que não apenas os senhores, mas também os que se encontravam sob o jugo do cativo, sabiam disso. Antes da extinção do tráfico os cativos de maiores recursos comunitários pressionaram mais por privilégios que por direitos. É verdade que, de uma forma geral, eles leram as ‘concessões senhoriais’ e *as práticas costumeiramente sancionadas como ‘direitos pessoais que os fazia, entretanto, do seu ponto de vista, um pouco menos escravos que os outros.* (...)”³³⁹

De acordo com Mattos, a diferença entre a primeira e a segunda metade do século XIX estava na politização dos direitos dos escravos. Na primeira metade, algumas *práticas costumeiramente sancionadas*

³³⁷ MATTOS, 1995. op.cit. p.133.

³³⁸ Idem, p.181.

³³⁹ MATTOS, 1995, op.cit. p.178.

seriam lidas pelos escravos como *direitos pessoais*, ou privilégios. Os escravos faziam uma leitura própria do que estava ocorrendo a sua volta e jogavam com as armas possíveis de acordo com o tempo. A escrava Izabel é um desses exemplos. No Rio de Janeiro, mais precisamente em 29 de Agosto de 1850 ela estava dizendo ao seu senhor, por meio de uma apelação cível, que ele não estava respeitando “seus direitos”:

“Diz Izabel crioula, representada por seu curador nomeado, o qual sendo escrava de Antonio Dias de Souza Castro tem a suplicante sofrido maus tratamentos, e atos de crueldade de sua senhora, M. do T. Castro, obrigando-a até a trabalhar continuamente sem atender ao lastimoso estado em que a suplicante se acha, de extrema magreza, com contusões pelo corpo, tosse, calafrios quotidianos, respiração difícil, dores de peito, e muitos sofrimentos constados do corpo delito a qual se procedeu, e que levaram a suplicante a uma infalível (Ilegível) como declaram os peritos, acrescentando a tudo isto que o suplicado falta a suplicante com o mínimo alimento para sua subsistência e que tais atos são inteiramente contrários a (Ilegível) e Religião e tornam insuportável o já tão desgraçado estado da escravidão que em todos os tempos mereceu a proteção das leis, e governos ainda mesmo dos absolutos (...) além de outras pretende a suplicante, visto que encontrou hum bem feitor, que está pronto a fornecer-lhe a quantia para obter a sua libertação fazem citar o suplicado [para que se nomeie avaliadores] (...) que avaliem a suplicante.”³⁴⁰

A justiça não foi a mesma durante mais de três séculos que a escravidão subsistiu no Brasil, mas processos com teor parecido foram trabalhados por Silvia Lara e Russel Wood envolvendo senhores e escravos em meados do século XVIII.³⁴¹ Por outro lado, observa-se no final do documento acima que a conjuntura experimentada pela escravidão era bem particular, certos componentes da sociedade já a qualificavam como *desgraçada e insuportável*, o que claramente deve ser contextualizado como uma conjuntura específica do século XIX, sobretudo a metade final deste.³⁴²

Neste caso, ao tratar da noção de diferença entre os homens na primeira metade do século XIX apontamos dois caminhos. Primeiro há uma longa tradição de desigualdade que não será rompida no Brasil – e nem em São Tomé e Príncipe – com aparecimento das noções de liberdade e igualdade na Europa do século XVIII; segundo, trata-se de um período onde os subalternos tiveram acesso a novos recursos que devem ser contabilizados nas suas práticas sociais. Dito de outra forma: A polícia da corte, por exemplo, teve um grande impacto na relação senhor-escravo na cidade do Rio de Janeiro. Interferia de forma pontual para salvaguardar a ordem, os excessos e o desgoverno senhorial.³⁴³ Certamente foi uma questão do tempo que não pode passar longe da pena do historiador quando for tratar da relação senhor-escravo nesta cidade, o fato de o poder do

³⁴⁰ ANRJ, Apelação Cível, Cx 3683, n° 4975. Izabel, 1852.

³⁴¹ LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Vassalo e soberano: apelos extrajudiciais de africanos e de indivíduos de origem africana na América Portuguesa*. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *Cultura Portuguesa na Terra de Santa Cruz*. Lisboa: 1995. Estampa, pp. 215-233. p.218.

³⁴² Ver a este respeito: CHALHOUB, 1990, op.cit.; MATTOS, 1995, op.cit.

³⁴³ FERREIRA, Roberto Guedes. *Autonomia escrava e (des)governo senhorial na cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX*. in: FLORENTINO, Manolo. (org.) *Tráfico, cativo e Liberdade*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2005. pp.228-283.

Intendente e de “seus” policiais passarem a escrever documentos onde ameaçavam (lendo e obrigando os senhores a assinar) senhores com prisão e degredo.³⁴⁴ Os escravos que viveram neste lugar passaram a computar este “aliado” quando tinham razão nas contendas ou mesmo alguns mais “capadócios” passaram a utilizar-se dessa questão do tempo para “não servir a algum deles”, mesmo “que injustamente e sem razão” como viu³⁴⁵ anos mais tarde Azeredo Coutinho.³⁴⁶

Na prática, a monarquia constitucional não atacou o pilar fundamental de uma sociedade escravista: a hierarquia e a diferença entre os homens. As idéias revolucionárias de liberdade e igualdade não se evidenciaram em práticas sociais de larga escala nem no Brasil, nem em São Tomé.

Neste caso podemos apontar um caminho para testá-lo adiante: a diferença social era inerente aos atores sociais no longo período tratado (1750-1850), esta desigualdade afetava os comportamentos e assim as ações dos homens na sociedade e suas escolhas eram formuladas dentro do paradigma da diferença. O reconhecimento da diferença seria utilizado pelos atores sociais como estratégia para apaziguar a incerteza e sobreviver utilizando-se do outro, que posicionado melhor ou pior podia colaborar de alguma forma para que um projeto de vida (de um grupo ou de uma família) desse certo. Teríamos assim, um paradigma da desigualdade vindo de tradições anteriores e que adentraria o século XIX, tal paradigma será problematizado na parte II.

Temos um modelo que fundamenta as relações sociais a partir de hierarquias e distinções sociais. Como nos ensina Braudel, completamos apenas uma etapa do estudo. Como um engenheiro que projeto uma casa, ao olhar a planta apenas se conhece um rabisco técnico de sua construção. Na realidade, para fechar a parte I, a metáfora braudeliiana do navio é bem melhor que a minha:

“Comparei por vezes modelos a navios. O navio construído, o meu interesse é pô-lo na água, ver se flutua, depois fazê-lo subir ou descer, à minha vontade, as águas do tempo. O naufrágio é sempre o momento mais significativo (...). O modelo é assim, alternadamente, ensaio de explicação da estrutura, instrumento de controle, de comparação, verificação da solidez e da própria vida de uma estrutura dada. (...)”³⁴⁷

³⁴⁴ Idem. Pp256-258.

³⁴⁵ E não mentiu, mas exagerou.

³⁴⁶ COUTINHO, J.J. da Cunha Azeredo. *Obras Econômicas*. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1966. p.304.

³⁴⁷ BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre História*. São Paulo, Perspectiva, 1978. p.68.

PARTE II
DAS RELAÇÕES SOCIAIS
SOB O PARADIGMA DA DIFERENÇA

*“(...) Pretendo distinguir as motivações dos atores das conseqüências inesperadas de seus atos. Nesta análise particular, estou preocupado sobretudo com os efeitos inadvertidos e acumulativos de atividades que os atores são levados a empreender em função da percepção que têm de necessidades ou vantagens ligadas a outros aspectos das mesmas atividades.” (BARTH, Fredrick. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000. p.162. Grifos meus.)*

Na parte I discutimos os fundamentos da formação social na América portuguesa e a ação social na sociedade escravista. Vimos que a hierarquia típica de Antigo Regime – estabelecadora de distinções e privilégios – prescrevia os locais que os membros da sociedade ocupariam em tal coletividade de acordo com as suas “qualidades”. Na América portuguesa, estas “qualidades” passavam necessariamente pelos seguintes

condicionantes: conquista, descendência, ocupações, e pelo afastamento ou não em relação à escravidão.³⁴⁸

Vimos também que comportamentos hierarquizantes, de práticas estamentais e de negociação eram conhecidos pelos africanos no ambiente central-atlântico, em São Tomé e Príncipe e na América portuguesa/Brasil no século XIX.

Temos como idéia principal neste segmento analítico que as relações sociais sofriam incentivos e constrangimentos de ordem gerais advindos de noções propagadas socialmente que requeriam típicos comportamentos em cada situação, porém, cada caso era fruto de experiências muito particulares e seu resultado, neste sentido seria sempre único.³⁴⁹ A tipicidade dos casos, entretanto não exclui uma orientação valorativa propagada de forma mais geral e que se encontre presente nas relações sociais de uma forma ampla. Neste ponto temos em mente as seguintes palavras de Fredrick Barth:

“The most simple and general model available to us is one of an aggregate of people exercising *choice* while influenced by certain constraints and incentives. In such situations, statistical regularities are produced, yet there is no absolute compulsion or mechanical necessity connecting the determining factors with the resultant patterns; the connection depends of human dispositions to evaluate and anticipate. Nor can the behaviour of any one particular person be firmly predicted – such human conditions as inattentiveness, stupidity or contrariness will, for the anthropologist’s purposes, be unpredictably distributed in the population. This is also how we subjectively seem to experience our own social situation. Indeed, once one admits that what we empirically observe is not ‘customs’, but ‘cases’ of human behavior, it seems to me that we cannot escape the concept of choice in our analysis: our central problem becomes what are the constraints and incentives that canalize choices.”³⁵⁰

Como diz Maurizio Gribaudi, como “os comportamentos são engendrados a partir de avaliações e de imposições diferentes para cada contexto” eles variam bastante, “indefinidamente, em sua forma como em seu conteúdo”. Explica o autor, que a “variação constitui, portanto a norma de uma série de comportamentos”.³⁵¹ Esta variação ocorre, pois os constrangimentos e incentivos de que fala Barth são medidos pelos atores sociais num jogo político onde optarão pela negociação ou pela rebeldia.

No caso de uma sociedade hierarquizada e escravista esse jogo político se desenvolvia entre desiguais. Definindo as sociedades que estudamos neste trabalho como escravista e hierarquizada abrimos uma investigação que nos leva a problematizar a escravidão como uma instituição promotora da hierarquização vigente. Exercer escolhas numa sociedade com estas características significava estar limitado à sua condição social, como veremos.

Nossa intenção nesta parte final é analisar como os subalternos pensavam e negociavam questões tensas e conciliatórias com a elite, tais como trabalho, acesso a benefícios e recursos, mobilidade, fidelidade,

³⁴⁸ FRAGOSO, João Luís Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda Baptista & GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Afogando em nomes: temas e experiência em história econômica*. In: TOPOI. Revista de história. Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em História Social da UFRJ / 7 Letras, Set. de 2002, n.5, 404p. pp.41-69.

³⁴⁹ BARTH, Fredrik. *Process and form in social life: selected essays of Fredrik Barth*. Vol. 1. London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

³⁵⁰ Idem, pp. 34-35.

³⁵¹ GRIBAUDI, Maurizio. *Escala, pertinência, configuração*. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escala. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, FGV, 1998. p.132.

obediência, subalternidade e rebeldia, e responder como operava a variação dos comportamentos, e ainda, o que cimentava escolhas de alianças ou gerava a escolha pela rebeldia.

Para tanto dividimos esta parte em mais três capítulos.

No capítulo IV, tratamos de relações hierarquizadas em São Tomé e Príncipe, onde buscamos empiricamente demonstrar quais valores constrangiam e incentivavam os atores sociais em suas escolhas seja no século XVIII, seja no XIX: o que nos permitiu aprofundar a discussão Antigo Regime/traços de.

No capítulo V discutimos como a escravidão colaborava para ampliar as hierarquias internas em duas paragens do Império português: São Tomé e Rio de Janeiro. Discutimos também como a escravidão se apresentava aos escravos e como esta relação tinha especificidades, mas que ao mesmo tempo não pode ser dissociada das hierarquias sociais mais amplas da sociedade onde ocorria.

No capítulo final (capítulo VI) nos voltamos para momentos tensos e conciliatórios da vida em cativeiro: a hora da chegada de um escravo numa unidade produtiva, os condicionantes políticos da surgente relação, e, o momento de concessões buscando compreender como e por que senhores concederam e escravos recriaram laços sociais e diferenças entre os escravos. Apontamos que esta mobilidade não era exclusividade da América portuguesa, mas esteve presente em outras paragens do Império português regidas sob os auspícios de sociedades escravistas e hierarquizadas.

Assim, se na parte I apontamos para os valores hierarquizantes que regia a relação entre subalternos e senhores de forma estrutural, buscamos agora problematizar estas relações, demonstrando como ocorria a interação entre homens desiguais nessas duas paragens do Império português no período tratado.

CAPÍTULO IV
TRAÇOS DO ANTIGO REGIME EM SOCIEDADES
HIERARQUIZADAS NO SÉCULO XIX

Na historiografia brasileira mais recente, diversos autores têm trabalhado com a noção de Antigo Regime, ou traços de, para se definir o comportamento dos atores sociais. Boa parte destes estudos adentraram até mesmo o segundo quartel do século XIX, como o de Márcio Soares, que explica que:

“(...) convém salientar que, nas sociedades de Antigo Regime, assentadas numa cultura de base majoritariamente oral, a palavra empenhada valia alguma coisa, sobretudo quando revestidas de ‘pública voz e fama’.”³⁵²

No caso o autor versa sobre a pouca recorrência da reescrivação, uma vez que a alforria estaria assentada numa base moral que tinha como pano de fundo o fato de ser um acordo regido diante da cultura política do Antigo Regime.

Roberto Guedes Ferreira utilizou noção semelhante ao pesquisar a mobilidade de egressos do cativo. Uma rica trajetória familiar, tendo como trajetória mais emblemática o “camaleão” Plácido das Neves: pardo numa lista nominativa de Porto Feliz em 1798, noutra de 1803 embranqueceu. Continuava branco dois anos depois, cor/condição mantida noutros documentos de 1808 e 1810. Já em 1813, 1815 e 1818 o “camaleão” empardeceu, voltando a ser branco no ano de 1824, cor/condição mantida cinco anos depois. Mas em 1843, aos 100 anos de idade lá estava Plácido das Neves, pardo novamente. Na análise desta trajetória que alcança a última década da primeira metade do século XIX o autor utiliza os conceitos de sociedade pré-industrial³⁵³, além de os de sociedade estamental e escravista³⁵⁴, com “traços de Antigo Regime”. Para Ferreira, “a sociedade colonial/imperial não era somente de Antigo Regime, mas também escravista” e nela existia uma hierarquia de tipo estamental.³⁵⁵

Cacilda Machado realça a natureza estamental do Antigo Regime no Brasil em estudo sobre o comportamento de senhores, escravos e forros diante da “trama” de suas “vontades” em São José dos Pinhais. Boa parte dos dados onde explica a escolha de livres, forros e escravos foram baseadas em fontes do século XIX, alcançando alguns anos do segundo quartel da primeira metade deste século. Nesta sociedade seria essencial para a autora, atentar para a “natureza estamental do Antigo Regime brasileiro”.³⁵⁶

Por todas as mudanças ocorridas no século XIX, mesmo na primeira metade, optamos por utilizar, tal como Soares, Ferreira e Machado, a noção de Antigo Regime com bastante cuidado. Como apontam João Fragoso e Fátima Gouvêa, esta noção tem por fundamento tratar de comportamentos através de forte “base empírica”.³⁵⁷ Daí as propostas abalizadas nesta noção pautarem a empiria em conceitos Antropológicos³⁵⁸, em métodos da Micro-história Italiana, utilizados aqui de forma específica, dada a nossa “Micro-história tapuia”.³⁵⁹ A recente tese de livre-docência de João Fragoso é um bom exemplo desta proposta.³⁶⁰

³⁵² SOARES, Márcio. *A Remissão do cativo. alforrias e liberdades nos Campos dos Goitacases, c. 1750 - c. 1830*. Tese de Doutorado, UFF, Niterói. 2008. p.249.

³⁵³ FERREIRA, Roberto Guedes. *Pardos: trabalho, família, aliança e mobilidade social. Porto Feliz, São Paulo, c. 1798 – c. 1850*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005. p.283.

³⁵⁴ Idem. p.284.

³⁵⁵ Idem. pp.68-70.

³⁵⁶ MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades. Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social. (São José dos Pinhais – PR, passagem do XVIII para o XIX)*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006. p.116, p.320.

³⁵⁷ FRAGOSO, João & Gouvêa, Maria de Fátima. *Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI – XVIII*. Paper Inédito. p.2.

³⁵⁸ Faça referência aqui ao uso do Antropólogo Norueguês Fredrick Barth por exemplo.

³⁵⁹ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Afogando em nomes: temas e experiência em história econômica*. In: TOPOI. Revista de história. Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em História Social da UFRJ / 7 Letras, Set. de 2002, n.5, 404p. pp.41-69.

³⁶⁰ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *À Espera das frotas: micro-história tapuia e a nobreza principal da terra (Rio de Janeiro, c.1600 – c.1750)*. Tese apresentada no Concurso Público para Professor Titular de Teoria da História da UFRJ. Rio de Janeiro: 2005.

Em suma, partimos agora para a análise dos comportamentos de elite e subalternos em momentos de tensão e acordos. Buscamos neste capítulo problematizar a noção de sociedade escravista e hierarquizada, para tanto o trabalho regressará no tempo até o século XVIII, onde a noção de Antigo Regime pode ser aplicada sem maiores problemas. Escolhemos para tanto a “primeira sociedade colonial ultramarina”: São Tomé e Príncipe. É nela que buscaremos compreender na relação entre elite e subalternos, como a noção hierárquica de Antigo Regime em sintonia com a escravidão era um fator capital não só no posicionamento dos atores sociais, mas também na forma como compreendiam o mundo a sua volta e negociavam (4.1). Finalmente, após compreender como elite e subalternos interagiam em São Tomé no século XVIII, adentraremos a primeira metade do século XIX (4.2), mas atentos as mudanças, porém buscando discutir as permanências que apontamos no capítulo anterior.

4.1

Da transformação do subalterno em rebelde: Os Homens Pretos de São Tomé

Uma lista populacional da Ilha do Príncipe, bastante completa no que tange aos recursos dominados pelos assim nomeados – por outrem e por si próprios – *Homens Pretos* nos permite entender as diferenças principais entre brancos e não-brancos na região.

Tabela IV.1

Lista dos moradores Brancos, Pardos e Pretos Forros, e Cativos que há na única Freguesia, e Matriz da Virgem Nossa Senhora da Conceição desta Cidade de Santo Antônio da Ilha do Príncipe de 1771

Ilha do Príncipe, 1771							
Categoria	Posse de escravos		Média de escravos	Sem escravos		Total de membros no grupo	
	#	%	#	#	%	#	
Eclesiásticos	188	4,8	18,8	0	0	10	100
Seculares	2.930	74,4	52,3	1	2	48	100
Pardos legítimos	31	0,8	15,5	0	0	2	100
Pardos ilegítimos	491	12,5	9,4	11	22	52	100
Pretos	298	7,5	2,4	37	74	124	100
Total	3.938	100	-	50	100	244	100

Fonte: AHU - S.Tomé - cx 13 - doc. 4

O documento traz a "Lista dos moradores Brancos, Pardos e Pretos Forros, e Cativos que há na única Freguesia, e Matriz da Virgem Nossa Senhora da Conceição desta Cidade de Santo Antônio da Ilha do Príncipe" de 1771. São anotados 244 nomes separados por cinco categorias, sendo 10 "Eclesiásticos", 48 "Seculares", 2

“Pardos Legítimos”, 52 “Pardos ilegítimos” e 124 “Pretos Naturais, e moradores na Ilha”. Todos os chefes de fogos no grupo dos seculares ou eram brancos ou **não existe** referência a sua cor/condição³⁶¹, das 42 esposas dos seculares, apenas 10 tiveram sua cor/condição anotada, sendo 6 pardas, 2 pretas e 2 brancas. Se o sumiço da cor/condição indicar embranquecimento, teríamos 33 esposas brancas, contra apenas 6 pardas e 2 pretas. É entre estes seculares que aparecem as maiores patentes militares anotadas na lista, sendo o único grupo a constar “Capitão Mor” (3), “Capitão de Mar e Guerra” (3) e “Tenente General”(3). Para se ter idéia do poder destes 9 homens, reunidos eles possuíam 1.078 escravos do total de 3.938 escravos recenseados. Ou seja, quase ¼ do total de cativos da ilha do Príncipe. Mais uma prova de que no grupo dos “seculares” estavam os homens mais poderosos do local é que os 48 reunidos detinham quase 75% dos escravos da Ilha do Príncipe, ou exatos 2.930.

Como o que buscamos aqui é aquilatar a condição dos “Pretos Naturais, e moradores na Ilha”, entre eles temos alguns postos militares subalternos de exclusividade sua como os de soldado (6) e cabo (4). Alferes (12) e sargento (6) aparecem tanto no grupo dos pretos quanto no dos pardos ilegítimos (neste 3 e 4 respectivamente). Mas há entre os pretos 2 capitães, Domingos Faleiro e Amaro de Aguiar e um Tenente chamado Rodrigo Menezes (ou Muniz?).

Os 124 pretos possuíam 298 escravos, tendo uma média de 2,4 cativos por família. Do grupo completo, 37 não tinham nenhum cativo, 79 possuíam entre 1 e 5 escravos, 7 possuíam entre 6 e 10 e apenas 1, a viúva sexagenária Maria Vaz Pereira, detinha mais de 10 escravos, na verdade possuía 40 deles.

Como pode ser visto, o grupo era diverso apresentando uma hierarquia interna de base larga e topo estreito. Mas é certo que boa parte dos descritos como “pretos” não possuíam escravos ou possuíam poucos. Se somarmos os sem escravos com os que tinham apenas 1, temos 56 famílias anotadas como pretos, ou 45,2% do total, ao acrescentarmos aqueles que tinham 1 e 2 escravos este número sobe para 77, ou 62%. E finalmente os donos de 1, 2 e 3 escravos mais os sem escravos somavam 94 ou 74,8% dos pretos. Por saber a idade do chefe da família podemos concluir que era possível a mobilidade sendo a variável tempo fundamental para melhorar de condição dentro do grupo. A média de idade dos que tinham entre 0 e 3 escravos era de 39 anos, enquanto a média dos que possuíam de 6 a 10 era de 52. A viúva com 40 escravos tinha 60 anos de idade.

Ao falar de pretos forros em São Tomé, falamos de um grupo que possuía alguns recursos, que eram geralmente: dispor de seu trabalho subalterno na hierarquia local e a posse de um ou dois escravos para colaborar. Numa localidade onde mais da metade da população era escrava, os Homens Pretos forros ou livres se diferenciavam da maioria dos subalternos que se encontravam no degrau mais inferior da escala social, ainda que comparados a outros grupos posicionados mais acima estivessem longe dos seus recursos, como a posse de mais escravos e cargos superiores na hierarquia militar, eclesiástica e governativa local.

Os homens pretos da Ilha do Príncipe não espelham fielmente os de São Tomé, mas servem como um *approach* para nos aproximarmos de alguns dos recursos do grupo, uma vez que desconhecemos um quadro tão completo para a Ilha anexa. Aliás, através de outras fontes veremos os pretos de São Tomé reclamando o acesso

³⁶¹ Para uma discussão sobre cor/condição ver: FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás Pretas: Damas Mercadoras: As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. Tese apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Concurso para Professor Titular em História do Brasil.Niterói, 2004.

a melhores condições de vida, trabalho e *status*, onde transparece que se localizavam em degraus parecidos com os de seus congêneres da Ilha anexa e associada ao mesmo governo.

Conseguimos rastrear na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino uma revolta ocorrida em São Tomé por volta de 1745, portanto bem próximo do ano do Mapa populacional e da lista nominativa acima. Tal revolta ocorrera com amplo apoio dos “homens pretos”, mas suas raízes foram fincadas bem antes, como podemos perceber numa comunicação com o rei de 20 de Fevereiro de 1730.³⁶² Neste ano, os homens pretos de São Tomé já se identificavam como um grupo e se utilizaram disso para escrever ao rei contando seus serviços e reclamando melhor tratamento da elite local:

"Que eles recorrentes são homens livres e estão atualmente servindo a Vossa Majestade de soldados sem soldo algum e por que por sua muita pobreza e falta de vestuários, faltam algumas vezes às obrigações das guardas por cuja causa o Governador e Capitão General os fez prender pelo Capitão Mor dos matos, se queixam a Vossa Majestade da sua injustiça, pois condenando o pagar 40 por cada falta e a estar presos trinta dias, faz observar com tanto rigor este mandato, que muitos a quem falta o poder satisfazer esta pena pecuniária, primeiro mostrem a necessidade que se vejam soltos.³⁶³

Os homens pretos começavam explicando sua posição: *homens livres*, depois os serviços que prestavam a sua majestade: *atualmente servindo a Vossa Majestade de soldados sem soldo algum*, se falhavam nos referidos serviços, isso seria absolutamente justificável, tratava-se de homens com poucos cabedais, mas o governador agia com *injustiça* e os fazia *prender pelo Capitão Mor dos Matos* agindo com um rigor inaceitável.

Diziam mais, detalhando suas justificativas e reclamações de forma inteligente para serem melhor lidos e atendidos, o que demonstra o acesso do grupo as letras seja por alguns dos mesmos ou o acesso a indivíduos letrados, quiçá denotando aliança com pessoas de outros grupos sociais:

Item: Que alguns dos ditos têm demorado em sua Roça sendo Homens pobres por alguma ocasião precisa a não desamparar a sua pobreza e sustento, que muitos não tem trato mais que plantar sua caneleira e algum legume para seu sustento, a este respeito faltam as sobreditas obrigações.

Item: Que assistindo cada oito dias as obrigações de suas guardas os fazem trabalhar carregando pedras, cavando barro, fazendo vigias aos cavalos, dando-lhes de comer, e obrigando a todo o mais serviço pertencente aos Escravos, e menos insuportável seriam estas opressões a dar-lhes ao menos nestas ocasiões algum sustento, pois ocupados então naquelas funções lhes falta o meio de adquirir, por cuja razão se precisão (sic) a padecer inexplicáveis misérias, e calamidades.

Item: Que obrigando-os o Governador em todas as obrigações de Milícia, guarnecendo as Praias sempre que aparecem qualquer embarcação, e servindo a Vossa Majestade prontamente; nunca em satisfação de seus merecimentos lhes dá mais posto, que o de cabo de Esquadra ou sargentos, antes daqui os faz tornar a soldados rasos.

Item: Que o motivo por onde os Governadores faltam a justiça e requerimentos dos recorrentes na ocupação dos Postos é por que com eles brindam a qualquer dos muitos homens marítimos, que chegam a negociar nesta Ilha, e nela se casam com Pretas ou Pardas, sem neste haver outro algum merecimento, mais que a fortuna de adquirir algum cabedal.

³⁶² Todas as citações abaixo estão presentes neste documento: AHU - S.Tomé, - cx 5 - doc. 62.

³⁶³ Idem.

(...)

Item: Que na consideração das muitas misérias que experimentam os recorrentes movida de piedade tem apresentado a Vossa Majestade repetidas vezes a Câmara desta Ilha: Mas como muitos dos vereadores são os opressores dos recorrentes, nunca tem remédio a sua calamidade.

Item: Que nesta Ilha ha muitos homens pretos que por seus bons procedimentos se fazem dignos de algum tratamento, como é o terem uns seus chapéus de sol, outros suas redes, porém não lhe consentem esses sobreditos homens que casam com as Pretas e Pardas, por que como pela sua opulência são os grandes da terra, não consentem que os recorrentes tenham gênero algum de luzimento.

(...)

Item: Que entre os recorrentes ha muitos que tem quarenta, e mais anos de serviço de Vossa Majestade; motivo pelo qual se fazem merecedores de qualquer honra que Vossa Majestade for servido fazer-lhes, mas o recurso para Vossa Majestade pelos longes(?) quase se dificulta, nunca tem prêmio o seu merecimento.

(...)

Esta Senhor é a menor parte do muito que padecem os Recorrentes por onde se precisam a chegar aos pés de Vossa Majestade buscando o recurso das suas Misérias na inteireza de Vossa Majestade em cujo Real animo [estão] confiados.

Para que Vossa Majestade atendendo ao narrado lhes faça mercê [de] permitir o alívio das opressões a que estão sujeitos, para melhor poderem viver, e [terem melhor] tratamento na honra como soldados que servem a Vossa Majestade por que só assim se evitarão as vexações que padecem os Recorrentes."³⁶⁴

O detalhamento da reclamação dos “homens pretos” nos permite reconstituir parte importante de sua história como subalternos. Podemos a partir deste documento compreender como eles entendiam seu comportamento: eram subalternos e como tais buscavam prestar serviço a sua majestade na expectativa de um dia alcançar algum “luzimento”. Possíveis falhas ocorriam, mas eram justificáveis, se não podiam cumprir suas tarefas perfeitamente era pela necessidade de tratar de suas roças, sem o qual morreriam de fome. Meio a contra-gosto aceitavam até fazer o serviço de escravos: dar de comer aos cavalos, cavar buracos e carregar pedras, mas para tanto seria necessário ter em troca “sustento”. De acordo com os homens pretos, o principal problema, contudo, era a falta de reconhecimento do governador diante de seus serviços prestados: *nunca em satisfação de seus merecimentos lhes dá mais posto, que o de cabo de Esquadra ou sargentos, antes daqui os faz tornar a soldados rasos*. Pior, a falta de reconhecimento não abria espaços para quem merecesse mais, mas para *homens marítimos*, ou seja, homens nascido fora de São Tomé sem que tivessem prestado ao rei qualquer serviço. Tratava-se sob o ponto de vista dos homens pretos de uma injustiça, uma vez que *entre os recorrentes há muitos que tem quarenta, e mais anos de serviço de Vossa Majestade*.

É interessante notar que os próprios homens pretos compreendem uma hierarquia no interior do grupo. Muitos deles, não todos, teriam *bom procedimento*, e muitos anos de serviços prestados no que acreditavam merecer melhores condições de tratamento de forma hierarquizada.

Em 24 de junho de 1732, o governador de São Tomé, Lopo de Sousa Coutinho escrevia ao rei respondendo a queixa dos homens pretos, o que nos permite observar o outro lado da história, e analisar como este grupo social era visto por este membro da elite:

³⁶⁴ Idem.

"É verdade que estes homens forros aqueles que pela sua idade são capazes de pegarem em armas, servem a Vossa Majestade no Regimento da Ordenança dela sem soldo (...) Dizem mais os queixosos que assistem cada oito dias as obrigações das guardas, as quais fazem de nove em nove semanas, e não cada oito dias como eles dizem; e se carregaram alguma pedra ou barro seria para o dito Forte; e nem consta que os obrigassem nunca a tratar dos cavalos, nem dar-lhes de comer, porque essa obrigação tem dois negros que por conta da Fazenda de Vossa Majestade se compraram para este ministério, em companhia de um égoariço (sic) a quem se paga; e os queixosos não se ocupam nem nunca se ocuparam em plantar canaleira nem uma, como dizem, nem tem terras para o poderem fazer; dizem mais que os obrigam a guardar as praias, o que quando sucede é muito poucas vezes, não só a eles mas a todos que há nesta Ilha que é em ocasião de algum rebate em defesa da terra; e *juntamente aos sobreditos se dão Postos conforme os seus merecimentos, e não parece ser justo que alegando eles não terem com que se vestirem para fazerem uma guarda, entrem em Postos que dependem de mais luzimento.*

Dizem os queixosos que há muitos homens pretos que por seus bons procedimentos se fazem dignos do tratamento de terem seu chapéu de sol, e sua rede, e que os moradores brancos, e pardos lho impedem, o que não tenho visto até o presente, pois cada um anda com o (...) que pode; e só me dizem que antigamente não consentiam os Camaristas que pessoa nenhuma trouxesse rede, ou chapéu de Sol sem primeiro ocupar o posto de Capitão ou Cargo na Câmara (...)"³⁶⁵

Para o governador, os postos abertos aos subalternos teriam de ser *conforme os seus merecimentos, e não parece ser justo que alegando eles não terem com que se vestirem para fazerem uma guarda, entrem em Postos que dependem de mais luzimento.* A retórica é bem pragmática, pois ao usar a própria pobreza como impedimento de acesso ao posto superior, o governador congelava o grupo numa posição inferior. Isso denota como pessoas situadas em grupos sociais distintos podiam pensar de forma diversa: para os homens pretos o esforço lhes daria o luzimento para a mobilidade ascendente, quiçá, o fardamento seria um passo posterior, sem a mobilidade, isso seria impossível. Para o governador, como conceder este privilégio àqueles pobres soldados? Além de desmentir os homens pretos diante das alegações de serviços prestados e injustiças sofridas, Lopo de Sousa Coutinho apresentava de forma clara como pensava a justiça na escolha daqueles que serviriam nos postos locais: havia cargos e cargos e os anos de serviços prestados não serviriam como comparação entre pessoas de *status* diferentes, pouco importava os mais de quarenta anos de serviço prestado pelos "homens pretos" em São Tomé para acessar merecimentos resguardados a outros grupos sociais. Uma vez que sua condição social não permitisse o fardamento próprio, impunha-se aí uma barreira para o maior *luzimento*. Pensava o governador com uma rigidez equitativa que desagradou os subalternos, anos depois esse barril de pólvora aceso (ou não apagado) pelo rigor de Lopo de Souza Coutinho estourava em São Tomé.

³⁶⁵ AHU - S.Tomé, 24 de junho de 1732 - cx 5 - doc. 96.

Corria o ano de 1745, Manoel Rapozo denunciava violências cometidas por Francisco de Alva Brandão e por "um parente seu chamado Paulo de Abreu Mendes". O primeiro "dito governador se introduziu entrusamente naquele governo", e ambos, "por suas indústrias ou por poder de suas dádivas adquiriram as vontades dos pretos forros da mesma Ilha, que servem de soldados da guarnição de sua praça", ou seja trata-se do grupo dos *Homens Pretos* que reclamavam ao rei em 1730 e que tiveram frustradas suas esperanças de maior *luzimento* diante do parecer do governador em 1732. Treze anos mais tarde "tumultuosamente e com violência de armas", conclamaram "a ele dito [Francisco de Alva Brandão] Coronel por Governador, e a Paulo de Abreu por Governador digo por Procurador do Povo". Não pararam por aí, expulsaram "do Governo o Senado da Câmara, que sucede nele por ordens de Vossa Majestade nas vagas e mortes dos governadores" e os dois referidos, por conta de sua "malevolência" estariam persuadindo e consentindo "que os ditos soldados sublevados expulsem fora da terra os moradores, que julgam poderem por na presença de Vossa Majestade as suas culpas como tem acontecido já a três que se acham neste Ilha refugiados por livrar as vidas". Saques, roubos, destruição e mortes estariam ocorrendo nas casas, fazendas e lavouras dos "filhos da Europa" e a "alguns da mesma terra" que poderiam dar conta a Vossa Majestade "cujo dano se reputa montar em grosso cabedal". Assim como, foi "espoliado o Senado da Câmara do governo que lhe tocava segundo as ordens de Vossa Majestade".³⁶⁶

Hora de esclarecer algumas questões diante dos dados que possuímos e da visão teórica que estamos aplicando. Primeiro a rivalidade entre os "homens pretos" e os *homens bons*: estes últimos, aliados do governador, foram os que os impediram de acessar maior *luzimento* anteriormente. Naquela reclamação de 1730 já diziam os homens pretos que *na consideração das muitas misérias que experimentam os recorrentes movida de piedade tem apresentado a Vossa Majestade repetidas vezes a Câmara desta Ilha: Mas como muitos dos vereadores são os opressores dos recorrentes, nunca tem remédio a sua calamidade*. O remédio, em 1745 foi expulsar do Governo ao Senado da Câmara, que sucede nele por ordens de Vossa Majestade nas vagas e mortes dos governadores. Para tanto os *Homens Pretos* não se associaram a qualquer um, Francisco de Alva Brandão já era, em 1735, Tenente General da praça de São Tomé" e a petição enviada ao rei para que fosse confirmada a sua patente apresentava como uma de suas principais características a de proceder "em todas as ocasiões que se oferecerem com boa satisfação".³⁶⁷

Para compreender o levante de 1745, voltemos a uma comunicação da Câmara de São Tomé com Lisboa em 15 de abril de 1741, nela os camaristas davam conta de ter recebido a notícia da nomeação do novo governador que substituiria Dom José Caetano Soto Maior, elogiavam o governo deste último e agoravam o novo governador, torcendo para que este não chegasse, pois a Ilha encontrava-se em paz e os moradores estariam satisfeitos com Soto Maior:

"(...) tanto de seu bom gênio, como de sua limpeza de mãos com que se tem havido, e só o não estão alguns poucos, que se não contentam neles, não permite viverem absolutos como querem. Em julho do ano passado chegou aqui a noticia de que Vossa Majestade fora servido prover para governador desta Ilha Antonio Ferrão Castelo Branco o qual não tem chegado e se entende será pelas queixas que dizem padece, sendo a maior a da idade que o pode intimidar de não viver neste clima, aonde os moços também correm grande risco de vida. E no caso que este ou outro motivo obrigue a não vir pedimos a Vossa Majestade nos conserve o governo na Pessoa do Governador Dom José Caetano Soto Maior que no tempo

³⁶⁶ AHU - S.Tomé 27/2/1745 - cx 8 - doc. 38.

³⁶⁷ AHU - S.Tomé, 1/9/1735 - cx 6 - doc. 26.

presente não pode vir outro nem mais útil ao Real Serviço de Vossa Majestade nem ao bem comum desta Ilha porque no seu tempo temos os moradores dela de vendermos e acumularmos os nossos gêneros muito a nossa satisfação sem que ele nos faça embaraço ou se intrometa em negócio algum e para o Miserável estado da Ilha qualquer outro que nesta parte senão postar com a isenção que ele se faz nos prejudicará notavelmente o que representamos a Vossa Majestade (...)"³⁶⁸

No dia 14 de maio de 1741, menos de 30 dias depois, Castelo Branco chegava, passava carta do rei aos camaristas e tomava posse do governo no dia 17. Menos de 40 dias de governo e o mau agouro contido na carta dos camaristas dois meses antes parece ter tido efeito, morria Castelo Branco de uma doença chamada Carneirada, um tipo de febre que acometia muitos dos recém-chegados a São Tomé. O governo então passava, até segunda ordem, para a Câmara: "E aos vinte e sete [dias] depois de sepultado tomamos posse do governo na forma do uso antigo e se fizeram os termos necessários de sua aceitação (...)"³⁶⁹

Os camaristas governariam entre 1741 e 1744. Neste último ano temos notícia de pelo menos duas queixas contra seu governo. Quem as assinava? Paulo de Abreu Mendes, o *parente* de Brandão, este último já tratado por Coronel na documentação. Será que fora Mendes o curador dos homens pretos na escolha das palavras de 1730? Não sabemos, mas essa aliança certamente pode ter começado antes. Voltando as cartas escritas por Mendes, na primeira acusa o governo de "criminoso"³⁷⁰ e na segunda lembra que "Representei a Vossa Real Majestade muitas queixas das violências e perturbações do Senado da Câmara que governam esta Ilha por falta do Governador Antonio Ferrão Castello Branco".³⁷¹ Pouco mais de quatro meses depois ocorria a sublevação de 1745, onde a Câmara era violentamente expulsa do governo.

Objetivamente o que nos interessa é a associação dos homens pretos com Alva Brandão e Abreu Mendes, pois segundo Manoel Rapozo *por suas indústrias ou por poder de suas dádivas* os dois *adquiriram as vontades dos pretos forros da mesma Ilha, que servem de soldados da guarnição de sua praça, para que tumultuosamente e com violência de armas o chamassem a ele dito Coronel por Governador, e a Paulo de Abreu por Governador digo por Procurador do Povo.*

Analisando os *Homens Pretos* pelo que escrevia e certamente pensava Manoel Rapozo, este grupo social possuía *vontades* próprias, das quais já tivemos oportunidade de conhecer algumas mais acima. As tais vontades foram *adquiridas* por Brandão e Mendes numa teia relacional que engendrava em tal aliança obrigações e benefícios numa reciprocidade entre desiguais.

Podemos concluir que para adquirir o apoio dos subalternos sendo reconhecidos como governador e procurador do povo, Francisco de Alva Brandão e Paulo de Abreu Mendes tiveram que acenar com algo, nas palavras de Rapozo foi o *poder de suas dádivas*, este algo a seduzir os homens pretos. Conhecendo sua insatisfação com parte da elite local observa-se que havia um jogo político muito mais complexo entre elite e subalternos do que se possa imaginar, e nele as expectativas dos vassalos de menor "qualidade" deveriam ser pensadas com um mínimo de cuidado, caso contrário a opção pela submissão podia ser anulada num dado momento, seja por encontrar benefícios que lhes estavam sendo negados no recurso conflituoso da rebeldia, seja por buscar esta como último recurso possível.

Em suma, um dos traços do que se convencionou chamar de Antigo Regime que pode ser notado na relação entre Homens Pretos e a elite são-tomense é o reconhecimento social da desigualdade, onde os

³⁶⁸ AHU - S.Tomé - cx 7 - doc. 67.

³⁶⁹ AHU - S.Tomé - cx 7, 23/8/1741 - doc. 73.

³⁷⁰ AHU - S.Tomé, 19/5/1744 - cx 8 - doc. 22.

³⁷¹ AHU - S.Tomé, 21/10/1744 - cx 8 - doc. 26.

subalternos não negavam a hierarquia que os posicionava como inferiores a grupos de *mor* qualidade, apenas não aceitavam viver nela sem acessar, de acordo com seu merecimento, algum *luzimento*. É bastante esclarecedor que a opção pela rebeldia e o exercício do conflito foi posta em prática referendando uma hierarquia tendo os Homens Pretos ainda como subalternos e dois membros da elite reconhecidos como seu procurador e governador (e do povo). Era assim, fundamental num contexto hierárquico escravista de Antigo Regime que os subalternos compartilhassem da dominação, mas para tanto deveriam acessar uma série de recursos que podia variar de acordo com a função social do subalterno.

Uma outra história ocorrida em São Tomé também contou com alianças, desentendimentos e estratégias da parte da elite e de rebeldes e nela podemos notar como se podia optar pelo caminho inverso, da transformação do rebelde em subalterno. A história começa no século XVI, mas a maior parte dos acordos e tensões que discutiremos ocorreram no primeiro quartel do século XIX, o que nos permitirá ressaltar a permanência do paradigma da desigualdade na forma como subalternos e elite se viam e negociavam.

4.2

Da transformação do rebelde em subalterno: Os angolares

Início do século XVI, um navio negreiro saía de Angola em direção a Bahia. Parada estratégica faria em São Tomé para fazer aguada, abastecer-se de víveres e cuidar da estrutura do navio. Começaria aí a história dos angolares. Um grupo de recém-escravizados de Angola teria sobrevivido ao naufrágio do negreiro que os transportava e ganhado a parte sul da Ilha de São Tomé. Uma parte alta, cheia de aclives e de difícil penetração.³⁷² Ali teriam erguido uma povoação e sobrevivido ao tempo, conservando-se lá até os dias atuais.³⁷³

Os angolares têm uma rica história de rebeldia, acordos e negociações com a elite são-tomense, o que nos permite reconstituir sua trajetória. Foram documentados diversas vezes, em certos tempos de forma rasteira e pragmática, noutras vezes com detalhes minuciosos.

No dia 18 de fevereiro de 1771 o Ouvidor Geral de São Tomé Caetano Bernardo Pimentel Castro de Mesquita escrevia a Lisboa dando conta da população da Ilha, afirmava que *exceto os negros angolas que habitam na serra* viveriam ali até *dez mil Almas*.³⁷⁴ Não fora o primeiro Ouvidor a falar neles, no início do setecentos outro ouvidor já se referira aos angolares, era Lucas Pereira de Araújo e Azevedo, este afirmava que os mesmos descendiam dos náufragos do século XVI.³⁷⁵ Esta tese, apesar de não ser a única³⁷⁶ é a mais divulgada e aparece tanto na documentação oficial quanto em especialistas do assunto, como aponta Jorge Eduardo da Costa Oliveira. É dele uma bela descrição sobre o naufrágio:

“um acontecimento desaperecebido, mas de graves repercussões no futuro da Ilha, se produzia, nessa época, no sul de S. Tomé. Um barco de negreiros, carregado de escravos de Angola, que seguia rumo ao Brasil, naufragou no baixo

³⁷² OLIVEIRA, Jorge Eduardo da Costa. *A economia de S. Tomé e Príncipe: introdução ao seu estudo*. Lisboa. Instituto para a cooperação econômica. 1993.

³⁷³ FEIO, Joana. *De étnicos a “étnicos”: uma abordagem aos “angolares” de São Tomé e Príncipe*. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa. Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia, Fevereiro de 2008.

³⁷⁴ AHU – São Tomé, 18/2/1771, Cx 13, Doc 22.

³⁷⁵ FEIO, 2008, op.cit., p.26.

³⁷⁶ Seibert e Joana Feio apostam que os angolares seriam descendentes de escravos fugitivos de senhores São-tomenses. Cf. FEIO, 2008, op.cit.; SEIBERT, Gerhard. *Naufrágos, autóctones ou cimarrones? O debate sobre a Origem dos Angolares de São Tomé*. Centro Cultural Português, Instituto Camões, São Tomé e Príncipe. 2005. HENRIQUES, Isabel Castro. *São Tomé e Príncipe – A Invenção de uma Sociedade*. Lisboa, Vega. 2000.

das Sete Pedras, morrendo a tripulação branca, mas salvando-se cerca de duzentos escravos e escravas, que lograram alcançar, a nado a Angra de S. João, pequena enseada do sul da Ilha. Uma vez em terra, encontraram uma zona virgem, sem qualquer povoamento, inexplorada pelos brancos e riquíssima em água, vegetação, sombras e frutos selvagens. Trataram, pois de gozar a liberdade providencialmente restituída, e embrenharam-se nos matagais fundando aí, no segredo de fechadas florestas e no desconhecimento absoluto dos colonos que viviam no norte, os seus aldeamentos.”³⁷⁷

O tal *acontecimento desapercibido* não tardaria a dar as caras, situado pelo historiador por volta de 1540, já em 1575 os angolares teriam atacado a população de São Tomé, destruído plantações e saqueado casas para depois regressar ao *segredo de suas fechadas florestas*. Novo ataque teria sido feito dez anos depois, quando os angolares teriam se aproveitado de um incêndio para pilhar, matar e roubar. Em 1593 o saque teria sido mais violento, deixando vários dos habitantes de São Tomé mortos.³⁷⁸

A partir deste último massacre os angolares sofreriam diversos (“contra”-) ataques, tendo seu suposto líder de nome Amador preso e enforcado no final do XVII. Joana Feio discorda da associação entre Amador e os angolares, para a antropóloga o ataque do final do XVII (que a autora situa em 1595) seria produto de escravos rebelados, sendo Amador clamado rei de São Tomé e não apenas dos angolares como querem alguns autores.³⁷⁹ Escrevendo na década de 1960, Francisco Terneiro teria sido o primeiro a associar Amador aos angolares, seus motivos são bens discutidos em Feio³⁸⁰ e não cabe interrogá-los aqui. O mais importante é sabermos que havia uma história de rebeldia do grupo em questão e a pesquisa de documentos inéditos nos permite assegurar que se Amador era ou não angolar, os ataques do século XVI caíram na conta deles.

São Tomé, século XIX

Assim identificava o grupo o governador Gabriel Antonio Franco de Castro em 1803:

“Estes povos é tradição que eles existem naqueles montes há perto, ou mais de trezentos anos; procedidos de um navio de escravos de Angola que ali dera a Costa; e dos que escaparam produziram estes. Tem se movido várias questões nos tempos passados sobre eles serem ou não escravos: tanto pelo governo como pelos Provedores dos Defuntos, e Ausentes; e vem; estes, e outros tais procedimentos segundo me consta os irritavam de tal maneira que fizeram por vezes guerra a esta cidade; mas que a trinta anos a esta parte, se conhecem mais mansos.”³⁸¹

Como visto a tese do naufrágio e a rebeldia angolar estava presente na cabeça da elite são-tomense, mas não se tratava de qualquer rebeldia, no passado eles teriam realmente feito *guerra a esta cidade*. Mas este documento escrito em 1803 tinha outros objetivos. Nele Franco de Castro apresentava ao Visconde de Anadia para que fosse posto na presença do rei um grande serviço que *se avanta ao dos meus antecessores*. Esperava

³⁷⁷ OLIVEIRA, 1993, op.cit. p.76.

³⁷⁸ OLIVEIRA, 1993, op.cit. pp. 78-79.; TERNEIRO, Francisco. *A Ilha de São Tomé*. Lisboa, Memórias da Junta de Investigação do Ultramar. 1961.

³⁷⁹ CF. FEIO, 2008 op.cit. SEIBERT, 2005, op.cit.

³⁸⁰ FEIO, 2008, op.cit. p.40.

³⁸¹ AHU – São Tomé, 15/11/1803, Cx 35, doc 32.

*que Vossa Excelência o receba como produção do meu bom zelo ao bem do Real serviço, e se digne pô-lo na presença de Sua Alteza Real para ordenar o que for servido.*³⁸²

O serviço que superava o de todos os outros governadores (diga-se de passagem, já haviam passado pelo governo local quase uma centena de homens) e que demonstrava o *zelo ao bem do Real serviço* de Franco de Castro era uma aliança assinada com os angolares.

Tudo começou com um manejo político do governador: *Este projeto consegui por meio de algumas vezes [que] raramente [os angolares] aparecem nesta cidade: tímidos, medrosos, e muito desconfiados; e por um oficial que mandei viver entre eles para os conduzir a este fim, e apartar deles todos os obstáculos que se lhe opusessem.*

Franco de Castro data o acordo de 7 de setembro de 1803:

“Depois de muito trabalho, no espaço de perto de seis meses; sem persuasões, e instancias para com os Povos denominados angolares dispersos nas montanhas desta Ilha: Consegui em sete de setembro do ano presente, jurarem perante mim homenagem de fidelidade, e sujeição em que assinaram quinze dos principais de entre eles.”³⁸³

O oficial que viveu entre os angolares teria demorado seis meses para costurar o acordo, e somente *depois de muito trabalho* conseguido fazê-los jurarem *homenagem de fidelidade, e sujeição*. Essa dificuldade em acertar o pacto ocorria por contarem para o mesmo as expectativas das duas partes: a do governador e a dos rebeldes, transformados pela assinatura de *quinze dos principais de entre eles* em subalternos.

A primeira questão imposta pelos angolares foi o reconhecimento de sua liberdade. Como contou o governador, um dos *procedimentos* que *os irritavam de tal maneira* que os levaram a fazer *guerra a esta cidade* era a dúvida se eles eram ou não escravos. Juridicamente deveriam ser, dado o princípio romano *partus sequitur ventrem* sejam eles descendentes de náufragos escravos ou de fugitivos dos senhores são-tomenses, ou ambas as coisas. De qualquer forma é importante reconhecer aqui a estratégia de rebeldes a fazer a guerra quando discordam, ou fazer a paz, caso vejam nela uma oportunidade que atendam aos seus fins, no que a história dos homens pretos é exemplo claro. Pode-se afirmar que um dos benefícios esperados pelos angolares seria não mais sofrer ataques da elite local. Para tanto:

“**Prometeram** de se reunirem todos em povoação, ainda os dos montes mais remotos; o que é fácil por serem todos de uma mesma geração; **com condição** de se lhe dar certo sítio denominado Angra de São João, para edificarem suas casas, e Vila; cujo sítio é mesmo próximo ou ao pé de uma Ermida de Taboas que o Bispo falecido D. Frei Raphael ali mandou fazer para poder conseguir o batismo de muitos como conseguiu; mas que depois uns ficaram como antes, e outros persistiram nele. Eu lhe concedi tudo esperando a confirmação de Sua Alteza Real.

Pediram mais a eleição de um comandante de entre eles que igualmente **lhe concedi**, e denominaram = Comandante =. É um preto descalço como todos os mais; porém velho, e de Probidade entre eles; ao qual mandei fardar.

Vão já reunindo-se no dito sítio concorrendo de todas as partes ainda das mais remotas, e já se acham edificados cinquenta casas a maior parte habitadas.

Esperam o nome da Povoação que eles querem Vila: a que eu lhe não tenho deferido, por lhe prometer dava primeiro parte a Sua Alteza Real: que eles

³⁸² Idem, ibidem.

³⁸³ Idem, ibidem.

instruídos da sua Grande Piedade, e Real Poder: Chamam seu padrinho Príncipe, e seu Rei.”³⁸⁴

Diante desses últimos parágrafos do governador o acordo ganha novos contornos. A negociação entre subalterno e elite não se encerrava em São Tomé, o rei influenciava nela. De que forma? No final das contas a negociação entre angolares e governador visava resguardar a vida, a produção e a economia numa conquista do ultramar português, de alguma forma o governador estava promovendo a isto. Do outro lado os angolares, que depois de mais de três séculos certamente já teriam ouvido falar sobre aquele poderoso monarca, quiçá por escravos fugitivos que se juntavam a eles. Certo é que quando optaram pela vassalagem buscavam seu *Real Poder* para com este *padrinho* adquirirem proteção. Não obstante, ao cumprir com sua parte no trato esperavam em troca reconhecimentos concretos e a eleição de um Comandante, *um preto descalço como todos os mais; porém velho, e de Probidade entre eles* o demonstra. Noutra parte do documento fica mais claro os objetivos do governador, ou seja, o que o incentivava a transformar aqueles rebeldes em aliados. O que o constrangia já o vimos, irritados os angolares não cruzavam os braços.

“Seguro porém a Vossa Excelência que reunidos em povoação será a terra mais rica e opulenta desta Ilha; se as pessoas que a Sua Alteza Real for servida mandar Governar estas Ilhas souberem comportar-se com zelo do serviço adequado ao gênio deles para os não espantarem; fazê-los existir neste começado projeto, e fazer-lhe as necessárias alianças pelas outras vilas, e nesta cidade com seus casamentos, por não serem casados entre eles senão três ou quatro sendo ao todo perto de 400 pessoas que existem; e se topam alguma mulher quando saem a roubar: a furtam.

O sítio é agradável, e o mais saudável da Ilha, e na extremidade mais ao sul dela. Tem boa água, bons campos, e um sofrível porto para embarcações pequenas.”³⁸⁵

Olhando sob o ponto de vista angolares, podemos notar também como eles conseguiram transformar um possível inimigo em protetor. Ao apontar para a necessidade de governadores que entendam os angolares, ou seja, comportem-se com o *zelo do serviço adequado ao gênio deles para os não espantarem* Franco de Castro estava realmente protegendo-os. Há estratégias dos dois lados.

No ano seguinte o governador mandava provas do seu trabalho com os angolares, enviava uma carta ao rei informando sobre “negros gabões” que haviam descido do pico e se apresentado aos seus senhores:

Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor

Da Ilha do Príncipe; me participam o raro caso acontecido a vinte dois de Fevereiro do presente ano da retirada voluntaria de vinte e três escravos gabões das montanhas: onde a largos anos habitavam; para a cidade, com pretextos fundados sobre as noticias do meu Governo: Cujo acontecimento causara naquele povo a maior admiração.

Destes Escravos a treze se acharam senhores, e eles os reconheceram; e os dez restantes não acharam senhores: uns por serem já velhos, e se terem ausentado pequeninos da cidade; e outros por terem nascido nos mesmos montes: cujas mães são mortas.

Houve dúvida entre os oficiais da Fazenda sobre os procedimentos que se havia de ter com eles, e se me pediu decisão porque cada um dizia o que lhe parecia. A minha Resolução é mandar como manda que pertençam ao Fisco, e fazer conduzir

³⁸⁴ Idem, ibidem. Grifo meu.

³⁸⁵ Idem, Ibidem.

todos os dez ou parte deles a esta Ilha de São Tomé, para pôr em roças que tem falta de escravos, e terem eles melhor sustento que naquela; e não vendidos em Praça (...).

Fundo esta minha resolução no Direito do Fisco sobre aquilo a que é achado Senhor; no alívio da Escravidão não sendo vendidos em Praça; na cultura das roças de Sua Alteza Real; e porque sem a Sua Existência não gaste nada a Fazenda Real; e Vossa Excelência se dignará ordenar o que for servido; Deus Guarde a Vossa Excelência muitos anos. Ilha de São Tomé, 23 de abril de 1804.

Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor Vicente de Anadia.

Gabriel Antonio Franco de Castro Coronel de Artilharia Governador de São Tomé³⁸⁶

Mais um ano e o governador informava que estava *prosperando a nova Povoação dos Angolezes brabos*. Informava ainda que assim como nas outras Vilas, ali se fazia *o serviço Diário*, no caso com uma *Companhia formada dos mesmos, do número de setenta e dois homens*.³⁸⁷ Mas após mais de uma década a rebeldia voltava a tona. E por conta dela podemos conhecer mais de perto os termos do contrato de 1803 e da carta de 1804. Corria o ano de 1817, o governador das Ilhas do Príncipe e São Tomé Luis Joaquim Lisboa enviava um ofício ao Conde da Barca onde dava conta de como andava a situação militar das vilas sob sua jurisdição:

“(...) com a minha chegada aquela Ilha [de São Tomé] em vinte de janeiro deste ano [de 1817], depois de visitar as fortalezas, e prevenir de remédio tudo o que precisava, passei a visitar todas as vilas, que por a larga ausência que tinha tido na Capital, achei com bastante diferença da Ordem em que eu sempre as conservei, e fiz pôr nela a mesma boa Ordem, e disciplina que antes; depois passei fazer Catequizar os Povos Angolares, que apesar do Perdão, que lhes fiz anunciar em Nome de Sua Majestade Fidelíssima, e restituindo o seu Diogo Soares, não obstante este ficar em toda a tranqüilidade no seio de sua família, com todos os mais sempre receosos, muito poucos apareciam, quer na sua *Vila de Santa Cruz do Pico dos Angolares*, como na cidade; Contudo Exmo Snr tenho a satisfação, que a horas que parti, *deixei tais povos habitando na sua vila, cultivando as suas Roças em toda a extensão*, e circunferência da mesma vila, que antes estava reduzida a Ermo por espaço de mais de três anos; e no Domingo de Páscoa compareceu em Armas o alardo das Ordenanças na cidade em número de mais de oitenta homens, seus oficiais, e mais de vinte fora de armas por causa de Moléstia, e me deixaram de todo satisfeito por ver um povo, que havia poucos anos tinha jurado vassalagem reconcentrado nos matos e reduzidos a primitiva de que a pouco tinham saído; eu lhes fiz ver, que livres de toda a suspeita, e receio que tivessem das ameaças, que se lhes haviam feito em minha ausência, tudo havia esquecido, e portanto de nenhum efeito de poderem ser molestados, ou inquietados, e que não tinham mais que obedecer, e executar todas as Ordens, que pelos seus superiores lhe fossem dirigidas concernentes ao Real Serviço; todos em geral responderam, que estavam prontos como sempre o estiveram em todo o tempo que eu estive naquela Ilha, e o mesmo com o Encarregado do Governo Interino, que nela deixava, quando dela passava a esta, mas, que não poderão [sofrer] tanto aperto de serviço, e ameaças, que o Capitão Mor João Ferreira Guimarães lhes havia feito em todo tempo que os governou. Exmo Snr eu me lisonjeio que Vossa Excelência ficará com esta participação seguro, que *tais povos ficarão agora na maior obediência, respeito, subordinação, vassalagem, sendo por este modo úteis a si, a suas famílias, ao bem*

³⁸⁶ Documentação de São Thomé – cx 34, Doc. 54 (23/04/1804)

³⁸⁷ AHU – São Tomé, 10/2/1805 – Cx. 38, doc. 4.

*público, e do Estado. Deus Guarde a Vossa Excelência muitos anos. Ilha do Príncipe, 7 de julho de 1817.*³⁸⁸

Observa-se que no espaço do contrato de 1803 até 1817 outras partes do acordo tinham avançado, o rei já havia lido a carta do ex-governador Gabriel Antonio Franco de Castro, e já havia reconhecido o local de moradia dos angolares como a vila de Santa Crus do Pico dos Angolares. Estes, já haviam iniciado plantações e estavam aptos a serem *úteis a si, a suas famílias, ao bem publico, e do Estado*. O que não fica bem claro neste documento é o imbróglio que faz a vila ficar *reduzida a Ermo por espaço de mais de três anos*, apenas sabemos que tem a ver com o perdão dado a Diogo Soares. Outra parte importante é a interferência do governador quando livrava os angolares *de toda a suspeita, e receio que tivessem das ameaças, que se lhes haviam feito em minha ausência*, e os assegurava que tudo estava *esquecido, e portanto* não temessem serem *molestados, ou inquietados*. Numa clara ação que levava em conta a experiência e os conselhos do antigo governador. Seguindo mais algumas caixas no AHU, pudemos esclarecer toda esta situação ocorrida entre 1814-1817.

Em 14 de abril de 1815, Luis Joaquim Lisboa enviava ofício a cidade de seu sobrenome com uma sentença proferida pelo *Ouvidor Geral da Comarca José Joaquim de Oliveira Cardozo*, anexava um *ofício, que me dirigiu o Capitão mor da Ilha de São Tomé João Ferreira Guimaraes*. O ofício do Capitão Mor *incriminava o dito Diogo Soares*:

“que em lugar de prender os ditos negros gabões fugidos a seus senhores, o fazia pelo contrário, que apanhando os referidos negros os matava e fazia em pedaços, e os deitava aos porcos, e que aconselhava os seus semelhantes para que deixassem a habitação em que moravam e fossem para o centro dos Picos afim de não serem ali perseguidos pelo dito Capitão Mor, que os pretendia pegar, e dar aos senhores de quem lhe tinha fugido escravos para os servirem como tais (...)”³⁸⁹

Uma pausa para alguns esclarecimentos: o poder do Capitão Mor em São Tomé é maior pelo fato de a sede do governo ter passado para a Ilha do Príncipe por volta de 1753.³⁹⁰ Ou seja, sua autoridade podia ganhar mais força dada a ausência do governador. Era essa autoridade que o governador desdenhava quando dizia aos angolares *que não tinham mais que obedecer, e executar todas as Ordens, que pelos seus superiores lhe fossem dirigidas concernentes ao Real Serviço*, se colocando como seu protetor.

Sobre o documento acima, podemos notar uma das funções sociais exigidas aos angolares. Como vassallos de El Rei deveriam colaborar com a elite são-tomense, trocando em miúdos *prender os ditos negros gabões fugidos a seus senhores*. A intervenção do Capitão mor da Ilha de São Tomé João Ferreira Guimarães se dá pela suspeita de que eles não estavam cumprindo sua parte, ao contrário *os matava e fazia em pedaços, e depois os deitava* [os escravos fugitivos] *aos porcos*. João Ferreira Guimarães teria agido severamente: caso os escravos não aparecessem, os próprios angolares pagariam a conta e serviriam como escravos aos respectivos donos dos cativos. Esse desentendimento avançou a ponto de alguns angolares deixarem a *habitação em que moravam e fossem para o centro dos Picos afim de não serem ali perseguidos pelo dito Capitão Mor*. Não fica só nisso: Diogo Soares respondia criminalmente e era preso por picotar escravos e deitá-los aos porcos.

Os angolares, sob o ponto de vista do Capitão Mor, estariam quebrando o pacto de vassalagem e pagavam caro por isso, mas ocorreu uma reviravolta. Logo depois da prisão de Diogo Soares, João Ferreira

³⁸⁸ AHU – São Tomé, 7/7/1817, Cx. 51, doc. 21.

³⁸⁹ AHU – São Tomé, 8/1/1818, Cx. 51 doc. 30.

Guimarães se ausentava e viajava para o Brasil, passando a responder pelo governo interino da Ilha de São Tomé o Tenente Coronel Raimundo José da Cunha Mattos, que mandava tomar conhecimento sobre os fatos. Descobriu a partir de diversas investigações alguns fatos novos ocorridos entre julho e outubro de 1815. Entre elas que *os Negros, que se supunham mortos e deitados aos Porcos, foram aparecendo todos, ou quase todos, e como tais entregues a seus senhores*. A fuga dos angolares não era prova da culpa, mas ocorrera porque ficaram sabendo que havia ordens do Capitão Mor que se *os Negros fugidos não aparecessem, os havia mandar amarrar, e conduzir a cidade, e entregar aos senhores dos referidos escravos fugidos para os servirem como tais escravos*:

“Esta Ordem se mostra feita e assinada por o dito Capitão Mor escrita ao Segundo Comandante como se mostra no sumário de testemunhas, que me foi presente por o dito Tenente Coronel, e que esta fora a causa dos Angolares se ausentarem da sua habitação, e se reconcentrarem [n]o centro dos picos, e não aparecerem mais ao Alardo das Ordenanças, como antes o faziam na forma que eu os havia promovido, a isso do mesmo modo que as Ordenanças das mais Vilas, e Cidade, e sobretudo o que os fez atemorizar ainda mais, foi a prisão feita a Diogo Soares em boa fé de trato de negócio;”³⁹¹

O governador então interfere perdoando os angolares da fuga e a Diogo Soares do crime que não havia cometido:

“Hei por bem perdoar o referido Diogo Soares em nome do Nosso Augustíssimo soberano e a todos os Angolares que por semelhante ocasião se tiverem ausentado [d]os picos para livres de todo e qualquer receio de castigo, ou apreensão possam como dantes estabelecer-se na sua Vila de Santa Crus do Pico, e dali virem a cidade, juntos, ou separados como lhes parecer a tratar os seus Negócios, que justamente lhes são permitidos, sem que possam experimentar a menor violência, ou forças; assistindo porém aos Alardos do mesmo modo que ali foram a pouco por minha Ordem estabelecidos, e publicada pelo Governador Interino. Pelo que Ordeno ao Ouvidor Geral Interino que mande soltar ao referido Diogo Soares em Nome do Príncipe Regente Nosso Senhor para que livre de opressão possa recolher-se a sua Pátria, mandando-o comparecer a sua presença, e lendo-lhe esta minha deliberação lhe mande assinar termo, de bem e fielmente cumprir, com as ordens que por este governo e dos mais superiores lhe forem dirigidas, e que tendo a bem do Real serviço, como todo o fiel Vassalo deve, e é obrigado assim como não se lembrar mais de tomar satisfação alguma as pessoas, que cooperaram para a sua última prisão, e concluído, que seja deixando o Registro na Ouvidoria, e seu termo, tornara o Original a Secretaria, e o Referido Termo para ser mandado para a Ilha de São Tomé afim de ali ser igualmente lido, publicado em frente de todo o corpo dos Angolares, sendo presente o mesmo Diogo Soares. Deus Guarde a Vossa Mercê. Quartel do Governo Geral da Ilha do Príncipe dezessete de janeiro de mil oitocentos e dezesseis.”³⁹²

O perdão visto sob o ângulo do governador é uma estratégia para que ao angolares voltem a se reunir em povoação, trabalhem suas roças e sirvam ao rei, o que significa estarem aptos a aceitar a autoridade local

³⁹⁰ O ocorrido se dá por volta de 1753, como pode ser lido numa carta do rei de Portugal para os camaristas da Ilha do Príncipe onde transfere a sede da capital. AHU - S.Tomé, 30/03/1790 - cx 23 - doc. 7.

³⁹¹ AHU – São Tomé, 8/1/1818, Cx. 51 doc. 30.

³⁹² Idem, Ibidem.

novamente. O interessante no caso é que este jogo entre elite e subalternos pressupõe também uma proteção, e os subalternos foram absolutamente perspicazes ao jogar com ela.

Na ausência do Tenente Coronel Raimundo José da Cunha Mattos que parte para Lisboa, assumiu o caso o Coronel de Ordenanças Francisco de Souza Carvalho, que por ofícios de 25 de novembro de 1815 e 8 de janeiro de 1816 somava ao caso informações importantíssimas para o seu desfecho. O perdão a Diogo Soares era assinado exatamente uma semana depois de seu último ofício que informava que os angolares só cumpririam sua parte *quando lhe seja restituído o seu Diogo Soares, e que só então é que de todo ficarão certos na promessa, que lhe tenho feito*, como esclarece o governador:

“Tendo eu em vista, que aqueles Povos a poucos anos foram tirados do gentilismo em que foram criados, e abraçado o cristianismo, sendo o primeiro deles o dito Diogo Soares, e que deixando-os novamente reconcentrar nos matos, tornam sem dúvida a primitiva vida em que foram criados, e por isso mesmo deixando de serem úteis a si, as suas famílias de que já contam mais de duzentas pessoas, o bem do público dos habitantes daquela Ilha, e por consequência do Estado; E tendo em vista que o nosso Augustíssimo Soberano tem mais glória de perdoar a desculpados que castigar a um Inocente; por todos estes respeitos, e por esperar, que o Mesmo Augustíssimo Senhor levará a bem esta minha deliberação.”³⁹³

Diogo Soares aceitou assinar os termos do perdão em 18 de janeiro de 1816, um dia depois de ser perdoado, logo no dia seguinte o ouvidor Joaquim Pedro Lagrange contava o fato em correspondência oficial enviada ao governador:

“Tenho a honra de participar a Vossa Senhoria que tenho dado inteiro cumprimento ao determinado no incluso respeitável ofício de Vossa Senhoria com data de dezessete do corrente mês, e ano, ao qual vai incerto o termo, que assinou o perdoado Diogo Soares que em virtude do dito perdão foi imediatamente posto em liberdade da Prisão de Galés em que se achava, sem impedimento algum para regressar a sua Pátria. Deus Guarde a Vossa Senhoria muitos anos, Ilha do Príncipe dezanove de Janeiro de mil oitocentos e dezesseis.”³⁹⁴

O referido perdão:

“Aos dezessete dias do mês de Janeiro de mil oitocentos, e dezesseis anos nesta cidade de Santo Antonio da Ilha do Príncipe em casa de morada do Ouvidor Geral Interino, e Corregedor da Comarca Joaquim Pedro Lagrange aonde eu Escrivão ao diante nomeado me acho: aí veio Diogo Soares segundo Comandante, que foi da Companhia de Ordenanças da Villa de Santa Crus do Pico dos Angolares na Ilha de São Tomé, que se achava nesta Ilha do Príncipe em prisão de galés, e presentemente solto, sem impedimento algum para regressar a sua Pátria, e em virtude do Perdão, que o Ilustríssimo atual Governador destas Ilhas houve por bem dar em nome de Nosso Augustíssimo Soberano ao dito Diogo Soares, e a todos os Angolares compreendidos na deserção, que fizeram para os picos, como tudo se mostra declarado no respeitável ofício do dito Ilustríssimo atual Governador de datas dezessete do corrente mês e ano, para o efeito de animar este termo pelo qual se obriga cumprir bem, e fielmente as Ordens, que pelo governo, e mais superiores lhe forem dirigidas, e que tendo a bem do Real serviço, como todo o fiel Vassalo deve, e é obrigado; assim como se obrigou a não lembrar em tempo algum de tomar satisfação alguma as pessoas, que Cooperaram para a sua ultima

³⁹³ Idem, Ibidem.

³⁹⁴ Idem, Ibidem.

prisão, e para constar de tudo se fez esse termo em que assinou com o dito Ouvidor Geral Interino com o seu sinal de Crus. Eu Manoel da Conceição das Neves Boa Esperança, Escrivão da Ouvidoria Geral, e Correição o escrevi = Lagrange = Diogo Soares das Neves.”³⁹⁵

O perdão régio é tema já contemplado pela historiografia, Mário Soares Fatela, estudou-o.³⁹⁶ Segundo o autor:

“Na prática da justiça o que se pretende atingir é a paz e felicidade dos súbditos, tendo em vista o bem comum. Assim vigiar e punir são tarefas para os quais converge a acção do príncipe como meio de preservar a unidade global da sua comunidade, no entanto, no exercício deste poder, pode o monarca usar de outras virtudes, como sejam a graça e a misericórdia. A graça era uma acção que o poder levava a cabo espontaneamente sem a isso ser obrigado, fazendo uma espécie de justiça distributiva, que ao mesmo tempo não subverte a justiça, antes a completa. Assim o rei assume-se como justiceiro e pai dos súbditos, que além de punir para ser temido, deve perdoar para ser amado.”³⁹⁷

Este tipo de perdão e estratégia de poder é dimensionado pelo próprio autor para outros tempos não ficando somente no reinado de D. Manuel I. O rei transformado em um *ser duplo*, de um lado zela pela prática da justiça punindo os transgressores, do outro *como senhor da graça traz o rebanho a ovelha tresmalhada*.³⁹⁸

António Manoel Hespanha abordando a execução do perdão no plano institucional chama atenção para uma ordem na qual ele devia se enquadrar no Antigo Regime português e conclui que o exercício do perdão através da *graça* visa nunca quebrar os laços entre o rei e os súditos.³⁹⁹ Ou seja, o perdão agia para Hespanha no mesmo sentido tratado por Fatela, trazer de volta ao rebanho a ovelha desgarrada. Hespanha identifica ainda uma profunda alteração no exercício da justiça em Portugal a partir de meados do século XVIII onde aumentaria o rigor das punições havendo em comparação com o período anterior uma maior frequência de punições efetivas.⁴⁰⁰ Contudo, o autor observa que *o discurso não corta totalmente com a tradição textual anterior*.⁴⁰¹

Estudando uma comunidade rural do Alto Minho no longo período que vai de 1593 até 1850, Maria Glória Parra Santos Solé nota a “diferença de estatuto social entre os habitantes da freguesia”.⁴⁰² Ali o discurso também não cortava totalmente com a tradição de desigualdade anterior. Questões como a proteção de um membro da elite, a segurança de exercer uma atividade subalterna que garantisse estabilidade (como no caso dos angolares), contava para as escolhas. Ser um “criado” no Minho por volta de 1830 era ainda “uma actividade segura, que lhes garante estabilidade econômica e até mesmo protecção dos seus patrões”.⁴⁰³

³⁹⁵ Idem, Ibidem.

³⁹⁶ FATELA, Mário Soares. *O Exercício do perdão régio no reinado de D. Manuel I.* in: Noroeste, revista de história. Congresso Internacional de História: Territórios, Culturas e Poderes. Actas. Volume I. 2006, 2. pp.285-301.

³⁹⁷ Idem, pp.288-289.

³⁹⁸ Idem, p.289 para a noção de que esta cultura do perdão é mais ampla na governação portuguesa do que o reinado de D. Manuel I, e p.292 para a parte em itálico, retirada do texto do autor.

³⁹⁹ HESPANHA, António Manoel. *A punição e a graça*. In: MATTOSO, José (direção). História de Portugal: O Antigo Regime. Editorial Estampa, 1998. pp. 213-226. p.221

⁴⁰⁰ Idem. pp.224-225.

⁴⁰¹ Idem, p.226.

⁴⁰² SOLÉ, Maria Glória Parra Santos. *Dinâmicas demográficas e sociais numa comunidade rural do Alto Minho: Meadela (1593-1850)*. In: Noroeste, Revista de História, Congresso Internacional de História. Territórios Culturas e Poderes. Actas, Universidade do Minho, 2006. pp.111-128. p.121.

⁴⁰³ Idem, ibidem.

Tomás de Gouveia Coutinho tinha como criadas em suas terras Maria da Silva e sua filha Rosa. Em 1834 foram chamadas pelo testamenteiro e avisadas que o senhor Tomás havia lhes deixado “2.400 réis, isto se elas continuassem a seu serviço”, sabe-se lá o que isso significa, pois quando daquele aviso Tomás já estava morto. Pode ser que signifique continuar trabalhando em suas terras enquanto subalternos de seus herdeiros. Antónia Gonçalves Campainha, solteira, fazia o inverso, em 1831 deixava para seu patrão “12.000 mil réis, a João, filho do seu patrão 4.800 réis, a seu irmão 2.400 réis e indicou outra criada da casa, Maria Rosa, a qual lhe deixava 1.400 réis”.⁴⁰⁴

No Brasil e em São Tomé, casos como esses não são desconhecidos, abrimos a tese com senhores que deixaram legados em fortunas, bens materiais e símbolos de prestígio para seus escravos nas duas paragens. Domingos Alves, por exemplo, morador no Rio de Janeiro por volta de 1830, deixava para Adelaide, filha de sua escrava já falecida, de nome Eva, a quantia de 100\$000 quando esta se casasse.⁴⁰⁵

Observa-se, no caso dos angolares, que o *discurso não corta totalmente com a tradição anterior*, pois aquele grupo social ao buscar proteção acenava com a subalternidade, compreendendo-se enquanto inferiores na relação, para a partir desta condição, buscarem proteção e sobrevivência.

É assim, o perdão concedido aos angolares uma importante faceta da relação entre elite e subalternos numa sociedade escravista e hierarquizada com traços de comportamentos que se faziam presentes numa relação social típica do que se convencionou chamar de Antigo Regime. O comprova a busca por laços hierárquicos entre elite e subalternos através da reciprocidade entre desiguais. No caso do perdão aos angolares: a elite local (governador, capitão mor, ouvidor) com os subalternos (Diogo Soares e os “de sua Pátria”). No caso dos homens pretos, subalternos nos serviços de menor prestígio – como dar de comer aos cavalos (mas um serviço para os mesmos importante, uma vez que na carta enviada a Sua Majestade ele entra na folha de serviços dos mesmos) – e a elite por eles aceita, os ditos senhores de suas vontades.

Angolares e *Homens Pretos*, escravos no Rio de Janeiro e em São Tomé, subalternos no Alto Minho nos permite afirmar que um valor fundamental presente no contexto do Antigo Regime setecentista continuava a permear as relações sociais no início do XIX, qual seja: na prática grupos sociais distintos se viam como desiguais tendo como valor fundamental na escolha pela negociação a busca por proteção e sobrevivência para os menos afortunados e para a elite, a opção da negociação como meio de garantir o benefício da manutenção da ordem, e com ela a produção e o domínio.

Produzia-se nas duas conquistas, entretanto, uma hierarquia que era lusitana, mas também africana e local, o que significa dizer que em tais locais a aplicação da noção de Antigo Regime deve referendar uma tradição de desigualdade que assegurava a certos grupos sociais privilégios e isenções. Outrossim, tais privilégios e isenções nestas conquistas se adequavam a configuração social autóctone, a necessidades políticas e econômicas, o que acabava gerando uma mobilidade que noções duras de Antigo Regime e estamento pode não prever. Daí afirmar que houve nestas sociedades traços daquelas, mas que se reconfiguravam nas relações sociais, pois convivia na mesma sociedade pessoas com noções de mobilidade distintas. Certos grupos sociais podiam estar mais fechados ao “luzimento” de subalternos e outros não, como aponta a diferença entre o Governador Lopo de Sousa Coutinho e Paulo de Abreu Mendes na negociação com os *Homens Pretos*.

Na relação entre elite e subalternos, a igualdade não apareceu em nenhum momento, nem nas tensões, nem nos acordos realizados. A desigualdade entre pessoas e grupos sociais esteve presente de forma ampla nas práticas sociais. Podemos afirmar que se num primeiro momento a escravidão serviu como ingrediente

⁴⁰⁴ Idem, p.122.

⁴⁰⁵ ANRJ, 1829, Cx.804, N° 2.955.

compatível às noções de desigualdade entre os homens (típicas do que se definiu como Antigo Regime), num segundo momento foi ela quem postergou a entrada real de noções de igualdade em sociedades escravistas como o Brasil e São Tomé. Neste caso é possível ou não falar de Antigo Regime na primeira metade do século XIX?

É precioso não perder o foco de que Antigo Regime é apenas o nome dado a um conjunto de concepções morais, políticas e econômicas praticadas por homens num determinado tempo. Ou seja, não se ganha muito em debater se o Antigo Regime adentra o século XIX, mas sim se os atores sociais que estudamos neste século possuíam concepções morais, políticas e econômicas baseadas no que se definiu como de Antigo Regime. Explico-me melhor: Antônio e Francisco que mal pactuaram a mão da filha do primeiro nas primeiras páginas desta tese tiveram como resultado o assassinato da mãe da moça, como vimos no capítulo I. Estes dois escravos jamais tiveram uma conversa onde disseram: “poxa, nós vivemos no Antigo Regime, logo temos que fazer isso ou aquilo”. Todavia, sabiam muito bem que as escolhas realizadas para si e para os seus deveria assentar na balança, que viviam numa sociedade escravista e hierarquizada onde proteção, alianças sociais e negociação contariam muito para sobrevivência, manutenção ou ascensão. Apostavam suas fichas no reconhecimento das diferenças sociais, na desigualdade, na hierarquia. Estes sim valores presentes nas sociedades que se convencionou chamar de Antigo Regime.⁴⁰⁶ Se bem que definir algo de forma tão contundente pode ser uma armadilha, mudemos então a afirmação acima para algo mais cuidadoso: valores que são traços de comportamentos (sem desmerecer outros que nossa pesquisa não permite analisar) encontrados também em sociedades de Antigo Regime.

Isso aponta para uma questão: as sociedades escravistas que estudamos com mais vagar (Rio de Janeiro e São Tomé) eram produto da noção de desigualdade amplamente praticada, mas que em suma ganharia contornos específicos, dado o peso da escravidão na reprodução da hierarquia, assunto a ser tratado no capítulo seguinte.

CAPÍTULO V
O PESO DA ESCRAVIDÃO NA HIERARQUIA
EM SOCIEDADES ESCRAVISTAS

Paul Lovejoy, baseado principalmente em M. Finley faz uma importante distinção entre sociedades escravistas e sociedades com escravos. Fundamentalmente o africanista diferencia estes dois tipos de sociedade

⁴⁰⁶ MATTOSO, José (Dir.) *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*. Quarto Volume. Coordenador: Prof. Doutor António Manuel Hespanha. Editorial Estampa, 1993.

pelo papel dos escravos na produção. Seriam sociedades escravistas aquelas onde os cativos desempenharam um papel significativo na própria organização social.⁴⁰⁷

As duas paragens do Império português que tratamos neste estudo possuíam escravos em grande quantidade. Nelas os mancípios desempenharam as mais diversas funções produtivas, além de também se encontrarem armados servindo em milícias ligadas aos senhores⁴⁰⁸, servindo ao estado como funcionários régios e mais do que tudo, sendo um dos produtos mais importantes para o qual concorriam comerciantes de diversos quilates organizando um tráfico atlântico que só para a praça do Rio de Janeiro teria despejado mais de um milhão de escravos entre 1800 e 1850.⁴⁰⁹

São Tomé e Príncipe e Rio de Janeiro são assim *loci* privilegiados para se estudar o peso da escravidão na hierarquização social. Essas sociedades de bases agrárias com fortes atividades mercantis tinham importâncias distintas no Império português. Em nossa historiografia o Rio de Janeiro já conta com uma boa quantidade de estudos que explicam a sua formação política, social e econômica⁴¹⁰, o que nos permite tratar de sua história mais no âmbito do período abordado por este trabalho. Já São Tomé, menos conhecido entre nós necessita de uma explicação mais detida para melhor entendermos as relações entre elite e subalternos naqueles locais. Começemos por esta (5.1) e tratemos do Rio de Janeiro adiante (5.2), para então discutir o impacto da escravidão na hierarquização social (5.3).

5.1

São Tomé e Príncipe: “Quanto a utilidade que destas Ilhas se pode tirar”

Localizada no Golfo da Guiné, a Ilha de São Tomé e Príncipe teria sido descoberta “por navegadores nossos” por volta de 1470, como aponta o historiador português Jorge Eduardo da Costa Oliveira.⁴¹¹ Marcante decreto que influenciou o povoamento de São Tomé foi o foral de 1485, uma vez que visava o acrescentamento do Reino de Portugal e da Coroa,

“assim como a dilatação da fé – [e] dava aos primeiros colonos o exclusivo do comércio nos cinco rios além da fortaleza da Mina e, conseqüentemente, o desejado direito de ‘resgatar’ escravos e mercadorias.(...)”⁴¹²

O povoamento de São Tomé ocorreu de forma mais enfática a partir de 1502, quando da doação de sesmarias ao donatário António Carneiro. Ao ler boa parte dos documentos de cada uma das 59 caixas de comunicação entre São Tomé e Príncipe e Lisboa no Arquivo Histórico Ultramarino podemos afirmar que duas marcas já sentidas nos primeiros tempos se tornariam características desta colônia portuguesa até o século XIX: **primeiro** sua utilização – ou a busca de – como local de passagem de navios da África para o Brasil. Seu porto aparecia estrategicamente como local de reparação de navios, abastecimento de víveres e taxaço aduaneira

⁴⁰⁷ LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira. 2002. pp.38-42.

⁴⁰⁸ Ver a este respeito a tese de doutoramento de Ana Paula Pereira Costa, ainda não defendida quando escrevi essas linhas.

⁴⁰⁹ Ver a este respeito: FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. RJ, Arquivo Nacional, 1995.

⁴¹⁰ Ver a parte I desta tese.

⁴¹¹ OLIVEIRA, Jorge Eduardo da Costa. *A economia de S. Tomé e Príncipe: introdução ao seu estudo*. Lisboa. Instituto para a cooperação econômica. 1993. P.70.

⁴¹² Idem. p.73.

podendo recolher bons frutos para a Fazenda Real. **Segundo** a ausência de brancos que engendraria localmente espaços de prestígio em cargos governativos para não-brancos.

A constituição histórica da Ilha de São Tomé enquanto um lugar carente da presença de “brancos” e por isso mesmo com uma necessidade grande de preenchimento de espaços de prestígio nos cargos governativos locais pelos não-brancos pode ser encontrado na comunicação oficial desde o século XVI⁴¹³, passando pelo XVII⁴¹⁴ e pode ser atestado em listas populacionais que levantei para o século XVIII⁴¹⁵ e XIX.

Na Ilha do Príncipe não era diferente, da "Relação de todas as pessoas Brancas, Pardas e Pretos forros e cativos que há nesta Ilha do Príncipe declarando as suas idades" de 1777, apenas 1,7% dos 6.986 recenseados eram brancos, sendo os homens, 35 “naturais de Portugal e do Brasil” e 26 “Branco naturais desta Ilha”. Das mulheres, uma era natural “de Portugal da idade de 60 a 90 anos, que se diz ser mãe do governador de Pernambuco, por nome Luiza Rosa” e outras 54 eram “Branco naturais desta Ilha” do Príncipe.⁴¹⁶

Em 1838, um relatório do governador João José Urbandisk sobre a Ilha do Príncipe confirmava mais uma vez a exigüidade de brancos.⁴¹⁷

Um bom resumo sobre a história das Ilhas foi escrito no dia 15 de outubro de 1766 por Gaspar Pinheiro da Camara. Camara objetivava fazer um relato minucioso sobre São Tomé e Príncipe para ser lido por autoridades do centro na busca por uma melhor utilização das potencialidades locais enquanto parte integrante do Império português.⁴¹⁸

Quanto a utilidade que destas Ilhas se pode tirar bastaria remeter a consideração aqueles primeiros tempos em que além do mar fomos descobridores e conquistadores e que a América não havia com ouro imediato destruído a inextinguível minas da indústria e do trabalho. Pela Ilha de São Tomé escalavam as Naus da Índia e a ela foi o grande Vasco da Gama quando passou a descoberta. Pelos forais da Câmara me constou que no Reinado do senhor D. João o 3º havia 300 engenhos de Açúcar na Ilha de São Tomé ao mesmo tempo que há 30 anos não tinha mais que sete, e estes trabalhavam menos na fabrica do açúcar que na de águas ardentes e creio que atualmente tem sido a diminuição proporcional ao tempo.⁴¹⁹

Segundo Moraes e Silva “escalar uma cidade” significava, *scalis admotis muros invadire*, ou de acordo com Asconio Pediano, *muros irrompere, muros superari ascensu*, ou seja, escalar uma cidade significava adentrá-la⁴²⁰. É neste sentido que Gaspar Pinheiro da Camara chama atenção para “a utilidade destas Ilhas”, ponto de “escala” de navios entre o reino e as conquistas de África, das Índias e das Américas.

A comparação feita pelo especialista nas Ilhas aponta também para uma queda importante no cultivo da cana entre o segundo quartel do século XVI (reinado de D. João III, 1521 até 1557) e o segundo quartel do

⁴¹³ AHU - S.Tomé – 7/12/1538. cx 1 - doc. 1 - pág. 1.

⁴¹⁴ AHU - S.Tomé – 1627, cx 1 - doc. 1 - pág. 2.

⁴¹⁵ AHU - S.Tomé, Lista populacional – 30/01/1771, cx 13 - doc. 4.

⁴¹⁶ AHU - S.Tomé - cx 16 - doc. 4, 22/6/1777.

⁴¹⁷ Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, São Tomé e Príncipe, Direção Geral do Ultramar, ano 1838-1840, Pasta 2, Caixa 2, Número vermelho 485, Relatório do Governador João José Urbandisk sobre a Ilha do Príncipe, 1838

⁴¹⁸ O relato, apesar de focar nas Ilhas do Príncipe e de São Tomé, toca também nas Ilhas circundantes sob jurisdição de São Tomé, Fernão do Pó e Ano Bom.

⁴¹⁹ Caixa 10. N. 93 – AHU – 15 de Outubro de 1766.

⁴²⁰ MORAES e SILVA, Antonio de. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Tipografia Lacerdina. 1813. p.202.

século XVIII (“há 30 anos”, ou seja, por volta de 1736). Antes constando de 300 engenhos, havia apenas sete três décadas antes do relato.

A produção do açúcar decresceu devido a um conjunto de fatores, ao contrário do que pensou Luis Felipe de Alencastro: “Para o colonato são-tomense, traficar negros torna-se mais interessante do que plantar cana”⁴²¹. Na verdade, um parecer do Conselho Ultramarino de 1714 sobre petição dos Oficiais da Câmara da Ilha de São Tomé demonstra a busca dos homens bons da Ilha pela plantação canavieira na tentativa de negociar diretamente com o reino, esvaziando a tese da preferência apenas pelo tráfico. Nela, os camaristas pediam que “todos aqueles moradores, que eregirem, ou reedificarem Engenhos de Fazer açúcar logrem a isenção de não serem obrigados a pagar dízimos ou outros direitos alguns, por tempo de dez anos”. Na petição os oficiais da Câmara lembravam de representação feita ao rei no ano de 1606, onde pediram tal graça por conta da falta de cabedais que se encontrava o povo:

“(…) e porque as mesmas razões que naquele tempo tiveram para conseguir de Vossa Majestade a soberana liberdade existem hoje, e com maior fundamento no tempo presente por se achar aquele povo sumamente atenuado com as guerras de França, que lhe impede todo o trato, e principalmente com a grande destruição que fizeram na Ilha do Príncipe, o que de alguma maneira se poderá remediar concedendo Vossa Majestade a mesma graça aos que fundarem ou reedificarem, ou de próximo tiverem reedificado de quatro anos desta parte os ditos engenhos (...)”⁴²².

A petição foi estudada pelo Procurador da Fazenda e segundo seu parecer o rei deveria deferir o pedido uma vez que tal privilégio animaria os moradores da Ilha a edificar um maior número de engenhos, no que a Fazenda Real ganharia com direitos, parecendo ao conselho ultramarino o mesmo que ao procurador.⁴²³

A queda da produção do açúcar são-tomense não se dá por escolha própria dos residentes e sim por uma sorte de desgraças porque passa a Ilha em diversos momentos de sua história, destacando-se as invasões, assaltos, motins e guerras.

Por conta de fenômenos ocorridos nos dias 29 e 30 de junho de 1744 sabemos que pelo menos mais dois fatores podiam se aliar a esses: a natureza e a ambição. Com cartas datadas dos dias acima o Ouvidor Geral de São Tomé Caetano Bernardo Pimentel Castro de Mesquita informava a Martinho de Mello e Castro sobre uma tempestade ocorrida na Ilha do Príncipe no dia 30 de Abril “deste ano” que “de tão forte, que arruinou a chamada Estacada da Fortaleza da Ponta da Mina, Lançou por terra o Mastro, ou pau da bandeira, desfez muitas partes de corpo de Guarda da cidade e da Casa da Alfândega”. Em outra carta no mesmo documento conta sobre as peripécias do Capitão Mor Vicente Gomes Ferreira que estaria com “a sua grande ambição” manipulando o comércio na localidade:

“Os Navios que aqui entram tanto Portugueses como Estrangeiros, vem a prover-se de mantimentos, e a Reparar a saúde da sua Escravatura: Costumavam tomar os ditos mantimentos as pessoas que queriam, o que achei praticado nessas Ilhas: O atual Capitão Mor Governador a Rogou a si, e aos seus(...) Nele obra na forma seguinte: Logo que os Capitães ou Mestres das embarcações lhe dão entrada lhes pede o Rol dos mantimentos que hão de tomar, e lhe comina logo a pena de

⁴²¹ ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico sul*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000. p.65

⁴²² AHU - S.Tomé - cx 4 - doc. 43, 9/2/1714.

⁴²³ Idem.

que não o dando os manda prender e por guarda Militar a bordo para que lhe não entre mantimento algum: Recebido o Rol na Ilha do Príncipe me afirmam os dá todos, por si e seu filho, uns das suas roças, outros comprados por diminuto preço a particulares com quem pratica os mais horrorosos monopólios: E desta forma temo consternado aqueles habitantes sem que possam dar saída alguma aos frutos da sua cultura, de forma que alguns dos principais moradores a tem abandonado vendo-se precisados e lançar na Praia os mantimentos que tiram nas suas roças, principalmente aqueles que por razões anteriores se achavam em más vistas com o dito Capitão Mor e a terem Continente para onde se puderem retirar o farão por fugir as vexações que lhe faz o mesmo Capitão Mor e seus petulantes filhos.”⁴²⁴

A carta-denúncia do Ouvidor soma aos problemas por que passava a colonização local mais dois: o da tempestade que arruinava naquela data a localidade e o fato dos moradores da Ilha do Príncipe estarem sofrendo ante as peripécias do Capitão Mor. Mais, ratifica a posição das Ilhas no império português: “Os Navios que aqui entram tanto Portugueses como Estrangeiros, vem a prover-se de mantimentos, e a Reparar a saúde da sua Escravatura”.

Sobre as invasões, assaltos, motins e guerras é possível reconstituir um quadro bastante completo. Segundo Francisco Terneiro, São Tomé sofreria 4 ataques que teria deixado esta população arrasada nas quatro últimas décadas do XVI. Em 1567 sofria um ataque francês, em 1575 escravos/náufragos, ou seja, os angolares invadiram a cidade e destruíram engenhos, em 1585 mais uma vez aproveitaram-se de um incêndio para saquear a cidade de São Tomé, e finalmente em 1593 mataram grande parte dos habitantes.⁴²⁵ Seis anos depois do último ataque exposto por Terneiro, os oficiais da Câmara escreveram ao rei contando sobre uma nova agressão, desta vez com grande destruição de igrejas, fazendas e engenhos. Desta vez os culpados eram os “Olandeses”.⁴²⁶ Um parecer do conselho ultramarino sobre carta enviada pelo Vice Rei do Brasil Vasco Fernandes Cezar de Menezes e por outra escrita pelo diretor "que temos na feitoria de Ajuda", referia-se "as grandes extorsões e roubos que padecem as nossas embarcações que vão comerciar a Costa da Mina pelas [mãos] dos Olandeses.”⁴²⁷

Consultava-se no Conselho da Índia, em 7 de junho de 1610, correspondência dos oficiais da Câmara de São Tomé que escreviam ao rei D. Felipe II, lembrando da importância comercial da Ilha, apontavam-se problemas de abastecimento de escravos, expondo neste período já sobre a “ruína dos engenhos”. Havia também problemas com o contratador Jorge Rodrigues da Costa que só permitia o comércio mediante o pagamento de pesados tributos.⁴²⁸

Em 1626, os camaristas alertavam novamente sobre o “perigo” holandês e pediam socorro as fortificações. Corroborando o relato de Gaspar Pinheiro, os camaristas justificam seu pedido de socorro pela importância da Ilha: ela seria “chave para toda esta costa”, de onde a Fazenda Real ganharia com o resgate de escravos.⁴²⁹

Em 8 de janeiro de 1635, os oficiais da Câmara da Ilha de São Tomé informavam sobre o estado "miserável" em que a Ilha se encontrava "por falta de navios" havia “oito anos”, no que “tem resultado estarem os engenhos incapazes de fazerem novidades, perda que em parte recebe a fazenda de VMgde em seus direitos e faltar-lhes o necessário desse Reino com que se sustentam aqui os homens em parte”.

⁴²⁴ AHU - S.Tomé - cx 15 - doc. 33, 29/30/junho de 1744.

⁴²⁵ Tenreiro, Francisco. *A Ilha de São Tomé*, Lisboa, Memórias da Junta de Investigação do Ultramar, 1961.

⁴²⁶ AHU - S.Tomé - cx 1 - doc. 3, 1599.

⁴²⁷ AHU - S.Tomé - cx 5 - doc. 21, 16/6/1726.

⁴²⁸ AHU - S.Tomé - cx 1 - doc. 11, 7/6/1610.

⁴²⁹ AHU - S.Tomé - cx 1 - doc. 12, 14/2/1626.

“Pedimos a V.Mgde. de mercê, em nome de todo este povo encarecidamente mande passar os olhos de sua Real clemência no miserável estado em que está esta triste Ilha, e as necessidades que as mesmas dela padecem a Render o contrato a tantos anos, o mande VMgde arrecadar a obrigação dos contratados navegar aos Resgates, e prover a Ilha de escravos, e fazendas” [assim terão os] “os engenhos novidades que por falta deles muitos e principais engenhos se vão acabando e os direitos de VMgde irão em aumento e a Ilha ficará novamente gozando das muitas mercês que apesar de VMgde fazer-lhe fazerlhe(Sic) como [a exemplo] dos senhores Reis predecessores de VMgde [os moradores destas Ilhas] Recebeu”⁴³⁰

Enfim, em 1699, a Câmara e *homens bons* da cidade de São Tomé representavam ao rei dando mostras do “aperto em que hoje se considera esta terra”, fato este “em geral que nos obriga a buscar o Recurso na inteireza de Vossa Majestade”. A representação fala ainda em “pobreza”, “dano” e opressão, e que aquela “pobre Ilha [era] a mais atenuada neste tempo que todas as mais conquistas”.⁴³¹

Como pôde ser visto a elite são-tomense enfrentou problemas que os atacavam por todos os lados nestes primeiros séculos de ocupação do território: aqueles que deviam estar em submissão ateavam fogo nos engenhos, nas casas, nas plantações; os inimigos não hesitavam em atacar os vassallos d’El Rei; vários dos representantes de sua majestade na governança local não se entendiam.

As coisas não melhoraram muito no século seguinte, numa comunicação de 1738, um parecer do Conselho Ultramarino sobre carta do Governador de São Tomé informava ao rei a miserável condição local:

“E não podia chegar [as misérias da Ilha] a maior que a de ser hoje habitada de doze moradores Europeus, e quase dos mesmos naturais que façam alguma distinção e todos os mais pretos descalços de pé e perna, tendo sido nos seus princípios, segundo as informações verdadeiras / de mais de onze mil vizinhos, e já na falta da opulência, e dos bens da fortuna que então gozava senão falta, por que como terra que foi muitas vezes invadida; nem vestígios há do que teve (...)”⁴³²

Em 1772, uma carta dava conta ao Secretário de Estado Martinho de Mello e Castro sobre a situação da Fazenda Real nas Ilhas do Príncipe e São Tomé apontando o contrabando promovido por traficantes da Bahia como fator importante da pobreza em São Tomé:

“Acha-se a Fazenda Real tão pobre que em ambas estas Ilhas ao presente não tem um só Real em dinheiro de forma que nem para despesas Ordinárias há na mão dos Almoxarifes.

A causa desta pobreza é a falta que aqui se experimenta de navios da Bahia, que em volta de Resgate da Costa da Mina aqui entravam a refrescar a escravatura, e a tomar mantimentos para continuar a viagem, deixando aqui metade dos Direitos dos Escravos, com que se supria a despesa Militar, Civil, Eclesiástica, e as muitas extraordinárias [despesas] que é necessário fazer-se.

Estes mesmos navios enriqueciam o Povo que vendia os seus mantimentos a troco de Ouro o que lhe não sucede com os Estrangeiros.

As causas destes navios aqui não virem, são por se proverem no Castelo da Mina ou em alguma Feitoria Inglesa do necessário para a torna viagem, a troco de tabaco necessário aquelas nações para o negocio de Ouro, Marfim: e da Mesma Corte voltarem para o Brasil, o que já ponderado em mil setecentos e vinte e seis foi causa de se proibir que navio nenhum viesse ao Resgate de Escravatura da

⁴³⁰ AHU - S.Tomé - cx 2 - doc. 7, 8 de janeiro de 1635.

⁴³¹ AHU - S.Tomé - cx 3 - doc. 157, 4/3/1699.

⁴³² AHU - S.Tomé - cx 6 - doc. 87, 11/8/1738.

Costa sem entrar nestas Ilhas, que não podem subsistir sem que nelas entrem aqueles navios.

E também porque como aquelas embarcações saem da Bahia com a carga de cinco ou seis mil rolos de tabaco, e mais, contra a sua Regulação que é de três mil rolos, chegam à costa e como não podem carregar tudo em Escravatura, permutam aquele gênero a fazendas da Europa, e como estas lhe são proibidas, e aqui as não poderiam ocultar, as fazem viagem em direitura porque na Bahia /segundo contam os mesmos capitães e gente prática de modo que nesta parte ali se observam / lhe é muito fácil o passá-las por alto naquela cidade aonde sendo tão continuados os contrabandos que vão da Costa da Mina, em muito poucos se tem feito apreensão.

Ponho na presença de Vossa Exca. estes particulares para que determine o que for justo.

Deus guarde a Vossa Exca. muitos anos São Tomé, trinta de dezembro de mil setecentos e setenta e dois.⁴³³

Em petição para o Secretário de Estado do príncipe regente D. João em 1806, os camaristas da Ilha de São Tomé falavam sobre a "miséria e pobreza que continua nestas Ilhas", afirmavam que "a não haver alguma providência a evitar as causas [estas ilhas] ficarão inabitáveis". A agricultura estava "extinta; a navegação do comércio aos Portos do Gabão parada; e perdida algumas casas de moradores."⁴³⁴ Situação bem diferente se encontrava o Rio de Janeiro no final do XVIII e início do século XIX, do outro lado do atlântico.

5.2

Rio de Janeiro

Se no início do século XIX a navegação em São Tomé estava em declínio, o Rio de Janeiro tinha o principal porto do Atlântico Sul.⁴³⁵

Havia, na cidade 6.760 fogos no núcleo urbano em 1799, em 1821 já eram 10.151. Vinte e oito anos mais tarde a cidade chegou a contar com 21.694.⁴³⁶ Ou seja, em meio século – de 1799 até 1849 – foram construídos 14.934 fogos entre sobrados, casas térreas, prédios urbanos etc., o que dá uma média anual de 298 construções. Se descontarmos os domingos e dias santos, chega-se – pouco mais ou menos – a incrível média de um fogo construído por dia ao longo de cinquenta anos.

Tratava-se de um longo período de crescimento, e a chegada da corte e de seu séquito, em 1808, assim como seu estabelecimento na cidade do Rio de Janeiro com sua burocracia administrativa e políticas daí

⁴³³ AHU - S.Tomé - cx 14 - doc. 32. 30/12/1772.

⁴³⁴ AHU - S.Tomé - cx 40 - doc. 13. 6/5/1806.

⁴³⁵ RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado*. Rio de Janeiro, Relume Dumará: FAPERJ, 2002. p.168. "Estudos recentes mostraram que entre finais do século XVIII e inícios do XIX, o Rio de Janeiro tornara-se de fato a capital do império português e o principal porto mercantil do hemisfério sul. (...)" entre outros a autora refere-se à: FRAGOSO, João Luís Ribeiro. A noção da economia colonial tardia no Rio de Janeiro e as conexões econômicas do império português. In: *O Antigo regime nos trópicos: A dinâmica Imperial portuguesa (sec. XVI-XVIII)* / João Fragoso, Maria Fernanda Baptista Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa, organizadores - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 321. "o Rio de Janeiro da virada do século XVIII para o XIX se apresenta como a principal praça mercantil do hemisfério sul ou, para ser mais preciso, do império ultramarino português. (...)".

⁴³⁶ FERREIRA, Roberto Guedes. *Na Pia Batismal: Família e Compadrio entre Escravos na Freguesia de São José do Rio de Janeiro. (Primeira Metade do Século XIX)*. Dissertação de Mestrado, UFF, 2000.p.49.

resultantes⁴³⁷, não inaugurou o processo de crescimento⁴³⁸, mas somou-se ao já existente, contaminando-o com maiores impulsos.⁴³⁹

Apenas a título de comparação, Nova York, segundo Howard P. Chudacoff, com um ritmo frenético de migração que culminou num imenso crescimento urbano ao longo do século XIX⁴⁴⁰, possuía 202.589 habitantes em 1830, uma década depois sua população era de 312.700 pessoas.⁴⁴¹ O crescimento neste íterim foi de 54,4%. Em período afim, de 1834 a 1849, o Rio de Janeiro passou por um aumento populacional de 173%, quando a população alcançou 266.466 habitantes em 1849. Em suma, o núcleo urbano da cidade do Rio de Janeiro experimentou a esta época um crescimento sem igual em sua história, e isto impulsionou atividades produtivas diversas.

Se pegarmos o tráfico de escravos como exemplo, temos que no período em questão a Praça do Rio de Janeiro e os eixos de demanda por cativos que ela alimentava sofreram um impacto enorme no que tange ao aumento da população escrava. Entre 1790 e 1830 entraram no Porto do Rio de Janeiro, segundo dados de Manolo Florentino, quase 700.000 escravos.⁴⁴² Dividindo estes dados em décadas, montamos a tabela V.1.

Tabela V.1

Escravos desembarcados no Porto do Rio de Janeiro por década (1790-1830)

Período	Número de escravos desembarcados	% de escravos desembarcados em relação ao total do período
1790-1799	88.415	12,7
1800-1809	100.013	14,3
1810-1819	186.487	26,7
1820-1830	323.010	46,3
1790-1830	697.925	100

Fonte: FLORENTINO, Manolo. *Em costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

⁴³⁷ Para as mudanças politico-administrativas, ver: GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *As Bases Institucionais da Construção da Unidade. Administração e governabilidade no período joanino (1808-1821)*. Texto inédito, UFF, Departamento de história, 2003.

⁴³⁸ LIMA, Carlos Alberto Medeiros. *Trabalho, Negócios e Escravidão: Artífices na cidade do Rio de Janeiro (1790-1808)*. Dissertação de mestrado IFCS/UFRJ, 1993. pp.99-107.

⁴³⁹ Um estudo minucioso de Carlos Lima demonstrou que isto já vinha ocorrendo anos antes da chegada do Regente da casa de Bragança em 1808. Idem, p.106.

⁴⁴⁰ CHUDACOFF, Howard P. *A evolução da sociedade urbana americana*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1977. Um dos motivos deste crescimento seriam as oportunidades de trabalho em atividades fabris na cidade. p.81.

⁴⁴¹ Idem, ibidem.

⁴⁴² FLORENTINO, Manolo. *Em costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997. p.51. O número exato calculado por Florentino é de 697.925.

Estes dados confirmam uma trajetória constante de crescimento no tráfico no período, e, aponta para um possível aumento populacional na cidade, o que é confirmado por dados demográficos relativos ao período. A população da cidade do Rio de Janeiro sofreu um aumento populacional imenso ao longo de meio século. Neste período a população quintuplicou. Levando-se em conta apenas os livres entre 1799 e 1849, houve um aumento de 494% quando de 19.578 na primeira data passou-se a 116.319 na segunda. A população escrava da cidade aumentou 426%, era de 14.986 em 1799 e 78.855 em 1849. De uma forma geral (livres, libertos, escravos) a cidade que acolhia 43.376 na primeira data, já contava com 205.906 no ano anterior da lei Eusébio de Queiroz.⁴⁴³

Muito bem, como estas pessoas certamente se alimentavam uma boa medida para este crescimento é o mercado de entrada de alimentos. Entre 1801 e 1816 entraram no porto do Rio de Janeiro abastecido por províncias do sul-sudeste, 3.674.413 arrobas de charque, sendo 1.354.639 ou 36,9% do total no período 1801-1808 e 2.319.774 ou 63,1% no período 1809-1816.⁴⁴⁴ A mesma trajetória de crescimento pode ser vista na soma das arrobas anuais de farinha e trigo. De 1801 até 1816, entraram no porto do Rio de Janeiro 1.627.157 arrobas de farinha e 5.022.997 de trigo. Tendo entrado no segundo período (1809-1816), 1.299.769 arrobas ou 80% do cereal moído que chegou ao Rio de Janeiro entre 1801 e 1816. Ainda comparando os dois períodos temos que no segundo, também ocorreu um incremento no abastecimento do fruto da planta herbácea, já que entre 1809 e 1816, o Rio de Janeiro consumiu, de acordo com as entradas em seu porto, 3.502.511 arrobas de farinha, praticamente 70% de toda a farinha que chegou no maior porto negreiro das Américas entre 1801 e 1816.⁴⁴⁵

É claro que o consumo destes produtos não alimentaria apenas os residentes da Corte, sendo este local, além de consumidor, revendedor ou intermediário da posse da mercadoria. Ela ainda seria entregue, viajando no transporte terrestre efetuado por mulas e seus tropeiros para fazendas de café e açúcar, na área do Rio rural. O importante destes dados é que eles demonstram que o período era de aumento das vias mercantis que consolidava a cidade do Rio de Janeiro, como eixo comercial central da América Portuguesa, depois Brasil.

Alguns dados voltados exclusivamente para a área urbana podem ser considerados para atestar o volume de crescimento da cidade entre 1794 e 1852. Para tanto, vejamos as tabela 2, 3 e 4.

Tabela V.2

Licenças concedidas pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro para diversas atividades comerciais (1790-1822)

Datas e períodos	Todas as atividades	Crescimento em relação ao período anterior em %
1794-1796	179	X
1803-1805	186	3,9%
1806-1808	311	67,2%

Fonte: LIMA, Carlos Alberto Medeiros. De corpo a corpo: Artífices na cidade do Rio de Janeiro (1790-1808). PCM 1993. p.136.

⁴⁴³ FLORENTINO, Manolo. *Sobre minas, crioulos e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871*. in: FLORENTINO, Manolo. (org.) *Tráfico, cativo e Liberdade*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2005. p. 335.

⁴⁴⁴ FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro. (1790-1830)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992.p.137.

Tabela V.3
Anúncio de Loja de Sapateiros no Almanak Laemertz
Rio de Janeiro (1844-1852)

Data	#	Crescimento em relação ao período anterior em %
1844	15	X
1850	65	333%
1852	112	72,3%
Fonte: Almanak Laemertz. 1844, 1850 e 1852.		

Tabela V.4
Lojas de barbeiros existentes na cidade do Rio de Janeiro (1799, 1843)

Data	#	Crescimento em relação ao período anterior em %
1799	37	X
1843	130	251,4%
Fonte: SOARES, Márcio de Souza. <i>A doença e a cura: saberes médicos e cultura popular na Corte imperial</i> . Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF. 1999. pp.28-29.		

Como pode ser visto acima, atividades ligadas ao comércio também estavam em ritmo de incremento no período. Assim é que das 497 licenças expedidas pela Câmara municipal do Rio de Janeiro entre 1803 e 1808, 311 ou 62,6% foram concedidas no segundo triênio (1806-1808). Existiam na cidade 37 lojas de barbeiros em 1799, no meio do século XIX estas lojas já teriam crescido mais de 250%, quando alcançaram 130 lojas em 1843. De acordo com o anúncio de loja de sapateiros no Almanack Laemertz nos anos 1844, 1850 e 1852, observa-se que dos 192 anúncios publicados nestes três anos, 15 ou 7,2% foi anunciada no primeiro ano, 62 ou 34% no segundo e 112 ou 58,3% em 1852.

Constata-se assim uma trajetória de crescimento. A mesma legaria um impacto na vida dos agentes que viveram nesta cidade e oportunidades seriam abertas para atender esta demanda, tendo os escravos papel importante neste processo.

5.3

Escravidão e hierarquização social

⁴⁴⁵ Idem, ibidem.

“Sistema ideal”, “Benefícios incalculáveis”⁴⁴⁶ foram palavras utilizadas por Mary C. Karasch para definir o sistema de exploração sobre o escravo do ganho na cidade do Rio de Janeiro. Exageros que já mereceu sua devida ponderação.⁴⁴⁷ Influenciada por impressões de viajantes como Debret, que afirmava que “(...) encontramos [na cidade do Rio de Janeiro] (...), proprietário[s] de um ou dois escravos negros, cuja renda diária basta à sua existência. (...)”⁴⁴⁸, fato é que Karasch abriu caminhos no entendimento do escravo de ganho como investimentos senhoriais na busca por sobrevivência. Trabalhos mais recentes que o pioneiro *Slave life in Rio de Janeiro...*, utilizaram dados retirados de prestação de contas em inventários *post-mortem* para apontar para a rentabilidade do escravo de ganho. Roberto Guedes Ferreira chega a demonstrar que tal cativo poderia render tanto quanto, ou até mais que o aluguel de casas na cidade.⁴⁴⁹

Certo é que a trajetória de crescimento por que passava a cidade abriu oportunidades diversas para os senhores locais e também para seus escravos. Uma das especificidades dos escravos ao ganho é a sua ligação direta com a produção, uma vez que boa parte deles estaria nas ruas com a obrigação de retornar a casa com o dinheiro que conseguiam através dos serviços que prestavam. Pode ter sido esta dependência da produção que fez, de forma excepcional, João Francisco da Gamma fazer uma promessa curiosa a seu escravo:

“No dia 16 de julho do corrente Ano [de 1814], fugiu um mulato, oficial de Alfaiate, por nome Amaro, de idade de 25 a 30 anos, de estatura regular: quem dele tiver notícia ou trouxer a seu senhor João Francisco da Gamma, na rua do Rosario, no Botequim da esquina do Ourives, receberá de Prêmio 20\$reís, e ao dito escravo se vier ter a casa lhe promette por esta vez não o castigar.”⁴⁵⁰

O morador da rua do Rosario, João Francisco da Gamma oferecia de prêmio vinte mil réis – mais de 10% do valor de um escravo jovem, do sexo masculino e saudável no primeiro quartel do oitocentos⁴⁵¹ – a quem o entregasse seu escravo, o mulato Amaro, Alfaiate de mais ou menos 27 anos que devia pagar naquele ano um jornal de uns \$540. Se multiplicarmos este valor pelos – mais ou menos – 50 dias que o escravo deixou de produzir, pois estava evadido, chegamos a 27\$000, ou seja, 7\$000 a mais que João oferecia de prêmio. No entanto o anúncio nos diz mais, Gamma não apelou apenas a “quem dele tiver notícia”, declarou ao próprio escravo que lhe prometia “por esta vez não o castigar”. Pode ser que esta promessa seja um engodo na tentativa de ter Amaro de volta, mas a promessa demonstra que pelo menos no discurso, este senhor trocava poder por produção. Trocava não, negociava.

Que fique claro que associar produção a poder não significa dizer que os senhores que exploravam escravos ao ganho se tornaram capitalistas. A sociedade que analisamos guarda semelhanças com a definição de Polanyi para sociedades pré-industriais, onde:

⁴⁴⁶ KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000. p.260.

⁴⁴⁷ Ver: AMARAL, Rodrigo. *Nos limites da escravidão urbana: a vida dos pequenos senhores de escravos na urbes do Rio de Janeiro, c-1800- c-1860*. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 2006. pp.72-77.

⁴⁴⁸ DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1989. 3 volumes, tomo 2º. p.66.

⁴⁴⁹ FERREIRA, 2000. Op.cit. pp.126-140.

⁴⁵⁰ Biblioteca Nacional, Seção de obras raras. *Gazeta do Rio de Janeiro*, N.63, Rio de Janeiro, Sabbado, 6 de Agosto de 1814. Grifo meu.

⁴⁵¹ Trabalhando com 38 inventários *post-mortem* do ano de 1820 encontrei 32 proprietários de escravos. Somados eles possuíam 483 escravos. Cheguei ao valor médio de 158\$217 para os escravos que possuíam entre 15 e 39 anos. Ver: AMARAL, 2006. Op.cit. p.45.

“a economia do homem, como regra está submersa em relações sociais. Ele não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvaguardar sua situação social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos”.⁴⁵²

A magia do dinheiro em tal sociedade deve ser relativizada, não é que seu acúmulo não fosse buscado, mas desacompanhado de estima social, honra e prestígio não era suficiente.⁴⁵³ Dito de outro modo, colocar escravos em atividades onde gerassem renda imediata tornava os mancipios importantes para as estratégias sociais de acúmulo de riquezas dos senhores, seja para assegurar, seja para maximizar sua situação econômico-social, como esclarece uma viúva da cidade do Rio de Janeiro em 1860 na posição de herdeira e inventariante:

“(...) o único rendimento do casal é o jornal do escravo Alexandre... Que dá 640 rs por dia, cujo jornal mal chega para subsistência dos três filhos d'ela Inventariante que viveu em sua companhia”⁴⁵⁴

Sendo o “único rendimento do casal”, certamente havia uma dependência grande destes escravistas perante seu único escravo. A produção do sapateiro resguardava a situação social, a subsistência daquela família. Preocupados em “salvaguardar sua situação social”, senhores teriam incentivos e constrangimentos a agir com seus escravos de forma estratégica. A ligação direta de escravos com a produção não retirava aquela relação da hierarquia de poder que pressupunha a distância social entre dominador e subalterno, mas tinha uma influência certa no tipo de negociação daí estabelecida. Apontar para este fato nos leva a tratar a ação social de subalternos com um mínimo de cuidado, para salvaguardar a sua situação social ou mesmo ampliar seus recursos senhores agiriam de que forma? Deixemos essa pergunta para o capítulo final, por hora façamos um apontamento e uma investigação: a escravidão era bem diversa e senhores com poucos recursos possuíam mancipios, isso nos leva a investigar a quantidade de escravos que vivia nessas sociedades e procurar entender seu papel na hierarquização local, para tanto, contamos com uma lista populacional de São Tomé e com uma estimativa do Rio de Janeiro, ambos da segunda metade do século XVIII.

Tabela V.5
População de São Tomé em 1757 e do Rio de Janeiro em 1799

Rio de Janeiro, 1799								
RJ	Livres		Escravos		Forros		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%
Total	19.578	45,1	14.986	34,6	8.812	20,3	43.376	100
São Thomé, 1757								
ST	Livres		Escravos		Forros		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%
Total	20	0,3	5.023	64,1	2.637	33,6	7.841	100

⁴⁵² POLANYI, Karl. *A Grande Transformação. As origens da nossa época*. 4ª ed., Rio de Janeiro, Campus, 2000. p.62, 65.

⁴⁵³ Rever os casos que iniciam a parte I, os mesmos apontam para a valorização de aspectos relacionais alcançando graus superiores aos estritamente econômicos na cidade do Rio de Janeiro tanto na primeira quanto na segunda metade do século XIX.

⁴⁵⁴ Inventário *post mortem*, José Antonio Peixoto, 1860, ANRJ.

O "Mapa Geral de todos os Habitantes que se acham existindo nesta Cidade e Ilha de S. Tomé, e em todo o seu território com distinção dos Brancos, Pardos e Pretos, dos Livres e dos Escravos, como também dos sexos, e idades de todos divididos pelas suas diferentes classes segundo ordem de Sua Majestade de 7 de junho de 1757", trazia um total de 7.841 habitantes, contando apenas 20 "Homens brancos Estrangeiros que não são filhos da terra". Havia 5.023 escravos, sendo 2.520 "pretas cativas" e 2.503 "pretos cativos", 1.131 "pretas forras filhas da terra" e 1.506 "pretos forros filhos da terra", além de 40 "filhos da terra com casta de pardo 2o e 3o grau" e 60 "filhas da terra com casta de pardo 2o e 3o grau", 3 "Homens pardos e pretos que não são filhos da terra" e 1 "Mulheres pardas e pretas que não são filhas da terra, mais 30 "Pardos forros filhos da terra" e 26 "Pardas forros filhos da terra".⁴⁵⁵

Ressalte-se o peso da escravidão na Ilha de São Tomé de acordo com o Mapa de 1757, eram escravos nada menos do que seis ou sete a cada dez habitantes, e dos outros três ou quatro livres, dois ou três, haviam saído havia pouco tempo da escravidão. Apenas um a cada dez habitantes da ilha eram socialmente reconhecidos como brancos. Se somarmos pretos e pretas forras temos um total de 2.637 pessoas contra apenas 20 brancos, ou seja, uma proporção impressionante de quase 132 para 1. Só para que se tenha uma idéia, na cidade do Rio de Janeiro em 1799 havia 43.376 habitantes, sendo escravos três ou quatro a cada dez, outros dois eram forros e quatro ou cinco eram livres.⁴⁵⁶ Posto de outra forma, na cidade do Rio de Janeiro a população forra somada a escrava era a maioria em 1799, porém isoladamente a população livre era a maioria naquele ano. Em São Tomé, os escravos eram a maioria isoladamente e somados aos forros formavam mais de 99% da população. Qual o resultado desta diferença impressionante para as relações sociais autóctones?

As duas sociedades tem semelhanças, mas também dessemelhanças. Enquanto o Rio de Janeiro amplia os negócios a partir de seu porto no período tratado por esta tese⁴⁵⁷, São Tomé sofre com a decadência. A semelhança: ambas contavam com um número grande de escravos, sabemos inclusive que na cidade do Rio de Janeiro os escravos chegam a ser a maioria em alguns anos no segundo quartel do século XIX. Em São Tomé, 1838, o Governador João José Urbandisk diz estar sentindo dó ao ver as misérias da Ilha do Príncipe e conta existir no local 4772 pessoas, sendo dessas 3217 "pretos escravos", que somados aos "pretos", chegavam 4569.⁴⁵⁸ O peso da escravidão permanecia imenso, mas uma fonte qualitativa do século XVIII pode nos ajudar a compreender seu papel na hierarquia e nas relações sociais.

Olhando pelo lado dos lugares que conheceu um deles viveu uma odisséia por volta da metade deste século. João José nasceu em Havana, Cuba, filho de pais livres, porém pobres. Servia como subalterno num

⁴⁵⁵ AHU - S.Tomé, 26/3/1757 - cx 9 - doc. 87.

⁴⁵⁶ AMARAL, 2006. op.cit. p.61.

⁴⁵⁷ Como pode ser acompanhado pela tabelas anteriores, mas indico para o mesmo os estudos de Jucá de Sampaio e João Fragoso sobre a comunidade mercantil carioca.

⁴⁵⁸ AHU, 2ª Secção, Maço 485, Relatório do Governador Subalterno João José Urbandisk sobre a Ilha do Príncipe, 1838.

navio quando foi aprisionado por um outro navio, este de bandeira inglesa. Ao que parece ficou servindo neste por um tempo, até que zarpando para São Tomé, fugiu e foi aprisionado, como conta o próprio em súplica ao rei de Portugal:

“Diz João José Homem preto que nascendo livre de pais ingênuos na cidade de Sam Christovão de La Habana Indiaz de Espanha, e servindo nas naus de S. Majestade católica foi aprisionado por hum navio Inglês, com os quais navegou alguns tempos, até que indo em outra embarcação arribado a Ilha de S. Tomé conquista deste Reino, fugiu o suplicante para Ela (...)”⁴⁵⁹

Em São Tomé, José foi preso pelo Juiz dos Ausentes por não ter mostrado a ele uma certidão comprovando sua liberdade, depois de meses na prisão foi posto em praça pública e arrematado como escravo pelo “Vigário Geral Manoel Luiz Coelho com o pretexto de que queria pôr o suplicante em liberdade, o que fez passados alguns tempos dando ao suplicante carta de Alforria”. A alforria não rompeu os vínculos do recém-liberto José com o Vigário Geral Manoel. Uma relação social gestada em confiança, proteção, obrigações e benefícios como parece ser pelo documento que manipulamos, geralmente não se rompia com a alforria. Ao contrário: a liberdade parecia ampliar os vínculos entre o vigário e o andarilho cubano. Para curar-se de doenças, o religioso viajou em data imprecisa para o Rio de Janeiro, no que foi acompanhado por seu subalterno agora homem liberto. O ato de José lhe rendeu frutos futuros: morto o Vigário, “ficou o suplicante na sua liberdade vivendo em sua casa, e governando o que adquiria sem dependência de cativo que nunca teve”⁴⁶⁰, mas também dissabores: Irmão do vigário falecido, o Cônego Domingos Luís Coelho, segundo José “cheio de ambição e de pouco temor de Deus sugeriu ao Governador D. José Caetano Souto Maior mandasse prender o suplicante para recolocá-lo no cativo: o que se fez”. Lá, preso com grilhões nos pés e no pescoço passou o pão que o diabo amassou por quatro meses seguidos, como conta, sofria um, “martírio continuado”.

“e pretendendo por varias vezes vender ao suplicante este protestava aos compradores que era livre e o não compravam, até que debilitado de forças pelo rigoroso da prisão e vendo-se sem a carta de liberdade que o mesmo cônego lhe usurpou consentiu em ser vendido a um Capitão Francês e depois de vários acasos, trabalhos e vendas foi aportar em um porto dos reinos de França aonde aconselhado pelos seus confessores de que não eram cativos os católicos ainda que pretos fugiu de porto em porto até que chegando a Londres veio dali a Corte de Lisboa. E porque ao Suplicante se tem feito na Ilha de São Tomé tantas injurias vendendo-o por duas vezes; e usurpando-lhe o que tinha metendo-o em prisões públicas e privadas lhe dá as induções do dito Cônego como lhe dá consta da atestação junta recorre a piedade e clemência de Vossa Majestade que não consente(?) estes insultos de seus Vassallos para que se digne mandar passar ordem ao Governador e Justiça da Ilha de São Tomé porque sendo verdade o referido constando certamente será o suplicante livre lhe façam restituir todos os seus bens, e ressarcir seus danos e injurias deixando-o usar de sua liberdade que sempre teve enquanto não chegará a infelicidade de cativo em que o pôs a ambição do sobredito.

Para Vossa Majestade lhe faça Mercê deferir-lhe como pede atendendo ser o suplicante pobre, e não ter com que tratar de demandas ordinárias”⁴⁶¹

⁴⁵⁹ AHU cx. 7 doc. 21 São Tomé, 1739, julho 23.

⁴⁶⁰ Idem, ibidem.

⁴⁶¹ Idem, ibidem.

Primeiramente a odisséia de José para comprovar sua liberdade usurpada é um claro exemplo de que a elite tinha dificuldades de impor a um subalterno a sua vontade sem nenhum tipo de negociação. Comprova também como os “mais pequenos” vassallos poderiam adquirir – fragmentado é verdade –, uma experiência cotidiana que os dotaria de algum conhecimento sobre a hierarquia onde estavam vivendo, e utilizar-se dela para colocar em execução as suas vontades, afinal de contas José vivia somente a alguns anos numa conquista portuguesa, mas já havia aprendido a quem recorrer naquela hierarquia.

Nosso andarilho cubano serve também para medir outra questão: o peso da escravidão na hierarquia em São Tomé. Do caso podemos notar pessoas distintas, hierarquizadas e sobre as quais pesavam qualidades e qualificações diferentes. José não pediu piedade e clemência a qualquer um, pediu ao rei chamando-o por protetor como capaz de ordenar – e ser obedecido – por aquele que estaria no mínimo compactuando com o seu martírio, o governador de São Tomé, que por sua vez teria qualidade para se chegar ao Ouvidor e a partir deste ordenar ao irmão do vigário que o libertasse. Toda essa confusão só existiu por conta da hierarquia que a escravidão ajudava a moldar.

Na cidade do Rio de Janeiro, mais precisamente em 1846 morria Pedro de Albuquerque Santiago. D. Glória, então viúva, contava com 31 anos de idade e tomaria as rédeas da família a partir de então. Sua escolha foi trocar definitivamente a rural Itaguaí pela vida na Corte. A abastada senhora investiria agora em bens rentáveis urbanos. Seu primeiro passo foi vender a fazenda e os escravos da área rural, daí comprou prédios e escravos urbanos, alugou vários dos primeiros e distribuiu os segundos em diversas atividades, seja no ganho ou no aluguel, além disso, investiu em ações e apólices.⁴⁶²

De certo, nenhum documento cartorial nos certificará da existência de D. Glória, ela foi imortalizada por uma fonte literária, o *Dom Casmurro* de Machado de Assis. No entanto, detalhes minuciosos da obra de Machado guardam verossimilhanças cirúrgicas com a vida social no Brasil oitocentista. No caso, a vida desta senhora que ao deslocar-se de uma área rural para uma com características urbanas, não apenas mudava de ares, mas também de investimentos.

Itaguaí no século XIX era uma freguesia estritamente rural, contava em 1840 com 17.339 habitantes, dos quais 10.113 ou 58,32% eram escravos.⁴⁶³ Avaliando um conjunto de 182 inventários *post-mortem* de Itaguaí entre 1820 e 1872, Ricardo Muniz pôde demonstrar onde se localizavam os investimentos dos senhores locais. Entre 1831 e 1840 72,7% do monte-bruto dos inventariados de Itaguaí estavam aplicados em terras, café e escravos. Na década seguinte, apenas estes três conjuntos de bens rurais chegaram a somar quase 80% de todos os bens arrolados em inventários de Itaguaí.⁴⁶⁴ Na cidade do Rio de Janeiro, a realidade era diversa, se juntarmos os bens amealhados por D. Glória quando ainda em luto resolveu ficar no Rio – ações e apólices, prédios urbanos, escravos e dívidas ativas muitas vezes acionadas para o acesso a tais investimentos – chegaremos a 62,2% de todos os bens encontrados num conjunto de inventários post-mortem de 1820, 79% em 1840 e 74,2% em 1860.⁴⁶⁵

Como podemos ver esta senhora não é apenas um personagem literário, é ilustrativa de uma diferença na composição dos bens investidos por moradores de áreas rurais e áreas urbanas no Rio oitocentista. Ao deslocar-se para a Corte, a mãe de Bentinho modificava também sua forma de lidar com suas aplicações e

⁴⁶² ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. Coleção Livros O Globo, Editora Klick. Capítulo 7: D. Glória, pp.25-27.

⁴⁶³ RUIZ, Ricardo Muniz de. *Sistema agrário, demografia da escravidão e família escrava em Itaguaí – Séc. XIX (1820-1872)*. Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1997. p.17.

⁴⁶⁴ Idem, *ibidem*.

investimentos. Ocorre que a diferença notada por Machado de Assis, e confirmada empiricamente, não ficava apenas na diversidade espacial, senhores que dividiam o mesmo espaço também eram muito diferentes entre si. Nem todo mundo que viveu na cidade do Rio de Janeiro era uma Dona Glória. Mas um denominador comum aos investimentos desta senhora enquanto no agro ou posteriormente na cidade chama atenção: os escravos.

Investimento acessível a grupos sociais diversos, os escravos encontravam-se em unidades produtivas muito diferentes, eram posse de portugueses, luso-brasileiros e africanos. A posse de uma casa pode ser um instrumento de análise inicial para avaliarmos mais detidamente esta questão. Uma casa era um bem relativamente caro, e isso afastava os mais pobres da aquisição deste bem. Em 1820, na Corte, o preço de uma casa térrea no Largo do Rocio⁴⁶⁶, Valongo⁴⁶⁷, Rua de São Pedro do Campo⁴⁶⁸, na Rua de São Jorge⁴⁶⁹, na Rua das Flores⁴⁷⁰, na esquina da Rua Direita da Potetiba com Rua da cadeia⁴⁷¹ e na Rua do Sabão da cidade Nova⁴⁷² variava entre 400\$000 e 1:000\$000 de réis. Casas mais suntuosas, como era de se esperar, chegavam a valer bem mais que isso.⁴⁷³ Destaque-se que a posse de uma casa, além do valor simbólico tinha sua importância econômica, uma vez que podia gerar renda, quando alugada – mais de uma ou mesmo o aluguel de cômodos – ou evitar a perda de renda com o pagamento de aluguéis.

De acordo com os inventários urbanos consultados para o ano de 1820, o valor médio dos montes-brutos era de 6:892\$501, tendo significativas diferenças entre três grupos distintos de inventariados, como informa a tabela V.6. Esta diferença ficará mais clara se hierarquizarmos os senhores de escravos⁴⁷⁴ da cidade do Rio de Janeiro pela quantidade de escravos que possuíam.

Tabela V.6

Fortuna média de acordo com a propriedade escrava no Rio de Janeiro em 1820

Escravidão	1 a 4 (pequenos senhores)	5 a 9 (médios senhores)	10 ou + (grandes senhores)
Fortuna média	1:069\$897	3:042\$849	13:783\$317

Fonte: ANRJ, inventários *post-mortem*, 1820.

Como pode ser visto, existia uma razão entre um número maior de escravos e o controle de uma maior fortuna. Observa-se, que em 1820, uma casa no valor de 1:000\$000 estava praticamente indisponível para os pequenos senhores.

Senhores que tiveram declarado a posse de qualquer bem de raiz, também possuíam monte-bruto bem superior aos que não declararam. No ano de 1820, 26 dos 38 inventariados fizeram tal declaração, a média de

⁴⁶⁵ Agradeço a João Fragoso por ter gentilmente cedido estes inventários. Trata-se de uma série de inventários das freguesias urbanas do Rio de Janeiro. 1820: 36 inventários; 1840: 55; 1860:131.

⁴⁶⁶ Inventário *post mortem*, Angélica Rosa de Jesus, 1820, ANRJ.

⁴⁶⁷ Inventário *post mortem*, Francisco Luiz Madeira, 1820, ANRJ.

⁴⁶⁸ Inventário *post mortem*, Manuel Gomes da Silva, 1820, ANRJ.

⁴⁶⁹ Inventário *post mortem*, José da Silva Vieira, 1820, ANRJ.

⁴⁷⁰ Inventário *post mortem*, Luis pereira Lenia, 1820, ANRJ.

⁴⁷¹ Inventário *post mortem*, Miguel dias Ferreira da Motta, 1820, ANRJ.

⁴⁷² Inventário *post mortem*, Luiz José de Sá, 1820, ANRJ.

⁴⁷³ Como a morada de casas de sobrado na rua da Misericórdia, n° 41, de Francisco Gonçalves dos Santos que valia 1:400\$000. Inventário *post mortem*, Francisco Gonçalves dos Santos, 1820, ANRJ. E a do português Luis José de Sá, a casa de sobrado n° 14 da rua do Sabão da cidade Nova que custava 4:000\$000. Aliás, ele fora citado acima porque possuía uma casa vizinha a esta, a de n° 15 na mesma rua que valia 1:000\$000.

seu monte-bruto era de 9:132\$382 e de sua propriedade escrava é de 20,4 mancípios. Os 12 “sem-propriedade” no ano de 1820 perfaziam um monte-bruto médio de apenas 1:963\$314 e detinham uma média de 5,1 escravos. Dos 26 inventariados proprietários de casa no ano de 1820 na cidade do Rio de Janeiro, 3 não possuíam escravos e 2 não informaram o tamanho de seu plantel. Desses 26 proprietários, nosso número com informação precisa do plantel de escravos é de 21. Já entre os 12 inventariados sem casa no ano de 1820, temos informações precisas sobre a posse escrava de 11 deles. A tabela abaixo nos conta quem eles eram:

Tabela V.7
Inventariados com e sem casa na cidade do Rio de Janeiro
de acordo com a posse de escravos em 1820

Inventariados	1 a 4 escravos	5 a 9 escravos	10 ou mais
Com casa	3	4	14
Sem casa	8	2	1

Fonte: Inventários post-mortem, 1820. ANRJ.

A tabela V.7 aponta para a seguinte questão: havia uma razão proporcional entre uma maior posse de escravos e acesso a uma casa, ou seja, o domínio de mais escravos estava em sintonia com o domínio de mais recursos. Caso semelhante ocorria em São Tomé e Príncipe, como pudemos ver na tabela IV.1, discutida no capítulo anterior. Tanto lá quanto no Rio de Janeiro, havia grupos distintos participando da sociedade, todos eles utilizando-se arraigadamente da propriedade escrava. Se nas Ilhas grupos subalternos tinham escravos, no Rio de Janeiro tanto nas fortunas menores, quanto nas maiores a posse mancípia era disseminada. Em 1820, nas fortunas superiores a 3:000\$000 todos os 8 inventariados possuíam escravos, nas fortunas inferiores a 1:000\$000 dos 14 inventariados, o expressivo número de 11 pessoas legaram escravos para seus herdeiros.⁴⁷⁵ Ser proprietário de cativos era assim um fator importante da diferenciação social local.

Roberto Guedes Ferreira chegou a resultado que confirma esta hierarquia social trabalhando com 102 inventários *post-mortem* durante o período 1810-1844 referentes à freguesia urbana de São José na cidade do Rio de Janeiro. Ferreira separou os inventariados em três grupos, sendo eles: os 34 mais ricos (primeiro grupo), os 34 intermediários (segundo grupo) e os 34 mais pobres (terceiro grupo). Constatou que os mais ricos acumulavam a maior parte dos bens, diversificando-os. No período tratado possuíam 54,1% dos escravos inventariados e 69,4% das casas. Já os mais pobres tinham acesso a apenas 5,9% das casas e 19,1% dos

⁴⁷⁴ Essa hierarquia nos leva a chamar – na falta de uma nomenclatura mais apropriada – os donos de até 4 escravos de pequenos senhores, os donos de 5 a 9 de médios senhores e os donos de 10 ou mais escravos de grandes senhores.

⁴⁷⁵ Fonte: Inventários *post-mortem*, 1820.

escravos.⁴⁷⁶ A hierarquia social e a distribuição da riqueza geravam assim, estratégias diferentes diante dos investimentos que cada pessoa, de acordo com sua fortuna, podia ou não empreender. Esclareçamos o que acabamos de afirmar, analisando a tabela abaixo.

Tabela V.8

Preço médio dos escravos na cidade do Rio de Janeiro em 1820

Escravistas	Escravos de 15 a 39 anos	Todos os Escravos	Homens	Mulheres
1 a 4	134\$075	108\$954	112\$966	106\$400
10 ou mais	172\$291	126\$805	126\$805	112\$514
Todos	158\$217	114\$490	128\$530	109\$107

FONTE: ANRJ, inventários *post-mortem*, 1820.

A análise da tabela V.8, em diálogo com o preço de uma residência urbana na cidade carioca esclarece que um senhor precisaria desembolsar quase 160\$000 para compra de um escravo saudável em idade produtiva em 1820. Em média, para um senhor com fortuna de até 1:000\$000, isto significaria algo em torno de 20% de seus bens. Já para obter uma casa, este mesmo senhor precisaria comprometer mais de ½ de tudo que tinha. Em suma, com o valor que compraria três escravos saudáveis em idade produtiva ainda faltaria a ele alguns mil-réis para comprar sua casa, caso esta valesse em torno de 600\$000. Na verdade a média de todos os bens de raiz presentes nos inventários consultados para o ano de 1820 era de 910\$987, mas nesse conjunto encontra-se tanto as “senzalas” de Anna Maria do Rosario que valiam 64\$000 quanto o sobrado de José Luiz de Sá no valor de 4:000\$000.⁴⁷⁷

Em 1820, dos 38 inventariados, nove possuíam 60% ou mais de seus bens aplicados em escravos. Deles, temos a informação do plantel exato de oito escravistas. A maioria era formada por senhores donos de poucos escravos, cinco deles. Destes cinco, nenhum possuía bem de raiz. Rodrigo da Silveira era o mais pobre do grupo, seu monte-bruto alcançou, quando de sua morte, apenas 265\$030, dos quais seus dois escravos formavam quase 85% de seus bens, eram eles: uma cozinheira de 25 anos que valia 192\$000 e a filha da mesma de apenas 18 meses, 32\$000.⁴⁷⁸ Aquele que amealhou ao longo da vida o maior monte-bruto entre estes oito senhores foi Domazia Romana. Ela teve declarado um monte-bruto de 876\$900, sendo 544\$000 ou 62% em escravos. Os outros três senhores que possuíam a maior parte de seus bens aplicadas em escravos, são dois médios proprietários e um grande. Entretanto, não deve passar despercebido, que o único senhor de mais de 10 escravos no grupo dos que investiram mais de 60% de seus bens em mancípios, era ele, e apenas ele, o componente do grupo que possuía um bem de raiz: Antonio dos Santos Pinto, que possuía 12 escravos em 1820. Juntos, seus cativos formavam 3:170\$000 ou 87,6% de seu monte-bruto, 3:618\$020.⁴⁷⁹

No grupo dos que tiveram declarado bens onde mais de 60% era formado por aplicações em prédios urbanos, apenas 2 senhores informaram no inventário precisamente o valor e a quantidade de sua propriedade escrava com atividades explicitamente ligadas a cidade. Trata-se de um grande proprietário e de um pequeno senhor, o que torna possível marcar as diferenças entre eles.

⁴⁷⁶ FERREIRA, 2000. Op.cit. pp.68-71.

⁴⁷⁷ Inventário *post mortem*, Anna Maria do Rosario, 1820, ANRJ. Inventário *post mortem*, Luiz José de Sá, 1820, ANRJ

⁴⁷⁸ Inventário *post mortem*, Rodrigo da Silveira, 1820, ANRJ.

Manuel Gomes da Silva possuía 10 escravos em 1820. Grande senhor na área urbana, aplicava a maioria deles em atividades de ganho e locação. Dos seus 10 escravos, quatro eram ferreiros. Manuel diversificava seus bens, pois além dos jornais dos escravos alugava algumas de suas quatro casas. Três delas ficavam na Rua de São Pedro do Campo, sendo uma morada de casas de sobrado que fora avaliado em 2:800\$000; casas mistas com sobrado a 1:000\$000; morada de casas mistas com sobrado a 800\$000; terreno na rua de trás de Santa Anna a 300\$000. Ou seja, este senhor aplicava em bens imóveis mais de 80% de tudo que tinha, mas com um monte-bruto avaliado em 6:110\$430, lhe sobrava dinheiro para a diversificação.

O outro senhor deste grupo na verdade era uma senhora, possuía apenas dois cativos. Angélica Rosa de Jesus, cujo monte-bruto era de 810\$350, dos quais 600\$000, ou 74% equivaliam a sua casa térrea no largo do Rocio nº 16. Ou seja, com um monte-bruto relativamente pequeno em relação a Manuel Gomes da Silva, comprometer mais de 70% de seus bens com uma casa significava⁴⁸⁰ lhe sobrar somente 210\$350, dos quais utilizou 57% (119\$200) para comprar duas escravas ou uma, pois provavelmente sua cativa cozinheira de 28 anos que valia 100\$000, já era sua escrava quando parira sete meses antes de sua morte. Já para Gomes da Silva, com um monte-bruto quase oito vezes maior que o de Rosa de Jesus, aplicar mais de 80% de seus bens em casas e sobrados não lhe impedia de diversificar os bens, pois ainda lhe sobrava 1:210\$430 para aplicar em outras atividades. E deste dinheiro investia 866\$800 – note que o valor é superior a tudo que Angélica conquistou ao longo da vida –, ou 71,6% na compra de escravos.

Em suma, o que as três primeiras tabelas nos explicam, é que havia uma hierarquia que separava os componentes da sociedade em grupos distintos. O caso da Dona Glória - personagem Machadiana – é ilustrativo de uma senhora com cabedais para diversificar, distribuindo seus recursos e ganhos futuros em atividades distintas como o serviço de escravos ao ganho, a compra de ações e o aluguel de bens de raiz. Assim, Dona Glória é um exemplo de uma minoria abastada de senhores que estavam situados no topo da pirâmide, ou, pegando emprestada a imagem de Lawrence Stone, no “gargalo da garrafa”. O que estamos demonstrando é que não se deve olhar para os proprietários de escravos como um conjunto unívoco.⁴⁸¹ Esta consideração aponta para a diferença social existente entre os membros da sociedade e mais, o peso da escravidão na hierarquia social, uma vez que posto como bem no mercado criava-se através do tamanho da posse mancipia uma hierarquia entre os próprios senhores. Ressalte-se que esta diferença não era uma especificidade carioca ou São-tomense. Isto era válido para outras regiões aqui e acolá em período afim, ou mesmo anterior, em realidades ditas de Antigo Regime.

Grande parte dos estudos conhecidos sobre a América e Europa modernas corrobora a existência de sociedades altamente hierarquizadas. Em Chieri, Villastellone e Cambiano comunidades localizadas no que hoje chamamos de Itália, para o ano de 1701, nem sequer uma terra de qualidade estava em mãos camponesas, ou seja, possuir terras de alta qualidade era especificidade dos mais ricos.⁴⁸² Na Inglaterra, a posse da terra no século XVII dividia os homens entre aqueles que poderiam e que não poderiam ocupar um posto na Câmara dos Comuns ou mesmo assumir cargos em Londres ou nas províncias, como Juiz de Paz ou Delegado. Mas esta separação dicotômica, longe de aglomerar os homens em dois grupos – os com e os sem terra – refletia a posse da terra como um símbolo de poder, ou seja, não os organizava em uma classe, como esclarece Lawrence Stone.

⁴⁷⁹ Inventário *post mortem*, Antonio dos Santos Pinto, 1820, ANRJ.

⁴⁸⁰ Logicamente que tanto os escravos quanto as casas podem ter sido herdadas, mas de qualquer forma, como comprova o inventário, eram bens que tinha valor no mercado.

⁴⁸¹ Em trabalho anterior marcamos mais detalhadamente esta diferença entre os senhores de escravos na cidade do Rio de Janeiro: Ver: AMARAL, 2006. Op.cit.

“(…) La aparente estabilidad de las clases sociales es una ilusión (...). La estructura social misma debería verse como un continuo com cuello de botela, o si no, como una pirâmide aplastada a un roboide (...)”⁴⁸³

A pobreza tinha várias facetas, e dela à riqueza as gradações eram imensas, como na França, de acordo com Adeline Daumard.

“Da pobreza à abastança, desta à riqueza, todas as nuanças existiam. Contrastes muito acentuados separavam a base do topo, mas, sobre um pedestal desmesuradamente largo, onde se situam todos aqueles que nada possuíam, os patrimônios classificados segundo a sua importância formam degraus irregularmente decrescentes. (...)”⁴⁸⁴

Assim é que em Paris, Bordeaux e Tolouse por volta de 1820, 30% das pessoas possuíam menos de 1% da riqueza, e, 1% delas abocanhavam 30% dos bens franceses naquelas cidades.⁴⁸⁵ Em Salvador, entre 1800 e 1850, os 10% mais ricos controlavam quase 70% da riqueza, enquanto os 30% mais pobres, assim como em Paris, abocanhavam somente algo em torno de 1% da fortuna.⁴⁸⁶ No Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX, a distribuição da riqueza também seguia este ritmo de concentração, em 1840, os 9% mais ricos detinham mais de 65% da riqueza e somando tudo o que os 45% mais pobres detinham de valor chegamos somente a 4% dos bens encontrados nos inventários.⁴⁸⁷

Diante desta imagem, a historiografia mais recente preocupou-se com as possibilidades econômicas dos agentes sociais. A fortuna, o monte-bruto, os investimentos passaram a ser quantificados e analisados detalhadamente, foi o que justamente gerou a subdivisão de donos de terras, escravos e demais bens em grupos.

Cacilda Machado encontrou para São José dos Pinhais em 1818 uma relação entre quantidade de dependentes (escravos, agregados e parentes) e a produção. Assim é que nos domicílios com até 9 pessoas produzia-se 40 arrobas de milho, 10 de farinha e 12 de feijão, em contrapartida nas propriedades que comportavam mais de 10 pessoas estes números eram respectivamente de 76, 32 e 15. Igualmente havia uma relação entre o tamanho da terra e a diversificação da produção. As propriedades menores não só produziam menos, mas dedicavam-se em média a apenas cinco atividades, enquanto as maiores chegavam a mais de sete.⁴⁸⁸ Em São Paulo, mais precisamente em Itu e Capivari, 1836, Luna & Klein chegaram a conclusões semelhantes. Aqueles que tinham mais de 20 escravos, apesar de serem 49% dos senhores respondiam por 76% da produção de açúcar.⁴⁸⁹

⁴⁸² LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista do Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000. p.141.

⁴⁸³ STONE, Lawrence. *La crisis de la aristocracia (1558-1641)*. Madri: Alianza Editorial, 1985. p.38.

⁴⁸⁴ DAUMARD, Adeline. *Hierarquia e Riqueza na sociedade burguesa*. Ed. Perspectiva. São Paulo, 1985. p.219

⁴⁸⁵ Idem, *ibidem*.

⁴⁸⁶ REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. (Edição revista e ampliada). São Paulo: Companhia das Índias, 2003. p.31.

⁴⁸⁷ Fonte: 68 inventários, ano de 1840, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

⁴⁸⁸ MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades. Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social. (São José dos Pinhais – PR, passagem do XVIII para o XIX)*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006. p.108.

⁴⁸⁹ LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2005. pp.68-69

Assim, uma unidade produtiva maior, leia-se, maior quantidade de terra disponível, número maior de trabalhadores e mais recursos técnicos e financeiros – ferramentas, maquinários etc. – geravam possibilidades de investimentos e utilização de capitais distintos. É a partir desta constatação que tais dados ganham contornos mais interessantes, uma vez que a própria reprodução social estava ligada a produção, as condições diferentes entre grupos mais e menos abastados promovia dentro de cada grupo, incentivos e constrangimentos distintos na negociação entre senhores e subalternos. Desta forma, esta constatação é mais que um dado em si, é uma comprovação de diferença que exige do historiador a percepção de que para tratar da relação senhor-escravo é necessário conhecer quem é o senhor, e certamente, quem é o escravo. Em trabalho anterior demonstramos tal faceta para a cidade do Rio de Janeiro.⁴⁹⁰ Os senhores com mais de 10 escravos diversificavam seus investimentos em ações e apólices, prédios urbanos, escravos ao ganho, comércio etc. enquanto os detentores de menos de cinco cativos geralmente não possuíam outros investimentos e dependiam quase que exclusivamente de seus escravos. Tal diferença modificava as próprias estratégias de domínio dos pequenos senhores, fazendo com que os mesmos, mais dependentes da produção de seus mancipios, refinassem a negociação.

Podemos afirmar que a escravidão associada a uma sociedade montada sob a égide de uma tradição de desigualdade do Antigo Regime colaborava com a sua forma de ser, hierarquizando os membros da coletividade. O posicionamento hierárquico foi algo presente na realidade de outras sociedades no Antigo Regime, como no Piemonte do século XVII, onde, assim como no Rio de Janeiro:

“(…) Se descermos na escala social, encontraremos situações sempre mais vinculadas à necessidade alimentar e à sobrevivência (...). A gama das possibilidades de diversificação profissional se reduz: ela é inversamente proporcional à riqueza.”⁴⁹¹

Falamos então de uma sociedade altamente hierarquizada e podemos agora enxergar uma pirâmide econômico-social onde os membros desta coletividade alocavam-se em locais distintos. Uma base larga que até o topo vai se afinando marcando diferenças de renda, de possibilidades, de investimentos e de estratégias perante as formas de sobreviver ou acumular riquezas na sociedade. Mas essas diferenças se tornavam maiores com a escravidão chegando a hierarquizar posições até mesmo dentro da senzala.

“Então não sabes o que é ser escravo!”

O poeta brasileiro Castro Alves (1847-1871) nascido numa fazenda na Bahia e imortalizado por poemas geniais, emprestou seu pensamento e escrita ao tema da escravidão. Apaixonado pela causa abolicionista inspirou-se para denunciar os sofrimentos no sistema escravista. Em “*Vozes d’África*”⁴⁹² a América foi retratada como a ave da escravidão que se nutria do sangue africano. Em “*Bandido Negro*”⁴⁹³ e “*A Mãe do cativo*”⁴⁹⁴, sangue e morte, cadeia sombria, irmãs desonradas e esposas conduzidas “ao leito devasso do próprio senhor” aparecem pintando uma escravidão desgraçada. Em “*O Navio Negreiro*” essas mesmas “Negras mulheres, [estão] suspendendo às tetas magras crianças, cujas bocas pretas rega o sangue das mães”.⁴⁹⁵

⁴⁹⁰ AMARAL, 2006. Op.cit.

⁴⁹¹ LEVI, 2000, op.cit. p.146.

⁴⁹² ALVES, Castro. Coleção encantada, volume V, organizado por Angela B. R. Amoroso. Editora encantada, s/d. pp.226-232.

⁴⁹³ Idem, pp.168-172.

⁴⁹⁴ Idem, pp.201-204.

⁴⁹⁵ Idem, pp.209-222.

Se colocando na condição de escravo, Castro Alves responde algumas perguntas no poema “*Desespero*”. Na verdade o poema é iniciado antes e passando por outras composições conta a história de uma escrava que teve um filho com seu proprietário. Ao falecer ela pede ao filho que não se vingue do pai. “*Desespero*” começa com uma resposta à uma oculta indagação: Seria crime o escravo matar um senhor que o maltrata?

“Crime! Pois será crime se a Jibóia morde silvando a planta, que a esmagara?”
(...) “Sim! Nós somos répteis... Qu’importa a espécie?” (...) “E vens falar de crimes ao cativo? Então não sabes o que é ser escravo!...”⁴⁹⁶

Para nosso deleite, o poeta que nunca foi cativo, no alto de sua epopéia apaixonada, nos explica:

“Ser escravo – é nascer do alouce escuro, dos seios infamados da vendida...
Filho da perdição no berço impuro sem leite para a boca ressequida... É mais tarde,
nas sombras do futuro, não descobrir estrela foragida... É ver – viajante morto de
cansaço – a terra – sem amor!... sem Deus – o espaço!”

“Ser escravo (...) [é] ver que aqui ou além nada o espera, que em cada leito
novo há mancha nova... no berço... após no toro... após na cova!...”

“Crime! Quem te falou, pobre Maria, desta palavra estúpida?... Descansa!
Foram êles⁴⁹⁷ talvez?!... É zombaria... Escarnecem de ti, pobre criança! Pois não
vês que morremos todo dia debaixo do chicote que não cansa? Enquanto do
assassino a frente calma não revela um remorso de sua alma?”

“Não! Tudo isso é mentira! O que é verdade é que os infames tudo me
roubaram... Esperança, trabalho, liberdade... (...)”⁴⁹⁸

Para Castro Alves, traços marcantes de ser escravo era “ver que aqui ou além nada o espera”, “que em cada leito novo há mancha nova”, era, em suma, viver sem o fruto do próprio trabalho, sem liberdade e sem esperança. Não podemos esperar que um ativista de uma causa tão nobre como o fim da escravidão reconhecesse nela mais que maldade e sofrimento. Essas eram suas armas de luta! Mas cabe discutir aqui algumas impressões deixadas por Alves: Viver nas sombras do futuro, ou seja, sem proteção, sem Deus, sem amor, marcaria a escravidão como um sistema social baseado apenas na ameaça e na aplicação da violência. Como tal, consistiria em retirar do cativo toda a esperança. Uma vez que o sistema durou em nosso país três séculos e quase nove décadas é improvável que tenha se apresentado para todos os escravos desta maneira.

A historiografia sobre o assunto já convenceu os leitores menos apaixonados e preocupados apenas com a análise crítica do sistema escravista que na verdade existiam “variados mundos da escravidão”⁴⁹⁹, existiam “diversas formas de ser escravo”⁵⁰⁰. Essa variedade da condição escrava era produto de quatro situações complementares: o tempo, a política, a economia e a geografia. Dito de outra forma, a variedade na condição cativa estava ligada ao fato de as unidades produtivas serem diferentes entre si, de se localizarem geograficamente em regiões de clima, possibilidades produtivas e períodos diferentes; ao fato de os ritmos de trabalho variarem de acordo com sazonalidades agrárias ou diferenças de trabalhos em relação às diversas ocupações exercidas pelos escravos que dividiam o mesmo espaço; ao fato de haver diferenças entre um escravo

⁴⁹⁶ Idem, pp.277-281.

⁴⁹⁷ Acredito que nesta passagem Castro Alves estivesse se referindo possivelmente aos senhores, mas também pode ser estendido aos escravistas em geral, contrários à causa abolicionista.

⁴⁹⁸ Idem, p.279.

⁴⁹⁹ GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas. Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 1995

⁵⁰⁰ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

que estava há muito tempo ao lado de um senhor e por isso podia dominar os códigos de condutas locais e outros não; ao fato de haver uma política senhorial, e também escrava, nesta relação.

Estamos falando, e isto deve ficar claro, de uma relação, e como tal benefícios e danos eram aprendidos e compreendidos pelos atores sociais dentro dela. Ao compartilhar o mesmo espaço, homens proprietários e homens propriedade ensinavam e aprendiam sobre uns e outros. Vejamos teoricamente de que forma isto se iniciava. Para tanto precisamos discutir duas questões fundamentais do “ser escravo” e como elas se aplicavam e se moldavam na sociedade em estudo, são elas a dessocialização e a despersonalização. Segundo Claude Meillassoux:

“Retirados do seu meio social de origem pela captura, os indivíduos ainda não eram ‘escravos’. Inicialmente, eram apenas ‘prisioneiros’, ‘capturados’ ou captivos. Seu estado e sua condição definitiva de escravos só se manifestariam quando de sua inserção no meio receptor, seu *estado* sendo ligado à sua situação de ‘estranhos’ dessocializados nesse novo meio e sua *condição* à posição que lhes era atribuída no processo geral de produção e de reprodução do sistema.

A relação escravagista deve pois ser analisada sucessivamente nestes dois planos:

1. as circunstâncias nas quais um indivíduo aparecia como um ‘estranho’ em uma sociedade;
2. as modalidades de inserção desse estranho nas relações orgânicas no seio dos sistemas escravagistas observáveis.”⁵⁰¹

Dessocialização era o processo de aniquilação das relações sociais por que passava um escravo ao ser removido de seu meio social, uma vez que no exato momento em que é metido na diáspora perderia, ao cabo, todas as relações existentes até então.⁵⁰² Essa era uma realidade da escravidão brasileira apresentada a africanos. Mas tal faceta não impedia a recriação de laços sociais duráveis na sociedade de destino. Isso seria papel da despersonalização. O escravo deixava de ser uma pessoa pelo fato de se transformar completamente numa mercadoria, “*bens de uso e patrimônio*”, ou seja, “*objetos*”, condição imposta a todos, africanos e crioulos. Ressocializar-se, desta forma seria a um só tempo, “improvável e impossível”⁵⁰³, uma vez que o estado e a condição de *escravos=mercadoria* seria superior⁵⁰⁴ à condição de *escravos=pessoas*. O fundamental é que o senhor poderia, por exemplo, separar famílias a qualquer tempo, valendo-se do seu poder de proprietário, superior ao estado de pai, mãe ou filho que um escravo poderia ter ou alcançar. Isso teoricamente. Na realidade, no dia-a-dia das relações sociais, jogar com o poder de despersonalização era uma ferramenta de domínio utilizada por senhores. Neste caso a escravidão consistiria em um jogo político, onde o senhor procurava dar a possibilidade de o escravo desarraigado retomar as relações sociais e os recursos perdidos que a condição de *escravos=mercadoria* reclamava, buscando com isso, legitimar seu domínio perante os mancipios. Criava-se assim uma hierarquia intra-grupal entre os cativos, uma vez que o senhor distribuiria os recursos de forma desigual hierarquizando seus escravos.

Mas como isso era feito? Para responder esta questão teremos que transitar por caminhos já percorridos, mas através deles buscaremos avançar em direções inéditas. Começemos formulando duas questões norteadoras: Qual o significado e de que forma era possível a um escravo ressocializar-se no Brasil escravista?

⁵⁰¹ MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e o dinheiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. p.79.

⁵⁰² Idem. p84

⁵⁰³ Idem. p.85

⁵⁰⁴ Até que leis protegessem os cativos, proibindo, por exemplo, a separação de famílias na segunda metade do século XIX.

De que forma um mancípio enfrentava sua despersonalização, buscando evitar a associação direta com uma mercadoria?

Segundo o Antropólogo Roque de B. Laraia:

“(...) *Os africanos* removidos violentamente de seu continente (ou seja, de seu ecossistema e de seu contexto cultural) e transportados como escravos para uma terra estranha habitadas por pessoas de fenotípia, costumes e línguas diferentes, *perdiam toda a motivação de continuar vivos*. Muitos foram os suicídios praticados, e outros acabavam sendo mortos pelo mal que foi denominado de banzo. Traduzido como saudade, o banzo é de fato uma forma de morte decorrente da apatia.”⁵⁰⁵

O que Laraia está demonstrando – apesar do exagero generalizante –, é o poder da cultura nas sociedades humanas. O homem adquire desde o seu nascimento informações culturais legadas por seus antepassados, aprendidas pelo convívio com os seus contemporâneos na sua sociedade de origem. Ao ser retirado dela, haveria um transtorno impactante, onde a pessoa do escravizado sofreria de diversas maneiras. Este sofrimento poderia levar até a morte. Por outro lado, Laraia observa que a “cultura também é capaz de provocar curas de doenças, reais ou imaginárias”. Neste caso, estas “curas ocorrem quando existe fé do doente na eficácia do remédio ou no poder dos agentes culturais.”⁵⁰⁶ Se levarmos esta interpretação para os africanos, que uma vez adoentados pela saudade e tristeza de sua condição tornar-se-iam virtuais suicidas⁵⁰⁷, o oposto (a opção pela vida e não pela morte) também poderia ocorrer, desde que existisse alguma informação em sua sociedade (cultura) de origem – que estivesse presente na sociedade de destino – para acreditar que existia remédio para sua triste condição.

Faz-se necessário lembrar aqui, que vimos na parte I que apesar de o escravismo brasileiro e central africano terem sido diferentes, havia neles algumas semelhanças: como a hierarquia na relação senhor-escravo e a política de premiar mancípios por bons serviços prestados.

Voltando a Laraia, a morte através do suicídio ou decorrente de males psicossomáticos apresentar-se-iam quando a apatia, ou seja, a *falta de energia*⁵⁰⁸ para a vida vigorasse no escravo. Certamente não eram escravos sem energia que os senhores queriam para fazer os serviços desta ou daquela unidade produtiva. Somente escravos com dose cavalari de apatia sucumbiriam nas esquinas da escravidão, ou dela tentariam afastar-se de forma violenta atentando não necessariamente apenas contra si próprio. O que poderia fazer as coisas mudarem de figura? Pensemos a vida social nesta coletividade escravista através da inserção em redes de proteção. Camilo Caetano dos Reis estava inserido em algumas delas.

Este senhor era casado, tinha sete filhos e vários outros dependentes, entre eles escravos e funcionários de um bar e padarias. Um de seus filhos encontrava-se, no ano de 1817, casado e estabelecido “na Corte de Lisboa”. Camilo possuía uma vasta cadeia de entregadores conectados a sua padaria a lhe conceder crédito, um deles fazia entregas de carvão e farinha, muitas vezes fiado. Camilo Caetano estava protegido por diversas relações sociais, suas conexões e a manutenção delas geravam acesso a prestígio, produção, poder, esperança e bens materiais. Cabe afirmar que esta escala relacional era variável e nada era dado para sempre, ou seja, não

⁵⁰⁵ LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1986. p.75. Grifo meu.

⁵⁰⁶ Idem, p.77.

⁵⁰⁷ Acredito que o suicídio foi situação limite, certamente que este ato foi cometido proporcionalmente por pouquíssimos escravos.

havia estabilidade vitalícia, eram as ações cotidianas de Camilo Caetano que o protegia através das relações sociais que mantinha. Nelas, ele tinha benefícios, mas também obrigações.⁵⁰⁹

O motivo de o encontrarmos neste grau de proteção ao fim da sua vida são vários: seu inventário é uma fotografia precisa de seus últimos anos de vida e nos permite apontar que durante vários anos jogou com os valores sociais esperados pelos outros, foi isso que o fez ocupar tal posição. Camilo Caetano soube jogar com sua posição social numa sociedade com traços estamentais⁵¹⁰ e dentro dela soube agir de acordo com o status de cada ator social de sua rede. Por isso podia contar com uma gama imensa de colaboradores de qualidades superiores, iguais ou inferiores a sua: fornecedores, familiares, inquilinos, agregados, empregados e escravos.

Do seu inventário podemos atribuir três momentos sintomáticos onde refinou estratégias que serviram de cimento para relações sociais e acesso a prestígio social, são elas: o casamento com Emerenciana Rosa da Conceição, o fato de ser pessoa de “honra e verdade” por pagar suas dívidas com correção, sendo por isso reconhecido pelo negociante Joaquim Alvez de Araújo e a alforria concedida a preta Chatarina Conga.⁵¹¹

Frutos de sua relação com Emerenciana, seus filhos trabalhavam com ele na padaria em atividades de extrema confiança, como fechar o balanço, pagar empregados, alugar escravos etc. Sua mulher – com a ajuda dos filhos – assumiu a gerência das atividades comerciais após sua morte em 1814 e era sua inventariante. Seu filho casado em Lisboa abria ou garantia relações de prestígio e alianças sociais para além do Atlântico. Seus escravos, alforriados antes e depois de sua morte lhes prestaram serviços obedientes e produtivos durante anos e continuavam prestando vassalagem para com seus herdeiros. Tinha crédito perante os comerciantes locais, peças fundamentais para o funcionamento de sua padaria, e o faziam porque sabiam que ele – ou postumamente sua família – arcaria com as dívidas. Usava, assim, seu status de marido, pai, senhor, comerciante rico e patrão com sucesso diante dos dependentes de sua extensa rede.

Em suma, este homem estava protegido pois um conjunto vastíssimo de relações sociais assegurava a esperança de dias melhores, de uma boa vida. Bem diferente era a vida de pessoas menos abastadas: como isto se apresenta para um escravo?

Vejamos uma situação onde um cativo estava vivendo uma realidade completamente distinta da de Camilo Caetano.

Antônio Congo nasceu na África por volta de 1799, alguns anos mais tarde, provavelmente como prisioneiro de guerra, foi viver cativo na sua diáspora. No momento de sua venda no Brasil, a escravidão se apresentara na vida de Antônio com toda sua força. O congolês perdera todas as suas relações sociais anteriores. Pai, mãe, tios, amigos, tudo ficava para trás. Sacramentava-se neste momento sua “morte social”, gravado no seu novo nome português e cristão: Antônio. O tumbeiro que foi obrigado a entrar zarpor para o Brasil, mais precisamente aportou no porto do Rio de Janeiro em 1814. Exposto no mercado de escravos como uma peça foi comprado por Joana Rosa Balduina Ferreira e levado para a Rua da Cadeia nº 24, vizinha de Camilo Caetano, que morava na mesma rua na casa de nº 3.

O primeiro dado que chama atenção é a diferença entre o arraigamento de Camilo Caetano e o desarraigo de Antônio Congo. É curioso que os dois agentes sociais que estamos comparando não apenas moravam na mesma cidade, mas na mesma rua. Só não se conheceram porque Camilo faleceu em junho e o

⁵⁰⁸ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa*. 6ed. rev. atualiz. – Curitiba, Posigraf, 2004. p.129.

⁵⁰⁹ Inventário post-mortem, ANRJ, 1817, Camilo Caetano dos Reis. Todas as informações referente a família Reis provém deste inventário.

⁵¹⁰ MARAVALL, José Antonio. *Poder, honor e elites en siglo XVII*. Madri: Siglo XXI, 1989.

⁵¹¹ Idem, *ibidem*.

tumbeiro que trouxe Antônio aportou em outubro. Na verdade, Antônio não ficou muito tempo ali, no auge de seus 15 anos de idade fugiu da casa de sua recente senhora. No anúncio publicado na Gazeta do Rio de Janeiro, dia 2 de novembro de 1814, Rosa prometia pagar “competentes alvícaras” a quem entregasse seu escravo, evadido desde o dia 10 de outubro e que havia “chegado a esta cidade na última embarcação que veio de África”.⁵¹²

Podemos arriscar que a inexistência de relações sociais que protegessem Antônio e o medo do desconhecido foram os motivos principais que o fizeram romper uma relação não escolhida por ele, e que ele não queria, a que obrigatoriamente teria a partir de então com Joana Rosa. Do caso percebe-se que por discordar de algo, escravos poderiam dizer **não**, pois era exatamente isso que Antonio dizia a Joana Rosa, e quando a senhora resolveu dispor de “competentes alvícaras” para ter de volta seu cativo podemos compreender como surgia a primeira tensão no cativo. Os escravos eram uma mercadoria curiosa: sentiam. Guardemos esta explicação para mais tarde, mas apontemos que a **esperança** teve um grande impacto na escolha de Antônio: Fugir ou ficar? Eis a questão.

Podemos trazer Mahommah Gardo Baquaqua para esta linha de análise, pois sua biografia nos permite notar como agiam as relações sociais no sentido de proteção e o que podia apaziguar os ânimos quando esta faltava. Para conhecê-lo melhor, vamos à África central por volta de 1835, lá:

“(…) Os escravos são apanhados no interior e levados à costa onde são trocados por rum ou fumo e outras mercadorias. Este sistema causa muito derramamento de sangue e leva à miséria. Mahommah uma vez foi feito prisioneiro e vendido, mas foi resgatado (...)”⁵¹³

A história que se sucedeu nos permite compreender como africanos ou crioulos recém-chegados em locais onde fossem “estrangeiros”, encaravam a “morte social” causada pelo estado de escravização.

Na África, esta situação marcava profundamente o ser escravo quando de seu aprisionamento, mas não era definitiva, passando a sê-la somente quando a família do recém-cativo perdia todas as oportunidades de resgatar seu parente. Por conhecermos a vida de Baquaqua e sua trajetória anterior e após a escravização, podemos fazer comparações em relação à sua situação relacional antes e depois dela e reunirmos dados para entender a ressocialização como um jogo político que ocorria numa sociedade escravista. O que se busca neste caso é problematizar a morte social, sem negá-la, mas observar na trajetória deste africano qual era o valor que o incentivava a negociação na vida em cativo.

Como estamos na África, vamos para a região centro-ocidental, cidade de Djugu, segundo quartel do século XIX, foi lá que Baquaqua nasceu por volta de 1824.⁵¹⁴ Temos notícia de que além de pai e mãe vivos, Baquaqua tinha um irmão e três irmãs. Tinha também um tio que era ferreiro do Rei, chegou inclusive a morar com ele e aprender alguns segredos do ofício. O tio de Baquaqua era também comerciante, e por isso viajava para Sal-gar, onde tinha uma propriedade que devia servir de repouso, num lugar que contava com um animado comércio de ouro, prata, latão e ferro. Os dois primeiros serviam para fazer pulseiras, brincos e anéis – ornamentos muito apreciados em diversas regiões da África⁵¹⁵ que podiam denotar prestígio, ascensão social,

⁵¹² Gazeta do Rio de Janeiro, dia 2 de novembro de 1814. Nº.88.

⁵¹³ BAQUAQUA, Mahommah Gardo. *Biografia e narrativa do escravo afro-brasileiro*; Brasília, 1997. p.55.

⁵¹⁴ Todos os eventos narrados a seguir ocorreram entre 1824 e 1845. A primeira data, ainda que não precisamente confirmada, é a do nascimento de Baquaqua, a segunda, de sua chegada em Pernambuco como escravo.

⁵¹⁵ Idem, pp.57-60.

além de práticas mágicas.⁵¹⁶ Foi numa dessas viagens que o tio de Baquaqua morreu, deixando a casa de Sal-gar para sua mãe. Mas a morte de seu tio não terminou com a possibilidade da família conviver com o Rei. O irmão de nossa personagem era uma espécie de adivinho e era consultado pelo Rei em tempo de guerra. A importância do irmão de Baquaqua era central, tendo sua função como oráculo o poder de alterar a escolha do Rei em fazer a paz ou a guerra.⁵¹⁷ Pode-se imaginar o prestígio que a família tinha na comunidade diante desta relação próxima ao agente social mais importante de Djugu.

Neste tempo ocorria uma guerra em Daboya⁵¹⁸, que ficava a uma distância de 17 dias a pé de Djugu, Baquaqua narra de forma vivaz os eventos. Conta que com falta de comida no front, se juntou ao irmão, soldados e ao Rei. Carregou, junto a outros, por mais de duas semanas “sacos de milho nas cabeças” para socorrer o grupo com mantimentos. Logo depois da chegada de Baquaqua os confrontos estouraram, mas os inimigos “usaram armas de fogo naquela ocasião, muito mais que arco e flecha”. A surpresa não atingiu apenas Baquaqua: “a guerra ficou quente demais para o rei, quando ele, junto com seu conselheiro, fugiu para salvar a vida.”⁵¹⁹

“Meus companheiros e eu corremos para o rio, mas não pudemos cruzar. Ficamos escondidos no capim alto, mas veio o inimigo e nos encontrou, fizeram-nos todos prisioneiros. Fui amarrado muito apertadamente, puseram-me uma corda no pescoço e levaram-me como eles. Viajamos pelo mato e chegamos a um lugar do qual nunca me esquecerei, cheio de mosquitos! Mas eram mosquitos de verdade, nada de moscas pequenas, mosquitinhos e tais (...) esses eram grandes bichos famintos (...)

Enquanto viajamos pelo mato, encontramos o meu irmão, mas nenhum de nós falou, nenhum pareceu conhecer o outro, ele desviou-se de mim sem despertar suspeitas. E então ele foi para algum lugar e trouxe alguém para comprar-me. Se tivessem sabido quem era eu, teriam insistido num preço muito alto pelo meu resgate, mas foi só uma soma pequena para me libertar. (...)⁵²⁰

As relações sociais de Mahommah Gardo Baquaqua na África quando tinha *18 anos de idade*⁵²¹ estabeleciam proteção para ele. Familiares, amigos e até o rei entravam no grupo de pessoas com quem ele podia contar. O resgate de Baquaqua é sintomático dessa proteção. Seu irmão, importante conselheiro do Rei, fugiu com sua majestade quando a “guerra ficou quente”, mas voltou. Sabendo da derrota e do destino que tomaria seu irmão, deve ter pedido ao Rei para voltar e procurar pelo parente, no que foi atendido. Em seguida se embrenhou mato adentro a procura de Mahommah. Ao encontrá-lo, um terceiro personagem aparece na narrativa: “alguém para comprar-me” entrou no jogo de estratégias de Baquaqua e seu irmão na tentativa de não valorizar seu preço, o que denota uma aliança social através de amizades fora do parentesco consanguíneo. A

⁵¹⁶ PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na Colônia. Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2001. FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás Pretas: Damas Mercadoras: As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. Tese apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Concurso para Professor Titular em História do Brasil. Niterói, 2004.

⁵¹⁷ BAQUAQUA, 1997, op.cit. p.62.

⁵¹⁸ Pelos eventos narrados por Baquaqua esta guerra ocorreu no início da década de 1840.

⁵¹⁹ Idem, p.64.

⁵²⁰ Idem, pp.64-65.

⁵²¹ Não se sabe ao certo a idade de Baquaqua, mas sabe-se que ele nasceu por volta de 1824, adotando este ano como de seu nascimento ele teria 21 anos quando chegou ao Brasil. Calculo – com risco de errar – que ele tinha 18 anos neste momento, pois só cairia definitivamente na rota do tráfico alguns anos depois.

questão do aumento do preço é importantíssima, pois demonstra o valor da proximidade das relações sociais existentes. Foram elas – com um toque de inteligência – que protegeram e resgataram Baquaqua.

Sorte diferente teve Gardo Baquaqua quando de sua segunda escravização. Vamos à história: resgate feito, Baquaqua, irmão e amigo regressaram a Djugu. Lá, nossa personagem teve o reconhecimento pelos serviços prestados, afinal de contas não era qualquer um e fazer um serviço pesado e tão importante naquele momento – carregar comida na cabeça por 17 dias para alimentar Sua majestade e a tropa –, o tornava digno de receber privilégios. Seu irmão também deve ter ajudado, aproveitando-se de sua proximidade para lembrar ao Rei dos serviços prestados por Baquaqua. Daí, Mahommah foi nomeado *che-re-coo*, foi morar com o Rei e tornou-se uma espécie de seu guarda-costas: “era o terceiro abaixo do rei”. Acima dele somente o *Ma-ga-zee* e o *Wa-roo*. A partir deste momento, sua elevada posição social subiu à cabeça, Baquaqua nos conta que se tornou excessivamente mau.⁵²² Motivo de inveja e vingança, Baquaqua foi enganado e vendido como escravo:

“(…) Ia um dia à cidade para ver minha mãe quando fui seguido por música (o tambor) e chamado pelo nome. O tambor marcava o ritmo de uma canção que parecia ser composta em minha honra. A causa, pensava eu, seria minha elevada posição junto ao rei. Isso me agradou muito, e senti-me lisonjeado; e fiquei muito liberal, dei dinheiro e vinho à gente, eles cantando e gesticulando o tempo todo. Quase a uma milha antes da casa de minha mãe, serviram-me uma bebida forte chamada *bah-gee*, feita do milho *harnee*. Nesse ponto reparei que eu tinha bebido muito da *bah-gee*. Bastante bêbado, persuadiram-me a ir com eles para *Zar-ach-o*, mais ou menos a uma milha de Zoogoo, para visitar um estranho rei que eu nunca tinha visto.

Ao chegarmos lá, o rei fez muito caso de nós, preparou uma grande festa e deu-me muita bebida, e todos pareciam beber despreocupadamente.

Quando me levantei ao amanhecer, era prisioneiro e todos os meus companheiros desaparecidos. Horror! Então descobri que tinha sido traído pelas mãos dos meus inimigos e vendido como escravo. Jamais esqueço dos meus sentimentos naquele momento; lembranças de minha pobre mãe me atormentaram muito, e a perda da minha liberdade e da honrosa posição junto ao rei afligiram-me muitíssimo. (...)”⁵²³

Ao ser preso Baquaqua marchava acorrentado junto a outros em direção à costa. Passando por um povoado chamado Ar-u-zo “que era um povoado grande”, o africano avistou amigos, o próprio relata:

“Ali encontrei alguns amigos que sentiram muito por minha situação, mas que não tinham condições de me ajudar. Só ficamos lá uma noite, pois meu dono queria apressar-nos, por eu ter dito a ele que eu iria fugir e ir para a casa. Ele então me levou a um lugar chamado *Chir-a-chur-i*, onde também eu tinha amigos, mas não pude vê-los, pois era vigiado de perto, e ele sempre parava em locais preparados para guardar escravos em segurança. Havia buracos nas paredes em que colocavam nossos pés (...)”⁵²⁴

Após caminhar meses após meses a fio cruzando rios, matos, cidades e ser vendido sucessivamente, finalmente chegou a costa, foi alimentado, certamente medicado, ganhou peso e recuperou saúde para adentrar o navio negreiro. Ao desembarcar em Pernambuco em 1845 estava despersonalizado e dessocializado, ou seja, não tinha mais família, nem amigos, uma vez que havia sido retirado de sua sociedade.

⁵²² Idem, pp.65-67.

⁵²³ Idem. pp.71-72.

⁵²⁴ Idem, p. 73.

Quanto contava com *21 anos de idade*, Baquaqua era um dos escravos recém-chegados que vivia no Brasil. Ele se encontrava desprotegido de qualquer relação social, portanto, dessocializado. Mesmo após ser aprisionado, ao passar por Ar-u-zo e Chir-a-chur-i, ele ainda tinha amigos em quem confiar, eles só não intercederam por ele, pois estavam impedidos pela vigilância e organização existente no tráfico de escravos dentro do continente africano, como contou o recém-escravizado. Em Pernambuco, no ano de 1845, a vida de Baquaqua aproximava-se da de Antonio Congo. No entanto, eles tiveram vidas distintas, um fugiu logo-logo, o outro permaneceu ao lado do senhor por mais tempo.

O que pode ter feito Baquaqua não fugir? A esperança!

Exposto como coisa, uma “peça” no mercado, Baquaqua conhecia muito bem qual era sua situação: “Só sabia que era escravo, encadeado pelo pescoço, e que tinha de submeter-me imediatamente e de boa vontade, acontecesse o que acontecesse.”⁵²⁵ Comprado por um padeiro português “dei a entender que eu faria tudo que ele precisasse”.⁵²⁶ Escravo recém-chegado, fazia o pior serviço em relação ao que faziam os outros mancípios deste senhor. Baquaqua deve ter lembrado da dureza de carregar milho na cabeça por 17 dias, e talvez ter pensado na recompensa que teve ao ser designado homem de confiança do Rei de Djugu. No Brasil, ao invés de milho, foi posto a carregar pedra, já que seu senhor estava construindo uma casa.

Baquaqua percebeu que havia dentro do sistema escravista, diferentes formas de ser escravo. Sem ter com quem contar, posto que completamente dessocializado, depositava sua esperança na única pessoa que tinha poder para lhe conceder oportunidades de uma vida melhor: seu senhor. Foi justamente por isso que Baquaqua preocupou-se em aprender rapidamente o idioma do senhor e a “contar até cem”⁵²⁷. Inicialmente sua estratégia teve sucesso, após carregar pedra, passou a carregar pão. Tornou-se escravo de ganho nas ruas de Pernambuco. Algo o fez agir de forma diferente da de Antonio Congo, enquanto este resolveu fugir, aquele passou a ser produtivo e obediente:

“Meus companheiros na escravidão não eram tão confiáveis quanto eu, sendo dados à bebida, assim não eram tão rentáveis ao meu senhor. Aproveitei-me disso para elevar-me na estima dele, por ser bem atento e obediente.”⁵²⁸

A mudança de um serviço pesado para um melhor deu a Baquaqua a esperança de que naquela relação era possível – caso cumprisse com suas tarefas – ter uma vida melhor, daí optar por não fugir naquele momento, ao contrário ser “bem atento e obediente”.

Comparando como se iniciou a vida em cativeiro no Brasil para esses dois africanos que tomaram opções iniciais tão diferentes, podemos afirmar que a esperança era um valor central no cativeiro. Como afirma Laraia, as “curas ocorrem quando existe fé do doente na eficácia do remédio ou no poder dos agentes culturais.”⁵²⁹ Ou seja, a viabilidade do trabalho escravo só era possível quando o senhor produzia o “remédio” que fizesse com que o “doente” acreditasse na “cura” de seus tormentos. Logicamente que utilizamos remédio, doença e cura de forma metafórica. Trocando em miúdos: a busca de se afastar de ser um escravo-mercadoria para se tornar um escravo-menos mercadoria era a primeira dose concreta de esperança no cativeiro. Sem essa condição móvel, o sistema escravista seria inviável.

⁵²⁵ É o que Baquaqua diz quando é aprisionado na África. Idem. p.83.

⁵²⁶ Idem, p.89.

⁵²⁷ Idem, p.90.

⁵²⁸ Idem, ibidem.

⁵²⁹ Laraia, 1986. op. cit. p.77.

Para compreender melhor a produção deste “remédio” separemos castigos e prêmios e refinemos a noção de autonomia escrava.

Autonomia escrava: o acesso dos escravos a recursos materiais e simbólicos que promoviam hierarquia dentro da senzala.

Autonomia escrava é um conceito bem visitado pela historiografia, o que não quer dizer que ele esteja esgotado. Está longe disso, e ousaria afirmar que além de não esgotado ele foi desviado de sua função central no sistema escravista. No Brasil, Caribe e Estados Unidos, serviu a diversos historiadores e sociólogos para que se pensasse não a escravidão, mas principalmente a liberdade, onde o objetivo dos trabalhos era notar qual a herança social, econômica e cultural que os não-brancos carregaram para a liberdade.⁵³⁰

O que teria provocado este desvio foi o impacto das discussões anteriores. No final do século XVIII e avançar do XIX – localizados na Europa, mas posteriormente nas colônias recém-independentes – burocratas, letrados e cientistas servindo ao Estado e, como acreditavam a civilização, imputaram a idéia de raças, tendo, em certos estudos, cada uma delas graus distintos de capacidades intelectuais, moralidades e propensões ao crime.⁵³¹ O grande impacto destas noções adentrou o século XX, por isso, sociólogos e historiadores tiveram que incorporar em seus estudos tal discussão⁵³², até mesmo para superá-la.⁵³³

Os trabalhos que discutiram a autonomia escrava no campo específico da relação senhor-escravo, chamaram atenção para a existência de um agente social que, mesmo na condição de cativo, teria sido capaz de transformar a realidade histórica em que vivia. Consagrou-se assim uma visão integracionista do sistema escravista onde os mancipios buscariam forçar espaços de autonomia dentro do sistema, moldando-o, ou para utilizar uma expressão Freyreana, “amolecendo-o”, na busca por melhoria de vida econômica, social e cultural. Resultado importante, mas ainda assim avançou-se infimamente nesta discussão.

Maria Helena Machado, em artigo publicado no fim da década de 1980, sintetizava o caminho da autonomia escrava na historiografia naquele momento, e apontava que era preciso:

“(…) esclarecer [sobre] as atividades econômicas informais de escravos não apenas no âmbito da organização interna entre cativos mas também, é preciso deslindar o processo econômico e social que permitiu a sua absorção pelo sistema escravista em funcionamento.”⁵³⁴

⁵³⁰ FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classe*. São Paulo, Ática, 1978; MINTZ, Sidney. *Slavery and the Rise of the Peasantry*. Historical Reflections, Toronto, 6, nº1, 1979. pp.213-242; MORENO FRAGINALS, M. *El ingenio: El complejo económico social cubano del azúcar*, (1760-1860), Havana, Editorial de Ciencias Sociales. 1978.

⁵³¹ Ver a este respeito a análise de: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

⁵³² Um belo exemplo é o caso da Jamaica. Thomas Holt demonstra o impacto destas visões calcadas na idéia de raças nas discussões do parlamento inglês e esferas administrativas jamaicanas no período 1832-1938. HOLT, Thomas C. *The problem of freedom: race, labor, and politics in Jamaica and Britain, 1832-1938*. The Johns Hopkins University Press, Baltimore and London, 1992.

⁵³³ No Brasil, um dos intelectuais precursores que chamava atenção para a contribuição negra em nossa formação social foi Gilberto Freyre: FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 43ª edição, Rio de Janeiro, Record, 2001.

⁵³⁴ MACHADO, Maria Helena P.T. *Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a História Social da Escravidão*. in *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 8(16), mar.88/ago.88. pp.143-160.

Acredito que o texto de Ciro Cardoso sobre a “brecha camponesa”, inclusive anterior ao de Machado, e a posterior revisão deste por Robert Slenes⁵³⁵ responde por estas questões. A economia própria dos escravos se enquadrava na própria dominação escravista e era útil aos senhores porque amainava as chances de fuga de escravos, apaziguava as paixões da senzala, diminuía o custo de alimentação dos cativos etc., por isso foi absorvida pelo sistema.

A questão que precisa ser colocada referente à autonomia agora é outra, atenta não apenas ao *processo econômico e social que permitiu a sua absorção pelo sistema escravista*, mas também, e principalmente, ao político, pois uma análise sobre as relações sociais deslindará os constrangimentos e incentivos que senhores e escravos experimentaram na relação, abrindo espaço para entendermos melhor as estratégias de ambos os lados.

Ressalto que faço uma separação entre autonomia escrava e liberdade de movimentação ou mobilidade física. Diversos autores optam ou optaram por utilizar a autonomia dos escravos como sinônimo de liberdade de movimentação.

De acordo com Marcus Carvalho, a situação ocupacional dos escravos propiciava autonomia aos mesmos: “(...) A chave dessa **autonomia** talvez estivesse na versatilidade profissional do fugitivo: ‘serrador, carreiro e taxeiro.’”⁵³⁶

Para Roberto Guedes Ferreira:

“(...) a necessidade do movimento constante para a realização das atividades propiciava uma **autonomia** mais ampla a escravos urbanos, independentemente do tamanho da escravaria da qual faziam parte.”⁵³⁷

Destaque-se uma diferença de visão entre o que Carvalho e Ferreira chamam de autonomia e a forma como tratamos a autonomia neste trabalho. Não negamos que a liberdade de movimentação pelo trabalho que executa, de um carreiro, ou um carregador que perambulava pelas ruas atrás de serviços diversos e de outro exclusivo de seu senhor sapateiro que o seguia dia e noite nas visitas às casas de clientes, carregando a maleta que guardava os objetos de seu trabalho, eram diferentes. Certamente o primeiro teria mais liberdade de movimento, pois trabalhava sozinho, já o segundo tinha uma liberdade de movimento muito menor, pois estava sob constante vigilância de seu senhor. O que deve ficar bem claro neste caso é a diferença entre mobilidade física e autonomia. A função ocupacional dos escravos e a liberdade de movimentação de alguns – como os escravos de ganho, por exemplo – não tem a ver com autonomia. Dito de outra forma, escravos dos quais seus proprietários recebiam o fruto de seu trabalho através da exploração do jornal, não tinham autonomia para trabalhar nas ruas, mas liberdade de movimento causada pela opção do senhor em explorar o trabalho de sua propriedade daquela maneira. A autonomia, neste caso ocorreu anteriormente, quando o senhor pode ter se utilizado politicamente de seu poder para colocar numa ocupação com maior liberdade de movimento, um escravo fiel, obediente e trabalhador.

⁵³⁵ CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, capitalismo e escravidão*. Petrópolis, Vozes, 1979. Ver especialmente – “*A brecha Camponesa no sistema escravista*”. pp. 133-154. SLENES, Robert. Na Senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999. pp.197-199.

⁵³⁶ CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: Rotinas e rupturas do Escravismo*. Recife, 1822-1850. Ed. da Universidade Federal de Pernambuco, 1998. P.277.

⁵³⁷ FERREIRA, Roberto Guedes. *Autonomia escrava e (des)governo senhorial na cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX*. in: FLORENTINO, Manolo. (org.) *Tráfico, cativo e Liberdade*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2005. pp.228-283. pp.244-245. Grifo meu.

Entendemos a autonomia escrava como uma instituição, não como algo dado através de uma ocupação. A autonomia era o resultado de um processo de negociação entre proprietários e cativos. No dia-a-dia, o senhor procurava manter seu domínio sobre os escravos, e para tanto, era tão importante castigar os desobedientes quanto ressaltar os ganhos dos obedientes. A autonomia era uma ação política na forma de um prêmio que o senhor utilizava com o intuito de manter o escravo fiel, trabalhador e obediente. Esta ação política podia ser uma simples liberação do senhor para o escravo ter um ínfimo espaço de lazer, como uma autorização para o mancipio após ter executado seu serviço do dia, visitar um parente próximo, ou a promoção de um escravo a um serviço entendido como menos penoso onde teria maior espaço de mobilidade física, acesso a dinheiro e possibilidade de pecúlio. Podia ser ainda uma autorização para o escravo se mudar da senzala coletiva para uma em separado, ter acesso a família escrava, manter *sua produção* particular de alimentos e poder vendê-la no mercado, etc.

Na verdade pode-se dizer que a autonomia era algo construído pelos dois agentes sociais, que visava, utilizando-se um termo de Antonil, “aliviar” os escravos de seu cativo através de uma concessão que o tornava um escravo com mais recursos que outro, e, garantia o poder, o domínio e a produção nos moldes do desejo do senhor.

O entendimento da autonomia como instituição reúne em seu campo os recursos que os senhores disponibilizavam politicamente para os escravos como meio de estratégia de domínio. Já para os escravos significava a conquista de bens materiais ou simbólicos que o afastavam da condição primária de mercadoria.

O que um senhor espera do escravo? A resposta pode variar, mas alguns fatores deviam ser importantes para um conjunto maior de senhores, como deferência a seu poder, trabalho morigerado e fidelidade. Para que trabalho, obediência e fidelidade atingissem os níveis esperados pelos senhores, os escravos teriam que ser obedientes e produtivos. Em suma, a autonomia escrava tinha um papel no sistema que não tinha nada a ver com característica dos escravos seja de natureza étnica ou ocupacional. O que se procura enfatizar é que um escravo “do serviço de roça” numa *plantation* poderia ter mais autonomia que um escravo de ganho na cidade, pois o senhor agrário poderia entender que seu trabalho era tão produtivo que merecia ser recompensado, daí a concessão da autonomia. Na urbe, um escravo de ganho improdutivo poderia não ter autonomia nenhuma, caso seu senhor, insatisfeito com seu trabalho, o resolvesse punir com maior vigilância, rigidez e ergástulo após o horário de serviço. Relembro o caso da escrava na cidade do Rio de Janeiro em 1828 que “andava vendendo fazenda, e por já ter fugido uma vez” o fazia com “um gancho de ferro ao pescoço”.⁵³⁸

A autonomia escrava possuía função diferente do castigo, esta função estava ligada não à punição, mas aparecia como uma concessão senhorial ao escravo que tivesse sucesso em praticar o papel social que seu senhor dele esperava. Uma vez tendo sucesso em alcançar as expectativas senhoriais, escravos seriam recompensados galgando degraus para cima na hierarquia intra-senzala. Esta recompensa poderia alcançar o valor da autonomia, o alívio do cativo, além de ao mesmo tempo distanciar o escravo de castigo e sanções senhoriais. Não existiam fidelidade e obediência cegas, o que existia era uma estratégia de dominação sobre escravos de um lado, e uma estratégia de sobrevivência e acesso a recursos do outro. Esta negociação estava inserida na estrutura social mais ampla e pode ser analisada sob o paradigma da desigualdade.

Partindo destas premissas, pretendemos demonstrar como se davam as estratégias senhoriais para o governo dos escravos, e as estratégias dos mancipios para conquistar melhoria nas condições de vida. Para abordar nosso objeto de estudo – a relação senhor-escravo – será necessário discutir em que campo entrava as

⁵³⁸ Jornal do Commercio, n° 291, Quinta-feira, 25.09.1828, p. 3.

concessões senhoriais, qual era o papel do castigo, e, como estas questões eram vistas por dominadores e dominados.

Campos da Violência foi um dos trabalhos pioneiros a discutir qual era realmente o local da punição através da violência na escravidão. Silvia Lara buscava mais que definir, descrever e estudar a violência através de sevícias, ou de alterar se a escravidão foi suave ou cruel, procurava penetrar nos “mecanismos que lhe deram origem, questionar suas limitações e justificativas e, especialmente, recuperar o modo como senhores e escravos viviam e percebiam sua prática”.⁵³⁹ A violência do senhor contra o escravo, executada através do castigo físico foi observada por Lara segundo a sua função social, não se tratava “de qualquer castigo, mas sim de um castigo físico moderado, medido, justo, corretivo, educativo e exemplar.”⁵⁴⁰

Em seu texto, o que a autora chama de “governo econômico dos senhores” era a execução de uma tríade que buscava manter a produção em níveis satisfatórios, não deixar o município morrer de fome e, a utilização de um castigo pedagógico, já que excessos só causariam infortúnios: morte dos escravos e reações por meio de fugas e outros crimes. O que o senhor buscava, era então um equilíbrio entre produção lucrativa, sobrevivência do escravo e continuidade do domínio.⁵⁴¹ Nesta passagem, Lara abre caminho para apontar para o poder moral dos senhores, e inclui no governo dos escravos a política de concessões que prevê que apenas o castigo não daria conta do domínio, para tanto deveria haver um equilíbrio entre o castigo e o prêmio:

“A pedagogia do castigo e do prêmio, da produção do amor e do medo, devia aliar-se a um equilíbrio no exercício do poder senhorial tanto no interior da relação senhor-escravo quanto na relação entre senhores. (...)

(...) A reunião do amor e do medo, do cuidado e do castigo, da mercê e do rigor só era possível nas mãos senhoriais, de cima para baixo, na direção da eficácia da dominação escravista. (...)”⁵⁴²

Neste caso, há de se reconhecer o mérito de Silvia Lara em chamar atenção para uma reunião de fatores sendo colocada em prática para o exercício do domínio de senhores sobre escravos. Mas duas décadas após sua publicação, algumas idéias levantadas em *Campos da violência* merecem ser refinadas. O problema principal está em aceitar, dada a forma como ocorria a dominação escravista – relação de poder –, que tudo isso “só era possível nas mãos senhoriais, de cima para baixo”. Como veremos, os escravos conseguiam interferir na política de distribuição de prêmios e castigos, às vezes reclamando merecimento, outras cobrando excessos. Ademais, se é certo apontar para a pedagogia do prêmio agindo ao mesmo tempo em que a do castigo, perde-se o foco ao colocá-los na mesma família das doações senhoriais. Metodologicamente, o diálogo com as fontes analisadas nos levou a separar as duas vias (prêmio e castigo), nos permitindo ter uma interpretação própria, quiçá inovadora das relações escravistas. Antes disso, teremos que desconstruir esta idéia de analisá-las conjuntamente.

No texto de Lara, isto decorre de uma estratégia de análise. Na primeira parte do livro, a preocupação da autora é demonstrar como os senhores entendem o cativo e quais seriam as “regras” que governariam a relação senhor-escravo. Daí interpretar trechos específicos e escolhidos a dedo de pregações jesuíticas. Daí interpretar Antonil sob o ponto de vista de apenas um parágrafo, como na famosa parte do P.P.P.:

⁵³⁹ LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.21.

⁵⁴⁰ Idem. p.342.

⁵⁴¹ Idem.p.56.

⁵⁴² Idem. pp.121-122.

“No Brasil costumam dizer que para o escravo são necessários três P.P.P., a saber Pau, Pão e Pano. E posto que comecem mal, principiando pelo castigo que é o pau, contudo prouvera a Deus que tão abundante fosse o comer e o vestir como muitas vezes é o castigo dado por qualquer cousa pouco provada ou levantada, e com instrumentos de muito rigor, ainda quando os crimes são certos...”⁵⁴³

A interpretação de Hunold Lara sobre este trecho é: “*Era preciso vesti-los e alimentá-los para que continuassem a existir e, para que produzissem, era preciso castigá-los*”.⁵⁴⁴ Mas se voltarmos ao texto do padre citado – de onde partem as discussões iniciais de Silvia Lara sobre o “governo econômico dos senhores” –, veremos que havia em suas pregações setecentistas espaço para interpretar uma separação entre o local dos castigos e dos prêmios, coisa que Lara opta por não fazer.

Consultei uma edição de *Cultura e Opulência do Brasil*⁵⁴⁵ diferente da autora, mas logo adiante – no mesmo capítulo IX e apenas três parágrafos depois – Antonil deixa claro que a produção não estava apenas ligada ao castigo. Para o jesuíta, no tratamento dos escravos:

“Negar-lhes totalmente os seus folguedos, que são o único alívio do seu cativo, é querê-los desconsolados e melancólicos, de pouca vida e saúde. Portanto, não lhes estranhem os senhores o criarem seus reis, cantar e bailar por algumas horas honestamente em alguns dias do ano, e o alegrarem-se inocentemente à tarde depois de terem feito pela manhã suas festas (...)”⁵⁴⁶.

A formulação de Antonil previne que o senhor dê ao escravo “suficiente alimento, mezinhas na doença e modo com que decentemente se cubra e se vista”, moderação no serviço e “folguedos” onde poderão “cantar e bailar honestamente”, sendo este último, o “único alívio do seu cativo”.⁵⁴⁷

Há nesta passagem um descompasso entre a interpretação de Silvia Lara e a pregação do Padre André João Antonil. Se para o jesuíta, a concessão senhorial seria “aliviar” os escravos do cativo, para Lara toda ação senhorial era vista como concessão. Esta diferença de visão está relacionada, não só a estratégia hermenêutica de Lara, mas ao modelo de escravidão que estão comentando.

Na análise de João Antonil, o prêmio concedido pelo senhor é a concessão para que os escravos se aliviem do cativo, por isso, todas as outras doações – roupa, comida e descanso – fazem parte da obrigação do servo cristão. David Brion Davis define com precisão quem é este escravista sonhado por autoridades eclesiásticas católicas ou protestantes. Citando o discurso de inúmeros padres e pensadores ligados à igreja – dentre os quais Padre Antônio Vieira –, Davis nota através dos discursos que a experiência prática destes missionários nas colônias fazia de suas vidas uma tremenda ambigüidade. Não negavam a escravização, muitos chegavam a apoiar o tráfico de escravos e eram donos de mancípios, mas foram cruciais na proteção aos índios e posteriormente aos africanos ao fazer “sua cruzada por uma legislação protetora” e colocar em pauta obrigações senhoriais que segundo os olhos de Deus, deviam ser ofertadas aos escravos.⁵⁴⁸ É este o modelo que

⁵⁴³ Idem, p.46.

⁵⁴⁴ Idem, ibidem.

⁵⁴⁵ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3ª ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia: São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1982. Publicado originalmente em Lisboa, 1711. Na edição que manipulo o trecho citado por Lara está na página 91.

⁵⁴⁶ Idem, p.92.

⁵⁴⁷ Idem. p.90, 91 e 92.

⁵⁴⁸ Para uma discussão sobre o ideal do servo cristão ver: DAVIS, Brion David. *O Problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001. Parte II. Itens 5, 6 e 7. pp.149-253. pp.221-222.

faz Antonil pregar que comida, vestimenta e descanso são obrigações do senhor, senhor dos seus escravos, mas um servo de Deus, um servo cristão.

No entender de Silvia Lara:

“(…) a concepção da própria relação entre senhores e escravos, atravessada por uma noção de contrato, fazia-se a partir de cima. O alimento, o vestido, o cuidado nas doenças e até o castigo humano apareciam como doações, como concessões, em troca das quais o senhor esperava (e exigia) uma submissão amorosa e uma fidelidade que se traduziam em trabalho morigerado.”⁵⁴⁹

Ou seja, analisando a relação senhor-escravo “a partir de cima” na primeira parte do seu livro, Lara interpreta como os próprios senhores compreendiam aquela relação. Desta forma, o que a autora está afirmando é que, *a partir de cima*, o domínio do senhor sobre os escravos passava por uma relação social onde o primeiro, ao conceder regular alimentação, cuidados, castigo justo e premiação, exigia em troca “submissão amorosa” e “trabalho morigerado”. Esta visão simplifica demais o local do prêmio, da concessão de benefícios na relação cotidiana, uma vez que o atrela ao local do castigo. A própria fórmula de Antonil já prescrevia locais diferentes para a aplicação de prêmios e castigos. Segundo o padre, apenas comida e vestimentas não eram suficientes para os senhores possuírem escravos obedientes e trabalhadores, os cativos poderiam, mesmo assim, ficar “desconsolados e melancólicos”. Esta grave depressão geraria, certamente, improdutividade, dada a resultante “pouca vida e saúde” dos mancipios. Abre-se, com esta idéia, a possibilidade de maior produtividade caso os escravos possam “cantar e bailar”. Isso mesmo sob o ponto de vista dos dominadores.

Assim, ao tratar prêmios e castigos de forma apartada teremos mais subsídios para compreender como senhores e escravos compreendiam os incentivos e os constrangimentos postos a mesa naquela relação, e com isso aferir a influência da noção hierárquica vigente na relação entre os desiguais. Estamos falando de uma relação onde os dois atores sociais se posicionavam diante da ação do outro e devemos igualmente analisar esta relação sob o ponto de vista dos escravos. Todavia, não se pode exagerar, acreditando que os escravos pudessem cobrar “alívios do cativo” a qualquer momento. Apenas estudando a relação senhor-escravo, historicizando-a num longo processo de adequações, possibilidade de fracasso, conflitos e negociações é que poderemos apresentar de forma mais nítida nossa proposta, por hora registre-se que olharemos a partir de todos os lados e sentidos, inclusive, *a partir de baixo*.

Pontuemos que nossa visão faz uma separação sobre algo que alguns historiadores pensam permear o mesmo campo:

“(…) Given this interpretation, the relationship between slave and owner might be described as one of principal and agent. The owner, as principal, is trying to induce the slave, as agent, to act in the owner’s interest. Ronald Findlay, who was the first to approach slavery in this way formally, argued that it was in the owner’s interest to combine positive incentives with physical force or threats of force to increase his slaves’ effort. (…)”⁵⁵⁰

A proposta de Frank D. Lewis, tendo por base as idéias desenvolvidas por Ronald Findlay, assegura que para aumentar a produtividade dos seus escravos, os proprietários combinariam incentivos positivos com a ameaça ou a execução de castigos. O que percebemos através da leitura dos documentos históricos, onde em

⁵⁴⁹ LARA, 1988, op.cit. p.118.

⁵⁵⁰ LEWIS, Frank D. *The Transition from Slavery to Freedom through Manumission: A Life-Cycle Approach Applied to the United States and Guadeloupe*. In: *Slavery in the Development of the Americas*. Edited by David Eltis and others. Cambridge University Press. 2004. p.154.

momentos de tensão e acordo senhores e escravos comentavam sobre as noções que tinham sobre o trabalho, a premiação e a punição, é que ambos conheciam, produziam e reproduziam modelos hierárquicos. Ao estudar a criação e reprodução destes modelos, percebemos que havia distinções entre o papel e o local do castigo e dos prêmios, do castigo e dos “incentivos positivos”, ao contrário do que afirma Findlay e Lewis. O espaço do castigo estava no campo da correção, o dos prêmios, da autonomia, no campo do incentivo. Era ela que podia fazer – por meio da concessão de benefícios e recursos dos senhores para os escravos – as coisas mudarem de figura. Se tivesse que resumir em uma expressão o que acabamos de afirmar, diria que o castigo existia para corrigir os erros, e, a autonomia para aumentar – e conseqüentemente promover – a fidelidade, a obediência e o trabalho, ou seja, castigo para corrigir, autonomia para produzir.

Para a esperança⁵⁵¹ se tornar um valor real no cativo, a concessão de benefícios aos escravos através da autonomia teria que ser concreta e não se tornasse um engodo, algo inalcançável. A escravidão neste caso consistia numa morte social não-definitiva, no sentido em que se o escravo acreditasse que estaria realmente morto, dificilmente agiria conforme queria o senhor. Neste caso, era através da esperança que os senhores negociavam a retomada da pessoa do escravizado para ele próprio.

Teoricamente, o estado de mercadoria alienava completamente o escravo a sua morte social, uma vez que a possibilidade de venda – inerente ao estado de mercadoria dos escravos – fazia dos mancipios virtuais seres passíveis de deslocamento por meio de mudança do senhor, venda etc. Na teoria isso afastaria completamente o escravo da possibilidade de reconstruir sua vida, tal como escrevia Castro Alves: *aqui ou além nada o espera*. Na verdade, o que estamos afirmando é *aqui ou além* havia diversos degraus na escravidão, esses degraus só se formavam na medida em que os escravos de um mesmo senhor assumiam papéis diferentes (hierárquicos) e aceitassem, para moldá-las e submetê-las, as regras do senhor, repactuando os limites das normas de comportamento em busca de sobrevivência. Esta mobilidade alterava no tempo a condição dos escravos aproximando-os da retomada no tempo para si de sua própria pessoa, afastando-os da morte social. Neste ponto é fundamental compreender que o estado inicial de cativo gerava na condição o domínio de poucos recursos relacionais, políticos e econômicos. Esta condição se enquadrava muito bem no estado de subalterno numa sociedade escravista e hierarquizada. A relação que se estabelecia a partir daí seria reflexo dos constrangimentos e incentivos que os atores sociais em posição de mando e obediência negociariam.

A noção de submissão ganha novo sentido a partir destas noções, ela aparece como uma das estratégias levada a cabo pelos escravos, uma estratégia dos subalternos para melhorar sua condição a partir da conquista de recursos intra-cativo via concessão senhorial. Isto requeria, ao invés de entrar em conflito com membros posicionados em grupos de mando e domínio, negociar com eles, colaborar e cooperar.

Analisar a relação senhor-escravo a partir desta noção significa apontar para um cativo violento, tenso e cheio de grilhões – que tinham suas regras de execução, como vimos – mas com possibilidade real de ressocialização para os escravos. Mas para atingir tamanho sucesso, os subalternos teriam que se entender com a elite.

⁵⁵¹ Antes, faço uma pausa para lembrar que apesar de termos chegado a conclusão que a esperança era um dos valores centrais a ser circulado no cativo por vias próprias, já houve trabalhos que apontaram nesta direção, como o de Carlos Engemann (ENGEMANN, Carlos. *Da comunidade escrava e suas possibilidades, séculos XVII-XIX*. In FLORENTINO, Manolo. *Tráfico, Cativo e Liberdade. Rio de Janeiro, séculos XII-XIX*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 2005. pp. 169-206.). Cabe, entretanto dar um passo a frente, problematizando-a, ou seja, transformando-a em situações materiais e simbólicas mais concretas, buscando compreender como ocorria a retomada no tempo da própria vida pelos cativos. Uma conversa com as principais correntes teóricas de análise do escravismo faz-se necessário.

O que estamos afirmando é que a hierarquia já sensível numa sociedade baseada em privilégios e qualidades diferentes entre os membros da coletividade se tornava mais complexa com a escravidão, como se pode perceber no uso diferente que os senhores faziam dos escravos.

Voltando-nos com mais atenção para a tabela V.8 veremos como a escravidão ajudava a ampliar a hierarquia na sociedade escravista. Sabendo que os proprietários mais pobres da Corte reuniam em sua escravaria a maior parte proporcional de mulheres e somando a isso que estas alcançavam o preço mais baixo da cidade temos que senhores abastados e menos abastados utilizavam-se dos escravos de formas diferentes, uma vez que seus objetivos imediatos e de longo prazo eram díspares. Para os pequenos senhores “os poucos recursos disponíveis acabava por definir boa parte de suas escolhas”. Ou ainda “eles não tinham a maioria das mulheres escravas porque assim desejavam, ao mesmo tempo, seus escravos não alcançavam preços inferiores aos de outros senhores por que eles queriam. Possuir mais mulheres e escravos mais baratos era o preço que eles pagavam para manterem-se proprietários.”⁵⁵²

A título de conclusão destaca-se uma semelhança entre essas duas diversas paragens do Império português, qual seja: o peso da escravidão na hierarquização social. A própria forma como senhores e escravos se relacionavam era não só produto, mas reprodutor da hierarquia, dado o peso das relações sociais escravistas e da hierarquia seja no Rio, seja em São Tomé.

Uma questão fundamental do capítulo seguinte é discutir como o paradigma da desigualdade permanece constringendo e incentivando os atores sociais na América portuguesa na primeira metade do século XIX e a partir deste olhar discutir uma hierarquia no interior da escravidão, ou seja, entre os escravos.

⁵⁵² AMARAL, 2006, op.cit.

CAPÍTULO VI

NEGOCIAÇÃO, REBELDIA E SUBMISSÃO

NUMA SOCIEDADE ESCRAVISTA

A investigação basilar deste capítulo final busca entender a relação senhor-escravo enquanto uma relação tensa, caudatária de uma hierarquia adequada a uma sociedade que entendia o posicionamento dos grupos e atores sociais em corpos superiores e inferiores, mas que promovia uma hierarquia de traços estamentais *luso-africano-local* (na falta de uma melhor definição). Neste caso, a mobilidade tanto no interior dos grupos sociais, como além dos mesmos, era não só possível, mas praticada socialmente. Isto não quer dizer que tal mobilidade era aberta e fácil, mas que era possível e aceita, promovida tanto pela elite quanto pelos subalternos. A escravidão, assim, precisa ser tratada como uma relação específica, porém não pode ser dissociada de um comportamento social mais amplo, presente nas relações entre elite e subalternos.

Este capítulo busca responder algumas questões fundamentais, primeiro: quais eram os constrangimentos e incentivos a influenciar nas escolhas de senhores e escravos no período estudado? Depois: É

possível apontar para uma cultura política onde as escolhas dos atores sociais em diferentes paragens do Império português estiveram baseadas em comportamentos comuns?

Escravidão, subalternidade e negociação: a submissão como estratégia e a Hierarquia de degraus

Segundo Nuno Gonçalo Monteiro, o vocabulário rígido dos antigos regimes pode ser uma armadilha para o historiador, isso porque ele se caracterizava por dois “traços fundamentais” que o distinguem do utilizado hoje, quais sejam: definir o indivíduo pela função social que exercia e conceder-lhe privilégios de acordo com sua posição na sociedade.⁵⁵³ Assim, completa Monteiro,

“a persistência de uma classificação ‘oficial’ (...) não quer dizer que a mesma se libertasse de uma enorme ambivalência ou que não fosse passível das mais diversas apropriações. Dito por outras palavras: o facto de nos antigos regimes a sociedade ser representada, em primeiro lugar, como um conjunto de corpos, sancionados pelo direito, não nos garante que a sua estratificação social fosse imediatamente visível, nem nos assegura que existisse uma correspondência linear entre os corpos sociais definidos pelo direito e as hierarquias sociais (...)”⁵⁵⁴

Lembrar um episódio entre elite e subalternos exposto na parte I, capítulo 2, nos ajuda a compreender a questão. Para o Capitão-mor de Porto Feliz na primeira metade do século XIX, os *vadios* formavam a tripulação das expedições a Cuiabá colaborando com a economia local e, portanto deveriam ser respeitados, já segundo as ordenações filipinas deveriam ser presos e açoitados publicamente (Ordenações, livro V, Dos Vadios, Título LXVIII). Ou seja, função social e privilégios podiam ser interpretados de forma diversa entre os atores sociais no dia-a-dia e os códigos escritos a partir de cima. Em suma, como ensina Nuno Monteiro, o vocabulário rígido de Antigo Regime no campo do direito pode definir de forma equivocada os limites sociais apresentando os indivíduos e grupos sociais de forma rasteira.

Os escravos foram geralmente apresentados como completamente alienados ao senhor seja no *Code Noir*, em *Las siete partidas*, no *Código de Tortosa*, nas *Ordenações Manuelinas* ou no *Código de Justiniano*, apesar de ambigüidades.⁵⁵⁵ Semelhante ao que ocorria nas *Ordenações filipinas*.⁵⁵⁶ Para compreender de forma mais nítida esta diferença entre o praticado e o escrito e se aproximar num plano micro das diversas hierarquias que as leis não conseguem e não tinham a função de demonstrar nos apoieiros nos resultados do capítulo anterior onde vimos que a condição de escravo e seu papel social fomentava na ressocialização a diferença entre os cativos. Dando um passo a frente, problematizemos aqui a formação desta hierarquia, abordando o que chamamos de *uma hierarquia de degraus* no intuito de demarcar espaços diversos, hierárquicos intra-senzala. Para tanto é necessário compreender como senhores e escravos tendo papéis sociais, privilégios, honras e benefícios distintos⁵⁵⁷, produto e reproduzidor da hierarquia vigente, jogavam com suas estratégias para maximizar seus ganhos e minimizar as perdas em cada ação.

⁵⁵³ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Poder Senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia*: In: MATTOSO, José (Dir.) *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*. Quarto Volume. Coordenador: Prof. Doutor António Manuel Hespanha. Editorial Estampa, 1993. p. 297.

⁵⁵⁴ Idem, *ibidem*.

⁵⁵⁵ DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001. “A reação à escravidão no pensamento medieval e no início do pensamento moderno” pp. 111-143. pp.124-125

⁵⁵⁶ LARA, Sivia Hunold. (org.) *Ordenações filipinas – Livro V*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

⁵⁵⁷ Ver no Capítulo 1 nossa discussão com Bruce Cohen e no capítulo 2 com José Antônio Maravall.

Uma hierarquia de degraus

Toda hierarquia pressupõe pessoas/grupos dispostas em posições acima e abaixo, neste sentido a imagem de uma escada com seus degraus (uma hierarquia de degraus) pode parecer prosaico, uma vez que somente “hierarquia” daria conta de explicar as diferenças entre um determinado grupo de pessoas. Na verdade, buscamos com este conceito fundamentar o acesso a degraus diversos no cativeiro onde os escravos adquiriam recursos que os tornavam diferentes entre si e ainda que continuassem escravos passavam a viver com melhores recursos políticos, materiais e simbólicos que outros. A comparação entre a fuga e a alforria é um exercício inicial para esclarecer o que acabamos de afirmar.

A idéia aqui é discutir a diferença entre os escravos, em especial o potencial de desarraigo para o acesso a recursos ou a escolha pela rebeldia. Se tomarmos a fuga como um ato reivindicatório e a alforria como uma concessão e comparar os perfis dos dois cativos – o fujão e o manumisso num determinado tempo e lugar – teremos um resultado em mãos, o passo seguinte será explicá-lo.

Um primeiro contato com os anúncios de escravos em jornais do século XIX apresenta uma realidade que para a sociedade moderna beira o impressionante: pessoas eram vendidas⁵⁵⁸, leiloadas, alugadas⁵⁵⁹ etc. e estavam ali, marcadas para sempre em páginas de jornal, disputando espaço na área comercial com pianos, seges, sobradinhos, pastas milagrosas para o corpo, cabelo e cura de doenças que prometiam efeitos milagrosos e muitos outros produtos e objetos que eram anunciados naqueles periódicos.

Mas no Brasil, o aparecimento oficial da imprensa foi muito tardio. Criada na Alemanha em meados do século XV por Johann Gutenberg, a impressão e veiculação de panfletos, livros e jornais foi proibida na colônia. Somente com o desembarque da Corte em 1808 a imprensa foi liberada no Brasil. Logo, dois Jornais se destacaram na cidade: a Gazeta do Rio de Janeiro, com anúncio de fugas entre 1809 e 1821, e o Jornal do Commercio, com anúncios a partir de 1827.⁵⁶⁰

A amostra que trabalho, trata-se de 351 anúncios de escravos fugitivos⁵⁶¹ publicados no Jornal Gazeta do Rio de Janeiro entre 1809 e 1821.⁵⁶²

⁵⁵⁸ *Vende-se hum preto de nação, de idade de 24 a 25 annos para fora da terra, official completo de Çapateiro, e de Barbeiro, sem vícios, só o de beber. Na rua da Quitanda, 75, lado direito.* Jornal Gazeta do Rio de Janeiro, Quarta feira, 30 de Dezembro de 1818, nº 104.

⁵⁵⁹ *Quem tiver para alugar huma preta para o serviço de huma casa, pode procurar na rua do Espírito Santo, n. 9 que lá achará com quem tratar, não excedendo a mais de 4000 réis por mez.* Jornal O Volantim, Quinta feira, 3 de Setembro de 1822, nº 28.

⁵⁶⁰ Pesquisamos também um outro periódico de vida curta: O volantim, de 1822.

⁵⁶¹ Pioneiramente, Gilberto Freyre lançou-se sobre os anúncios de jornais no século XIX. Como o próprio texto abaixo do título do livro chama atenção, o ensaio do mestre era uma “Tentativa de interpretação antropológica, através de anúncios de jornais brasileiros do século XIX, de características (*sic*) de personalidade e de formas de corpo de negros ou mestiços, fugidos ou expostos à venda, como escravos no Brasil do século passado.” Assim, Freyre pesquisou sobretudo na Gazeta de Pernambuco (fundado em 1825 e com anúncios até 1888), em Jornais da Bahia, do Rio de Janeiro, do Maranhão e do Rio Grande do Sul. O número de anúncios chegou a cerca de incríveis 10 mil. Freyre deixa a ressalva de que tal trabalho merece extremo cuidado, fora a questão do “papel [que] muitas vezes se desmancha de podre ou de velho nos dedos do pesquisador menos cuidadoso”. De qualquer forma os problemas de hoje são outros, do contato direto com os mofados papéis oitocentistas, a pesquisa agora é feita em máquinas de micro-filme, se os papéis não mais quebram, agora são as lâmpadas das máquina que queimam. Assim não mudaram apenas os problemas com a parte física da fonte, como também as perguntas lançadas à fonte primária são outras. (pp.3-20). Ver: FREYRE, Gilberto. *Os escravos nos anúncios de Jornais brasileiros no século XIX*. São Paulo, Editora Nacional, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.

Compararemos a incidência de escravos na cidade através de inventários *post-mortem* com os fugitivos e os alforriados. Buscamos na dança destes números reconhecer padrões e retirar deles algumas considerações sobre a diferença no cativo no período tratado. Não busco, ao tentar fornecer padrões ou tipologias, considerações generalizantes. Os resultados abaixo servem para um período relativamente curto, já que as informações levantadas sobre os fugitivos (1809-1821), sobre os alforriados (1807-1831) e sobre os cativos anotados em inventários *post-mortem* de senhores da cidade do Rio de Janeiro (1810-1825), diz respeito apenas a cidade do Rio de Janeiro, abarcando a segunda e terceira décadas do século XIX.

Começemos, então com a naturalidade dos escravos fugitivos da cidade do Rio de Janeiro.

Tabela VI.1
Área de procedência dos escravos fugitivos da cidade do
Rio de Janeiro (1809-1821)

Fugitivo	N	%
Africano	233	88,9
Crioulo	26	9,9
Outros*	3	1,1
Total	262	100

* Os escravos com procedência não identificada são: 1) Cabo da Boa Esperança; 2) Nação Hespanhola e; 3) Hespanhola. Fonte: Anúncios de fuga de escravos, Gazeta do Rio de Janeiro, 1809-1821.

Segundo José Roberto Góes, dos 2.673 escravos com a procedência anotada em inventários *post-mortem* entre 1810 e 1835, 77,8% eram africanos e apenas 22,2% eram crioulos.⁵⁶³ Estes números apontam para o seguinte fato, os africanos fugiam mais que sua representatividade na sociedade, enquanto os crioulos fugiam muito menos.

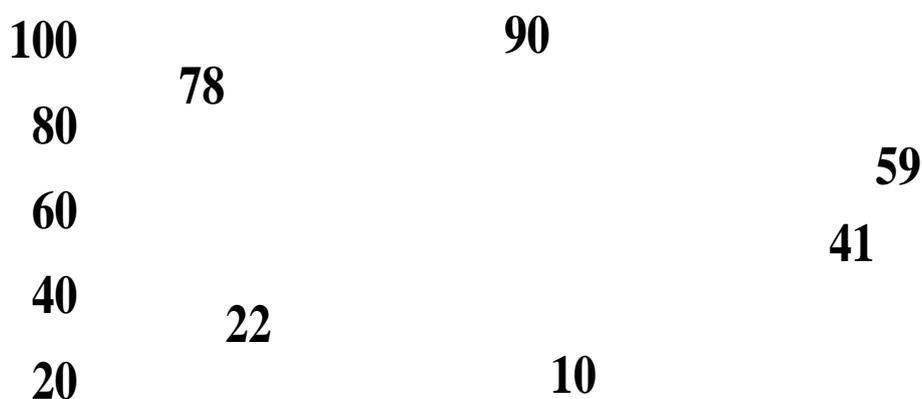
Para discutir este padrão, coloquemos a alforria em pauta. Abaixo, montei um gráfico *com números aproximados*, onde comparo o índice de fugas e a taxa de alforria com a população escrava na cidade do Rio de Janeiro em períodos afins do século XIX. Utilizo para facilitar a demonstração dos dados o handicap 100.

⁵⁶² Este periódico teve uma vida curta. De 1808 a 1822, sendo que nem no ano da chegada da corte, muito menos no ano da independência do Brasil houve qualquer fuga de escravo anunciado. A amostra corresponde aos 13 anos entre 1809 e 1821. Mais de 30 destes escravos levaram seus senhores ao desespero, ao qual anunciaram mais de uma vez a fuga, tais repetições serão retiradas dos dados para que não se superegistre as quantificações.

⁵⁶³ GÓES, José Roberto. *Escravos da paciência. Estudo sobre a obediência escrava no Rio de Janeiro (1790-1850)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense. Tese de Doutorado, 1998. p.165.

Gráfico VI.1

Comparação entre a fuga e a alforria de africanos e crioulo do Rio de Janeiro (1809-1831)



Fontes: População estimada: GÓES, José Roberto. *Escravos da paciência. Estudo sobre a obediência escrava no Rio de Janeiro (1790-1850)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense. Tese de Doutorado, 1998. p.165; Fugas: Jornal Gazeta do Rio de Janeiro (1809-1821); Alforriado: FLORENTINO, Manolo. *Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa*: in. Topoi. Revista de História. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ / 7 Letras, set.2002, n.5, 404p.pp.9-39. pp.23-24.

Os africanos fugiam mais que os crioulos, tanto em números reais, quanto proporcionais, ao passo que os crioulos suplantavam os africanos na conquista ou concessão da alforria. Africanos estavam representados na sociedade em média a partir de 1810 até 1835 em 78 a cada 100, mas apenas 41 por 100 entre 1807 e 1831 tiveram acesso à alforria. Estes índices denotam uma proporção inferior de alforrias em relação a sua representatividade na sociedade. Além disso, os africanos eram 90 a cada 100 fugitivos, índice superior à sua representatividade na sociedade, o que significa dizer que não apenas eram os maiores fugitivos em números reais, proporcionalmente eles também fugiam mais que crioulos. Com os crioulos ocorria o contrário, eram mais alforriados que a sua proporção na sociedade e fugiam em taxas menores que ela.

Ou seja, os africanos fugiam mais e a muitos deles a alforria não se concretizava. Como dito acima, com os crioulos ocorria o inverso. Encontramos o mesmo padrão desproporcional fuga/alforria se verificarmos a distribuição da alforria pelas etnias africanas.

Comparamos a etnia dos africanos fugitivos com o padrão de desembarque do tráfico no Rio de Janeiro e com a procedência de africanos encontrada em inventários post-mortem em época afim. Vejamos primeiro quem eram os fugitivos africanos. A tabela abaixo demonstra a distribuição quantitativa das fugas, dos desembarques e da distribuição em % dos escravos por grandes regiões africanas.

Tabela VI.2
Fugas, desembarque e população escrava por grandes regiões africanas
(1809-1831)

Escravos	Fugitivos*	Desembarcados**	Trabalhadores***
África Centro-Occidental	74,6%	82%	84,9%

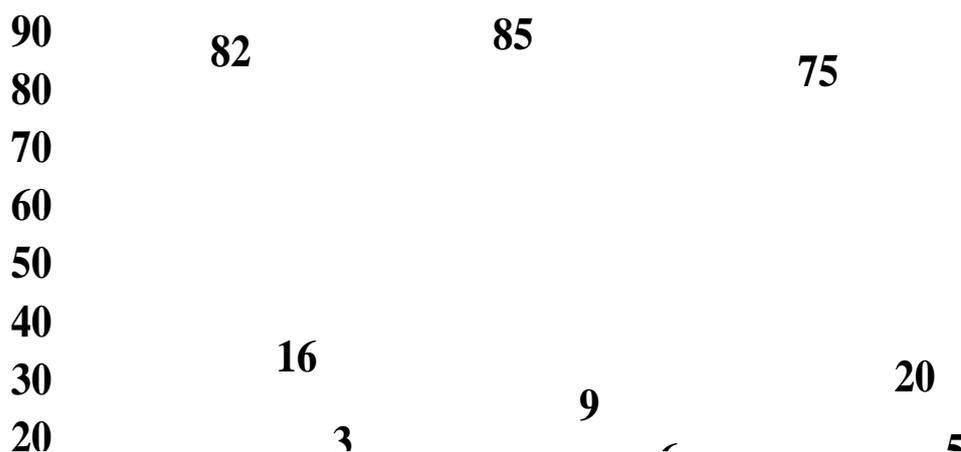
África Oriental	20%	16,1%	9,1%
África Ocidental	5,4%	2,9%	6%

Fontes: * Escravos fugitivos anunciados no Jornal Gazeta do Rio de Janeiro (1809-1821); ** Estimativa de desembarque de escravos no Rio de Janeiro (1790-1835); *** Escravos encontrados em inventários *post-mortem* no Rio de Janeiro (1810-1825).

Os dados apresentados por Manolo Florentino⁵⁶⁴ sobre a flutuação do tráfico são acompanhados pelos padrões encontrado nos inventários *post-mortem* de José Góes.⁵⁶⁵ Incluindo neles nossos dados sobre os fugitivos, estes números ganham alguns significados.

Enquanto 74,6% dos fugitivos africanos eram da região Congo-Angola, 82% dos recém-chegados da África eram daquela região, assim como entre 1810-25, 85% dos escravos que tiveram a etnia declarada em inventários *post-mortem* eram da África central atlântica. Outros 20% dos fugitivos provinham da África Oriental, enquanto 16,1% dos desembarques entre 1795 e 1830 foram de escravos daquela região, e apenas 9,1% dos inventários declarou entre 1810-25 procedência de Moçambiques, Quilimanes, Sennas e Macuas, escravos da África Oriental. Enfim, apenas 5,4% dos fugitivos na cidade tiveram antes da diáspora, a África Ocidental como residência, enquanto os tumbeiros que partiram daquela região entre 1795 e 1830 eram apenas 2,9% de todos os navios negreiros e a pesquisa de Góes detectou entre 1810-25, 6% de Minas, Minas-Nago, São Tomes, Guiné, Calabares e Cabo Verdianos. Incluindo nestes números, dados sobre a alforria de africanos na cidade do Rio de Janeiro entre 1807 e 1831, vejamos o gráfico VI.2.

Gráfico VI.2 Procedência de escravos na cidade do Rio de Janeiro por regiões africanas (1809-1831)



FONTES: Fontes relacionadas na tabela VI.2; FLORENTINO, Topoi V, Setembro de 2002 op.cit.pp.27-28.

Em números proporcionais, apenas os escravos da África Oriental fugiam em índices maiores que a sua representatividade na sociedade. Já comparando a proporção entre a representatividade na cidade e a alforria,

⁵⁶⁴ FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico. Rio de Janeiro, 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. Apêndice 13, p.234.

⁵⁶⁵ GÓES, 1998. op.cit. Tabela 19, p.241.

temos que apenas os escravos da África Centro-ocidental foram libertados numa proporção menor que a sua existência na sociedade. Destacam-se na alforria, os escravos da África Ocidental, posto que quase triplicaram proporcionalmente sua representatividade na alforria em relação a sua existência na cidade. Assim, os cativos africanos provenientes da África Centro-ocidental perdiam terreno exatamente para boa parte dos afro-ocidentais, o que ficará mais claro se compararmos as nações que mais conquistaram a alforria de cada uma das três grandes áreas.

Segundo dados de Mary Karasch na amostra de 504 cartas de alforria que informa a nacionalidade do africano, destaca-se da África Central Atlântica, os provenientes de Benguela com 107 alforriados. Do lado ocidental africano, destacam-se os Minas, com 48 manumissões.⁵⁶⁶ Já entre os Africanos Orientais, os que mais receberam manumissões foram os moçambicanos, num total de 11. Ou seja, os que partiram de Benguela conquistaram 21,2% das cartas para africanos no Rio de Janeiro entre 1807 e 1831, ao passo que os Minas abocanharam 9,5% de todas as alforrias, e já os que vieram de Moçambique perfizeram 2,2% dos alforriados. Se aplicarmos estes números na população escrava, a dança dos números se inverte, sendo favorável aos Minas. Eles eram, entre 1810 e 1825, apenas 5,2% dos cativos que viviam na cidade do Rio de Janeiro, enquanto os africanos que embarcaram de Benguela eram 26,5%, e os de Moçambique, 8,9%.⁵⁶⁷ Ou seja, os Minas eram alforriados numa escala de 5,3% a mais que sua representatividade na população escrava, os Moçambiques tinham este índice negativo em 6,7%, e os escravos que vieram de Benguela, também eram alforriados em menor índice que sua representatividade na população mancipia (5,3%).

A este dado deve ser acrescentado que os maiores fugitivos da região central atlântica eram os africanos provenientes de Benguela, 18,8%. Os moçambicanos foram os vice-campeões de fuga na cidade com 18,3%, enquanto os Minas eram apenas 1,8% de todos os fugitivos africanos⁵⁶⁸. Estes números, traduzidos em dados aproximados, podem ser vistos no gráfico VI.3.

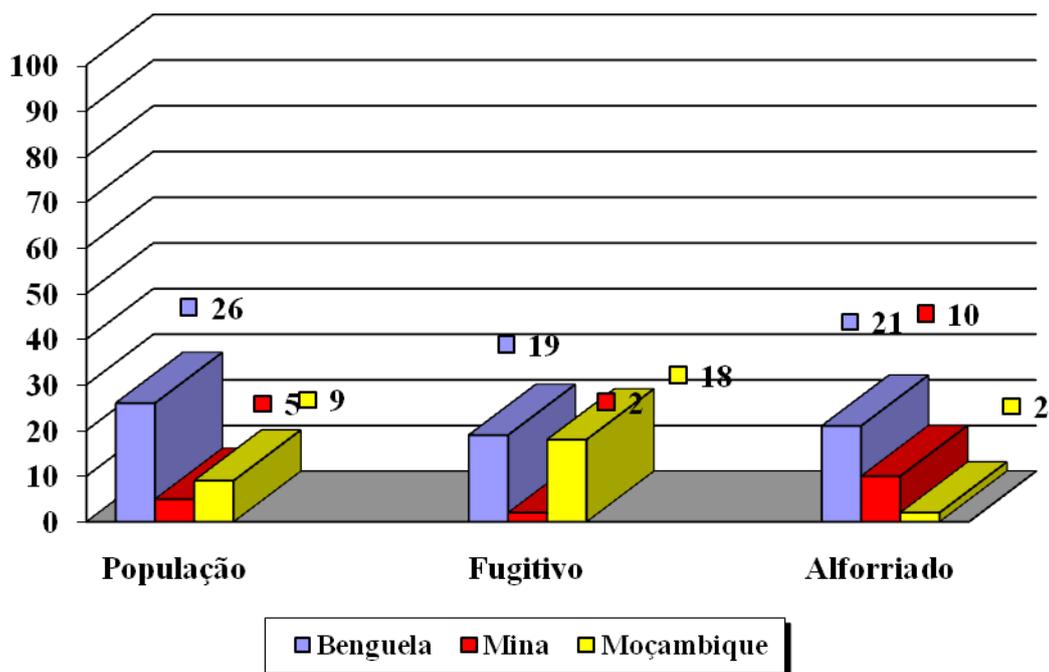
Gráfico VI.3

Africanos escravos por etnia na cidade do Rio de Janeiro (1809-1831)

⁵⁶⁶ KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p.459.

⁵⁶⁷ GÓES, 1998. op.cit. p.241

⁵⁶⁸ Jornal Gazeta do Rio de Janeiro. Total de 224 africanos com a etnia declarada nas fugas. Os Minas encontrados são: No dia 4 de março de 1813 foi anunciada a fuga da negra Gertrudes, seu senhor, morador no Beco dos Ferreiros 1º andar, prometia boas alvícaras a quem lhe entregasse sua escrava ladina. Em 1809, um outro preto fora anunciado, sendo estes, além do muleque José em 1820 e um mulecão ladino, escravo de José Antonio de Freitas Amaral em 1819, os únicos Minas anunciados na Gazeta do Rio de Janeiro entre 1809 e 1821.



Fonte: Alforriado: KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p.459. População: Góes. Op.cit. p.165; Fugas: *Jornal Gazeta do Rio de Janeiro (1809-1821)*;

Benguelas e Moçambiques, campeões entre os fugitivos eram alforriados numa escala inferior à sua participação na população escrava, com os Minas ocorria o inverso.

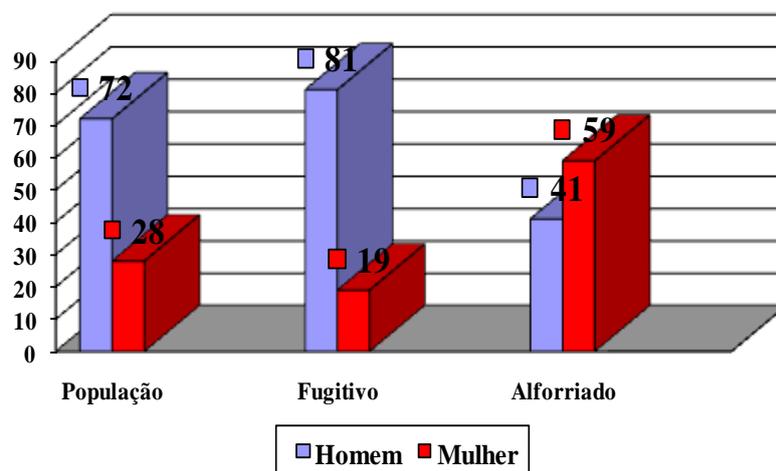
Estará este padrão nos dizendo algo? Continuemos a checar, vejamos agora o sexo dos escravos. Numa amostra de 5.340 cartas de alforria consultadas por Sheila Faria sobre o Rio de Janeiro do século XIX, 59% dos alforriados eram mulheres. Sobre estes números, a autora comentou que:

“Realmente, uma das poucas unanimidades entre os historiadores é a de ter sido a mulher privilegiada no acesso à manumissão, apesar de bem menos numerosa na população escrava.”⁵⁶⁹

Para entrar nesta discussão, vejamos o gráfico VI.4.

Gráfico VI.4
Sexo dos escravos na cidade do Rio de Janeiro: (1809-1831)

⁵⁶⁹ FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás Pretas: Damas Mercadoras: As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. Tese apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Concurso para Professor Titular em História do Brasil. Niterói, 2004. p.111.



Fonte: Alforriado: FLORENTINO, Manolo. *Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa*: in. Topoi. Revista de História. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ / 7 Letras, set.2002, n.5, 404p.pp.9-39. pp.23-24. População: Góes. Op.cit. p.165; Fugas: Jornal Gazeta do Rio de Janeiro (1809-1821);

A cada 100 escravos na população mancipia do Rio de Janeiro entre 1810 e 1825, aproximadamente 72 eram homens, apenas 28 eram mulheres.⁵⁷⁰ No entanto, apesar de sua pequena representatividade na população, entre os alforriados elas eram a grande maioria, 59 a cada 100. Fugiam ainda menos que seu número na população escrava, apenas 19 por 100. Os homens agiam mesmo em sentido inverso, eles fugiam em maior número e eram alforriados em número menor que existiam na população escrava da cidade do Rio de Janeiro.

Os dados apresentados apontam para um “padrão” no período tratado. Nele crioulos e mulheres recebem mais alforrias que africanos e homens, que por sua vez participavam mais ativamente das fugas. Entre africanos o preto(a) Mina recebeu mais alforrias e Benguelas e Moçambiques fugiram mais. Ao aplicar este resultado nos dados sobre a fuga nosso interesse é bem específico: apontar para a hipótese de que a diversidade entre os escravos se transformava em hierarquia no cativo onde os mancipios teriam acesso a recursos diferenciados.

O que em suma os dados apontam é que os recursos estavam abertos a todos os escravos, afinal de contas todos tiveram acesso a concessão da alforria e em última análise não existiu etnia que não fugiu. Porém homens, africanos e Benguelas fugiram em maior proporção que sua participação na sociedade. Na luta diária por melhores condições de trabalho e esperanças de melhorar suas vidas, estes escravos estariam perdendo espaço para pessoas de outro sexo e de outra etnia. Mulheres, crioulos(as) e pretos minas alcançavam o benefício da alforria em maior escala que aqueles. Essa explicação, para não correr o risco de tornar-se funcionalista e muito menos generalizante aponta para a escravidão como uma relação e nela fatores como tempo e confiança do senhor agindo na escolha dos escravos a receber maiores benefícios. Pensado desta forma, este “padrão” abre a investigação para se pensar uma escala de benefícios hierárquicos que os escravos adquiriam ao longo de suas vidas até alcançar a alforria. Estes dados quantitativos então versam sobre duas extremidades que são o desacordo e uma grande concessão.

O fato é que certos escravos estariam mais próximos de receber concessões e outros mais próximos de entrar em conflito com o senhor, e isso, acreditamos, tem a ver com comportamento, não exatamente com a etnia ou gênero. A questão é que pertencer a uma etnia e não a outra, a um e não a outro sexo e a diferença entre

⁵⁷⁰ GÓES, 1998. Op.cit. p.169.

nascer na terra e ser um recém-chegado alterava algumas coisas. Primeiro, se crioulos recebiam, proporcionalmente, mais alforrias que africanos, três coisas podem responder por esse padrão: o tempo, a confiança do senhor e as relações sociais. Tempo, pois nascido na terra, o crioulo teria um aprendizado inteiro na vida como escravo. Confiança, pois a partir deste tempo e de saber falar bem a língua local poderia se aproximar do senhor. Relações sociais, pois no mínimo poderia contar com a mãe e seus aliados. Outro fator, as habilidades dos escravos contariam nesta relação, daí a explicação para os Minas receberem mais alforrias que outros africanos de outras etnias.

Hipóteses estas que precisam ser mais bem investigadas. É o que faremos agora.

Com esta noção abre-se um caminho para discutir como se subia ou desciam degraus e coloca-se entre **o primeiro degrau**, aquele onde o escravo se encontra mais despersonalizado e dessocializado, com ínfimos recursos políticos, materiais e simbólicos, e **o último**, a alforria, um sem número de degraus.

Escravidão e função social: escravos e senhores numa sociedade com traços de Antigo Regime

O impacto da visão de mundo que possuíam senhores e escravos sobre sua função social e a forma como participavam da sociedade, requeria, mais que isso, exigia atitudes e comportamentos. Pesavam sobre as atitudes e comportamentos limites e prescrições quando se puniam excessos e valorizavam-se condutas. Isto era cria, criava e recriava normas antigas e novas de comportamento. Em convívio, os atores sociais esperavam algo que fosse praticado pelo outro, movimento constante e particular, ligado a experiência de cada ator social.

Ao participarem da sociedade que os alocava em posições distintas – mando e obediência, por exemplo – e requeria para cada um deles papéis sociais diversos, cativos e proprietários jogavam com as atitudes esperadas na busca por inserção, proteção, deferência, domínio, colaboração para projetos mais amplos. Attingir o comportamento esperado proporcionava aos agentes sociais prestígios que uma vez reunidos eram acompanhados de expectativas de recompensa. Recompensas estas, que deveriam ser postas em prática por parte de quem havia sido beneficiado.

O que estamos afirmando é que a produção da dominação escravista através de uma hierarquia assentada na forma de ser daquela sociedade alocava as pessoas em posições diferentes. Estas pessoas não estavam cimentadas em tais posições (grupos), mas enquanto nelas, participavam da sociedade de formas desiguais em relação às pessoas de outros grupos (*i.e.* nobreza da terra e escravos; negociantes e senhores de engenho) e mesmo no interior do próprio grupo. O resultado disso é que suas aspirações, recursos e passos a galgar eram dessemelhantes. Movimentar-se nesta hierarquia, no interior dos grupos (escravo desarraigado ter acesso a família; comerciante envolvido em atividades regionais virar um homem de grosso trato), ou mesmo ascender de um grupo a outro – mais difícil – (*i.e.* de escravo a forro; de comerciante a senhor de engenho) requeria, necessariamente, lançar mão de estratégias, negociar. Alguns possuíam mais recursos que outros, mas isso não quer dizer que certos atores sociais seriam manipulados por aqueles que tivessem mais recursos que eles.

Negociar nestas condições não foi exatamente igual para um escravo no século XVI e um outro no XIX, dada as mudanças de acordo com conjunturas, como tempo e lugar. Porém certos traços presentes na sociedade são filhos da tradição de desigualdade e sobreviveram as diversas mudanças e aparecimento de novas instituições e novos valores sociais, como vimos⁵⁷¹.

⁵⁷¹ Ver a este respeito o capítulo 3.

Tal contexto social hierárquico concorria para a criação de modelos diferentes de atores sociais dentro do grupo a que pertenciam. Neste caso continuaremos explorando fontes qualitativas, uma vez que o processo pelo qual senhores e escravos, elite e subalternos se utilizaram dos recursos que dominavam, ofertaram benefícios, se aplicaram e entenderam a execução do seu trabalho, buscaram proteção, colaboração e ajuda, negociaram, brigaram, conquistaram e mantiveram autonomia deixaram rastros, sendo portanto, possível compreender tais atitudes quando da interpretação das mesmas. Que fique claro que estas negociações não existiram sem alto grau de conflito, fugas, assassinatos de senhores e feitores – rebeliões e quilombos conhecidos, sem contar os menos falados, ponderam por si só. Mas se esta instituição, calcada na hierarquia de que falamos apresentada ao Brasil no século XVI, perdurou até fins do XIX, a história de suas adequações, mesmo que conflituosas, devia seguir alguma razão. O principal interesse dos estudos de caso a seguir é chegar o mais próximo de explicá-la.

De Baquaqua a Manuela: senhores e escravos entre conflitos e negociações e a formação da hierarquia de degraus

Procuramos agora interpretar as ações sociais de senhores e escravos através do paradigma da diferença construído ao longo da tese. O método utilizado na exploração das testemunhas foi a descrição densa de Clifford Geertz.⁵⁷² A utilização deste método nos permitirá concatenar um conjunto de fontes diversas, exploradas de forma qualitativa.

A leitura dos documentos a seguir nos permitiu uma aproximação, pois nossa técnica investigativa nos colocou no epicentro da relação senhor-escravo e nos permitiu observar não apenas o resultado final dos atos, mas suas estratégias e modificações conforme o sabor dos acontecimentos. Como o diálogo com as fontes foi direcionado para compreender a atuação dos atores sociais numa sociedade escravista hierarquizada onde existiam práticas de Antigo Regime poderemos entender de forma mais clara o que chamamos de submissão como estratégia de um lado e estratégia de negociação do outro.

Vamos às fontes pesquisadas: a pesquisa no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro estava programada para a leitura de 84 processos – ações cíveis de liberdade – que chegaram ao foro da corte de Apelação do Rio de Janeiro. Tais processos foram separados pela sua localização geográfica – a cidade do Rio de Janeiro – e temporal – o século XIX. Muito técnicos no julgamento de segunda instância, os juízes e advogados que falavam pelos escravos e senhores, mais discutiam leis e sua aplicabilidade, que o que eu mais procurava: a fala de senhores e escravos através de tanta resenha jurídica. Assim, a fase inicial da pesquisa – quando da leitura das primeiras dezenas de processos – foi um pouco decepcionante. Nada ou pouco de relação senhor-escravo com seus respectivos acordos, tensões, prerrogativas, poder e negociações. Daí, resolvemos aumentar nosso leque, ler todas as ações cíveis de liberdade, e algumas de reescravidão, que pudessem ser levantadas.⁵⁷³

Por conta disso, a localização geográfica de nossas personagens da vida real ultrapassou o local específico do estudo. Optamos então, por uma análise onde as respostas dos atores sociais sejam ampliadas e reduzidas ao mesmo tempo. Reduzidas, pois a relação pessoal enfim colaborou para encaminhar de forma única os resultados advindos das estratégias e dos atos sociais. Ampliada, pois os atores sociais viviam constrangimentos e incentivos que estiveram presentes em outras relações sociais hierárquicas. Assim, as

⁵⁷² GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

escolhas dos cativos a seguir devem ser encaradas como as escolhas de um sujeito histórico que viveu num determinado lugar, escravo de um determinado senhor, subalterno de uma determinada casa que agiu com as ferramentas do tempo, mas que suas atitudes podem ser características de comportamentos de elite e subalternos no Império português.

Os casos citados a seguir são fruto também de nossa pesquisa bibliográfica e incluem uma autobiografia de um cativo, relatos de viajantes, além de casos citados por outros historiadores que, aqui, foram retomados e trabalhados de forma distinta, posto que visam responder a nossas próprias indagações. Optamos por analisar fontes de natureza diversa, pois a escolha de apenas um *corpus* documental poderia responder nossas questões de forma muito similar. A partir da análise de variados documentos tivemos acesso a variados tipos de acordos, tensões e negociações e pudemos observar proprietários e mancípios agindo de diversas formas na relação, podendo assim demonstrar, de acordo com as expectativas, sucesso e fracasso dos atos o que chamamos de uma hierarquia de degraus.

A leitura das fontes, por guardarem estas diferenças, além das temporais, regionais e outras ligadas à disparidade entre os senhores – de ricos cafeicultores a pobres senhores urbanos –, exigiu uma maior atenção teórica. Para tanto, foi aplicado em todos os casos alguns conceitos seja do antropólogo norueguês Fredrik Barth, seja do historiador italiano Giovanni Levi, ou mesmo de ambos.

De Barth, trouxemos a idéia de cultura distributiva,⁵⁷⁴ pois a mesma considera um mundo animado por alto grau de incerteza e imprecisão, uma vez que a sociedade era permeada por atores com acesso distinto às informações e aos códigos de conduta. Assim, nenhum ator dominava o curso que tomaria os eventos, pois o conhecimento e as motivações de cada ator ante a realidade eram diferentes e estavam ligadas as suas próprias – e únicas neste sentido – experiências pretéritas. Apesar disto o convívio no mesmo local e a experiência conjunta dos atores sociais os levaria a conhecer os comportamentos esperados⁵⁷⁵ e a se utilizar deles estrategicamente⁵⁷⁶ para atingir objetivos maiores. Haveria assim, um jogo infundável dos atores sociais na busca por aquilatar a imprecisão, os erros e as dúvidas, o que abria caminho para a negociação e entendimento como meio de estratégia de sobrevivência.

De Levi, trouxemos o conceito de reciprocidade entre desiguais, pois nos fez perceber que senhores e escravos poderiam na busca por atingir seus objetivos, refinar acordos e negociações vantajosos para ambos. Isto porque eram tão diferentes, que suas necessidades também eram, e mais, o que um tinha para oferecer ao outro naquela relação de poder, não significava em perda que impedisse o sucesso para ambos. Esta não será a primeira vez que utilizaremos esta imagem, mas em tal reciprocidade, a imagem de um bolo, cujos pedaços são repartidos entre os dois atores sociais é inadequada, existiam sim, bolos diferentes que eles podiam, em acordo, trocar. Os bolos eram diferentes, ou seja, estas trocas eram desiguais, porque sobre eles pesavam distinções, privilégios, papéis sociais e compensações distintas.

O resultado fundamental da aplicação teórica destes conceitos criados/desenvolvidos por Barth e Levi, é que ela nos equipa para observar nas camadas mais pobres – e que contavam com menos recursos econômicos – tanta capacidade de negociação e empreendimento de estratégias que qualquer outra, mesmo a elite.

⁵⁷³ Agradeço a Keila Grinberg por ter cedido seu banco de dados com ações cíveis de liberdade e ações de reescravização que chegaram ao foro da Corte de Apelação. Agradeço também pelas proveitosas dicas quando da pesquisa em material bruto no Arquivo Nacional.

⁵⁷⁴ Ver a discussão sobre o conceito de cultura distributiva no capítulo I.

⁵⁷⁵ Ver a discussão sobre o conceito de Institucionalização feita no capítulo I.

⁵⁷⁶ Ver a discussão sobre o conceito de estratégias no capítulo I

Relembrando a imagem de Giovanni Levi⁵⁷⁷, podemos afirmar que o mendigo, apesar de sua condição miserável, não teria menos estratégias de vida que as de um comerciante, mas apenas estratégias diferentes.

Para desenvolver a noção de hierarquia de degraus nossa atenção se voltará para a diversidade da condição escrava e do que chamamos de mobilidade intra-senzala. Precisamos para tanto de uma resposta para o que enfim fazia os escravos se diferenciarem entre si e como eles e os senhores entendiam este processo; Para compreender o que cada parte esperava do outro precisamos compreender como os escravos mudavam de posição para cima e para baixo. Neste jogo político onde a esperança e a autonomia escrava eram negociadas havia degraus, hierarquias intra-cativeiro. Observemos a relação senhor-escravo em momentos de acordo, negociação e tensão, e a hierarquia de degraus se tornará mais palpável e compreensível.

Nossa primeira personagem é Mahommah Gardo Baquaqua, a quem dedicaremos atenção mais detalhada. Como vimos anteriormente, Baquaqua nasceu na cidade de Djugu, na África central no ano de 1824.⁵⁷⁸ Foi escravizado, caiu na rota do tráfico e foi parar em Pernambuco em 1845. Em Pernambuco não se deu muito bem com seu senhor, mudou de dono, por volta do ano de 1847 servia a outro num navio que transportava mercadorias vivas e não vivas. Passou pelo Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, até que o navio zarpu para Nova York. Lá Baquaqua foi libertado por abolicionistas americanos, viajou para o Haiti, onde viveu entre 1848 e 1850. Voltou para Nova York em 1851, em 1853 já estava no Canadá, onde viveria reconhecido como cidadão daquele país, posteriormente, em 1855 viajara para a Inglaterra. Um ano antes, ainda na América Baquaqua narrou sua história ao abolicionista americano Samuel Moore. Ela foi, como definiu Robert Krueger, “uma autobiografia escravizada”⁵⁷⁹ posto que escrita sob forte influência do movimento abolicionista americano e de uma cruzada cristã, mas ainda assim, uma rica biografia.

Em suma, a parte que nos toca do texto é a vida de Baquaqua como escravo, sua relação com o proprietário e forma de sujeição. Em certo sentido, somente nas entrelinhas é possível notar as prerrogativas do escravo com o senhor. Moore e Baquaqua carregaram nas tintas para demonizar a escravidão, no que escolheram a maldade senhorial e o sofrimento do escravo como campos de luta. Voltemos a Pernambuco, ano de 1845.

Comprado por um padeiro, Baquaqua parecia aliviado por sair vivo do Navio Negreiro, onde havia aprendido algumas palavras em português: “e como meu dono era português, eu podia compreender muito bem o que ele queria, e dei a entender que eu faria tudo que ele precisasse tão bem quanto pudesse, ao que ele [o padeiro português] pareceu bem satisfeito”⁵⁸⁰

No início, a vida era dura, na narrativa, Baquaqua separa sua vida ao lado deste senhor em duas: antes de ter habilidade com a língua portuguesa e com números era posto em “trabalho duro, como só o que escravos e cavalos fazem. Na época em que esse homem me comprou ele estava construindo uma casa e eu tinha que

⁵⁷⁷ “(...) um mendigo aspirava antes a tornar-se o rei dos mendigos do que um comerciante pobre.” LEVI, Giovanni. Comportamento, recursos, processos: antes da revolução do consumo. In REVEL, Jacques (Org) Jogos de escala. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p.212.

⁵⁷⁸ BAQUAQUA, Mahommah Gardo. *Biografia e narrativa do escravo afro-brasileiro*; Brasília, 1997. p.27. A data do nascimento de Gardo, como vimos no capítulo anterior é duvidosa.

⁵⁷⁹ Idem. p.13. Além da fonte acima, indico para que se conheça mais sobre Baquaqua: Robin Law e Paul Lovejoy. (Orgs) *The biography of Mahommah Gardo Baquaqua: His passage from slavery to freedom in África and América*. Princenton, Markus Weiner, Publisher. 2001. Baquaqua, tornou-se, por conta de sua excepcional história, verbete do “Dicionário do Brasil Imperial” – verbete escrito por Sheila de Castro Faria – de Ronaldo Vainfans.

⁵⁸⁰ Idem. pp.88-89.

buscar pedras do outro lado do rio”.⁵⁸¹ Após aprender bem português e “contar até cem”⁵⁸², Baquaqua foi posto para o serviço do ganho, a ele foi confiado um cesto de pão no qual andava pela cidade, campo e mercado.⁵⁸³

É justamente a partir daí que Baquaqua nos fornece uma idéia sobre suas prerrogativas na relação senhor–escravo: “Sendo bastante honesto, logo eu vendia tudo, mas às vezes eu não tinha tal sorte, então o chicote era o meu pagamento”. Suas palavras revelam a denúncia abolicionista de um sofrimento cruel, mas nas entrelinhas transparece um sofrimento quase merecido, um pagamento pelo que o senhor considerava um mau serviço, ainda que Baquaqua acreditasse em falta de sorte. Não entregar o jornal diário, ou seja, descumprir seu papel social permitia ao senhor castigar o escravo.

Em seguida Baquaqua faz uma clara separação entre ele e outros escravos: “Meus companheiros na escravidão [o padeiro português tinha outros quatro escravos] não eram tão confiáveis quanto eu, sendo dados à bebida, assim não eram tão rentáveis ao meu senhor. Aproveitei-me disso para elevar-me na estima dele, por ser bem atento e obediente.”⁵⁸⁴

A idéia de Baquaqua parece ser a seguinte: escravo bêbado não é rentável ao senhor, logo, não se eleva na estima dele por ser desatento e desobediente. Escravos atentos, obedientes, confiáveis e rentáveis são estimados pelo senhor. Esta estima elevaria o escravo, ou seja, melhoraria a sua vida, inclusive perante os outros companheiros do eito.

Percebe-se aqui o nascimento de uma prerrogativa escrava, a espera que seu trabalho, desde que exercido com rentabilidade, fosse de alguma forma recompensado. O escravo continua: “Mas dava no mesmo, fizesse o que fizesse. Descobri que tinha um tirano para servir, nada lhe satisfazia. Então, entreguei-me a bebida também. *Éramos todos da mesma estirpe, mau senhor, maus escravos*”.⁵⁸⁵ Entregar-se a bebida significava para Baquaqua não mais ser rentável ao seu senhor, pois ele não merecia, era um tirano, olho por olho, dente por dente, mau senhor, mau escravo. Agora ele entendia a opção dos outros por prestarem mau serviço.

“As coisas pioravam cada vez mais, e eu estava ansioso para mudar de senhor. Tentei fugir, mas fui logo capturado, amarrado e trazido de volta. Então procurei ver o que poderia beneficiar-me se fosse infiel e preguiçoso. Assim, um dia novamente fui mandado a rua vender pão. Só vendi pouca quantidade, e o dinheiro que recebi gastei em uísque, que bebi tranquilamente, e voltei para a casa bastante embriagado. Quando meu senhor foi fazer a conta do que tinha na cesta e viu o estado de coisas, fui açoitado severamente. Eu disse que ele não deveria bater mais em mim e fiquei muito zangado. Tive então a idéia de matá-lo e depois destruir a mim mesmo. Por fim decidi afogar-me. Eu preferia morrer a viver como escravo. Corri ao rio e mergulhei, mas fui avistado por uns barqueiros e salvo do afogamento. (...)”⁵⁸⁶

Pode-se aplicar neste caso o conceito de estratégias e processo de Fredrik Barth, analisado no capítulo I. A relação entre o senhor e o escravo não era dada, mas dependia de diversos fatores ocorridos na experiência do dia-a-dia dos atores sociais. Baquaqua partiu para aquela relação sem nenhuma prerrogativa, desde sua escravização na África entendia que sua posição era a pior possível, e que só compreendendo-a poderia sobreviver: “Só sabia que era escravo, encadeado pelo pescoço, e que tinha de submeter-me imediatamente e de

⁵⁸¹ Idem. p.89.

⁵⁸² Idem, p.90.

⁵⁸³ Idem, ibidem.

⁵⁸⁴ Idem, ibidem.

⁵⁸⁵ Idem, pp.90-91. Grifos nossos.

⁵⁸⁶ Idem, p.91.

boa vontade, acontecesse o que acontecesse.”⁵⁸⁷ No Brasil, iniciava sua relação com o padeiro português da mesma maneira: “dei a entender que eu faria tudo que ele precisasse”.⁵⁸⁸ Mas o tempo passou e Baquaqua compreendeu que havia uma forma de melhorar sua situação, aprender bem o idioma, a lidar com dinheiro e ser confiável poderia lhe deslindar uma vida menos pior, realmente carregar pedra devia ser pior que vender pão, penso eu.

A estratégia de Baquaqua, agora, era a de se tornar um escravo rentável, o caminho a ser tomado era o da fidelidade, obediência e trabalho bem feito. Levada a cabo essa opção, Baquaqua não era mais o boçal que “tinha de submeter-me imediatamente e de boa vontade, acontecesse o que acontecesse”, agora ele esperava algo em troca.

A noção de Reciprocidade se encaixa na nossa idéia de papéis sociais distintos existentes naquela sociedade. Esta reciprocidade ocorria entre pessoas que ocupavam posições diferentes, reciprocidade entre desiguais. A leitura que Baquaqua estava fazendo era a seguinte: sujeição de um lado, pois sou escravo, mas se eu for rentável, recompensa do outro, por parte do senhor. Como estavam participando da mesma sociedade em posições distintas, não disputavam o mesmo bolo. A imagem de uma reciprocidade onde um bolo é fatiado com pedaço generoso para o senhor e uma migalha para o escravo não cabe aqui. Eles estavam atrás de bolos com sabores diferentes. Um buscava trabalho morigerado, outro, melhoraria nas condições de vida. No entanto não foi isso o que ocorreu, o senhor não recompensou seu cativo, ao contrário, era um mau senhor “fizesse [Baquaqua] o que fizesse”. Baquaqua decidiu então virar mau escravo, se entregou a bebida e resolveu não ser mais confiável, nem rentável, como antes. Depois disso, as coisas só pioraram com fugas e sevícias sucessivas. Posteriormente ele foi levado para o Rio de Janeiro e vendido para um Capitão de navio onde teve a oportunidade de viver a sua Odisséia.

Vimos Baquaqua atingir duas posições diferentes, a que podemos chamar de *inferior* que era a de carregar pedra e outra *superior* a de vender pão. Para Baquaqua mudar de posição foi indispensável submissão, habilidade e produtividade. Quiçá ao conceder o benefício de acessar um trabalho melhor o padeiro português buscava demonstrar aos outros escravos que aquele cativo mudava de posição dentro do cativo por conta de sua produtividade, tendo como resultado desse jogo político a promoção da produtividade como veículo pelo qual os escravos pudessem esperar melhores condições de vida. O subalterno buscava com isso ter uma vida melhor, onde tivesse acesso a melhores condições que outros escravos não tão habilidosos quanto ele. O padeiro português esperava fidelidade incondicional de Baquaqua, acionou o castigo quando ela faltou. O escravo nascido em Djugu esperava um tratamento condizente com a sua experiência, caso fosse bom, que fosse tratado bem, caso fosse mau, que fosse tratado mal. O que podemos notar é que a presença do acordo não anula a possibilidade do conflito, pois a experiência levava o escravo a mudar de condição de acordo com a sua habilidade.

No dia 2 de março de 1821 a escrava Celina recebia de seu senhor, “por bons serviços prestados e por amor de criação” a promessa documentada de sua liberdade. Cinco anos e duas semanas depois, Antonio Rodrigues da Silva, o senhor de Celina, lavrava contra ela uma “ação de reescravização”. Dizia que quando prometeu a liberdade, esperava que ela lhe acompanhasse até o fim da vida, “prestando-lhe os mesmos serviços que lhe prestava no cativo, pois que só após sua morte ficaria ela gozando plenamente de sua liberdade”. No

⁵⁸⁷ Idem. p.83.

⁵⁸⁸ Idem, p.89.

entanto, segundo alega o proprietário, após a promessa de liberdade, Celina começou a se comportar “de modo ingrato”, estava “esquecida daquele benefício”, era esse o motivo de sua (re)ação.⁵⁸⁹

Sucedeu-se uma batalha judicial na qual a escrava por meio do curador afirmava ser merecedora da liberdade porque “sempre fora muito obediente para com o autor, e nunca jamais o desobedecera em coisa alguma”. Alegava ainda que foi o senhor que não fazia questão de requisitar seus serviços e por isso não o estava servindo como antes. O cerco apertava contra Celina que via sua liberdade escorrer pelas mãos, foi aí que no dia 4 de maio de 1827 ela resolveu estourar a bomba que guardava embrulhada, declarou perante o júri a verdadeira história por não servir mais, como antes, aquele senhor.

Quando da promessa de liberdade em 1821, ela teria sido retirada da casa do senhor porque havia entre eles “envolvimento carnal” e pairava no ar desconfiança e ciúme da mulher de Antonio. Celina morou em mais de três casas diferentes durante aqueles anos, quando recebia visitas furtivas de seu senhor. No fim das contas ela ganhou o processo e foi mantida em liberdade.

Gostaria de chamar atenção para três questões neste processo: um, a justificativa senhorial para tentativa de revogação de liberdade demonstra que um determinado tipo de comportamento escravo justificava a concessão de liberdade, outro justificava sua obliteração; dois, a justificativa da escrava, que acreditava merecer a liberdade por muita obediência e bons serviços prestados demonstra que os escravos podiam acreditar que da obrigação em servir surgia uma idéia de recompensa pelos serviços prestados com eficiência, lealdade e correção, fato que pode ser notado também, na biografia de Gardo Baquaqua; três, ambas as situações se encaixam na hierarquia social vigente. Celina só cobrava judicialmente sua alforria porque durante sua vida “sempre fora muito obediente” e “nunca jamais” havia desobedecido ao senhor “em coisa alguma”. Desta forma a escrava e seu curador traduziam para o universo jurídico e senhorial que o merecimento de sua alforria estava em cumprir o papel social que dela se esperava.

A redundância, propositalmente cometida pelo curador da escrava – “nunca jamais” –, é a chave para compreendermos como a hierarquia escravista influenciava aquela relação de poder através da tríade papel social, prestígio, compensação. Primeiramente Celina entendeu seu papel social: sujeição, trabalho e obediência. Após cumpri-lo, a escrava ganhou prestígio na comunidade e principalmente perante o senhor, por isso entendia que merecia ser recompensada. A própria forma como o senhor justificava a revogação de liberdade aponta para a idéia de que escravos não-íngrats, reconhecedores do arbítrio senhorial na lavragem da alforria, ou seja, fiéis, obedientes e trabalhadores, mereciam aquele prêmio.

A fonte estudada não versa sobre a posição ocupacional da escrava no cativeiro, mas simbolicamente pode-se notar que ela acessou duas posições diferentes: primeiramente o que definimos no capítulo anterior como posição inicial do mancipio numa unidade produtiva, a de escravo desarraigado, posição pela qual a escrava esteve mais distante da liberdade, sem ou com ínfimos recursos econômicos, políticos, relacionais etc. segundo quando recebeu de seu senhor a promessa de liberdade, para o qual teve a confiança do senhor de que ela lhe acompanhasse até os últimos dias de sua vida “prestando-lhe os mesmos serviços que lhe prestava no cativeiro”.

Celina mudou de posição para cima por conta de bons serviços, gratidão, amor de criação, e obediência, e para baixo por conta de *ingratidão*. Antonio Rodrigues da Silva exigia fidelidade e obediência e buscava que a escrava permanecesse trabalhando fielmente até o momento de sua morte, chegou a revogar a promessa de alforria quando entendeu que a escrava não cumpriu o que ele esperava, já a mancipia esperava que

⁵⁸⁹ ANRJ. Ação de Reescravização, 1826. Caixa 3683 – nº 81828.

sua submissão fosse reconhecida, por isso *nunca jamais* desobedecera o senhor, como acreditava. Um caso semelhante ao de cima – excetuando a pulada de cerca senhorial sobre a escrava – ocorreu entre 1841 e 1855.

Na primeira data acima, Manuel Antonio Dutra comprava uma escrava pela quantia de 300\$000. Anos e anos de serviços prestados Manuel “beneficia”⁵⁹⁰ a escrava com a promessa de liberdade, mas eis que em setembro de 1854, Rosaura passa a mão nos dois filhos e foge da casa de Manuel, motivo pelo qual o senhor postulava a reescravização, justificando-a perante o júri como culpa da escrava, pois a fuga sob o ponto de vista de Manuel Dutra foi “a mais terrível e cruel ingratidão”. Dizia-se velho e pobre, não tendo ninguém para socorrer com sua alimentação, apenas a escrava e seus filhos Francisco e Antonio. Suplicava à autoridade competente que obrigasse aos escravos que retornassem ao cativo, pois na sua “circunstancia de ancião não tinha mais forças para prendê-los e castigá-los”.⁵⁹¹

Deste processo, podemos observar nos argumentos senhoriais, outra prerrogativa da relação senhor-escravo. A falta de serviço e a fuga, sendo acionadas sem motivos, seria uma “cruel ingratidão” e merecia punição: prisão e castigo.

Analisando-se conjuntamente os argumentos alocados nos casos de Rosaura e Celina podemos perceber a existência de dois tipos distintos de escravos, o merecedor de castigos e o merecedor de benefícios.

A promoção destes modelos fazia parte da arquitetura senhorial que visava perpetuar o mando e a autoridade. Para ter acesso aos benefícios, o escravo precisava se enquadrar num padrão senhorial que exigia trabalho, fidelidade e obediência. Este padrão era o que Antonio Rodrigues da Silva, senhor de Celina resumia sob a frase: “bons serviços prestados”. Por outra via, o castigo era uma ação punitiva, e tal punição visava demonstrar que uma determinada forma de ação escrava não era aceita. Como transcreve em sua fórmula o senhor de Rosaura. Para cruéis ingratidões: prisões e castigos.

A posição inicial de Rosaura foi a de uma escrava dessocializada, depois a sua fiel antítese com o acesso à família. Posteriormente beneficiada com a promessa de liberdade atingia outra posição na hierarquia, mas ao cair em desgraça assumia novamente uma posição inferior que fora consagrada quando da ação de reescravização. O acesso a essa hierarquia na relação entre Dutra e Rosaura ocorria por bons serviços (mudança de posição para cima) e “a mais terrível e cruel ingratidão” (mudança de posição para baixo). Podemos afirmar que Dutra entendia merecer e exigia gratidão de Rosaura. O que significava, por exemplo, não fugir e continuar trabalhando de forma obediente e fiel, o castigo poderia ser acionado quando isso não fosse cumprido, seja o físico (prisão e castigo), seja o do impedimento a mobilidade social (revogação da promessa de alforria).

No dia 12 de Maio de 1830, por conta de uma escritura registrada no 1º Ofício de Notas do Rio de Janeiro o escravo José, de nação Cassange, deve ter comemorado bastante, seu proprietário lhe concedeu liberdade condicional. Entretanto, tempos depois o senhor voltou ao cartório e lavrou novo documento. Revogava a promessa de liberdade e chamava José de volta ao cativo. O acusavam de fugir sem motivos justos e de prestar maus serviços, e com isso José se tornara “indigno daquela graça”.⁵⁹²

Da promessa de liberdade até o ato de revogá-la pode-se perceber algumas estratégias senhoriais, e a mudança destas de acordo com o tempo.

⁵⁹⁰ Termo utilizado no processo.

⁵⁹¹ ANRJ. Ação de Reescravização, 1855. Caixa 3688 – nº 3.

⁵⁹² Este caso está citado em FARIA, 2004. Op.cit. p.89.

Primeiramente, a alforria condicional já é vista por historiadores como uma estratégia do senhor para a manutenção do cativo obediente, fiel e trabalhador.⁵⁹³ Esta modalidade de alforria podia ser condicionada a pagamento, tempo de serviço ou alguma fase da vida escrava ou do senhor, como maioridade, morte etc. Este foi o primeiro passo do Sargento-Mor Manoel Francisco de Miranda, senhor de José. Deve-se atentar também para as estratégias do escravo. Para receber a promessa de alforria, José foi, em algum momento, *digno daquela graça*. Ou seja, ele foi um escravo merecedor de benefícios, e como tal, teve acesso ao sonho – que quase se concretizara – da liberdade. No entanto, algo modificou o curso dos eventos. O escravo passou a descumprir o que dele se esperava, o senhor então reavaliou a situação e a modificou, revogando a promessa de liberdade. Ao fazê-lo, demonstrava que José por fugir sem motivos justos e prestar maus serviços se tornava um escravo merecedor de castigos, não mais de benefícios. Seu castigo pode não ter ferido a carne, mas a revogação da promessa de liberdade deve ter doído bem mais.

José alcançou pelo menos três posições distintas na relação: a de escravo boçal, recém-chegado de Cassange, a da concretizada em 12 de maio de 1830 com a liberdade condicional e a de escravo indigno de receber concessões senhoriais. O senhor esperava a manutenção de um comportamento que uma vez quebrado tornava José um escravo desmerecedor de receber *graças* senhoriais.

Mais um caso é o da alforria da crioula Vivência em Campinas, 1834. Dona Joséfa Maria de Amaral assim declarava os motivos da manumissão:

“pelo amor que lhe tenho, bons serviços que me tem prestado, como também por vezes gasto (comigo) seus dinheiros que lhe dá seu marido... declaro mais que o dito Antônio [marido (de Vivência)] me serviu (durante) quatro anos como meu escravo, e com a maior fidelidade e presteza prestando-me os seus jornais de \$480 por dia para remediar as minhas necessidades, e quando lhe dizia que juntasse o seu dinheiro para comprar alguma coisa para si, respondia-me que o que queria era a liberdade de sua mulher e por isso a minha consciência pede que eu a liberte.”⁵⁹⁴

O documento acima capta como escravos poderiam, através de trabalho e obediência, levar senhores a satisfazerem seus desejos, e como senhores poderiam através de concessões manterem um domínio regular, com produção permanente sobre seus dependentes, tendo a colaboração destes, mesmo após os libertarem do cativo.

Antonio já havia sido escravo de Dona Joséfa, mas mesmo depois de comprar sua alforria, ele continuou trabalhando e morando próximo a antiga senhora. Amasiado de Vivência, o casal agora buscava a alforria do ventre, provavelmente para agendar filhos livres pós-manumissão.

A estratégia da escrava foi a de prestar: (A) *bons serviços*; (B) dispor-se a ajudar na sobrevivência da senhora, comprando para ela comida, remédios e pagando suas contas; (C) Somar naquela relação de trabalho e poder, sentimentos amorosos – que podiam ser verdadeiros, diga-se de passagem; e (D) manter-se fiel e obediente à senhora.

⁵⁹³ Idem. p.90. Ver também: SOARES, Márcio. *A Remissão do cativo. alforrias e liberdades nos Campos dos Goitacases, c. 1750 - c. 1830*. Tese de Doutorado, UFF, Niterói. 2008.

⁵⁹⁴ Carta de 28 de Junho de 1844, 1º Ofício, livro 33, folhas 5-5v. “Essa carta foi originalmente escrita em Sorocaba em 3 de janeiro de 1834 e foi registrada em campinas 10 anos depois.” Apud: EISEMBERG, Peter L. *A carta de alforria e outras fontes para estudar a alforria no século XIX*. In: Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séc. XVIII e XIX. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989. p.284, nota na página 307.

O próprio amasio de Vivência entrava no plano que traçaram para a alforria. Quando escravo de Dona Joséfa, a servia com a maior fidelidade, estando sempre pronto a acatar as ordens da senhora. Pagando jornais de \$480 réis diários ajudava a sustentá-la. Depois de liberto, o marido de Vivência presenteava a esposa com somas em dinheiro, com o qual a escrava socorria a senhora.

A estratégia de Dona Joséfa também está clara. Primeiramente utilizava a promessa da alforria e sua concretização para mostrar aos escravos que compensava manterem-se fiéis e obedientes. Depois sua ligação com os escravos era tão forte que chegava a amá-los ou até a manter contato com eles após alforriá-los. Esta forma de dominação permitia-lhe contar com o jornal de escravos com a maior fidelidade e presteza durante anos, até mesmo após alforriá-los, pois de uma forma ou de outra o dinheiro destes escravos ainda remediavam suas necessidades, como no caso da escrava gastar com ela o dinheiro do marido, seu ex-escravo.

Havia naquela relação um processo gerado pelas ações dos dois agentes sociais: senhora e escrava. Pode-se afirmar que este caso é paradigmático de um sucesso tanto do escravo, quanto do senhor. Tanto um quanto outro alcançou o que buscava, um tornar-se livre, o outro manter o cativo trabalhando até a assinatura da carta, e por incrível que possa parecer, até depois dela.

A escrava subiu paulatinamente na hierarquia intra-senzala e após a alforria mudou realmente de condição passando a integrar outro grupo social, o dos forros. Fora isso Vivência teve acesso a relações sociais que a protegiam, como no caso do seu marido. Amor, bons serviços e demonstração simbólica e concreta de submissão foram fundamentais para Vivência subir na hierarquia de traços de Antigo Regime na sociedade escravista.

Henry Koster, o viajante que se tornaria senhor de escravos em Pernambuco no início do século XIX – “fonte inesgotável”, como indica José Roberto Góes – publicou um dos melhores livros de viajantes que passaram pelo Brasil e comentaram sobre a escravidão. Isso porque quando resolveu escrever sua “Viagem ao Nordeste do Brasil”, entre descrever a vida social e a relação senhor-escravo ele não se segurava e buscava na memória casos exemplares que testemunhou. Em tais casos, Koster nos brinda com comentários elucidativos e informações preciosas sobre a relação senhor-escravo, em outros demonstra sua guinada abolicionista posterior: “Ó! Sistema maldito, que destróis assim as esperanças e sonhos de uma vida feliz!”, lamenta o inglês ao contar sobre um caso de um capitão-do-mato que num certo dia apareceu à porta de um senhor com sete escravos. Dois deles haviam fugido fazia “dezesseis ou dezessete anos”, e os outros cinco eram seus filhos. O amo, como Koster chamava os senhores por boa parte das vezes, “os fez prender a todos”, inclusive os filhos nascidos em liberdade, durante os tais “dezesseis ou dezessete anos”.⁵⁹⁵

Mas o que nos interessa é um caso curioso lembrado por Koster: o do “comprador de escravos”, um sujeito que vivia numa “propriedade na Mata” em Pernambuco. Koster percebeu que este senhor aplicava uma metodologia para o domínio dos escravos. Ele era conhecido como comprador de escravos, porque aceitava comprar cativos “por peores que

⁵⁹⁵ KOSTER, Henry. *Viagem ao Nordesde do Brasil*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura do Governo do Estado de Pernambuco. 1942. p.525.

fossem seus caracteres” desde que por um “preço abaixo do usual”. Neste caso, escravos que “conduzem mal” eram comprados por este senhor e uma vez em sua fazenda passavam a viver em “tranquilidade”.

Koster certamente foi uma pessoa muito observadora e curiosa, afinal de contas, estava vivendo numa terra distante da sua, tendo que se adequar a algumas formas de ser e agir, inclusive para se relacionar com os escravos que ele próprio comprou. Num desses dias de observação e interrogações, o inglês encontrou-se com o “comprador de escravos” e o tal contou qual era a sua fórmula estratégica. Assim Koster o descreveu:

“É homem de caráter enérgico. Quando chega um desses novos escravos, leva-o a prisão e lhe mostra o ‘tronco’, as cadeias, o chicote, etc., dizendo: – ‘Aqui está o que deves esperar continuando os maus costumes!’ Entrega ao escravo uma choupana, roupas e outros objetos de conforto, todos em estado de perfeito asseio, possuídos em maior quantidade que nos demais domínios. (...)”⁵⁹⁶

Do caso podemos notar as estratégias de domínio utilizadas pelo “comprador de escravos” e afirmar que seu sucesso em dominar os cativos não vinha apenas de seu caráter enérgico, mas pela hierarquia interna que apresentava com clareza aos seus mancipios: tronco para quem tiver maus costumes, o privilégio do conforto para quem trabalhar.

Certo dia, houve uma briga nesta fazenda onde o Feitor foi ferido por um escravo. O enérgico senhor mandou prender o escravo imediatamente e investigou o caso, descobriu que o culpado era o Feitor, homem livre, que foi logo despedido. O cativo “sofreu certos castigos por ter agredido a um superior mas ultimamente foi nomeado Feitor, havendo antes ocupado um posto inferior. (...)”⁵⁹⁷

A imagem muito bem captada por Koster e bem contada por este senhor fundamenta a visão de múltiplas hierarquias nesta sociedade. Senhor, Feitor, escravos com postos inferiores ao de Feitor e por fim, escravos. Nesta hierarquia nada era cristalizado, dado para sempre, era a experiência no dia-a-dia dos atores sociais que fazia com que eles tivessem uma vida melhor ou pior. O tronco ou o conforto eram as duas opções de vida dadas por este senhor, mas elas não eram acionadas de qualquer jeito. Para manter a “tranquilidade” daquela fazenda, o senhor garantia o acesso aos escravos a posições de maior ou menor conforto de acordo com seus bons ou “maus costumes”. Julgava os casos ocorridos dentro de seu domínio com justiça, justiça equitativa, mantendo seu domínio de forma incontestável. A própria surra que deu no escravo demonstra claramente sua política de domínio atrelada a cultura política da diferença onde um desigual jamais deveria agredir a um superior. O mancipio apanhou, pois agrediu “um superior”, mas foi recompensado porque falava a

⁵⁹⁶ Idem. p.519.

verdade, prestando um bom serviço ao verdadeiro senhor daquela fazenda.⁵⁹⁸ Nesta relação senhor-escravo duas coisas estavam muito bem arquitetadas: (A) a hierarquia social: superiores e inferiores; (B) o acesso a melhoria nas condições estaria disponível a todos os escravos, desde que soubessem respeitar esta hierarquia e fossem bons escravos, ou seja, desde que fossem trabalhadores, fiéis e obedientes.

O senhor tinha uma fórmula para o conforto e a punição, os subalternos se aproximariam do conforto agindo com bons costumes e do castigo com os maus. Outra questão que o texto esclarece é a exigência do comprador de escravos pelo respeito a hierarquia. O senhor buscava dominar os escravos de forma clara e incontestável, o castigo seria rígido, mas teria um lugar funcional na relação: corrigir os erros dos escravos.

O que estamos observando é que havia práticas costumeiras que sancionavam um tipo de comportamento: aquele que agia dentro das normas e expectativas senhoriais. Mas também havia a espera de uma contrapartida: reconhecer e compensar os escravos que merecessem, pois eram, ou pensavam serem obedientes, fiéis e trabalhadores o suficiente para receberem a confiança do senhor, acessando assim os possíveis benefícios postos a mesa. Diante destas expectativas procurava-se distanciar das piores condições do cativo, dos piores serviços, como “carregar pedra” para Baquaqua. Os cativos assim ao costurarem acordos deixavam paulatinamente a condição completa de desarraigo e de falta de recursos para trás subindo importantes degraus no cativo.

O poder se transformava em domínio quando os subalternos aceitavam, compartilhavam com os dominadores aquele tipo de relação. Um acordo. Este acordo não foi o do sonho de nenhum dos dois agentes sociais, foi o possível gestado entre conflito, negociação, busca por sobrevivência, melhorias materiais, pessoais e geracionais, além de manutenção e aumento da produção. Tudo isso bebia na fonte da hierarquia vigente, produzido por ela, mas reproduzindo-a no devir. Assim:

“(...) a submissão a uma pessoa ‘de mais qualidade’ estava diretamente relacionada ao domínio sobre outras, inferiores, e o aumento de poder só era concebido através de um registro que envolvia o consentimento e a concessão. As regras sociais pressupunham esta rede hierarquizada e o próprio modo das relações envolvia cerimônias e rituais que levavam em conta estas diferenças.”⁵⁹⁹

Domínio e submissão eram assim, formas de participar da sociedade, onde havia comportamentos esperados dentro dessas regras sociais. É aqui que podemos voltar ao conceito de reciprocidade. O poder era exercido porque havia consentimento. Consentimento dos escravos alimentado por concessões senhoriais. Neste terreno, o que chamamos de reciprocidade, ou trocas desiguais, pode ser definido – por nós historiadores – da seguinte forma: trabalho, obediência e fidelidade *por* autonomia e acesso/manutenção de concessões. Uma vez quebrada as expectativas do senhor – deferência ao seu poder, trabalho morífero e comprovações práticas e simbólicas de seu domínio –, ou a dos escravos – proteção, respeito as suas conquistas e esperança de mais autonomia –, a situação podia mudar de figura.

⁵⁹⁷ Idem. pp.519-520.

⁵⁹⁸ Idem, *ibidem*.

⁵⁹⁹ LARA, Silvia. *Fragmentos setecentista: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. Tese de Livre Docência. Unicamp, Campinas, 2004. p.91.

Esta forma de olhar a noção de reciprocidade, entre desiguais, é bastante refinada. Não se pode pensar que senhores e escravos entendessem o cumprimento de suas funções ou obrigações para com o outro da mesma forma – como diz Maravall, a distribuição da honra segundo o que se pratica é desigual e está ligada ao grupo no qual a pessoa se inclui na sociedade⁶⁰⁰ – mas ao interagir cotidianamente elite e subalternos revelavam seus desejos e limites, aprendiam com o outro e com o mundo a sua volta como jogar com as regras sociais impostas estruturalmente, mas condicionadas na conjuntura. Não obstante, é necessário levar em conta a prerrogativa senhorial de poder e mando. Neste sentido era ele quem ditava as regras, dominava a situação, aos escravos uma via política bastante utilizada foi a submissão como estratégia, onde obedecer as regras do senhor não significava ser manipulado por elas, mas compreender de forma inteligente sua situação para alterar sua condição a partir delas. Esta é uma jogada política, pois o senhor dependia de contar não só com a aceitação dos escravos, mas com a sua colaboração, e só a força não dava conta disso. Os escravos conseguiam então interferir na ordem estabelecida agindo não somente de forma rebelde, mas fazendo acordos por dentro dela.

Escravizar o outro pode ser na teoria⁶⁰¹ reduzir um indivíduo à condição de coisa, mas na prática tudo mudava de figura. A coisa era gente, sentia amor e ódio, raiva e satisfação, alegria e tristeza. O cativo trabalhava para o senhor, era seu empregado doméstico, seu capataz, seu recolhedor de café, seu barbeiro ambulante. O trabalho que o escravo exercia seja numa grande *plantation* ou numa unidade produtiva diminuta fazia o senhor dependente de sua cooperação, a sabotagem podia mesmo ser a ruína da plantação ou de um pequeno senhor com poucos recursos. O escravo assim, não era o do desejo do senhor, e para trabalhar bem, queria algo em troca. O senhor também não era o do desejo do escravo, para lhe tratar bem, era necessário aceitar a sujeição, trabalhando e exercendo sua condição submissa.

Morando no Brasil em meados do século XIX, Charlhes Expilly teve tempo para observar o trabalho das negras de tabuleiro. Talvez impressionado com a beleza e astúcia da preta mina Manuela, escreveu:

“A quinta do sr. Madrinhão possuía um pomar, onde bananas, laranjas, cajás, pitangas, abacaxis, figos, etc. cresciam em abundância. Confiavam um tabuleiro a Manuela [escrava], e todas as manhãs ela ia à cidade carregada das frutas da quinta. O feitor fixava um preço para a perfumada mercadoria. *Desde que a soma estipulada fosse regularmente entregue todas as noites, Manuela ficava livre todo o tempo restante, e ainda poderia guardar para si o excedente da receita.* (...) Foi a partir dessa época que o seu pescoço, as suas orelhas, os seus dedos se cobriam de colares, brincos e anéis. (...)”⁶⁰².

A história demarca a relação de trabalho entre uma escrava de ganho que vivia na cidade e o senhor – neste caso na figura do feitor. Fica claro que no caso, a concessão de autonomia estava atrelada à produção e à obediência. Desde que Manuela entregasse o jornal diário *regularmente todas as noites* ela ficava livre todo o tempo restante. Ou seja, ganhava uma compensação, um alívio do cativo por exercer o seu papel social com sucesso.

⁶⁰⁰ MARAVALL, José Antonio. *Poder, honra e elites en siglo XVII*. Madri: Siglo XXI, 1989. pp-16-23.

⁶⁰¹ Ver uma discussão teórica sobre o espaço social do escravo em: FINLEY, Moses. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

⁶⁰² EXPILLY, Charles. *Mulheres e Costumes do Brasil*. 2ª. ed., São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL. 1977. pp. 81-82.

Ao permitir que sua escrava tivesse acesso a esses bens materiais, o senhor criava um símbolo. Pois um escravo, cujo jornal diário estipulado *fosse regularmente entregue todas as noites*, transformava-se num símbolo para os outros, quando *ficava livre todo o tempo restante*. Este emblema tinha que ser diferente, e ali era materialmente, simbolizado nas orelhas, dedos e pescoço de Manuela através de brilhosos brincos, colares e anéis. O que impressionava o viajante devia causar furor muito maior nos outros escravos. O acesso a tais recursos por Manuela só era possível dado o acordo que tinha com o senhor.

O outro lado da moeda era a possibilidade de fuga, rebeldia e insurreição escrava quando este não fosse compensado pela mão senhorial por ter praticado sua função com correção. Baquaqua e os escravos que Antonil viu blasfemando contra seus senhores são, neste sentido, exemplares. O primeiro queria recompensas pelo rendimento que gerava. Trabalhava com correção para poder se colocar na posição de cobrar estas prerrogativas. Não reclamava apenas contra castigos injustos, mas contra compensações desrespeitadas. A mesma compensação esperada pode ser vista nos casos de Custódio e Celina.

Em suma, para dominar, os senhores tinham que abrir mão de algumas prerrogativas e, era justamente neste momento que os escravos acabavam por assegurar algum poder. O próprio Antonil reconhecia estas prerrogativas dos mancípios:

“O certo é que, se o senhor se houver com os seus escravos como pai, dando-lhes o necessário para o sustento e vestido, e algum descanso no trabalho, se poderá também depois haver como senhor, e [então os escravos] não estranharão, sendo convencidos das culpas que cometeram, de receberem com misericórdia o justo e merecido castigo. E se depois de errarem como fracos, vierem por si mesmos a pedir perdão ao senhor ou buscarem padrinhos que os acompanhem, em tal caso, é costume no Brasil, perdoar-lhes. E bem é que saibam [os senhores] que isto lhes há de valer, porque, de outra sorte, fugirão por uma vez”.⁶⁰³

Sendo os escravos *convencidos das culpas que cometeram*, não estranharão o *merecido castigo*, mas caso este fosse excessivo ou julgados não-merecidos, os escravos *fugirão por uma vez*. Perceba que os modelos que emergem dos documentos históricos, referendam, e não negam a hierarquia de traços estamentais e as funções sociais de cada um. Pode-se diante do que vimos tipificar o comportamento esperado de parte a parte numa hierarquia de degraus.

As variáveis mais aparentes das relações acima analisadas foram as seguintes: Submissão, habilidade, produtividade, amor, bons serviços, gratidão, obediência, merecimento, beneficência, bons costumes e respeito a hierarquia. Podemos separar estas variáveis em diversas categorias, são elas: sentimentais (amor e gratidão), econômicas (produtividade), mérito (merecimento, habilidade e bons serviços), morais (bons costumes e beneficência) e hierárquicas (obediência, respeito a hierarquia e submissão). Esta análise nos permite observar que apesar de discordar em alguns momentos, senhores e escravos muitas vezes se entendiam e partilhavam dos valores necessários para acessar esta ou aquela posição e para a sociedade funcionar, é claro. Respeitar a hierarquia, por exemplo, ou demonstrar obediência e submissão aparece tanto na ação dos escravos – presente de forma mais evidente nas palavras de Baquaqua, Celina e Vivência quando o primeiro demonstrou para o

⁶⁰³ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3ª ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia: São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1982. p.92. Publicado originalmente em Lisboa, 1711.

senhor sua prontidão ao trabalho dando a “entender que faria tudo o que ele precisasse”, a segunda quando afirmou que “nunca jamais” desobedecera o senhor “em coisa alguma”, e a terceira tanto de forma simbólica quando o marido entrou no jogo político informando e ajudando a convencer a senhora a libertá-la, quanto prática, gastando dinheiro para acudir a necessidade e a saúde da senhora –, quanto na cobrança dos senhores – de forma mais evidente no caso do comprador de escravos cobrando respeito a hierarquia.

Três variáveis fundamentais foram habilidade, produtividade e bons serviços. Elas apareceram tanto na justificativa dos escravos para receberem benesses senhoriais, quanto nas palavras dos senhores – neste caso sempre atrelado a recursos que aproximariam os escravos de conforto, como no caso do comprador de escravos, ou, da liberdade como no caso de Manuel Antônio Dutra e Dona Joséfa. Aliás, o caso da quitandeira Manuela, também é paradigmático, pois o acesso a dinheiro, bens materiais e até um tempo livre para si estava atrelado aos bons serviços, no caso cumprir com a soma estipulada em seu jornal diário.

A gratidão aparece como um valor fundamental esperado pelos senhores, como no caso de Antonio Rodrigues da Silva que justificava sua ação de reescravidão pela falta de. O amor também é justificado como motivo para conceder benefícios, sendo a aproximação entre senhores e escravos uma perspectiva possível, ou seja, pode ser que duas coisas se completassem para Vivência gastar seu dinheiro com a senhora, a expectativa de reconhecimento e o amor recíproco que parecia haver entre as duas.

Podemos pontuar dois resultados do capítulo: primeiro que a liberdade não era o próximo passo dos escravos, era o mais distante, tendo que se alcançar uma diversidade de outros antes e cumprir diversos degraus no cativeiro para poder pensar em; segundo, que a hierarquia de degraus era construída politicamente e ordenada pela forma de ser daquela sociedade, sendo esta construção política ditada pelas variáveis sentimentais, econômicas, morais, hierárquicas e pelo mérito de acordo com expectativas, conflitos, acordos e negociações entre senhores e escravos.

Assim, tempo, confiança e construção de relações sociais eram fundamentais para subir nesta hierarquia. O tempo era fundamental para o escravo mostrar submissão, obediência e habilidade. Com o passar do tempo, um escravo poderia ganhar a confiança do senhor como no caso de Manuela e Vivência, mais tempo daria o escravo a possibilidade de laços sentimentais e sociais, onde se afastaria da condição inicial desprotegida e poderia alcançar cotidianamente até mesmo níveis altíssimos de proteção, como no caso de Vivência. A “Escritura de Liberdade” assinada por Antonio Pires Fernandes, ele mesmo preto forro, a “Sua escrava Constancia Crioula” é mais um exemplo:

“Saibam quantos este público Instrumento de Escritura de Liberdade virem [que] no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oito centos e treze cinco de Novembro. Nesta Cidade do Rio de Janeiro no meu Escritório perante mim o Tabelião apareceu Antonio Pires Fernandes Preto Forro morador desta Cidade reconhecido das Testemunhas (...) assinadas perante as quais (...) apresentou o Bilhete (...) seguinte= Antonio Pires Fernandes faz Escritura de Liberdade a sua Escrava Constancia Crioula em dois de Novembro de mil oito centos e treze. (...) [A escrava] foi criada na casa por ser filha de outra Escrava chamada Maria,[e] pelos muitos anos que lhe tem servido lhe dá Liberdade gratuitamente para que daqui em diante possa conduzir Livremente (...)”⁶⁰⁴

⁶⁰⁴ ANRJ, 1º Ofício de Notas da Cidade do Rio de Janeiro, Livro 209, folha 50 e 50 verso, 02-11-1813.

O tempo foi importante para Constancia servir ao senhor por muitos anos e assim sair do cativeiro. Estes valores explicam como se criavam as diferenças entre os escravos na senzala.⁶⁰⁵ Assim, pudemos perceber que havia uma diversidade de caminhos que em certo sentido criavam incontáveis possibilidades de ascensão, mas também de descenso. Mas não exatamente era o tempo que mudava as condições dos escravos dentro do cativeiro, o que ele permitia era um maior aprendizado e a conquista de maior confiança entre as partes. Dito de outro modo, africanos recém-chegados, ladinos que conviviam a mais tempo ou crioulos que dominavam os códigos de conduta locais desde cedo poderiam todos galgar degraus intra-cativeiro pois não só o tempo longo para ganhar a confiança do senhor abria espaço para o acesso a melhoria nas condições de vida. No jogo político da relação senhor-escravo era necessário que o senhor concedesse autonomia através do mérito alimentando a esperança e transformando a vida cotidiana do escravo numa busca pela retomada de sua pessoa para si próprio. A habilidade de Baquaqua, por exemplo, o tirou de um serviço demasiado desgastante para um melhor em pouco tempo e a de Manuela lhe dava dois recursos fundamentais entre os seus: “tempo livre” e dinheiro.

A explicação dessa hierarquia de degraus aponta para como se produzia e reproduzia o servilismo de um lado e de como as ações sociais dos subalternos, impunham limites do outro. Havia na relação escravista antes mesmo da liberdade uma série de bens que circulavam no cativeiro, o que significava somar a sua vida dos cativos aspectos materiais e simbólicos que a tornava melhor do que a condição inicial. Pode-se usar aqui a imagem de Levi: dentro de uma senzala circulavam bens acessíveis aos mancípios, alcançáveis de acordo com diversos fatores que os colocava em posições diferentes. Entre o estado completo de desarraigo e o rei dos escravos havia diversos degraus onde se posicionavam cativos com recursos distintos negociados na relação hierárquica gerenciando *status* diversos. Tornar-se o rei dos escravos significava ter acesso ao topo da hierarquia existente dentro da senzala, esta hierarquia separava os escravos indignos e dignos *daquela graça*, como diriam alguns senhores.

Uma trajetória para o arremate:

A Família Reis: Honra, Desigualdade e relações com os subalternos

Como vimos, havia expectativas que todos os senhores deviam ter de seus escravos: obediência, fidelidade e trabalho morífero deviam ser comuns, mas se um senhor vivia do transporte de muares, esperava que seus escravos fossem bons no trato dos animais; se fosse um senhor de engenho, esperava que seu mancípio fosse cuidadoso com o precioso fruto da plantação e de seu beneficiamento para transformação em açúcar; se fosse carpinteiro ao ganho que fosse competente o suficiente para pagar o jornal diário. Em suma, o tipo de produção fazia com que houvesse diferenças na relação entre as expectativas de um senhor para outro e logicamente modos de vida diversos para cada um desses escravos.

Camilo Caetano dos Reis, nosso conhecido do capítulo anterior, passou mal em uma de suas padarias no dia 19 de julho de 1814 e faleceu. Deixou vários bens, entre eles, casas, negócios, metais e escravos. A bela quantidade de bens ganhou uma atenção maior da justiça, dada a existência de vários herdeiros, sendo alguns deles menores de 25 anos. Petições, agravos e respostas anexadas ao inventário nos permite reconstruir parte da trajetória desta família e conhecer de perto, sua relação com os escravos.⁶⁰⁶ Esta trajetória comprova empiricamente o valor de práticas de uma tradição anterior na primeira metade do século XIX, são elas: a

⁶⁰⁵ Eis aqui um elemento importante a ser considerado, a sobrevivência à elevada mortalidade retirava de boa parte dos escravos a condição fundamental para ascender socialmente: tempo de vida ao lado do senhor.

desigualdade na hierarquia, a honra e o estabelecimento de acordos desiguais – e benéficos para ambos – entre elite e subalternos.

No momento em que o inventário foi aprovado pelo Juízo de Órfãos, a família de Caetano continuava morando na Rua da Cadeia, número 3, numa casa espaçosa e recém-reformada, aliás, não era a única, os Reis tinham outras 12 casas que funcionavam não apenas como residência, mas com fins comerciais. Na Rua da Cadeia, número 4, funcionava uma padaria equipada com dois fornos pequenos e um grande, dezenove tabuleiros grandes para assar pão entre outros trastes. Na Rua dos Ourives, numa casa alugada, havia outra padaria no número 39 e um botequim, no número 40. Este último estava equipado para receber os fregueses com duas mesas grandes e quatro pequenas. Apenas em trastes de padaria e botequim, a família Reis havia investido ao longo da vida mais de 1:000\$000, caso somemos os escravos que trabalhavam nas ditas atividades.

Por algum motivo não esclarecido no inventário, Caetano ostentava o título de Capitão, mas algumas informações nos permite afirmar que suas estratégias de vida passavam pela jactância de bens simbólicos importantes que o proporcionava honra e prestígio, o que certamente se somava a ostentação de tal título. Na verdade, bens importantíssimos naquela sociedade. Onde queremos chegar ao abordar esta questão? Ela influenciava a própria relação desta família com seus escravos. E mais, ao não conhecê-la a fundo estaríamos correndo o risco de analisar a relação senhor-escravo de uma forma generalizante.

A escravidão tinha variadas facetas, cada senhor e cada escravo estaria envolto em uma relação única, diferente, e que não sofreria apenas constrangimentos e incentivos gerais – a sociedade ao redor, o grupo social ao qual o senhor pertencia e a importância do escravo para ele – mas também constrangimentos e incentivos excepcionais, ligados a vida daquele senhor, daquela família e de seus escravos. Busca-se entender a relação senhor-escravo, então, em três níveis distintos, mas entrecruzados: um, reconhecer situações excepcionais de Camilo Caetano com seus escravos; dois, procurar situações relacionais específicas do seu grupo social com seus escravos; três, apreender o jogo dessas duas esferas de acordo com uma sociedade onde ainda se fazia presente o paradigma da desigualdade.

Começamos pela busca pela honra e pelo prestígio, que aparecem em diversos aspectos da vida dos Reis. Cronologicamente a primeira notícia que temos é a da forma como organiza o futuro dos filhos. São eles: Francisco Paribuna dos Reis, Camilo Caetano dos Reis, Jacinto José dos Reis, José Caetano dos Reis, Luiz José dos Reis, Rita Rosa da Conceição, maiores de 25 anos; Albino José dos Reis e Emerenciana Rosa da Conceição, menores.

No momento da abertura do inventário – 1817 – Francisco Paribuna, primeiro herdeiro, se encontrava estabelecido e casado “na corte de Lisboa”. Certamente, o estabelecimento de Francisco em Portugal custou àquela família o gasto com recursos para a viagem, além da provável remessa de dinheiro até que o primogênito pudesse se manter. Pode ser por isso que as casas da família tenham passado um tempo com algumas partes “podres e arrasadas”, mas não muito. Em 19 de dezembro de 1814, ou seja, cinco meses após a morte do marido, Dona Emerenciana Rosa da Conceição entrava com petição para fazer reparos na casa da Rua dos Barbonos que estava com o “forro da sala todo podre”. Após esta reforma, outra petição em 7 de abril de 1815 requeria concertos na casa da Rua da Cadeia. Após examinada, alguém ordenado pela “autoridade competente” disse que a casa estava com “todos os seus telhados com percisão de serem feitos de novo”, além de “dois caixilhos de vidraças para duas janelas para resguardar os tempos de chuvas que açoitam para dentro”.

⁶⁰⁶ ANRJ, Inventário *Post-mortem*, Camilo Caetano dos Reis, 1817. Todas as informações a seguir referente a família Reis foi levantada e interpretada a partir da leitura deste inventário.

Filho e nora em Portugal e reformas nas casas podem denotar também a busca por consideração social, apesar da anotação dos fiscais do Juízo de Órfãos que liberaram a reforma, prescreverem apenas o valor prático: as chuvas que invadiam a casa. O acesso a redes clientelares em outro continente, e se for o caso, o casamento de um filho com membros de famílias portuguesas, denotava o prestígio da família Reis. As reformas nas casas, da mesma forma, podem ser entendidas como a busca – ou a manutenção – de um padrão de moradia de acordo com a importância daquela família, daí a necessidade urgente⁶⁰⁷ da reforma não poder esperar até o fim do processo de inventário. Mas não pára por aí. Para uma padaria funcionar, logicamente que uma gama de distribuidores estava conectada a família Reis, temos informações sobre entregas de carvão e farinha, respectivamente combustíveis para o forno e para a massa dos pães que alimentavam a população local.

Joaquim Alvez de Araújo fez tal entrega em alguma data na primeira metade de 1814 e por isso, o:

“(…) Capitão Camilo Caetano dos Reis lhe é devedor da quantia de 17\$500 procedidos de carvão e farinha que o suplicante havia vendido fiado em vida daquele falecido (…) que o dito seu marido antes de falecer da vida presente lhe rogara muito pagasse aquela dívida, porém como há órfãos não pode fazer sem despacho (…)”⁶⁰⁸

A resposta veio dias depois:

“(…) É verdade o que o suplicante alega em seu requerimento pois meu defunto marido me disse antes de morrer digo antes que morresse que devia este dinheiro e que o pagasse o mais breve que o pudesse e por não saber escrever pedi que a meu rogo forasse e assinasse (…)”

Emerenciana Rosa da Conceição

“(…) estamos prontos a pagar logo que Vossa Merce assim o mande *pois a dívida é verdadeira*. (…)”

Rio de Janeiro 18 de julho de 1815

Esta última frase, assinada por todos os herdeiros presentes, é um exemplo da busca por honra e prestígio daquela família. Primeiro, este prestígio é utilizado na vida prática da família, uma vez que ao conquistá-lo conseguiram acesso a um dos bens mais importantes na vida de um comerciante na época: o crédito, exemplificado no caso pelo acesso ao carvão e farinha fiados. Depois, para mantê-lo, seria importantíssima a forma como tratariam as dívidas e os eventuais cobradores. Dona Emerenciana e seus filhos haviam aprendido os ensinamentos do falecido pai e marido, aliás, ele mesmo pediu em vida que pagasse aquela dívida o mais rápido que pudesse. O prestígio na comunidade era mesmo um bem precioso, quase dá pra enxergar o Capitão Camilo quiçá adoentado e pressentindo a morte rogando o pagamento de suas dívidas, ou seja, impetrando a manutenção do crédito e do funcionamento de seu comércio e com ele a sobrevivência e a continuidade da estima social da família na comunidade. A questão não era apenas prática, era também simbólica, marcava a honra para aquele Capitão e sua família. Joaquim Alvez de Araújo sabia disso, e fez questão de deixar claro que

⁶⁰⁷ Logicamente não estamos negando a possibilidade da questão emergencial. Pode ser que as famosas chuvas de março tenham deixado suas marcas e causado a necessidade da reforma. Ou seja, o lado emergencial somaria ao do prestígio social.

⁶⁰⁸ ANRJ, Inventário *Post-mortem*, Camilo Caetano dos Reis, 1817.

não tinha dúvidas de que a dívida seria paga, só foi a Juízo porque havia órfãos e não poderia receber sem despacho.

Enfim, chegamos aos escravos. O caminho percorrido nos levou a entender como esta família agia na comunidade. Cabe perguntar: como era a relação deles com seus escravos? Certamente os mancipios eram muito importantes nas atividades comerciais da família. Temos notícias de escravos que trabalhavam no “tráfico da padaria”, ou seja, na venda de pão feita nas ruas. Os Reis tinham alguns escravos perambulando com pães quentinhos pela Corte. Graças ao caixeiro da família – que cobrava salários atrasados – temos a informação como um deles trabalhava. O caixeiro Manoel Joaquim de Sá cobrava a quantia de cinco doblas referente a “ordenado de oito meses a oito mil reis por cada um” dos meses atrasados. Dona Emerenciana e seu filho, responderam da seguinte forma:

“É verdade o suplicante estar na padaria que menciona que acompanhava um dos escravos a vender pão, e caso lhe ficou devendo alguma coisa não posso saber e só sim o meu filho Luiz José dos Reis que é quem administrava a Padaria no tempo de meu Marido. É o que posso responder (...)”

Emerenciana Rosa da Conceição
Rio de Janeiro, 6 de junho de 1815

O caso exemplifica como ocorria o trabalho do caixeiro e parte da venda de pão das padarias. Escravo e caixeiro saíam à rua, um responsável por carregar pão, o outro por acompanhar o cativo na venda. É terreno movediço, mas isso poderia ocorrer apenas com “um dos escravos” não com todos. Baquaqua, outro escravo que vendia pão, mas em Pernambuco três décadas depois, o fazia sem os olhares de um empregado do senhor.⁶⁰⁹ Trabalho semelhante fazia sozinho o escravo Manoel no Rio de Janeiro em 1828⁶¹⁰. Pode estar aí uma política de distinções na escravaria do Capitão Camilo Caetano dos Reis. Todos os escravos que trabalhassem na atividade de vender pão na rua tinham certa mobilidade, ou seja, liberdade de movimento dada pelo exercício de sua função, mas alguns tinham mais que outros, pois poderiam estar sozinhos, ou acompanhados de empregados do senhor. Isto geraria uma política de domínio onde somente os mais confiáveis teriam acesso a esta maior mobilidade.

Menos movediça é a alforria anexada ao inventário, nela uma clara política de domínio pode ser percebida.

“Diz Dona Emerenciana Rosa da conceição viúva de Camilo Caetano dos Reis e inventariante dos bens de seu casal, que ela está procedendo a inventário dos mesmos bens por este juízo para dar partilhas aos menores seus filhos: e por que entre os bens descritos no mesmo inventario há duas crias de nomes Minaloina Crioula e Luiz Pardo, a quem a suplicante para querer beneficiar tem conferido liberdade pela escritura junta; tomando para isso o valor dos mesmos na respectiva parte de sua meação, requer por isso a Vossa Senhoria seja servido mandar que junta esta ao dito inventario, os partidores assim o observem, lançando na

⁶⁰⁹ BAQUAQUA, 1997, op.cit. pp.90-91.

⁶¹⁰ “No dia 1 de agosto de 1828, fugiu, ou desencaminharam-no a José d’ Oliveira Coelho, com Fabrica de Padaria na rua nova de S. Bento n. 86, hum seu escravo de nome Manoel, de nação Moçambique, que andava vendendo pão, por ser esta sua ocupação há mais de 6 anos, com os sinais seguintes, boa estatura, sem ponta de barba, sinais de sua terra na testa, magro da cara, e algumas cousa fala de panos no rosto, tem os dentes limados, trazia bicha em uma das orelhas, fala alguma cousa atrapalhado, a preza de muito ladino, quem o agarrar e levar a sobredita casa de seu Sr. Recebera boas alviças. Jornal do Commercio, n° 397, Sexta-feira 06.02.1829. p.2.

respectiva parte da meação da Suplicante os ditos escravos, para ter lugar o benefício das liberdades (...)⁶¹¹

Em 31 de julho de 1816 Emerenciana Rosa da Conceição, moradora na Rua da Cadeia, compareceu perante o Tabelião entregando a seguinte carta:

“Emerenciana Rosa da Conceição dá liberdade a seus escravos Minaloina Crioula, Luiz Pardo, a vinte e nove de maio de 1816 = Prates = Dizendo-me a outorgante perante duas testemunhas que Ela esta procedendo a Inventario dos bens do seu casal pelo juízo dos Órfãos desta Corte no Cartório do Escrivão Carlos José de Jesus, cuja partilha posto estejam já os autos conclusos para ela ainda não está finda, e desejando ela outorgante beneficiar as duas crias que tem de nomes Minaloina Crioula de nove anos de idade filha de Catharina Conga, que foi escrava do casal e hoje se acha liberta, e Luiz Pardo de cinco anos filho da dita; os quais serão obrigados a servir e a acompanhar a Ela outorgante enquanto viva for e por sua morte ficarão forros e libertos gratuitamente e para maior segurança das liberdades toma na sua meação os ditos escravos pelo preço em que foram avaliados para o inventario e roga as justiças de Sua Majestade Fidelíssima façam cumprir esta escritura de liberdades como nela se contém digo como nela se declara, que Ela outorgante por sua pessoa e bens presentes e futuros, e pelos seus herdeiros se obriga a fazê-las boas, firmes e valiosas.”⁶¹²

Catharina Conga havia sido escrava do casal e tinha sido alforriada anteriormente. Em agosto de 1816, foi a vez de seus dois filhos receberem liberdade condicional. Estas três alforrias engendram uma política de domínio gestada pela família Reis, consagrada na Alforria de Conga acordada com Camilo Caetano ainda em vida e as alforrias de Minaloina e Luiz, *post-mortem*, assinada por Emerenciana e testemunhada por Alexandre Azupardo e Francisco Joaquim Nogueira.

A alforria, neste caso, completava um processo de serviços prestados, desde que eles fossem os esperados pelo senhor. Assim, os Reis angariavam legitimidade perante seus cativos e sua política de domínio passava pela manutenção de uma dominação incontestável. Nela, a prática da alforria era também uma conquista escrava. Catharina prestou serviço por boa parte de sua vida, esperando algo em troca, ao conceder o que a escrava esperava, a senhora mandava um recado claro para sua escravaria, pois aqueles exemplos práticos recomendavam aos outros que lhe servir do jeito que ela queria poderia lhes deslindar uma vida melhor. É sintomático que esta política é utilizada inclusive dentro da família escrava. Mãe alforriada anteriormente; Filhos alforriados condicionalmente, mas tendo na própria mãe o exemplo de que ao continuar tendo o comportamento esperado por Dona Emerenciana, aquele “benefício” concedido pelo senhor iria se concretizar.

As alforrias na família Reis demonstram como o comportamento de elite e subalternos estavam atrelados as noções de diferença em uma sociedade escravista e hierarquizada vigente no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. Prestando mais atenção no texto da alforria, podemos enxergar a hierarquia presente de forma mais ampla, que ultrapassa a visão dicotômica de senhores e escravos, e, além disso, o jogo político do subalterno com o senhor submetendo-se de forma estratégica, ou seja, compartilhando da sujeição e aceitando suas obrigações, para poder ter acesso a benefícios que vão mesmo até além da manumissão.

⁶¹¹ ANRJ, Inventário *Post-mortem*, Camilo Caetano dos Reis, 1817.

⁶¹² Idem.

Esta forma de agir, com suas devidas diferenças locais indica a presença de semelhanças nas ações sociais de elite e subalternos em diferentes paragens do império português, tal como vimos no comportamento de Homens pretos e Angolares em São Tomé e Príncipe em capítulo anterior. Na alforria da família Reis, como o próprio texto da carta diz: os subalternos “serão obrigados a servir e a acompanhar a ela outorgante enquanto viva for”, ou seja, estavam obrigados a continuar prestando serviços a senhora para serem dignos da alforria. Se assim for, quando da morte da senhora “ficarão forros e libertos gratuitamente”. E “para maior segurança das liberdades toma na sua meação os ditos escravos pelo preço em que foram avaliados para o inventário”. A preocupação da senhora com a segurança da condição de liberdade de Minaloina e Luiz é sintomático da submissão inteligente, estratégica e das escolhas feitas por essa família escrava. Chatarina Conga e seus filhos, Minaloina e Luiz entenderam o mundo a sua volta e sua relação. Escolheram o caminho estratégico da submissão aos seus senhores, mas não uma submissão cega, foi um tipo de servilismo fundamental naquela sociedade escravista onde as pessoas buscavam associar-se a outras para por a prova seus mais diversos projetos alocando-se em posição de mando ou obediência de acordo com a sua condição em relação ao outro na teia relacional. Nesta relação, podemos afirmar que Emerenciana também tinha obrigações para com seus servos, obrigações que podem ser hierarquizadas que vão desde a alimentação, concedida a todos, até benefícios mais preciosos, concedido a poucos de acordo com o merecimento. Chatarina, que já era livre havia alguns anos sabia que era fundamental continuar fazendo parte desta teia relacional, tanto para conquistar a alforria de seus filhos, quanto para por em prática um possível processo de ascensão social na liberdade, para tanto, segurança e proteção a sua liberdade e de seus filhos seria essencial, a ex-escrava conseguiu inclusive que sua ex-senhora implorasse “às justiças de Sua Majestade Fidelíssima” para cumprir as liberdades de seus filhos e que inclusive “Ela outorgante por sua pessoa e bens presentes e futuros, e pelos seus herdeiros se obriga a fazê-las boas, firmes e valiosas”. Em suma, os caminhos da liberdade e de uma possível ascensão social estariam sob proteção da antiga senhora e de seus herdeiros.

Esta política – sabemos pelo inventário de Dona Emerenciana, falecida em 1829 – tem seqüência na alforria da escrava “Maria Branca Masangana” de uns 50 anos de idade que sabia “cozinhar e fazer todo o serviço de uma casa” avaliada em 250\$000.⁶¹³

Uma pista é deixada no inventário⁶¹⁴ para responder os principais motivos dessa política de domínio: a busca por honra e prestígio da família Reis. Afinal de contas eram pessoas de “muita honra e verdade”. Por sorte, Camilo, o filho, passou a mão em Miguel de Nação que antes pertencia ao “tráfico da padaria”, leia-se, vendia pão pelas ruas da cidade, e resolveu alugá-lo. Dona Emerenciana não perdoou o filho e cravou nos autos:

“(…) que entre os bens que fez a suplicante descrever no inventário, há um escravo Miguel de Nação pertencente ao tráfico da padaria que tem a suplicada, digo que tem a suplicante e como um filho da suplicante de nome Camilo rogasse nesta para lhe alugar e trabalhar numa casa de padaria que o mesmo comprou, agora faltam dos altos os deveres de honra e de verdade requer a vossa Mercê dizendo estar de posse do escravo e que queria entrar com ele a colação para se lhe lançar em sua partilha (…)”

⁶¹³ ANRJ, Inventário *Post-Mortem*, Emerenciana Rosa da Conceição, 1829. Fls.9 e 12v.

⁶¹⁴ ANRJ, Inventário *Post-mortem*, Camilo Caetano dos Reis, 1817.

O filho queria continuar com a posse do escravo, a mãe queria sua devolução ao monte. Mas o que mais nos importa neste caso é a noção de “honra e de verdade” da matriarca, presente em outros contextos do inventário, como na prontidão em que reconhece como verdadeiras, suas dívidas.

Sabemos por fonte escrita poucos anos antes e a poucas quadras da casa de Dona Emerenciana que tratar os escravos com severidade e barbaridade manchava a conduta das pessoas perante a sociedade. Preocupava-se assim Dona Águida Teixeira Malheiros, a ponto de suplicar “com respeito e humildade aos pés do Trono” de D. João em 1809. Sua inquietação era motivada por um de seus escravos que “com espírito de intriga” acreditava que a presença do Rei facilitaria sua alforria, ou seja, ela sairia da alçada senhorial. Dona Águida acreditava que Feliciano pardo, seu escravo, teria reclamado dela e de seu marido para pessoas influentes ou mesmo para o próprio Rei.⁶¹⁵ Tal reclamação, segundo a senhora, visava buscar a liberdade e para tanto o escravo tinha uma estratégia: “manchar a conduta da Suplicante, e seu marido, imputando-lhes demasiada severidade e barbaridade com os escravos.” Dona Águida estava certa que o Rei teria sido enganado por Feliciano e convidava Sua Majestade a “mandar tomar informação sobre o deduzido e sobre a conduta da Suplicante com os seus escravos, pois até tem forrado alguns de graça por bons serviço (...)”.⁶¹⁶

Do caso, depreende-se que tratar os escravos de forma severa, excedendo certos limites manchava a honra de quem o fazia. Se levamos tal idéia para relação de Emerenciana com seus escravos, temos que a busca por honra e prestígio era um importante motivo para seus escravos serem tratados de forma que não os fizesse serem contestados, como o fazia o escravo de Águida. O motivo deste tratamento é a ocupação da família numa atividade comercial pela qual sustentavam sua sobrevivência e honra na comunidade. Mas a honra passava também por outras questões, como possuir casas bonitas e relações sociais onde fossem consideradas pessoas “de muita honra e verdade”. Em suma, especificidades da vida de Camilo e Emerenciana os incentivaram e os constrangeram a agir de forma estratégica com seus escravos. Não o fazendo correriam o risco de ter a mesma sorte que o senhor de Baquaqua, que teve seu escravo que vendia pão se entregando a bebida e não sendo mais produtivo, como vimos acima.

As informações anotadas no inventário do dono de padarias Camilo Caetano nos permite afirmar que seus escravos tiveram sorte diferente da de Baquaqua. Seus cativos buscaram prestar serviço nos moldes idealizados pelo senhor, e em troca foram recompensados, pois tinham acesso a dias melhores, seja conquistando espaços cotidianos, como ir à rua sozinhos para vender pão, ou até mesmo a alforria.

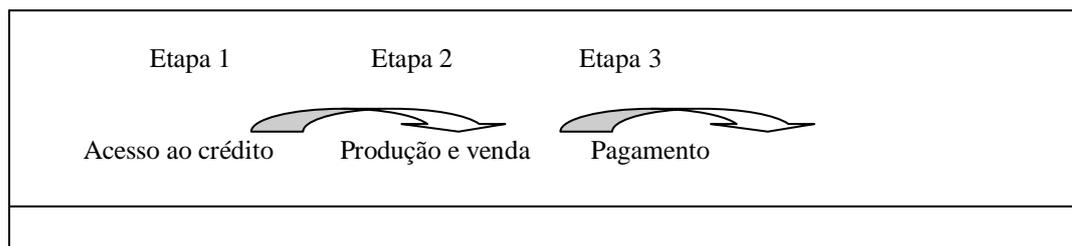
Certamente presos a cadeias de crédito que sustentavam seus investimentos no comércio local, essas cadeias de adiantamento-endividamento⁶¹⁷ que sustentava as pequenas e médias atividades comerciais urbanas

⁶¹⁵ O caso citado mereceu atenção da Intendência de Polícia da Corte e foi minuciosamente analisado por Paulo Fernandes Viana e outras autoridades. Da reclamação desta senhora, dos sonhos do escravo e da intromissão da polícia surgiram algumas petições, súplicas e troca de informações redigidas. Documentação esta analisada originalmente em: FERREIRA, Roberto Guedes. *Autonomia escrava e (des)governo senhorial na cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX*. in: FLORENTINO, Manolo. (org.) *Tráfico, cativo e Liberdade*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2005. pp.265-266.

⁶¹⁶ Idem.

⁶¹⁷ Fragoso e Florentino nos ensinam que tais cadeias eram fundamentais na reprodução da economia colonial: Ver: FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia*. , Civilização brasileira, 2001. Capítulo IV: *Elite mercantil e lógica de reprodução em uma economia colonial tardia*. Ver especialmente a parte final deste: *A natureza estrutural da cadeia Adiantamento/Endividamento*. pp.203-219.

formavam o que podemos chamar de *ciclo do comércio local*⁶¹⁸. Com base nos endividamentos do Comerciante Camilo Caetano dos Reis montamos a figura abaixo:



Na etapa 1, o comerciante adquiria mercadorias fiado, ou mesmo dinheiro para comprá-las. A consignação ou o acesso direto ao dinheiro era por si só uma ação que denotava certo prestígio e confiança do *adiantador* na capacidade do *endividado* em pagar o valor adiantado. Esta etapa era fundamental para o comerciante se capitalizar para conseguir passar a segunda etapa e iniciar e/ou concluir a produção. Na etapa 2, ao utilizar escravos nas suas atividades comerciais, seja servindo bebidas em bares, vendendo pão pelas ruas ou costurando couro em lojas de sapateiros, tais senhores necessitariam da produção destes para levantar os recursos para passar a última etapa, onde pagaria sua dívida. Com a produção em dia este senhor chegaria a etapa 3 sem problemas e sustentaria sua honra na comunidade. Portanto, era crucial para estes senhores/comerciantes uma refinada negociação com seus escravos.

Cabe lembrar aqui que os escravos de Camilo Caetano viviam numa cidade em crescimento intenso, num período no qual as atividades comerciais cresciam a todo vapor. Em suma, ao analisar a forma como o Comerciante Camilo Caetano e posteriormente sua viúva, Emerenciana, tinha acesso ao crédito e negociava com seus escravos podemos concluir que a via de acumulação de riqueza principal da unidade produtiva da família Reis (o comércio) deixou marcas na relação com seus escravos. Esta família ostentava prestígio na comunidade, prestígio este que além de simbólico tinha valor prático, como a possibilidade de comprar carvão e farinha fiados. A sustentação desta relação era importantíssima, pois eles poderiam pagar tal compra com o dinheiro da venda dos pães, ou seja, através da confiança do cobrador podia produzir até mesmo sem dinheiro num dado momento. O dinheiro que sobraria teria outras funções: como ser enviado para um filho que morava em Lisboa, ser investido em outras atividades – como o bar e mais padarias –, servir para comprar mais casas, que posteriormente poderiam ser alugadas, além de reformas etc. Investimentos que agiriam no sentido de sustentar ou ampliar a estima da família na comunidade.

Desta forma a importância dos escravos para eles era vital. Ao trabalhar nas atividades comerciais dos Reis, os cativos ajudavam a manter o prestígio de Camilo e Emerenciana, uma vez que também passava pelas mãos dos mancípios – cobrados como jornal diário – o dinheiro que Joaquim Alvez de Araújo, o dono do carvão e da farinha, sabia que iria receber. A produção era importantíssima neste caso, pois a família Reis necessitava, para sustentar sua honra, da colaboração de seus escravos. Seja vendendo pão pelas ruas ou batendo a massa e não desperdiçando ingredientes dentro das padarias, esses escravos eram pessoas importantíssimas para o lucro das atividades comerciais em que trabalhavam, lucro este que posteriormente seria investido em estima social para os Reis. Por isso sua relação com estes cativos sofria constrangimentos e incentivos que os levavam a tratá-los de uma forma a garantir seu poder, domínio e produção.

⁶¹⁸ Entendendo comércio local aqui, como a venda a varejo de *secos e molhados*.

CONCLUSÃO

O historiador inglês Keith Jenkins afirma no seu manual de história⁶¹⁹ para o historiador do pós-modernismo que a história é um discurso cambiante, sempre em transformação e inspira: “mude o olhar, desloque a perspectiva, e surgirão novas interpretações”.⁶²⁰ Mudar o foco da análise e deslocar a perspectiva gerou uma revolução na análise sobre os subalternos na historiografia atual. Trabalhadores, camponeses, escravos, mulheres, forros, livres pobres e outros grupos subalternos foram alçados nas últimas décadas à categoria de atores sociais, o que significa dizer que sua história tem sido contada, ou na perspectiva de Jenkins, interpretada por historiadores. Esta interpretação discorre sobre os significados dos atos destes homens e mulheres que viveram no passado.

No nosso caso, o estudo sobre o passado compreendeu a história de elite e subalternos no Império português, especialmente em São Tomé e Príncipe e América portuguesa, em especial a cidade do Rio de Janeiro no período de 1750 a 1850. Nestes locais e período procuramos seguir algumas trajetórias de subalternos

⁶¹⁹ Intitulado “A história repensada”. Cf: JENKINS, Keith. *A História repensada*. São Paulo, Contexto, 2001.

para compreender o significado dos seus atos e os constrangimentos e incentivos que afetavam suas escolhas. Buscamos também, entender sua relação com a elite e podemos apontar algumas conclusões.

O subalterno era membro reconhecido na sociedade e estava inserido em relações sociais que o obrigava a certos comportamentos e que de acordo com o cumprimento dos mesmos recebia benefícios e recursos. Os benefícios eram proteção, respeito e mobilidade no interior do seu grupo social ou a ascensão em relação a outro. Os recursos eram bens materiais que podiam ter significados não somente práticos ou monetários, mas também valores simbólicos designando prestígio.

Agindo politicamente, importava para o senhor que seu escravo se mantivesse em ritmos de produção satisfatória, para o qual distribuía tais benefícios e recursos. O escravo, inicialmente sem prerrogativas, somente após servir ao senhor cumprindo e até ultrapassando suas expectativas é que passaria a diferenciar-se dos outros cativos, era justamente aí que acreditava merecer e certas vezes até cobrava dias melhores, como bem demonstra o caso de Gardo Baquaqua.

A mobilidade ascendente de escravos ocorria não apenas para fora do grupo social a que pertenciam (i.e. quando da alforria), mas fundamentalmente no interior da escravidão. O primeiro passo do escravo – e a maioria deles em busca de mobilidade dependeria geralmente da relação estabelecida com o senhor – era dado dentro da senzala, perante os seus, onde se alocava em serviços melhores que dependeriam de maior confiança e habilidades manuais ou intelectuais. A formação desta hierarquia criava degraus dentro do cativeiro arrumando os mancípios em posições diferentes, o que ao longo de anos de trabalho se convertia em autonomia ou mesmo a alforrias para uns, para outros em continuidade no cativeiro e para mais engenhosos ou afortunados em alforria com legados testamentais do senhor.

Os escravos de São Tomé: Maria Valério, Maria Benin, Maria Salvador, Martinho, Marcos e Antonia, e do Rio de Janeiro, como a parda Adelaide e sua mãe: a escrava Eva, que abrem esta tese contaram com a colaboração do senhor para mover-se na hierarquia. Mais que isso, o senhor protegia aqueles escravos merecedores de benefícios e recursos. Foram eles e não outros a mover-se para o grupo social dos libertos e a receber benefícios e recursos que demarcavam sua nova condição: terras, escravos, dotes, sobrenomes, ou ainda, incluindo outros personagens desta tese: roupas, bonés, brincos, balangandãs, ouro, dinheiro entre outros bens.

Tamanha mobilidade ascendente fora alcançada dentro de um jogo político longo e desigual. Nele o fator tempo foi importante para conquistar a confiança do senhor e mantê-la durante anos a fio também fez a diferença. Não cremos em racionalidade total e muito menos em escravos enganando senhores com falsas demonstrações de submissão, ou o inverso, senhores enganando escravos com falsas promessas e engodos. Os atores sociais não sabiam de tudo, mas tinham expectativas em relação ao outro que uma vez frustradas abalaria a confiança e poderia deslindar em problemas na tensa negociação.

A desigualdade aparece como um valor de longa permanência nas sociedades tratadas. Os homens, para sobreviver ou melhorar de situação econômico-social deveriam reconhecer sua posição e papel na hierarquia o que os obrigava a obediência e obrigações para com alguém (acima) na escala social, mas refinando o conceito de elite, esse alguém não se refere apenas ao rei, ao nobre, ao senhor de terras e homens, a estes certamente, mas também a um lavrador inserido nas relações autóctones com relação a um adventício livre que lhe ajudasse nas tarefas ou a um escravo mais antigo numa determinada senzala em relação a outro sem os benefícios e recursos que este já dispunha: como a terra, o parentesco, a proteção do senhor ou de outro membro da comunidade.

⁶²⁰ Idem, p.35.

Estudando esta relação como um jogo político pudemos conhecer melhor a noção de submissão como estratégia, porém, entendida como uma relação entre desiguais que de nenhuma forma romantiza as relações sociais ou elimina a possibilidade do conflito. Em última análise, a negociação ocorria entre seres humanos e os homens podiam acertar ou errar ou ainda prever imperfeitamente o desencadeamento dos fatos e formular boas ou más estratégias. A submissão podia dar lugar à rebeldia, porém os casos que estudamos apontam para o conflito como uma das estratégias possíveis, mas dificilmente ou mesmo nunca a primeira, geralmente colocada em prática quando a comunicação entre elite e subalternos chegara a um desacordo. Mas se a submissão podia dar lugar à rebeldia o inverso também podia ocorrer, caso constrangimentos e incentivos concorressem para tanto. Submissão e rebeldia eram assim pólos antagônicos das escolhas dos atores sociais, mas sempre possíveis de serem executadas. Procurava-se acionando uma ou outra sobreviver ou ainda ter acesso a recursos e benefícios. A rebeldia nesta visão só significa rompimento em último caso, era antes uma estratégia tensa, geralmente colocada em jogo sabendo-se dos riscos, mas acionada para impor ao outro uma vontade que virou exigência porque estava sendo negada ou desrespeitada. Mas até mesmo neste caso, o rompimento podia não ser total e os homens podiam voltar atrás nesta decisão, como é o caso dos angolares no século XIX, após mais de 250 anos de uma trajetória de desentendimentos com a elite são-tomense.

A submissão como estratégia, ocorria em meio a um acordo não escrito, mas costurado através de ações sociais numa reciprocidade entre desiguais que forçava ao reconhecimento do poder local e central, propagando a hierarquia entre homens superiores e inferiores. Neste jogo político cumpriam-se papéis sociais diferentes, mas que acabavam por definir não somente o domínio senhorial, mas também a possibilidade de ascensão para os subalternos, onde das obrigações cumpridas os atores sociais esperavam efeitos generativos onde receberiam recursos materiais e imateriais. A reprodução social assim era uma tarefa organizada por ambos: senhor e escravo, elite e subalterno.

A submissão como estratégia deve ser aplicada assim, nos termos de uma sociedade hierarquizada onde os laços de solidariedade e proteção eram imprescindíveis para os autóctones. Nem de longe lembra passividade ou excessiva malandragem. Esta submissão foi o que permitiu Chatarina Conga receber três alforrias na cidade do Rio de Janeiro na década de 1810 (sua e de sua filha), mas só após reconhecer seu papel social e se submeter como dela esperava o senhor e a senhora. Impossível aplicar neste tipo de submissão a noção de luta de classes marxista, ao contrário, nela ajustava-se através da tensão e de acordos a continuidade de costumes antigos e a tessitura de novos onde os subalternos eram também ouvidos como atores políticos, seja enquanto aliados, seja como rebeldes. Criava-se uma pirâmide social dentro de um mesmo grupo e também com relação a outros. A separação entre obedientes e desobedientes enquadrava-se, desta forma, na hierarquia social vigente, caudatária de traços de Antigo Regime. O resultado disso era a própria manutenção do *status quo*, pois a autonomia que diferenciava escravos de um mesmo senhor podia ser acionada não através da maldade senhorial, mas através da tríade: papel social, sucesso, compensação, viabilizando a dominação quando do reconhecimento senhorial pelo papel social bem executado pelo seu mancipio. Era, assim, uma típica negociação que fazia com que dominadores e dominados compartilhassem e mantivessem em acordo e conflitos a ordem hierárquica vigente.

Em suma, a criação destes modelos de escravos hierarquicamente postos na senzala fazia parte de uma estratégia política dos senhores permitida pela visão de sociedade existente, mas deve-se notar também, que tais modelos não teriam se desenvolvido sem a notável participação e ora concordância, ora a discordância dos escravos. O que afirmamos é que a relação entre senhores e escravos apesar de sofrer incentivos e constrangimentos particulares estava absolutamente inserida na estrutura social mais ampla. Não era algo a parte, mas influenciado pelas regras de comportamento que permeavam os códigos sociais.

O poder senhorial se materializava na relação através da posição hierárquica e do estado e condição dos escravos na sociedade escravista, onde inicialmente seria apenas o senhor quem poderia fazer da vida de seu cativo – em certo sentido, seu prisioneiro – algo pior, ou melhor. Pagaria o preço por uma ou outra, e saber disso preteritamente, certamente deve ter sido um forte incentivo em fazer da melhoria das condições de vida dos escravos uma ação política. A hierarquia escravista assim direcionava os escravos para o rumo do reconhecimento daquela hierarquia, constringendo-os e incentivando-os a submissão como estratégia para ter recursos e colaboração para acessar uma mobilidade intra-senzala, e depois ascender para cima dela.

Essa é a história de sociedades com uma longa tradição de desigualdade, onde havia uma cultura que aceitava e propagava a diferença de *status* e de *qualidade* entre as pessoas, paradigma que não era desconhecido em diversas paragens da África e que em boa parte da Europa ocidental, por conta das críticas panfletárias da Revolução Francesa virou sinônimo de Antigo Regime.⁶²¹

No Brasil e em São Tomé as relações sociais mudavam constantemente para os atores sociais, um escravo que chegasse numa unidade produtiva em um determinado ano seria necessariamente diferente em termos de arraigamento e recursos tempos depois. Mas o tempo passava de outras formas e ter uma polícia que ameaçava prender senhores que praticasse sevícias certamente mudava os canais de barganha dos escravos num determinado tempo e lugar, como depois de 1808 na cidade do Rio de Janeiro. Este impacto, entretanto, não contradiz a permanência da desigualdade como um fator de posicionamento dos atores sociais e a existência da negociação ou da rebeldia como uma estratégia que levava em conta aquela desigualdade.

Foi possível observar na formação e na promoção desta hierarquia semelhanças entre as duas paragens do Império português estudadas: América portuguesa/Brasil e São Tomé e Príncipe. O estudo de caso dos angolares nos informa sobre a estratégia de dominação executada pela elite são-tomense e do exercício da submissão como estratégia por parte dos angolares. O caso ganha contornos mais evidentes, dada a **inexistência** de estratégias parentais entre o grupo e a elite local, pois não há na documentação nenhuma evidência de apadrinhamento ritual, muito menos de casamento entre angolares e forros ou livres, traço que caracteriza o grupo até os dias atuais, como me disse a antropóloga Joana Feio que viveu entre eles alguns anos atrás.⁶²² Ou seja, todos os acordos foram permeados no interesse de sobrevivência e acesso a benefícios onde as partes edificaram acordos sem negar a hierarquia vigente, ao contrário, reconhecendo-a. Se encaixar na vassalagem submissa significava para os angolares ter acesso a proteção, ao reconhecimento da sua liberdade, ao recurso da terra e de seu fruto. Conseguiram quando o Pico onde moravam se tornou uma vila tributária de São Tomé sob assinatura régia. A elite local conseguia com o acordo também um tipo de proteção, no caso não mais sofrer daquele recém-aliado os ataques que sofreram no passado, contaram ainda com a sua produção, a sua força militar na defesa de São Tomé e seu apoio na devolução de escravos fugitivos que tomassem aquelas bandas.

As escolhas dos angolares, dos Homens pretos, de José e de Maria Benin evidenciam a permanência em São Tomé e Príncipe do paradigma da desigualdade. A fúria de Celina e de Baquaqua, os acordos de Vivência e Manuela no século XIX na América portuguesa apontam para ações sociais dentro daquele mesmo paradigma, apesar das claras diferenças entre as duas paragens.

⁶²¹ Ver a noção de Goubert de que o Antigo Regime nasce morto. GOUBERT, Pierre. *El Antigo Régimen*. La sociedad. Madri: Siglo Veintiuno de España, 4ª Edição, 1984.

⁶²² Na própria dissertação de Mestrado, Feio conta detalhes do tempo em que viveu entre os angolares, especialmente no ano de 2004. FEIO, Joana. *De étnicos a “étnicos”*: uma abordagem aos “angolares” de São Tomé e Príncipe. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa. Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia, Fevereiro de 2008.

A reação dos subalternos por meio de fugas, revoltas e quilombos devem ser analisadas como escolhas estratégicas, mas tal possibilidade não nega a busca por proteção na sociedade hierarquizada. Baquaqua, antes de fugir e tentar suicídio se apresentou ao senhor fazendo “tudo” o que ele quisesse. Celina afirmou “nunca jamais” ter fugido ou desrespeitado o senhor e por isso seria merecedora do benefício da alforria. Antes de expulsar e perseguir oficiais da Câmara de São Tomé, os *Homens Pretos* se apresentaram como vassalos pedindo providências régias.

Em suma, o paradigma da desigualdade exercia uma forte influência não só no posicionamento dos atores sociais, mas também nas suas estratégias e escolhas. Deste modo, submissão e rebeldia por parte dos escravos, concessões e violência por parte dos senhores eram comportamentos que não podem ser entendidos se não forem inseridos na estrutura social mais ampla, onde ocorria.

Uma palavra final: o que não sabia Luiz Luna

Luiz Luna caiu na armadilha dos racistas do século XX, que filhos do racismo científico dos séculos XVIII e XIX transformaram a escravidão multicolorida de silvícolas, africanos, descendente de africanos com africanos, de africanos com silvícolas, de africanos com europeus, silvícolas com europeus, de uma escravidão com variadas cores de pele, desde a escura até a mais clara, em escravidão negra. E já que caiu precisou lutar contra ela para o qual escreveu um dos livros mais problemáticos sobre a escravidão no Brasil que já li. O problema da interpretação de Luna é o de ter caído na emboscada racista de acreditar que negros de hoje são descendentes de escravos e que brancos são descendentes de senhores. Neste campo de luta onde a vítima são seus leitores eis o que pensava o autor:

“O negro manso, paciente e resignado, das casas grandes e senzalas não constitui regra-geral na história da escravidão no Brasil. Foi mera exceção, e, em muitos casos, personagem lendário de literatura romanesca. A realidade é que o negro foi muito macho (...)”

“(...) o que nos interessa agora é o comportamento do negro em face do cativo, que foi de inteira repulsa, tanto no Brasil como em outras partes da América. Foi, realmente, bom trabalhador de enxada, mas como o índio, mau cativo, pois nunca se conformou com essa situação (...)”⁶²³

Como uma tese é uma reflexão sobre o passado, mas escrita no presente fechemo-la utilizando mais uma vez o conceito de estratégias em palavras com o impacto de nossas conclusões para a sociedade atual.

Foi uma realidade da escravidão no Brasil a capacidade de escravos e de senhores se entenderem na hierarquia com violência e negociação, com bondade e com maldade, com mais ou menos inteligência. Mas não é tarefa do historiador julgar o passado, ele está lá, inacessível para nós em sua totalidade, nos resta recortar um tempo e lugar e montar um quebra-cabeça com a falta de algumas peças. Para completar uma imagem temos que fugir o máximo que pudermos da ideologia, ou de tratar o passado como uma visão política.

A interpretação da negociação eleva os africanos e seus descendentes ao importante papel de atores sociais que aceitando a dominação e fazendo a rebeldia como uma estratégia política construíram limites. Jogando o jogo da elite, fizeram com que aquele jogo também fosse o seu: construíram assim uma sociedade. Os escravos, constrangidos por meio da força e do medo e incentivados por meio de recursos e benefícios

⁶²³ LUNA, Luiz. *O Negro na luta contra a escravidão*. Rio de Janeiro, Livraria Editora Cátedra. 1976. pp.95-103.

viveram o regime de escravidão na pele, lá estava a sua vida e vivê-la na escravidão moderna significava participar de uma sociedade hierarquizada e nela havia obrigações, para tanto foi necessário aprender e partilhar alguns valores para também ensinar e compartilhar os seus. Assim, os escravos não foram *machos* ou menos *machos* ao optar pela submissão/negociação, e ao fazê-lo não se tornaram *mansos*. A negociação não pressupunha ausência de conflito, se assim fosse para quê negociar?

FONTES

- **Arquivo Nacional da Torre do Tombo**

- **Arquivo Histórico Ultramarino**

AHU - São Tomé, Caixa 1. Documento 1. 7/12/1538.
AHU - São Tomé, Caixa 1. Documento 3. 1599.
AHU - São Tomé, Caixa 1. Documento 11. 7/6/1610.
AHU - São Tomé, Caixa 1. Documento 12. 14/2/1626.
AHU - São Tomé, Caixa 2. Documento 7. 8/1/1635.
AHU - São Tomé, Caixa 3. Documento 51, 28/3/1680.
AHU - São Tomé, Caixa 3. Documento 54, 1/8/1681.
AHU - São Tomé, Caixa 3. Documento 61. 3/3/1682.
AHU - São Tomé, Caixa 3. Documento 96, 22/3/1689.
AHU - São Tomé, Caixa 3. Documento 157. 4/3/1699.
AHU - São Tomé, Caixa 4. Documento 4. 20/6/1702.
AHU - São Tomé, Caixa 4. Documento 43. 9/2/1714.
AHU - São Tomé, Caixa 5. Documento 6, 22/9/1725.
AHU - São Tomé, Caixa 5. Documento 21. 16/6/1726.
AHU - São Tomé, Caixa 5. Documento 62.
AHU - São Tomé, Caixa 5. Documento 78. 28/3/1731.
AHU - São Tomé, Caixa 5. Documento 96. 24/6/1732.
AHU - São Tomé, Caixa 6. Documento 25. 19/8/1735.
AHU - São Tomé, Caixa 6. Documento 26. 1/9/1735.
AHU - São Tomé, Caixa 6. Documento 27. 9/9/1735.
AHU - São Tomé, Caixa 6. Documento 87. 11/8/1738.
AHU - São Tomé, Caixa 7. Documento 21. 23/7/1739.
AHU - São Tomé, Caixa 7. Documento 67.
AHU - São Tomé, Caixa 7. Documento 73. 23/8/1741.
AHU - São Tomé, Caixa 8. Documento 22. 19/5/1744.
AHU - São Tomé, Caixa 8. Documento 26. 21/10/1744.
AHU - São Tomé, Caixa 8. Documento 38. 27/2/1745.
AHU - São Tomé, Caixa 9. Documento 41. 28/2/1755.
AHU - São Tomé, Caixa 9. Documento 42. 28/2/1755.
AHU - São Tomé, Caixa 9. Documento 49. 22/6/1755.
AHU - São Tomé, Caixa 9. Documento 62. 3/9/1755.

AHU - São Tomé, Caixa 9. Documento 62. 7/11/1755. Fl.6
AHU - São Tomé, Caixa 9. Documento 68. 12/5/1756.
AHU - São Tomé, Caixa 9, Documento 87. 26/3/1757.
AHU - São Tomé, Caixa 10, Documento 93. 15/10/1766.
AHU - São Tomé, Caixa 12, Documento 36. 20/7/1770.
AHU - São Tomé, Caixa 13, Documento 4. Lista populacional: 30/01/1771.
AHU - São Tomé, Caixa 13, Documento 22. 18/2/1771.
AHU - São Tomé, Caixa 14, Documento 32. 30/12/1772.
AHU - São Tomé, Caixa 15, Documento 33. 29/6/1744.
AHU - São Tomé, Caixa 16, Documento 4. 22/6/1777.
AHU - São Tomé, Caixa 16, Documento 9. 26/11/1777.
AHU - São Tomé, Caixa 16, Documento 19.
AHU - São Tomé, Caixa 23, Documento 7. 30/03/1790.
AHU - São Tomé, Caixa 34, Documento 54. 23/04/1804.
AHU - São Tomé, Caixa 35, Documento 32. 15/11/1803.
AHU - São Tomé, Caixa 38, Documento 4. 10/2/1805.
AHU - São Tomé, Caixa 38, Documento 21. Anterior a 28 de Janeiro de 1805.
AHU - São Tomé, Caixa 39, Documento 10. Anterior a 12/6/1810.
AHU - São Tomé, Caixa 40, Documento 13. 6/5/1806.
AHU - São Tomé, Caixa 44, Documento 8. 1810.
AHU - São Tomé, Caixa 44, Documento 57. 15/10/1810.
AHU - São Tomé, Caixa 49, Documento 10.
AHU - São Tomé, Caixa. 51, Documento 21. 7/7/1817.
AHU - São Tomé, Caixa 51, Documento 30. 8/1/1818.

Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, São Tomé e Príncipe, Direção Geral do Ultramar, ano 1838-1840, Pasta 2, Caixa 2, Número vermelho 485, Relatório do Governador João José Urbandisk sobre a Ilha do Príncipe, 1838

AHU, 2ª Secção, Maço 485, Relatório do Governador Subalerno João José Urbandisk sobre a Ilha do Príncipe, 1838.

- **Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**

Gazeta do Rio de Janeiro, nº63, Rio de Janeiro, 6 de Agosto de 1814.

Gazeta do Rio de Janeiro, nº88, Rio de Janeiro, 2 de novembro de 1814.

Gazeta do Rio de Janeiro, nº 40, Rio de Janeiro, 18 de Maio de 1816.

Gazeta do Rio de Janeiro, nº 104, Rio de Janeiro, 30 de Dezembro de 1818.

Jornal O Volantim, Quinta feira, 3 de Setembro de 1822, nº 28.

Jornal O Volantin, Quarta-feira, 11 de Setembro de 1822. nº 9.

Jornal O Volantim. Terça-feira, 8 de outubro de 1822, nº 32.

Jornal do Commercio, nº 209, Terça-feira, 17.06.1828.

Jornal do Commercio, nº 291, Quinta-feira, 25.09.1828.

Jornal do Commercio, nº 296, Quarta-feira, 1.10.1828.

Jornal do Commercio, nº 353, Terça-feira, 09.12.1828.

Jornal do Commercio, nº 384, Terça-feira, 20.01.1829.

Jornal do Commercio, nº 397, Sexta-feira 06.02.1829.

Jornal do Commercio, nº 510, Sexta-feira 02.07.1829.

Jornal do Commercio, e nº 517, Sexta-feira 10.07.1829.

Jornal do Commercio, nº 2, Segunda-feira, 4.01.1830.

- **Arquivo Nacional do Rio de Janeiro**

Inventário *post-mortem*, Camilo Caetano dos Reis, 1817.

Inventário *post mortem*, Angélica Rosa de Jesus, 1820.

Inventário *post mortem*, Francisco Luiz Madeira, 1820.

Inventário *post mortem*, Manuel Gomes da Silva, 1820.

Inventário *post mortem*, José da Silva Vieira, 1820.

Inventário *post mortem*, Luis pereira Lenia, 1820.

Inventário *post mortem*, Miguel dias Ferreira da Motta, 1820.

Inventário *post mortem*, Luiz José de Sá, 1820.

Inventário *post mortem*, Francisco Gonçalves dos Santos, 1820.

Inventário *post mortem*, Anna Maria do Rosario, 1820.

Inventário *post mortem*, Luiz José de Sá, 1820.

Inventário *post mortem*, Rodrigo da Silveira, 1820.

Inventário *post mortem*, Antonio dos Santos Pinto, 1820.

Inventário *Post-Mortem*, Emerenciana Rosa da Conceição, 1829.

Inventário *post mortem*, José Antonio Peixoto, 1860.

- **Arquivo Nacional do Rio de Janeiro**

Carta de Alforria, 1º Ofício de Notas da Cidade do Rio de Janeiro, Livro 209.

Carta de Alforria, 2º Ofício de Notas do Rio de Janeiro, Livro 161.

- **Arquivo Nacional do Rio de Janeiro**

Ação de Reescravização, 1826. Caixa 3683 - nº 81828.

Ação de Reescravização, 1855. Caixa 3688 - nº 3.

- **Arquivo Nacional do Rio de Janeiro**

Apelação Cível, Caixa 3683, nº 4975. Izabel, 1852.

- **Arquivo Nacional do Rio de Janeiro**

Ação Cível de Liberdade, Caixa 3688 - n 13.334, campos, 1871.

- **Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**

Regimento do Governo Econômico da Bandeira e Ofício de Sapateiro desta Cidade do Rio de Janeiro de 1817, Códice 773, Volume 1. Seção de Guarda: SDE, Fundo/Col: Mesa de Consciência e Ordens.

BIBLIOGRAFIA



ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico sul*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

ALVES, Castro. Coleção encantada, volume V, organizado por Angela B. R. Amoroso. Editora encantada, s/d.

AMARAL, Rodrigo de Aguiar. *Nos Limites da Escravidão urbana: A vida dos pequenos senhores de escravos na Urbes do Rio de Janeiro, c.1800-c.1860*. Dissertação de mestrado, UFRJ / PPGHIS, 2006.

ANDERSON, Michael. *Aproximações a la historia de la familia occidental (1500-1914)*. Madrid: Siglo Veintiuno de Espanha Editores, 1988.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3ª ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia: São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1982. Publicado originalmente em Lisboa, 1711.

ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. Coleção Livros O Globo, Editora Klick. S/d.

B

BAQUAQUA, Mahommah Gardo. *Biografia e narrativa do escravo afro-brasileiro*; Brasília, 1997.

BARTH, Fredrick. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

BARTH, Fredrik. *Process and form in social life: selected essayis of Fredrik Barth*. Vol. 1. London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *As câmaras ultramarinas e o governo do Império*.

In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda Baptista & GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre História*. São Paulo, Perspectiva, 1978.

BURGUIÈRE, André. *As mil e uma famílias da Europa*. In: *História da família*. Lisboa: Terramar, vol. 3. 1997.

C

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, capitalismo e escravidão*. Petrópolis, Vozes, 1979.

CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: Rotinas e rupturas do Escravismo*. Recife, 1822-1850. Ed. da Universidade Federal de Pernambuco, 1998.

CHALHOUB, Sidney. *Visões de Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990. p.65.

CHUDACOFF, Howard P. *A evolução da sociedade urbana americana*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1977.

COHEN, Bruce. *Sociologia Geral*. COHEN, Bruce J. *Sociologia geral*. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 1980.

COLEMAN, James. *Contracted Organization: First Principles*. In: Journal of Law, Economics and Organization. Oxford University Press, Special Issue, Vol. 7, 1991.

COLEMAN, James. *Foundations of society theory*. Cambridge, Massachusetts and London. The Belknap Press of Harvard University. 1994.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Brasiliense, 3ª Edição. 1989.

COUTINHO, J.J. da Cunha Azeredo. *Obras Econômicas*. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1966.

D

DAUMARD, Adeline. *Hierarquia e Riqueza na sociedade burguesa*. Ed. Perspectiva. São Paulo, 1985.

DEBRET, Jean baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1989.

DOZON, Jean-Pierre. *África: a família na encruzilhada*. In: *História da família: O choque das modernidades: Ásia, África, América, Europa*. 3º Vol., Lisboa: Terramar, 1986.

E

EISEMBERG, Peter L. *A carta de alforria e outras fontes para estudar a alforria no século XIX*. In: *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séc. XVIII e XIX*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

ENGEMANN, Carlos. *Da comunidade escrava e suas possibilidades, séculos XVII-XIX*.

In: FLORENTINO, Manolo. *Tráfico, Cativo e Liberdade. Rio de Janeiro, séculos XII-XIX*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 2005. pp. 169-206.

EXPILLY, Charles. *Mulheres e Costumes do Brasil*. 2^a ed., São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL. 1977.



FALCON, Francisco José Calazans. *Iluminismo*. São Paulo: Ática, 1989; HOBBSAWM, E. “O mundo na década de 1780”. In: *A Era das Revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001 (13^a ed.), p. 23-42.

FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás Pretas: Damas Mercadoras: As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. Tese apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Concurso para Professor Titular em História do Brasil. Niterói, 2004;

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

FATELA, Mário Soares. *O Exercício do perdão régio no reinado de D. Manuel I*. in: *Noroeste, revista de história*. Congresso Internacional de História: Territórios, Culturas e Poderes. Actas. Volume I. 2006, 2. pp.285-301.

FEIO, Joana. *De étnicos a “étnicos”:* uma abordagem aos “angolares” de São Tomé e Príncipe. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa. Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia, Fevereiro de 2008.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classe*. São Paulo, Ática, 1978.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa*. 6ed. rev. atualiz. – Curitiba, Posigraf, 2004.

FERREIRA, Roberto Guedes. *Na Pia Batismal: Família e Compadrio entre Escravos na Freguesia de São José do Rio de Janeiro. (Primeira Metade do Século XIX)*. Dissertação de Mestrado, UFF, 2000.

- FERREIRA, Roberto Guedes. *Pardos: trabalho, família, aliança e mobilidade social. Porto Feliz, São Paulo, c. 1798 – c. 1850*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.
- FERREIRA, Roberto Guedes. *Autonomia escrava e (des)governo senhorial na cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX*. in: FLORENTINO, Manolo. (org.) *Tráfico, cativo e Liberdade*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2005.
- FIGUEIRA, Luiz. *África Bantú. Raças e tribos de Angola*. Lisboa: Oficinas Fernandes, 1938.
- FINLEY, Moses. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- FLORENTINO, Manolo. *Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa*. In: *Topoi. Revista de História*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro / 7 Letras. 2002.
- FLORENTINO, Manolo. *A cultura da submissão*. In: *Caderno Mais*. Jornal Folha de São Paulo. Edição de 30 de janeiro de 2005.
- FLORENTINO, Manolo.(Org.). *Tráfico, Cativo e Liberdade*. Rio de Janeiro, séculos XII-XIX. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 2005.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo, Companhia das Letras 1997.
- FLORENTINO, Manolo. (org.) *Tráfico, cativo e Liberdade*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2005.
- FLORENTINO, Manolo. *Sobre minas, crioulos e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871*. in: FLORENTINO, Manolo. (org.) *Tráfico, cativo e Liberdade*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 2005.
- FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto . *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico. Rio de Janeiro, 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FONTANA, Josep. *A História dos Homens*. São Paulo, EDUSC, 2004.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda Baptista & GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial*. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda Baptista & GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *A noção de economia colonial tardia no Rio de Janeiro e as conexões econômicas do Império português:1790-1820*. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda Baptista & GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos*

trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro(1790-1830)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de & SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. (Orgs.) *Conquistadores e Negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa. Séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

FRAGOSO, João, GOUVÊA, Maria de Fátima, SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá. *Nas Rotas do Império*. Vitória: Edufes/Lisboa: IICT, 2006.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *À Espera das frotas: micro-história tapuia e a nobreza principal da terra (Rio de Janeiro, c.1600 – c.1750)*. Tese apresentada no Concurso Público para Professor Titular de Teoria da História da UFRJ. Rio de Janeiro: 2005.

FRAGOSO, João & Gouvêa, Maria de Fátima. *Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI – XVIII*. Paper Inédito.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Afogando em nomes: temas e experiência em história econômica*. In: TOPOI. Revista de história. Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em História Social da UFRJ / 7 Letras, Set. de 2002, n.5, 404p. pp.41-69.

FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia.*, Civilização brasileira, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 43ª edição, Rio de Janeiro, Record, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: a decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 13ª. Edição , Rio de Janeiro: Record, 2002.

FREYRE, Gilberto. *Os escravos nos anúncios de Jornais brasileiros no século XIX*. São Paulo, Editora Nacional, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1976.



GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

GENOVESE, Eugene. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Paz e Terra, Brasília-DF, CNPq, 1988.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.

- GÓES, José Roberto. *Escravos da paciência. Estudo sobre a obediência escrava no Rio de Janeiro (1790-1850)*. Tese de Doutorado, UFF, 1998. p.165.
- GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas. Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 1995
- GONÇALVES, Adelto. *Um Poeta do Iluminismo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.
- GONZAGA, Tomás Antônio. *Marília de Dirceu*. pp.13-175. *Cartas Chilenas*. pp. 177-210. Editora Martin Claret, Coleção Obra-Prima de cada autor, São Paulo 2002.
- GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. Editora Ática. 1990.
- GOUBERT, Pierre. *El Antigo Régimen*. La sociedad. Madri: Siglo Veintiuno de España, 4ª Edição, 1984.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *As Bases Institucionais da Construção da Unidade. Administração e governabilidade no período joanino (1808-1821)*. Texto inédito, UFF, Departamento de história, 2003.
- GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambigüidade. As ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1994.
- GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros. Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002.
- GUIMARÃES SÁ, Isabel dos. *Charity and Discrimination. The Misericórdia of Goa*. In: *International Journal on the History of European Expansion and Global Interaction*. Itinerario 2, Volume XXXI, 2007.



- HENRIQUES, Isabel Castro. *São Tomé e Príncipe – A Invenção de uma Sociedade*. Lisboa, Vega. 2000.
- HESPANHA, António Manoel. *A punição e a graça*. In: MATTOSO, José (direção). *História de Portugal: O Antigo Regime*. Editorial Estampa, 1998.
- HESPANHA, António Manuel. *Governo, elites e competência social: sugestões para um entendimento renovado da história das elites*. BICALHO, Maria Fernanda Baptista & FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Modos de Governar: Idéias e práticas políticas no Império português. Séculos XVI a XIX*. São Paulo, Alameda, 2005. pp.39-45.
- HESPANHA, António Manuel de. *A constituição do império português. Revisão de alguns enviesamentos* In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda Baptista & GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HOBBSBAWM, E. “O mundo na década de 1780”. In: *A Era das Revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001 (13ª ed.), p. 23-42.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOLT, Thomas C. *The problem of freedom: race, labor, and politics in Jamaica and Britain, 1832-1938*. The Johns Hopkins University Press, Baltimore and London, 1992.

J

JENKINS, Keith. *A História repensada*. São Paulo, Contexto, 2001.

K

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

KOSTER, Henry. *Viagem ao Nordeste do Brasil*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura do Governo do Estado de Pernambuco. 1942.

KULA, Witold. *Problemas y métodos de la história económica*. Barcelona: Ediciones Península. 1977.

L

LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Introdução a monarquia clássica*: in: LADURIE, Emmanuel Le Roy. *O Estado Monárquico: França, 1460-1610*. SP: Companhia das Letras, 1994.

LAMAN, Karl. *The Kongo*. Studia Ethnographica up Saliensia, IV, Stockolm. 1953.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LARA, Silvia Hunold. *Do Singular ao Plural*. In REIS, João José (Org.) *Liberdade por um fio*, São Paulo, Companhia da Letras, 1996.

LARA, Sivia Hunold. (org.) *Ordenações filipinas – Livro V*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

LARA, Silvia Hunold. *Sedas, panos e balangandãs: o traje de senhoras e escravas nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador (Século XVIII)*. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2000.

- LARA, Silvia. *Fragmentos setecentista: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. Tese de Livre Docência. Unicamp, Campinas, 2004.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1986.
- LAW, Robin e LOVEJOY, Paul. (Orgs) *The biography of Mahommah Gardo Baquaqua: His passage from slavery to freedom in África and América*. Princenton, Markus Weiner, Publisher. 2001.
- LEVI, Giovanni. *Comportamento, recursos, processos: antes da revolução do consumo*. In: REVEL, Jacques (Org) *Jogos de escala. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista do Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- LEVI, Giovanni. *Reciprocidad Mediterránea*. Paper, p.22. Publicado originalmente em: *Hispania*, Madrid, nº204.
- LEVI-STRAUSS, Claude. *Prefácio*. In: BURGUIERE, André et al (dir.) *História da família*. Mundos Longínquos, Vol.1. Lisboa, Terramar, 1998.
- LEWIS, Frank D. *The Transition from Slavery to Freedom through Manumission: A Life-Cycle Approach Applied to the United States and Guadeloupe*. In: *Slavery in the Development of the Americas*. Edited by david Eltis and others. Cambridge University Press. 2004.
- LIMA, Carlos Alberto Medeiros. *Trabalho, Negócios e Escravidão: Artífices na cidade do Rio de Janeiro (1790-1808)*. Dissertação de mestrado: Universidade Federal do Rio de Janeiro., 1993.
- LIMA, Carlos Alberto Medeiros. *Pequenos patriarcas*. Tese de Doutorado: Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1997.
- LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira. 2002.
- LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- LUNA, Luiz. *O Negro na luta contra a escravidão*. Rio de Janeiro, Livraria Editora Cátedra. 1976.

- MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades. Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social. (São José dos Pinhais – PR, passagem do XVIII para o XIX)*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.
- MACHADO, Maria Helena P.T. *Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a História Social da Escravidão*. in *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 8(16), mar.88/ago.88. pp.143-160.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero. O Enquadramento do Espaço Nacional. pp.19-58.
- MATTOSO, José. (Dir.) *História de Portugal*. MAGALHÃES, Joaquim Romero. (Coord.) *No Alvorecer da Modernidade*. Vol.3. 1993.
- MARAVALL, José Antonio. *Poder, honor e elites en siglo XVII*. Madri: Siglo XXI, 1989.
- MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro:Arquivo Nacional, 1995.
- MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.
- MATTOS, Hebe. *A escravidão moderna nos quadros do império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica*. In: FRAGOSO, João; GOUVEIA, Fátima; BICALHO, Fernanda. (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos*, 2001. pp.141-162.
- MATTOSO, José (Dir.) *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*. Quarto Volume. Coordenador: Prof. Doutor António Manuel Hespanha. Editorial Estampa, 1993.
- MATTOSO, Kátia Maria de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1995.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: O imaginário da restauração pernambucana*. 2ª Ed. rev. e aumentada. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- MELLO E SOUZA, Laura de. *O Sol e a Sombra: Política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo, Cia das Letras, 2006.
- MILLER, Joseph. *O Atlântico Escravista Açúcar, Escravos e Engenhos*. Afro-Ásia, nº 19/20, 1997.
- MINTZ, Sidney. *Slavery and the Rise os Peasantries*. Historical Reflexions, Toronto, 6, nº1, 1979. pp.213-242.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. *O Crepúsculo dos grandes. A casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda. 2000.
- MORAES e SILVA, Antonio de. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Tipografia Lacerdina. 1813.

MORENO FRAGINALS, M. *El ingenio: El complejo econômico social cubano del azúcar*, (1760-1860), Havana, Editorial de Ciências Sociales. 1978.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Poder Senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia*:
In: MATTOSO, José (Dir.) *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*. Quarto
Volume. Coordenador: Prof. Doutor António Manuel Hespanha. Editorial Estampa, 1993.

N

NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote. Mulheres, família e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo, Hucitec, 1983.

O

OLIVER, Roland. *A experiência Africana: da pré-história aos dias atuais*. Rio de Janeiro, Jorge Zahard Ed., 1994.

OLIVEIRA, Jorge Eduardo da Costa. *A economia de S. Tomé e Príncipe: introdução ao seu estudo*. Lisboa. Instituto para a cooperação econômica. 1993.

P

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na Colônia. Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2001.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação. As origens da nossa época*. 4ª ed., Rio de Janeiro, Campus, 2000.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. Editora Brasiliense, 18ª edição, São Paulo, 1976. Grifo nosso.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1977.

R

RAMOS, Arthur. *As culturas Negras*. Livraria-Editora da casa do estudante do Brasil, Vol.III. Rio de Janeiro. 1956.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. (Edição revista e ampliada). São Paulo: Companhia das Índias, 2003.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras. 1989.

REIS, João José. e GOMES, Flávio dos Santos (orgs.) *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REVEL, Jacques (Org.) *Jogos de escala. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado*. Rio de Janeiro, Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. 4ª Ed., São Paulo, Editora Nacional, 1976.

RUGENDAS, João Maurício. *Viagem Pitoresca ao Brasil*. 7ª edição, Livraria Martins, São Paulo, 1976.

RUIZ, Ricardo Muniz de. *Sistema agrário, demografia da escravidão e família escrava em Itaguahy – Séc. XIX (1820-1872)*. Dissertação de Mestrado, Niterói, UFF, 1997.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Vassalo e soberano: apelos extrajudiciais de africanos e de indivíduos de origem africana na América Portuguesa*. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *Cultura Portuguesa na Terra de Santa Cruz*. Lisboa: 1995. Estampa, pp. 215-233.

S

SAHLINS, Marshall D. *Las Sociedades tribales*. Labor, Barcelona, 1984.

SALGADO, Graça (Org.). *Fiscais e Meirinhos*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1985.

SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do segundo reinado*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1996.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Famílias e Negócios: a formação da comunidade mercantil carioca na primeira metade do século setecentos*. pp.225-264. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de & SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. (Orgs.) *Conquistadores e Negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa. Séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. *Na encruzilhada do Império: Hierarquias sociais e Conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650-c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espatáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras. 1988.

SEIBERT, Gerhard. *Naufrágos, autóctones ou cimarrones? O debate sobre a Origem dos Angolares de São Tomé*. Centro Cultural Português, Instituto Camões, São Tomé e Príncipe. 2005.

SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança: A África antes dos portugueses*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2006.

SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *Cultura Portuguesa na Terra de Santa Cruz*. Lisboa: 1995.

SLENES, Robert. *Na Senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

SLENES, Robert. “*Malungo, Ngoma vem! África coberta e descoberta no Brasil*”, in *Cadernos do Museu da escravatura, Ministério da Cultura, Luanda, 1995*.

SOARES, Márcio. *A Remissão do cativo. alforrias e liberdades nos Campos dos Goitacases, c. 1750 - c. 1830*. Tese de Doutorado, UFF, Niterói. 2008.

SOLÉ, Maria Glória Parra Santos. *Dinâmicas demográficas e sociais numa comunidade rural do Alto Minho: Meadela (1593-1850)*. In: *Noroeste, Revista de História, Congresso Internacional de História. Territórios Culturas e Poderes. Actas, Universidade do Minho, 2006*.

STONE, Lawrence. *La crisis de la aristocracia (1558-1641)*. Madri: Alianza Editorial, 1985.



TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do Agricultor Brasileiro*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

TERNEIRO, Francisco. *A Ilha de São Tomé*. Lisboa, Memórias da Junta de Investigação do Ultramar. 1961.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária. A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras. 1998.

THORNTON, Jonh. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico. 1200-1800*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 2004.

V

VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio. 1952.

X

XAVIER, Angela Barreto & HESPANHA, António Manuel. *A Representação da sociedade e do Poder*. in: MATTOSO, José (Dir.) *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*. Quarto Volume. Coordenador: Prof. Doutor António Manuel Hespanha. Editorial Estampa, 1993. pp. 113-140.

Z

ZONABEND, Françoise. *Da família: olhar etnológico sobre o parentesco e a família*. in: BURGUIÈRE, André (et. al.). *História da Família: mundos longínquos, mundos antigos*. Rio de Janeiro: Ed. Terramar: 1998.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)